



RELATÓRIO E CONTAS DE 2015

ÍNDICE

1. ÓRGÃOS ASSOCIATIVOS	3
2. MENSAGEM DO PRESIDENTE.....	4
3. ENQUADRAMENTO DAS ATIVIDADES	7
3.1. Contexto Macroeconómico	7
3.2. Quadro Demográfico e Social	13
3.3. Quadro Regulatório da Economia Social	15
4. INDICADORES GLOBAIS	18
5. MISSÃO, GOVERNO E ESTRATÉGIA	19
6. RESPONSABILIDADE SOCIAL.....	24
7. VALORIZAÇÃO DAS RELAÇÕES ASSOCIATIVAS E DIFUSÃO DO MUTUALISMO	29
8. ATIVIDADE ASSOCIATIVA	40
8.1. Base de Associados	40
8.2. Desenvolvimento da Oferta Mutualista	43
9. EVOLUÇÃO DO BALANÇO E RESULTADOS	45
9.1. Política de Investimentos e Gestão dos Riscos	45
9.2. Evolução e Composição do Ativo	46
9.3. Passivo e Situação Líquida	53
9.4. Receitas Associativas	55
9.5. Benefícios Vencidos e Reembolsos	56
9.6. Resultados	58
10. PROPOSTAS	60
11. PRINCIPAIS ENTIDADES DO UNIVERSO MONTEPIO	70
12. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS, NOTAS EXPLICATIVAS E CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS.....	74
13. RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL	146
14. ANEXOS	155
14.1. Declaração sobre a Política de Remuneração dos Membros dos Órgãos de Administração e de Fiscalização para 2016.....	156
14.2. Relatório Atuarial das Modalidades Associativas	157
14.3. Imputação de Custos Administrativos pelas Modalidades Associativas e Rendas.....	173
14.4. Demonstração de Resultados das Modalidades Associativas, Rendas e Outros Fundos	176
14.5. Distribuição de Resultados das Modalidades Associativas e Rendas e Rendimento de Benefícios	186
14.6. Carteira de Imóveis da Associação Mutualista.....	197
14.7. Carteira de Títulos da Associação Mutualista	203
14.8. Contas das Fundações	206

1. ÓRGÃOS ASSOCIATIVOS

A composição dos órgãos eleitos para o triénio 2016-2018 e que iniciaram funções no dia 6 de janeiro de 2016 é a seguinte:

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Presidente	Associado n.º 33 151-5	VITOR JOSÉ MELÍCIAS LOPES <i>Jurista</i>
1º Secretário	Associado n.º 31 560-9	ANTÓNIO PEDRO DE SÁ ALVES SAMEIRO <i>Advogado</i>
2º Secretário	Associado n.º 45 139-8	ANTÓNIO DIAS SEQUEIRA <i>Economista</i>

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente	Associado n.º 38 670-6	ANTÓNIO TOMÁS CORREIA <i>Jurista</i>
Vogais	Associado n.º 44 857-6	CARLOS VICENTE MORAIS BEATO <i>Gestor</i>
	Associado n.º 191 752-7	FERNANDO LOPES RIBEIRO MENDES <i>Economista</i>
	Associado n.º 32 309-9	VIRGÍLIO MANUEL BOAVISTA LIMA <i>Gestor</i>
	Associado n.º 375 571-6	MIGUEL ALEXANDRE TEIXEIRA COELHO <i>Economista</i>

CONSELHO FISCAL

Presidente	Associado n.º 627 331-8	JOAQUIM MORÃO LOPES DIAS <i>Gestor</i>
Vogais	Associado n.º 132 285-3	MANUEL RUI DOS SANTOS CASEIRÃO <i>Economista</i>
	Associada n.º 44 194-2	ISABEL CIDRAIS GUIMARÃES <i>Gestora</i>

CONSELHO GERAL

Efetivos	Associada n.º 71 464-0	MARIA MANUELA DA SILVA <i>Economista</i>
	Associado n.º 30 988-0	ANTÓNIO GONÇALVES RIBEIRO <i>General</i>
	Associado n.º 39 124-1	AMADEU FERREIRA DE PAIVA <i>Economista</i>
	Associado n.º 28 745-2	JOSÉ DE ALMEIDA SERRA <i>Economista</i>
	Associado n.º 397 063-0	VIRIATO MONTEIRO DA SILVA <i>Economista</i>
	Associado n.º 44 630-3	ALBERTO JOSÉ DOS SANTOS RAMALHEIRA <i>Economista</i>
	Associado n.º 636 752-5	ALFREDO JORGE ALVES GOMES DE SÁ <i>Gestor</i>
	Associado n.º 28 223-7	ANTÓNIO GUIMARÃES PIMENTA <i>Diretor do Montepio na situação de reforma</i>
	Associado n.º 105 360-1	MARGARIDA MARIA SIMÕES CHAGAS LOPES <i>Doutorada em Economia</i>
	Associado n.º 37 305-2	JOSÉ CARLOS CORREIA MOTA ANDRADE <i>Engenheiro Civil</i>
	Associado n.º 35 170-2	CARLOS MANUEL MELO GOMES AREAL <i>Trabalhador Bancário</i>
	Associado n.º 620 974-8	MARIA EDUARDA DA SILVA SOARES RIBEIRO <i>Economista</i>

2. MENSAGEM DO PRESIDENTE

Em 2015, o desempenho do Grupo Montepio continuou condicionado pelo quadro de debilidades e dificuldades decorrentes da prolongada crise, de contornos inéditos, que se tem vivido com particular incidência no nosso país, desde 2011, afetando o setor financeiro, especialmente, os setores bancário e segurador.

Apesar de sinais de retoma da atividade económica, ainda se sentem os efeitos da recessão que se prolongou por três anos, no decurso do programa de ajustamento orçamental e de assistência económica e financeira ao país. Persistem condições financeiras débeis nas empresas e nas famílias e elevados níveis de desemprego. As exportações, que estavam a contribuir para o crescimento da produção desde 2014, evidenciaram algum abrandamento, fruto da acentuada desaceleração da atividade de alguns dos países de destino dos nossos produtos e serviços. Resultado das opções da política monetária europeia de natureza expansionista, o valor dos ativos e as taxas de juro mantêm-se em queda, com os principais referenciais de mercado para as operações bancárias (Euribor a 3 e a 6 meses) a atingir valores negativos, situação inédita na história recente.

Em paralelo, o setor tem-se confrontado com crescentes requisitos de liquidez e de capital e outros custos associados à adoção do regime de Basileia III e à construção da União Bancária, no caso do sector bancário, e do regime de Solvência II respeitante à atividade seguradora.

Neste quadro têm-se colocado desafios e obstáculos, nem sempre superados pelo sistema, acabando por provocar efeitos sobre a pedra basilar da confiança nas instituições. Consequentemente, o mercado apresenta-se com tendência para uma maior concentração mas, sobretudo, mais vulnerável à penetração de conglomerados multinacionais. cremos, contudo, que a economia e a sociedade nacional precisam de entidades de raiz, capitais e orientação portuguesas, que conheçam e sintam os problemas e as necessidades do país, e, sobretudo, que sejam diferentes na sua matriz e finalidades, com uma capacidade competitiva centrada nos valores de relacionamento com as pessoas.

O país precisa de uma economia social forte que preencha lacunas e ajude a resolver problemas reais, providenciando soluções privadas, justas e equilibradas, de previdência complementar individual, de equipamentos sociais e serviços no domínio da saúde, como as que o Montepio tem vindo a prestar e se propõe desenvolver no seu programa de trabalho para o triénio em curso.

O desempenho da Caixa Económica Montepio Geral (CEMG) tem sido particularmente condicionado pela realidade descrita, registando resultados negativos em 2015, em função do processo de desalavancagem e redução das taxas de juro, com impacto na diminuição da margem financeira, aliada à necessidade do reconhecimento adicional de imparidades para cobertura de riscos de crédito e desvalorização de ativos. Não obstante, a CEMG conseguiu ultrapassar inúmeros desafios, obtendo um assinalável reforço dos níveis de liquidez, em linha com os novos requisitos de rácio de liquidez (LCR-*Liquidity Coverage Ratio*) que passaram a ser exigidos desde outubro de 2015.

A estrutura governativa da CEMG conheceu novos desenvolvimentos em 2015, no sentido da sua maior especialização, na sequência de alterações estatutárias aprovadas em julho, de alinhamento com os

novos requisitos regulamentares nesse domínio. Em agosto 2015, entraram em funções os membros dos novos órgãos da CEMG.

Também no setor segurador, as entidades do Grupo Montepio, que se congregam na Montepio Seguros, SGPS, tiveram que se confrontar com um mercado de maiores riscos e em retração, com um aumento da sinistralidade e maiores exigências prudenciais que entrarão em vigor com o regime Solvência II.

O contexto pressionou os resultados específicos da atividade do Montepio Geral Associação Mutualista, quer pela significativa redução das taxas de juro no mercado, quer pela conjuntura adversa que levou ao registo de um aumento pontual de reembolsos sobre modalidades de capitalização. Não obstante, os resultados da atividade atingiram 36 milhões de euros, o que é revelador da resiliência da instituição, mesmo em períodos de crise.

Em linha com as melhores práticas do mercado, o contexto adverso em que operam as participadas de maior relevância para o ativo da Associação Mutualista aconselhou ao exercício de um pontual teste de imparidade às participações detidas. É nesse sentido que o exercício contabilístico apresenta, em 2015, um resultado de -393 milhões de euros, o qual será progressivamente revertido, considerando os respetivos Planos de Ação e Orçamentos da CEMG e da Montepio Seguros, que retomam os resultados positivos já ao longo do ano de 2016.

O contexto de crise de confiança nas instituições também se fez sentir, de forma particularmente veemente, no período que antecedeu a eleição dos novos membros dos órgãos sociais do Montepio. Com efeito, o Grupo Montepio não passou à margem de notícias especulativas e insidiosas, que se prolongaram durante vários meses. De forma sábia e perseverante, os nossos associados estiveram sempre à altura da história e grandeza da nossa instituição, e fizeram a leitura da injustiça dos ruídos que coincidiram com o período de apresentação de candidaturas, de divulgação de programas e de eleição dos novos órgãos institucionais, que tomaram posse no passado dia 6 de janeiro.

Não obstante, foi possível captar novos associados (+2 418), fidelizar os existentes, que atingiram 632 931 cidadãos de todas as regiões do país e, também, das comunidades de emigrantes e que evidenciaram um crescente nível de participação e de vivência da sua associação ao longo do ano. Foi também possível continuar a alargar a prestação de serviços e os benefícios complementares que permitiram o reforço do valor da oferta, incluindo iniciativas de dinamização associativa amplamente participadas.

Para enfrentar os desafios que se colocam e melhorar o seu desempenho, as empresas do Grupo estão a implementar as medidas estratégicas, que constam dos seus planos e orçamentos aprovados pelos órgãos sociais respetivos, com os ajustamentos que se revelarem necessários para fazer face às novas condições de mercado e ao respetivo contexto operacional e prudencial, no quadro dos princípios e valores institucionais comuns.

Defendendo os capitais interesses dos nossos associados, a execução dessas medidas é devidamente acompanhada pelo Conselho de Administração da Associação Mutualista, no seio do Comité de Empresas Participadas e do Centro Corporativo do Grupo Montepio, criados já em 2016, conforme previsto no programa de desenvolvimento apresentado aos associados pelos atuais órgãos em exercício.

Terminámos o ano num capítulo marcado por extraordinárias adversidades no que respeita ao comportamento dos mercados internacionais e ao funcionamento do sistema financeiro. Os próximos tempos abrem caminhos que não deixarão de considerar reflexões sobre o passado recente, despertando as consciências para a necessidade de refundar o progresso e bem-estar social alicerçado pelas instituições que podem fazer a diferença na projeção do futuro, pela dimensão humana que preconizam. É neste contexto que o Montepio assume um papel incontornável na sociedade portuguesa. São 175 anos de existência, assinalados no ano de 2015, de um notável legado de confiança e de solidez que muito nos orgulha, que nos responsabiliza e que nos estimula todos os dias.

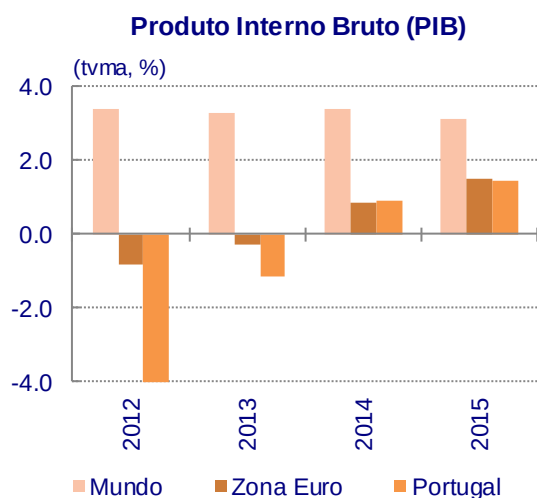
A finalizar, expresso, em nome do Conselho de Administração, uma nota de agradecimento e de reconhecimento a todos os que colaboraram e contribuíram, de forma esforçada e empenhada, para a missão e os desígnios do Grupo Montepio. Destaco, a notável dedicação dos colaboradores do Grupo Montepio e, em particular, o papel de todos os associados que têm manifestado o apoio e a confiança necessária na sua Associação Mutualista, para a conduzir a um novo futuro de modernidade e desenvolvimento.

António Tomás Correia

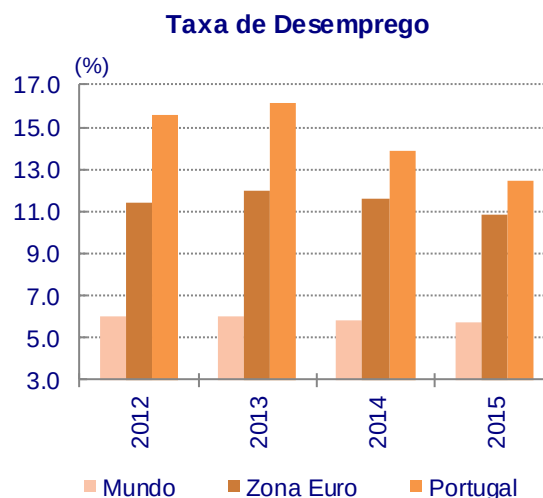
3. ENQUADRAMENTO DAS ATIVIDADES

3.1. CONTEXTO MACROECONÓMICO

A economia mundial terá crescido 3,1%, em 2015 (estimativa do FMI), traduzindo uma desaceleração face ao crescimento de 3,4% observado em 2014. Esta desaceleração refletiu, em grande medida, uma recuperação mais lenta do que era expectável das economias emergentes e em desenvolvimento, responsáveis por mais de 70% do crescimento global – a diminuir, pelo quinto ano consecutivo, enquanto as economias avançadas continuaram a recuperar de forma moderada. Para 2016, o FMI prevê uma aceleração do crescimento mundial para 3,4%. Os riscos que poderão afetar a economia global durante o presente ano continuam a incluir a desaceleração económica nas economias emergentes, a alteração do modelo de crescimento da China, os reduzidos preços das matérias-primas e a normalização gradual da política monetária nos EUA. Acresce que a volatilidade nos mercados financeiros, neste início de ano de 2016, poderá também ter impactos negativos sobre a atividade económica, quer por via das expectativas desfavoráveis dos agentes económicos, podendo consubstanciar-se em adiamento das decisões de consumo e de investimento, quer pelo alargamento dos prémios de risco, tornando as condições financeiras mais restritivas para o setor privado.



Fonte: Thomson Reuters e FMI.



Fonte: Thomson Reuters e International Labour Org. (ILO).

ZONA EURO

Depois de o PIB ter crescido 0,9%, em 2014, regressando aos crescimentos anuais depois de dois anos a contrair (-0,3%, em 2013) – em grande medida como resultado dos efeitos das políticas de consolidação orçamental levadas a cabo por um número significativo de Estados-Membros –, a economia da Zona Euro, em 2015, deu continuidade ao processo de gradual recuperação, tendo crescido 1,5%. A Alemanha continuou a apresentar um dos maiores dinamismos económicos da Zona Euro, com um crescimento de 1,4%, em 2015, bem como Espanha que observou um crescimento bem superior em 2015 (+3,2%), destacando-se claramente pela positiva entre os países da região. A Itália regressou, finalmente, aos crescimentos (+0,6%), após três anos a contrair, enquanto a França viu o crescimento acelerar para 1,1%,

sendo, juntamente com a Alemanha, as duas únicas destas quatro maiores economias da região que já ultrapassaram os níveis de atividade pré-crise 2008/09.

Refletindo a gradual recuperação das economias, a **taxa de desemprego** da Zona Euro prosseguiu a tendência de ligeira melhoria iniciada em meados de 2013, tendo descido de 11,4%, em dezembro de 2014, para 10,4%, em dezembro 2015, ficando apenas a 1,7 pontos percentuais (p.p.) dos máximos históricos desde o início da série (1990), observados entre março e maio de 2013, continuando, assim, a revelar um mercado laboral ainda bastante deteriorado.

Ao nível da **taxa de inflação** (medida pela variação homóloga do Índice Harmonizado de Preços no Consumidor - IHPC), depois de ter estado, no início de 2015 (-0,6% em janeiro), em níveis mínimos desde julho de 2009, foi subindo de forma gradual (embora irregular) ao longo do ano, tendo saído, em abril, dos valores negativos, para alcançar os 0,2%, em dezembro de 2015 (-0,2% em dezembro de 2014). Por seu lado, a inflação subjacente (ou seja, excluindo produtos alimentares não transformados e energia) atingiu 0,9%, em dezembro de 2015, 0,2 p.p. acima da observada no final de 2014, permanecendo acima da inflação geral e permitindo, de certa forma, continuar a afastar os cenários mais pessimistas de uma situação de deflação. Em termos médios anuais, a taxa de inflação desceu dos 0,4%, observados em 2014, para um valor nulo, em 2015, permanecendo bem distante do objetivo de médio prazo do Banco Central Europeu (BCE), de uma taxa de inflação abaixo, mas próxima, dos 2,0%.

Com o objetivo de combater o risco de inflação baixa durante um período demasiado longo e dinamizar os fluxos de crédito à economia real, o BCE voltou a adotar, ao longo de 2015, várias medidas expansionistas, tendo decidido cortar a taxa de juro dos depósitos (de -0,20% para -0,30%) e lançar (em 9 de março) um programa alargado de compra de ativos (dívida privada e pública), através de uma política de *quantitative easing*. Este programa, que foi inicialmente estabelecido até setembro de 2016 (e a um ritmo médio mensal de 60 mil milhões de euros), foi prolongado, em dezembro, até, pelo menos, março de 2017

PORTUGAL

Após três anos de recessão, a economia portuguesa encetou uma recuperação gradual, em 2014 (com um crescimento do PIB de +0,9%, face a -1,1%, em 2013), que foi confirmada, em 2015, com uma aceleração para 1,5%, prevendo-se que prossiga em 2016 (+1,7%, entre os +1,6% previstos pela CE e os +1,8% do Orçamento de Estado – OE 2016).

A atividade económica, em 2015, foi apenas suportada pela procura interna, refletindo essencialmente os crescimentos do consumo privado (+2,6%, depois de já ter crescido +2,2% em 2014 e regressado aos crescimentos após três anos em contração) e do investimento em capital fixo (FBCF) (+3,7%, após +2,8% em 2014, que deixaram para trás um ciclo de quedas que se arrastava desde 2009), com o consumo público, por sua vez, a apresentar também um crescimento (+0,8%, representando o primeiro acréscimo desde 2010). O contributo da procura interna para a variação anual do PIB aumentou, situando-se em 2,5 p.p., em 2015 (+2,2 p.p., em 2014), devido ao crescimento mais intenso das despesas de consumo final, uma vez que o investimento desacelerou. Já as exportações líquidas apresentaram um novo contributo negativo para o crescimento do PIB, em 2015 (-1,0 p.p., depois dos -1,3 p.p. de 2014), traduzindo um

crescimento das importações (+7,3%) superior ao das exportações (+5,1%). A procura externa líquida registou um contributo menos negativo, em 2015, passando de -1,3 p.p., em 2014, para -1,0 p.p., refletindo a aceleração das exportações de bens e serviços. Note-se, ainda assim, que a recuperação da atividade económica tem continuado a ser sustentada pelas exportações, que terminaram o ano passado 29,3% acima dos níveis pré-programa de ajustamento (2010).

O processo de **ajustamento orçamental** continuou, ao longo de 2015, devendo ter-se registado um excedente primário, no ano, de 0,4% do PIB, de acordo com as estimativas do Governo. Mas o processo de consolidação das contas públicas tem sido influenciado pela necessidade de intervenções do Estado ao nível do setor financeiro. Assim, depois do défice orçamental de 7,2% do PIB observado em 2014, incluindo o efeito da capitalização do Novo Banco (excluindo este fator seria de cerca de -4,5%), assistiu-se à resolução do Banif, que deverá ter agravado o défice em 1,2 p.p. do PIB, pelo que o Governo estima que o défice global terá ficado nos 4,3%, em 2015, devendo, assim, ter impossibilitado o fecho do Processo de Déficit Excessivo (PDE) aberto a Portugal, em 2009, que exige um défice igual ou abaixo dos 3,0%. Sem estes efeitos, o Governo estima que o défice orçamental para 2015 tenha sido de 3,1%.

Ao nível do mercado laboral, a **taxa de desemprego** diminuiu, de 13,9%, em 2014, para 12,4%, em 2015, dando continuidade à tendência de alívio que tem vindo a apresentar desde o pico máximo histórico atingido no início de 2013 (17,5%), perspetivando-se uma nova redução, em 2016 (para 11,4%). A população desempregada, em 2015, estimada em 646,5 mil pessoas, diminuiu 11,0%, em relação ao ano anterior, ao passo que a população empregada, estimada em 4 548,7 mil pessoas, registou um acréscimo anual de 1,1%.

A **inflação**, medida pela variação média anual do Índice de Preços no Consumidor (IPC), foi de 0,5%, aumentando face aos -0,3% observados em 2014 (+0,3%, em 2013 e +2,8%, em 2012). A inflação core subiu dos 0,1%, em 2014, para 0,7%, em 2015. Para além da evolução da inflação subjacente, o aumento da inflação, entre 2014 e 2015, foi, sobretudo, determinada pela evolução dos preços dos produtos alimentares não transformados (passou de -2,1%, em 2014, para +1,9%, em 2015). Em sentido oposto, os produtos energéticos contribuíram negativamente para a variação média do IPC, em 2015, com os preços a agravarem o ritmo de queda (-3,6%, depois dos -1,4%, em 2014). O crescimento dos preços dos serviços (+1,3%) em 2015 foi superior ao observado para os preços dos bens (-0,1%).

Após o pico atingido no 2º trimestre de 2013 (de 9%), a **taxa de poupança** tem vindo a apresentar uma tendência descendente, tendo, no 3.º trimestre de 2015, caído de 4,8% para 4,0%, o que corresponde ao valor mais baixo desde o início desta série do INE (no 1.º trimestre de 1999) e que, de acordo com as séries longas do Banco de Portugal, deverá corresponder ao mais baixo registo desde 1953. A explicar esta tendência de queda da poupança está, essencialmente, a recuperação do consumo privado, que tem vindo a ser apoiado pela melhoria da confiança dos consumidores, pela redução do desemprego, pelo crescimento dos rendimentos e pela recuperação da concessão de crédito.

MERCADOS FINANCEIROS

O ano de 2015 foi marcado por três tendências: uma melhoria do sentimento até meados de julho, seguida de uma degradação até final do verão e, depois, por alguma recuperação até final do ano, que, no caso de alguns índices de ações, não foi suficiente para registar subidas anuais.

O sentimento de mercado, tendencialmente positivo, que se observou ao longo da primeira metade de 2015 (sensivelmente até meados de julho), foi, em grande parte, influenciado pelos desenvolvimentos ao nível da política monetária, nomeadamente o início do programa alargado de compra de ativos, através de uma política de *quantitative easing* (QE), que foi anunciada pelo BCE na histórica reunião de 22 de janeiro, tendo o *target* de compras mensais sido fixado nos 60 mil milhões de euros, ficando acima das expectativas de mercado de então (cerca de 50 mil milhões de euros). Por sua vez, o Banco Popular da China (PBoC) decidiu tornar a sua política monetária mais acomodatória, ao cortar a taxa de reservas obrigatórias, por duas vezes ao longo do 1.º semestre, acabando em 18,50% (20,00%, no final de 2014), e cortando a taxa de juro de referência para os empréstimos e depósitos por três vezes, terminando o primeiro semestre, respetivamente, nos 4,85% e 2,00% (face a 5,60% e 2,75%, no final de 2014).

O verão de 2015 trouxe uma alteração no sentimento de mercado, que foi penalizado por diversos fatores. O principal determinante do desempenho dos mercados financeiros esteve relacionado com os receios em relação à China, de eventuais bolhas no imobiliário e no mercado de ações e de que as autoridades chinesas não consigam evitar um maior abrandamento económico do país. O PBoC cortou, durante o terceiro trimestre, a taxa de referência diária do *yuan* por três vezes (semana de 10 a 14 de agosto) e baixou as taxas de juro, bem como o rácio de reservas obrigatórias dos bancos, no sentido de acalmar os mercados. Os investidores também se mostraram receosos dos potenciais efeitos negativos, sobre a economia dos EUA, do abrandamento chinês e do dólar forte, bem como na economia da Zona Euro. A penalizar o sentimento, estiveram, também, os problemas dos refugiados na Europa, que se foram intensificando perante uma Europa dividida e que levaram a que diversos países tenham suspenso o acordo de Schengen. No final do terceiro trimestre, surgiu o escândalo da Volkswagen, que assumiu que cometeu infrações nos carros, relativamente aos testes de poluição nos EUA, receando-se que outros fabricantes tenham cometido idêntica infração, entretanto já confirmada para diversas marcas. Por último, refira-se o facto de a agência Standard & Poor's ter colocado o *rating* da dívida soberana do Brasil no nível especulativo, sendo que a intensificação da recessão do Brasil acabou por ser ampliada pela perda de credibilidade dos decisores políticos, com reflexo nas fugas de capitais e na perda do valor do real, levando o banco central a subir as taxas até julho, mesmo num contexto recessivo.

A suportar o sentimento, durante a segunda metade do ano, estiveram os seguintes eventos: i) a aprovação pelo Parlamento Europeu do Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos (FEIE), conhecido como “Plano Juncker”, que pretende mobilizar 315 mil milhões de euros de investimento público e privado no triénio 2015-2017; ii) a *China Securities Finance Corp*, que reuniu entre 370 e 444 mil milhões de *yuan*s para suportar os mercados acionistas; iii) a instabilidade durante o verão levou a Fed a adiar a sua primeira subida de taxas desde 2006, que inicialmente estava programada para setembro, acabando por ser efetuada apenas em 16 de dezembro; iv) o BCE manteve as suas principais taxas de juro, continuando a mostrar-se otimista com o seu programa de QE e reforçando a possibilidade do seu reforço

em caso de necessidade, como acabou por suceder na última reunião do ano; v) o Banco de Inglaterra manteve a sua política, ao longo de todo o ano de 2015, adiando, assim, a primeira subida de taxas desde a crise, que, no início do ano de 2015, estava a ser antecipada para ocorrer nesse ano. Os mercados aplaudiram as respostas das diversas autoridades (através da subida dos preços dos ativos com risco), nomeadamente os cortes de taxas e as injeções de liquidez por parte do PBoC, embora continuando a recear a sua insuficiência.

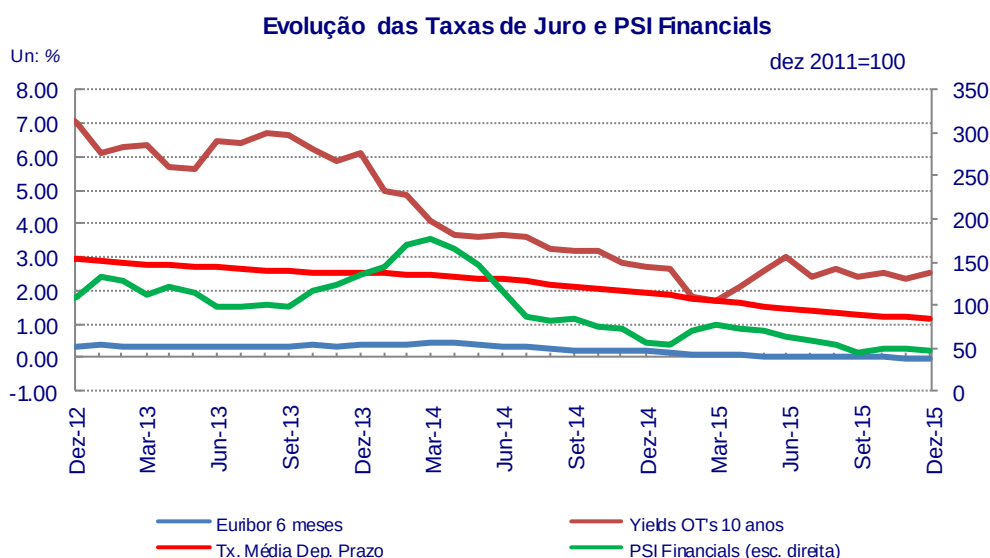
Na reta final do ano, como referido, assistiu-se a alguma melhoria do sentimento dos mercados, suportados por um conjunto de eventos: i) o PBoC voltou a reduzir as taxas de juro e as reservas obrigatórias, descendo, no total do ano, as taxas de juro em 125 p.b. e o rácio das reservas obrigatórias em 250 p.b.; ii) a época de resultados das empresas dos EUA, relativa ao 3.º trimestre de 2015, foi mais favorável que a do 2.º trimestre e que a mediana trimestral do pós crise 2008/09; iii) o BCE publicou um estudo (3 de novembro), em que defendeu o efeito virtuoso do programa de estímulo económico para os particulares e empresas na região, abrindo caminho para a extensão do programa um mês depois (em dezembro). Já a condicionar o sentimento no final do ano (efeito que continua a sentir-se no início de 2016), estiveram os receios relativamente à performance dos países em desenvolvimento produtores de *commodities*, com a queda dos preços a ter impacto nas suas economias (destacando-se, pela sua dimensão, as recessões antecipadas para o Brasil e Rússia, em 2015/16, levando a *Goldman Sachs* a fundir o seu fundo de investimento dos BRIC com o fundo dos mercados emergentes, muito por culpa dos referidos dois países), bem como nas suas finanças públicas e contas externas, traduzindo-se em movimentos de depreciação das suas moedas face ao dólar (que além do mais foi beneficiando com a perspectivas de subidas de taxas por parte da Fed). Por outro lado, a descida dos preços do petróleo impactou nas contas das grandes petrolíferas internacionais e no mercado de *shale oil* dos EUA, já que os baixos preços do petróleo tornaram diversos campos economicamente ineficientes, havendo uma redução da produção ao longo da 2.ª metade do ano e o cancelamento de vários projetos de investimento, penalizando, assim, não só a indústria extrativa americana, como também a indústria transformadora, pelo que a produção industrial fechou o último trimestre de 2015 no vermelho, contribuindo para que o PIB dos EUA tenha crescido abaixo do potencial de crescimento e levando a que os investidores ficassem mais pessimistas relativamente à performance da economia dos EUA, revendo em baixa o crescimento de 2015/16.

Em termos de movimentos nos principais mercados financeiros, no conjunto de 2015, observaram-se movimentos mistos nos principais **índices acionistas** mundiais, designadamente nos EUA, onde o principal índice atingiu máximos históricos, durante o ano, mas fechou com perdas (S&P 500: -0,7%), e com o comportamento a ser tendencialmente positivo na Europa (Eurostoxx 50: +3,9%; PSI-20: +10,7%), misto na Ásia (subidas no Japão e na China, mas descidas na Índia e em Hong-Kong) e negativo na América Latina.

As **yields da dívida pública de referência** observaram movimentos mistos na Alemanha e ascendentes nos EUA. As *yields* da dívida alemã registaram uma descida no curto prazo (dois anos: -25 p.b.), resultante de um novo corte da taxa de facilidade permanente de depósitos do BCE e da presença do BCE nos mercados – em concreto, através da compra de ativos no âmbito do programa de QE –, mas subiram no

longo prazo (10 anos: +9 p.b.), em resultado, nomeadamente, dos efeitos no médio prazo das políticas atualmente seguidas pelo BCE e da subida das *yields* americanas, que concorrem com as alemãs na captura de investimentos direcionados a perfis de risco baixos. Além disso, os investidores terão percecionado que as *yields* se encontravam em níveis excessivamente baixos face ao *fair value*. Nos EUA, o movimento de subida das *yields*, em relação ao final de 2014 (+38 p.b. nos dois anos e de +10 p.b. nos dez anos), resultou, sobretudo, das expectativas (consubstanciadas em 16 de dezembro) de subida de taxas por parte da Fed, no quadro de uma continuação do crescimento económico e de redução da taxa de desemprego para novos mínimos de ciclo.

No **Mercado Monetário Interbancário (MMI)**, as taxas Euribor registaram mínimos históricos em todos os prazos, refletindo as descidas nas expectativas de taxas de juro *overnight* (medidas pelos *swaps* sobre as taxas EONIA), bem como do prémio de risco no MMI europeu (medido pelo *OIS spread*), tendo terminado negativas nos três e seis meses. As taxas Euribor nos prazos de 3, 6 e 12 meses desceram, em 2015, 6 p.b., 5 p.b. e 5 p.b., para, respetivamente, -1,131%, -0,040% e 0,060%.



Os ***spreads* da dívida pública dos países periféricos da Zona Euro** face aos *bunds* desceram, em 2015 (com a maior redução nos 10 anos a ser observada pela Grécia: -155 p.b., tendo a exceção sido Espanha). O *spread* a 10 anos da Grécia fez, durante o ano (em novembro), mínimos desde dezembro de 2014, depois de terem estado penalizados durante o verão pela incerteza relativamente ao alcance de um acordo para um terceiro resgate (que acabou por ser conseguido). Os *spreads* de Espanha, Itália e Portugal registaram, durante a primavera de 2015, mínimos desde abril de 2010, com a Irlanda a fazer, no mês de maio, mínimos desde setembro de 2008. Estes movimentos favoráveis terão resultado sobretudo do acordo entre a Grécia e os credores internacionais para o terceiro resgate, mas também da postura expansionista do BCE. Espanha, não obstante ter apresentado o melhor desempenho económico, viu os *spreads* subirem 7 p.b., face aos *bunds*, em 2015, relativamente ao final de 2014, para 114 p.b., em resultado da instabilidade política, resultante da demora na constituição de Governo e dos receios de balcanização da Espanha, na sequência de uma eventual independência da Catalunha. Assim, ao longo

do ano de 2015, os *spreads* a 10 anos da Grécia, Itália, Irlanda e Portugal caíram, respetivamente, em 155 p.b., 38 p.b., 30 p.b. e 26 p.b. no prazo de 10 anos, para, respetivamente, 766 p.b. na Grécia, 97 p.b. em Itália, 61 p.b. na Irlanda e 189 p.b. em Portugal. As *yields* a 10 e a dois anos de Espanha, Itália, Irlanda, Portugal e Alemanha fizeram mínimos históricos durante o ano de 2015. Em concreto, as *yields* da dívida portuguesa a 10 anos desceram dos 2,687%, observados no final de 2014, para 2,516%, no final de 2015, tendo, em meados de março, feito um mínimo histórico de 1,560%.

Os ***spreads de crédito da dívida privada*** observaram movimentos ascendentes, sobretudo nos índices de dívida privada na Zona Euro no mercado *spot*. Também nos índices de CDS (*Credit Default Swaps*) o comportamento anual acabou por ser maioritariamente ascendente, refletindo a revisão em baixa das perspetivas de crescimento económico global, os receios em relação à situação da Grécia e da China e o aumento do risco geopolítico no Leste da Europa e no Médio Oriente. Este alargamento dos *spreads corporate* coexistiu, todavia, com uma subida anual na maioria das ações na Zona Euro e com um alívio na pressão dos mercados sobre os países periféricos. O índice Itraxx (cinco anos), referência para a Zona Euro de CDS na classe de *Investment Grade* – cuja liquidez é muito superior à do mercado *spot* e, por isso, constitui o *benchmark* do mercado de crédito –, subiu 13 p.b. no ano, para 77 p.b., ficando mais longe dos mínimos desde outubro de 2007 (48 p.b.), observados em fevereiro, tendo, perto do final de 2015, atingido máximos desde janeiro de 2014. Por seu lado, o Itraxx *Financials* (o mais exposto à crise da dívida soberana) observou uma subida de 9 p.b., fechando o ano em 77 p.b., abaixo do índice Itraxx (cinco anos), algo que não tem sido a tendência dos últimos anos, mas que era a situação habitual antes da crise, sendo que o facto de nos últimos anos ter estado normalmente acima refletiu a situação difícil da banca europeia desde o início da crise da dívida soberana.

No mercado ***cambial***, registou-se uma depreciação do euro face ao dólar, ao iene e à libra, tendo a taxa de câmbio efetiva nominal do euro diminuído 5,6%, refletindo, essencialmente, o lançamento dos novos estímulos monetários por parte do BCE.

As ***commodities*** apresentaram quedas em todas as classes, especialmente intensas na energia (-31,5%, destacando-se a descida de 35% do Brent), em resultado de um crescimento económico mundial aquém do que era esperado no início de 2015, das perspetivas de retirada das sanções ao Irão (entretanto confirmada) e do aumento da oferta, nomeadamente em resultado da produção de petróleo nos EUA (*shale oil*).

3.2. QUADRO DEMOGRÁFICO E SOCIAL

De um retrato tirado à ***estrutura demográfica*** portuguesa atual ressaltam duas dimensões distintas.

A primeira diz respeito às vastas modificações estruturais observadas nas últimas décadas, as quais podem ser divididas em dois grupos. Por um lado, têm-se observado alterações na pirâmide demográfica, sobretudo por via de um menor número de nascimentos (-26,6%, entre 2003 e 2014) e de uma diminuição do número de óbitos (terminando, em 2014, 3,3% abaixo do nível de 2003), consubstanciando-se numa passagem do saldo natural de um excedente (3 720 pessoas) para um défice (-22 549).

Para a diminuição dos nascimentos tem contribuído a queda drástica no número de casamentos celebrados (de 53,7 mil para 31,2 mil, no mesmo período), o aumento da idade média do primeiro

casamento para os dois sexos, e, mesmo fora do casamento, a idade média da mãe ao nascimento do 1.º filho (de 27,4 para 29,7 anos, em 2013).

Mais pronunciada ainda foi a modificação no saldo migratório, que caiu de 24,7 para -30,1 mil pessoas, nos últimos anos, em virtude da recessão e da consequente maior emigração. Por outro lado, beneficiando do desenvolvimento do país, apesar das recessões registadas em 2009 e entre 2011 e 2013, tem ocorrido uma notória evolução nas condições de vida. Entre estas, saliente-se a referida diminuição do número de óbitos, bem como o aumento da esperança de vida à nascença (80,2 anos, em 2014, o que significa uma subida de 2,8 anos face a 2003) e a diminuição da mortalidade infantil (4,1‰, em 2003, para 2,8‰, em 2014, que são dos valores mais baixos de sempre – o mais baixo observou-se em 2010, com 2,5‰), que é das mais baixas a nível mundial (11.º lugar no *ranking* mundial, de acordo com dados do WEF – *World Economic Forum*). Ao nível do ensino, os progressos também têm sido notórios, com a taxa de abandono precoce da educação e formação a cair para menos de metade, entre 2003 e 2014, de 41,2% para 17,4%, tendo esta evolução associada, também, uma redução do diferencial entre géneros, embora com o masculino a manter, em 2014, uma taxa de abandono superior ao género feminino (em 6,6 p.p.). Note-se que o número de matriculados no ensino primário, secundário e universitário, estão, respetivamente, em 17.º, 8.º e 29.º lugar no *ranking* do WEF.

A segunda dimensão das alterações da estrutura social prende-se com a conjuntura negativa dos últimos anos (entre 2010 e 2014, registou-se uma redução no rendimento médio disponível das famílias, com o rendimento médio da “família clássica ano” a reduzir-se de 32,2 mil euros para 29,2 mil euros), o que tem aprofundado problemas em algumas áreas e anulado parte dos progressos em outras. Até porque, não obstante as melhorias ocorridas ao nível da saúde e da educação, e apesar da rede de proteção social, Portugal encontra-se aquém da maioria dos países desenvolvidos ao nível das condições de vida e desigualdade de rendimentos. O coeficiente de *Gini* (uma medida de desigualdade) diminuiu entre 2004 e 2009 e registou desde esse ano um comportamento misto, subindo, em 2013, para 34,5% e descendo, em 2014, para 34,0%, o que qualifica Portugal como um dos países com maior desigualdade na distribuição de rendimentos da União Europeia.

Ao nível das condições de vida, a taxa de risco de pobreza, após transferências sociais, reduziu-se consideravelmente desde 1995, tendo o valor mais baixo sido alcançado em 2009/10, quando desceu para os 17,9%, encetando posteriormente uma trajetória de subida, que se fixou nos 19,5%, em 2013 e 2014 (últimos dados conhecidos), um valor superior à média europeia (16,7%, nos 28 países da União Europeia).

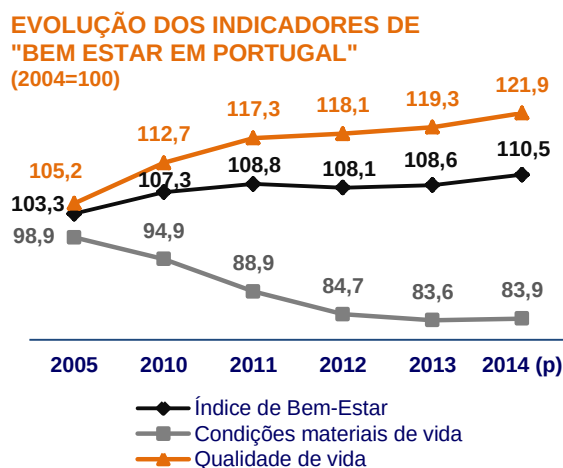
Outro fator preocupante tem sido a evolução da taxa de desemprego jovem (dos 15 aos 24 anos), que aumentou, de forma significativa, de 2009 a 2014, passando, nesse período, de 20,3% para 34,8%, valor que reflete um alívio face aos 38,1% de 2013, mas que permanece bastante elevada. Acresce que os efeitos da crise se podem converter em alterações estruturais no desemprego subjacente. A taxa de desemprego de longa duração ascendeu, em 2014, a 9,1%, um valor bastante elevado, sendo que aliviou, depois, para 7,9%, em 2015.

Nos últimos anos também se tem observado uma redução na despesa pública corrente em saúde, nomeadamente em resultado das medidas racionalizadoras acordadas no memorando de entendimento

assinado entre Portugal e a *troika*, com impacto, nomeadamente, ao nível das despesas com pessoal, em medicamentos e meios de diagnóstico. Esta redução da despesa pública na área da saúde tem ocorrido num quadro de aumento da esperança média de vida, envelhecimento populacional e acréscimo do índice de dependência de idosos. Ainda no campo da saúde, é notório que, desde 2010, se tem vindo a assistir a um aumento da despesa privada em saúde, face à despesa pública. De facto, tomando 2001 como base (índice=100), os indicadores da evolução nominal da despesa pública e da despesa privada em saúde, passaram de 153,2 e de 150,7, em 2010, para 128,8 e 151,5, em 2014, respetivamente.

Nas últimas décadas, as despesas da Segurança Social em percentagem do PIB têm evoluído a um ritmo muito elevado. Em 1995, representaram 9,1% do PIB, enquanto, em 2013, pesaram 26,8%, residindo nesta variação de grandeza um dos grandes constrangimentos da proteção social, num contexto de diminuição de beneficiários ativos da Segurança Social (a percentagem da população ativa que contribui para o sistema de Segurança Social passou de 88%, em 1995, para 79%, em 2014) e de diminuição do rácio “contribuinte/beneficiário” decorrente do envelhecimento da população.

De acordo com os resultados do estudo “Índice de Bem-Estar para Portugal”, publicado pelo INE, em novembro de 2015, este índice recuperou da redução verificada em 2012, apontando os dados preliminares relativos a 2014 para um novo crescimento, explicado pela evolução verificada na componente relativa à “Qualidade de Vida”. De facto, o “Índice de Bem-Estar”, em Portugal, evoluiu positivamente entre 2004 e 2011, atingindo o valor de 108,8 em 2011, reduziu-se em 2012 e recuperou em 2013 (108,6) e 2014, estimando-se que atinja 110,5. Este índice que tem duas componentes, “Condições Materiais de Vida” e “Qualidade de Vida”, tem beneficiado da melhoria dos indicadores de qualidade de vida, enquanto a componente “Condições Materiais de Vida” assinalou uma deterioração significativa nos últimos anos.



Fonte: INE; (p) preliminar

3.3. QUADRO REGULATÓRIO DA ECONOMIA SOCIAL

As mutualidades desempenham um papel muito importante na economia da União Europeia, através de modalidades de segurança social e da prestação de cuidados de saúde e de serviços sociais a mais de 230 milhões de cidadãos europeus e empregando mais de 350 mil pessoas.

Em Portugal, existem cerca de 120 mutualidades, que abrangem 1,1 milhões de membros e mais de 2,5 milhões de beneficiários e empregam cerca de 1 600 pessoas (excluindo as caixas económicas que lhe estão anexas).

Em 2015, tiveram lugar diversas iniciativas europeias e a publicação de regulamentação nacional dirigida às entidades da economia social.

Ao nível da União Europeia:

- Conclusões do Conselho da União Europeia (EPSCO - Ministros responsáveis pelo emprego, assuntos sociais, saúde e consumidores), da reunião de 7 de dezembro, sobre “a promoção da

economia social como um fator essencial de desenvolvimento económico e social na Europa”. O Conselho da União Europeia (EPSCO) convidou os Estados-membros e a Comissão, no âmbito das respetivas competências e na observância do princípio da subsidiariedade a estabelecer, implementar e desenvolver estratégias e programas europeus, nacionais, regionais e locais para reforçar a economia social, o empreendedorismo social e a inovação social, assim como a realizar um conjunto de iniciativas em diversos domínios: sensibilização, reconhecimento e educação; inovação social; quadro regulamentar e acesso ao financiamento. Por fim, o Conselho da União Europeia incentivou as empresas de economia social e os empreendedores sociais a envolverem-se ativamente no desenvolvimento de políticas, estratégias e iniciativas para desenvolver a divulgação e a visibilidade do setor e o respetivo impacto, bem como a cooperação direta entre si, com as autoridades públicas e com as outras partes interessadas;

- Resolução do Parlamento Europeu, de 10 de setembro, sobre empreendedorismo social e inovação social na luta contra o desemprego, com base no trabalho do Intergrupo Economia Social, daquele Parlamento, onde se propõe o reforço do estatuto jurídico da Economia Social e Solidária e a facilitação do seu acesso aos mercados públicos;
- Conferência “O papel das mutualidades na Europa”, em 14 de outubro no Parlamento Europeu, organizada pela Associação Internacional da Mutualidade;
- Livro Branco “A Economia Social...Retomar a Iniciativa. Propostas para fazer da economia social um pilar da União Europeia”, publicado pela *Social Economy Europe*, que integra diversas organizações, nomeadamente a Cooperativa António Sérgio para a Economia Social (CASES).

A nível nacional, salienta-se em 2015:

- Divulgação do projeto de “Novo Código das Associações Mutualistas”, cujo articulado foi consensualizado com a União das Mutualidades Portuguesas e teve por base a proposta do grupo de trabalho liderado pela CASES. O texto consta da publicação do Governo de Portugal “Solidariedade Social, um caminho de parceria na construção de um novo paradigma”;
- Lei n.º 76/15, de 28 de julho, que altera o Estatuto das Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), com a integração das cooperativas de solidariedade social, desde que credenciadas pela CASES, numa das espécies de IPSS;
- Decreto-Lei n.º 120/15, de 30 de junho, que estabelece os princípios orientadores e o enquadramento a que deve obedecer a cooperação entre o Estado e as entidades do setor social e solidário;
- Portaria n.º 60-A, de 2 de março, que adota o regulamento que estabelece normas comuns sobre o Fundo Social Europeu (ações formativas);
- Portaria n.º 196-A, de 1 de julho, que define os critérios, regras e formas em que assenta o modelo específico da cooperação estabelecida entre o Instituto da Segurança Social e as IPSS ou legalmente equiparadas;
- Despacho normativo n.º 19, de 25 de setembro, que define as condições a observar quanto à concessão dos apoios financeiros a atribuir a uniões, confederações e federações e às IPSS de âmbito nacional cuja atividade principal visa o desenvolvimento de ações de interesse comum a diversos estabelecimentos ou em benefícios das próprias instituições;

- Decreto-Lei Regional n.º 9, de 2 de dezembro, que adapta à Região Autónoma da Madeira o Estatuto das IPSS;
- Decreto-Lei Regional n.º 11, de 18 de dezembro, que estabelece os princípios orientadores e o enquadramento a que deve obedecer a cooperação entre o Instituto da Segurança Social da Madeira e as IPSS e outras instituições equiparadas que prosseguem atividades sociais na Região Autónoma da Madeira.

Neste campo regulamentar destaca-se, por fim, a publicação do Decreto-Lei n.º 190/15, de 10 de setembro, que aprova o regime jurídico das caixas económicas e altera dois artigos do Código das Associações Mutualistas. Este diploma determina a classificação das caixas económicas em duas modalidades – caixas económicas anexas (ativo inferior a 50 milhões de euros) e caixas económicas bancárias (ativo superior ou igual a 50 milhões de euros). Esta divisão das caixas económicas nas duas modalidades visa consagrar expressamente e de forma transparente a diferença, perante o mercado e os consumidores, de atuação e posicionamento no setor bancário entre as caixas económicas que pretendem exercer uma atividade bancária limitada e aquelas que pretendam atuar sob uma licença de atividade bancária universal e de forma muito similar aos bancos. À luz destes critérios a Caixa Económica Montepio Geral é classificada como caixa económica bancária, dada a sua dimensão e posição de mercado.

4. INDICADORES GLOBAIS

INDICADORES	2013	2014	2015
DIMENSÃO / ATIVIDADE			
Associados (unidades)	579 530	630 513	632 931
Inscrições (número)	1 008 557	1 090 222	1 054 671
Inscrições por Associado (número médio)	1.74	1.73	1.67
Pensionistas (unidades)	8 021	8 104	8 226
Ativo Bruto (milhares de euros)	4 097 868	4 783 684	4 308 971
Ativo Líquido (milhares de euros)	4 068 378	4 748 356	3 864 071
BENEFÍCIOS COMPLEMENTARES DE OFERTA			
Acordos em vigor (número de entidades)	1 052	1 139	1 202
RENDIBILIDADE			
Resultado do Exercício (milhares de euros)	70 271	41 461	- 393 120
Resultado do Exercício sem o efeito extraordinário de Provisões e Imparidades (milhares de euros)	-	64 479	36 417
Receitas Associativas (milhares de euros) (a)	875 068	962 596	482 850
Cash Flow do Exercício (milhares de euros)	80 706	77 227	39 505
Resultado do Exercício / Ativo Líquido Médio	1.88%	0.93%	-8.79%
Resultado do Exercício sem efeito extraordinário de Provisões e Imparidades / Ativo Líquido Médio	-	1.5%	0.8%
SOLIDEZ FINANCEIRA			
Situação Líquida (Fundos Próprios, Reservas e Resultados) (milhares de euros)	650 808	682 262	207 717
Situação Líquida sem o efeito extraordinário de Provisões e Imparidades (milhares de euros)	-	719 272	674 266
Situação Líquida / Ativo Líquido Médio	17.4%	15.3%	4.6%
Situação Líquida sem o efeito extraordinário de Provisões e Imparidades / Ativo Líquido Médio	-	16.1%	15.1%
Grau de Cobertura das Responsabilidades (b)	1.132	1.159	1.170
Ativo Financeiros / Provisões Matemáticas	1.190	1.173	1.080

(a) Quotas e Capitais Recebidos (exclui "Rendas Vitalícias" e "Rendas Temporárias", por não serem consideradas modalidades mutualistas)

(b) Fundos, Reservas e Provisões Matemáticas / Provisões para Riscos e Encargos

5. MISSÃO, GOVERNO E ESTRATÉGIA

MISSÃO E VALORES

O Montepio Geral Associação Mutualista (MGAM), fundado em 1840, é uma instituição particular de solidariedade social, secular, e na observância dos princípios de solidariedade, de entreajuda, de sustentabilidade social, de integridade e de participação associativa, tem por missão e finalidade desenvolver ações de proteção social, nomeadamente nas áreas da segurança social e da saúde, promover a cultura e a melhoria da qualidade de vida dos seus associados e familiares, e beneficiários por aqueles designados.

A concretização destes fins realiza-se através da criação e oferta de modalidades individuais e coletivas, através da constituição, organização e gestão de equipamentos sociais e de serviços de saúde, obras sociais e outras formas de proteção social, e do desenvolvimento de atividades que se destinam a proporcionar benefícios sociais, prevenir ou suprir contingências da vida e saúde dos associados.

A **missão** do MGAM reveste-se de reforçada utilidade pública e social, como entidade que atua para complementar as políticas sociais do Estado, num contexto de constrangimentos económico-financeiros, designadamente em matéria de previdência e proteção social e da prestação de cuidados de saúde e assistenciais, domínios que se encontram em expansão, em face do envelhecimento da população e do contexto económico e social envolto em riscos e incertezas. Neste âmbito, o MGAM tem vindo a promover dinâmicas institucionais privadas, visando o bem-estar social, alicerçadas em valores e princípios humanistas como a liberdade, a igualdade, a responsabilidade e a autonomia social.

ÓRGÃOS DE GOVERNO

O modelo de governo do MGAM está em conformidade com o regime jurídico das associações mutualistas, que se encontra vertido nos seus estatutos.

O modelo de governo do MGAM compreende a Assembleia Geral, composta por todos os associados maiores de idade, no pleno exercício dos seus direitos associativos, o Conselho de Administração (CA) que exerce a administração da Associação, o Conselho Geral, responsável pela orientação estratégica e aconselhamento ao CA e o Conselho Fiscal, com funções de fiscalização.

Para além destes órgãos definidos estatutariamente, é eleita trienalmente, pela Assembleia Geral, uma Comissão de Vencimentos, que submete à deliberação da Assembleia a política de remuneração dos membros dos órgãos associativos, apresentada em ponto próprio deste relatório. Neste domínio, o MGAM recorre igualmente aos serviços de auditores externos independentes, que são atualmente prestados pela KPMG & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.

O cumprimento das competências e funções dos diversos órgãos de governo do MGAM orienta-se por um conjunto de princípios, como a responsabilidade, a transparência, a prudência e a legitimidade, bem como regras de gestão expressas no Código de Conduta, que se conciliam com o perfil de instituição solidária, e ética, que persegue um elevado padrão de responsabilidade social.

Os membros dos órgãos de governo do MGAM são eleitos pelos associados, por métodos democráticos, sendo o direito de voto exercido pela atribuição de um voto a cada Associado.

Em 2 de dezembro, os associados do MGAM, maiores de 18 anos e com mais de dois anos de vida associativa, elegeram, em Assembleia Geral, os membros dos órgãos associativos para o triénio de 2016-2018, que constam do ponto 1 deste relatório.

Merece ainda referência, neste ponto, o aprofundamento do processo de especialização dos órgãos de governo da Caixa Económica Montepio Geral (CEMG), que se tinha iniciado em 2013, com a entrada em vigor dos seus novos estatutos e que prosseguiu, em julho de 2015, com outras alterações estatutárias, que deram origem à criação de novos órgãos, nomeadamente, de três Comitês (Riscos, Remunerações e de Avaliações) e a alterações no

Eleição dos Órgãos Associativos do MGAM para o Triénio 2016-2018

No dia 2 de dezembro de 2015, realizou-se a Assembleia Geral eletiva, em que foram eleitos os Órgãos Associativos do Montepio Geral Associação Mutualista para o triénio 2016-2018.

O ato eleitoral foi bastante participado, reforçando a tradição democrática de uma instituição de referência no panorama mutualista nacional, com mais de 175 anos, comprovando a sua vitalidade e a importância na economia e na sociedade portuguesa.

processo de eleição dos mesmos, passando os membros do Conselho Geral e de Supervisão e o Presidente do Conselho de Administração Executivo a ser eleitos pela Assembleia Geral da CEMG.

Em 5 de agosto de 2015, teve lugar a eleição dos membros dos novos órgãos de governo da CEMG para o triénio 2016-2018, passando as duas instituições a ter órgãos de gestão e de fiscalização especializados.

ESTRATÉGIA

O MGAM tem vindo a apresentar como desígnio estratégico, a consolidação da sua posição de maior associação nacional, promotora e gestora de regimes complementares de Segurança Social, individuais e coletivos, de serviços e equipamentos sociais e de serviços da economia do bem-estar e da qualidade de vida, através de uma gestão dinâmica, prudente e ética, respeitando os valores mutualistas de solidariedade e participação associativa, com elevados padrões de responsabilidade e sustentabilidade social, contribuindo para o desenvolvimento e consolidação da Economia Social e do Terceiro Setor em Portugal.

São prioridades estratégicas assegurar que toda a atividade é orientada para a ação socialmente relevante, para o crescimento e fortalecimento da dimensão mutualista e para a maximização dos benefícios atribuídos aos associados e familiares, afirmando o MGAM como motor e dinamizador de todo o Grupo Montepio.

Por forma a concretizar o seu posicionamento estratégico e beneficiar do potencial identificado, têm sido definidos objetivos de crescimento sustentado da sua base associativa que permitam levar soluções mutualistas a um universo cada vez maior da população, nomeadamente através da captação de novos associados, explorando o potencial existente no Grupo Montepio.

A atuação estratégica do MGAM assenta num crescimento sustentado, baseado em respostas diferenciadas e qualificadas face às necessidades de proteção perante contingências e riscos, previdência complementar, serviços de saúde e equipamentos sociais. Neste contexto, reveste-se de importância estratégica melhorar a adequação das modalidades existentes, alargar a oferta, nomeadamente através da inovação social, designadamente nas áreas da saúde e ação social, desenvolver parcerias e redes

colaborativas, conceber novas soluções e mecanismos de adesão associativa e aprofundar as relações com os associados.

Nos últimos anos, de crise profunda e de grande impacto sobretudo no braço bancário do grupo, a CEMG tem prosseguido uma estratégia de mitigação de riscos, traduzindo-se na diversificação da atividade comercial, com vista a contornar os riscos de excessiva concentração inerentes ao mercado imobiliário (habitação e construção), onde a CEMG desenvolvia essencialmente a sua atividade. Esta progressiva reconversão do modelo de negócio tem permitido à CEMG executar uma desalavancagem, assegurando a sua resiliência ao contexto de pós-crise.

O MGAM tem tido como principal propósito a afirmação da sua missão de utilidade pública e social, complementar dos sistemas públicos de segurança social e de saúde e o ajustamento do funcionamento e da organização do Grupo ao novo modelo de especialização dos órgãos de governo e dos respetivos processos.

Tendo por base o Programa apresentado pela lista vencedora das eleições do dia 2 de dezembro de 2015 (Lista A), foram elaboradas, e aprovadas pelo Conselho Geral, as Linhas

de Orientação Estratégica (LOE's) do MGAM para o triénio 2016-2018 que alicerçaram a elaboração do Programa de Ação e o Orçamento para 2016, aprovado na Assembleia Geral de 29 de dezembro de 2015.

Este documento tem em vista dar cumprimento às LOE's, definindo nove vetores de atuação para 2016:

1. **Crescimento sustentado dos associados e das receitas associativas líquidas**, prossequindo o crescimento do número de associados, com vista a obter um milhão de associados, a médio prazo, aumentando, também, o número de subscrições por associado e continuando o aproveitamento do potencial dos canais bancário e das restantes entidades do grupo, bem como dos canais eletrónicos e de outras vias de acesso aos associados, a partir de parceiros da área social.
2. **Melhor adequação das Modalidades**, procedendo à revisão das características das modalidades, adaptando-as às condições de mercado, designadamente das modalidades com taxas técnicas

GRUPO MONTEPIO GERAL

O **Montepio Geral Associação Mutualista**, enquanto instituição de referência da **economia social** e pela sua qualidade de **mutualidade**, incorpora características únicas e distintas dos seus parceiros, expressas nos seus valores humanistas e de solidariedade.

O MGAM constitui o centro estratégico do Grupo Montepio. As empresas que o constituem têm por objetivo auxiliar a realização dos fins mutualistas, através da oferta de produtos e de serviços bancários e financeiros que permitam a satisfação integral das necessidades financeiras dos associados e dos clientes.

São consideradas estratégicas as seguintes entidades:

- **Caixa Económica Montepio Geral (CEMG)**: anexa à Associação Mutualista, classificada como caixa bancária, responsável pelo exercício da atividade bancária do grupo Montepio;
 - **Montepio Holding, SGPS, SA** e respetivas participações financeiras, indiretamente através da CEMG;
 - **Montepio Seguros SGPS,SA**: abrange as entidades que desenvolvem atividade de seguros e de fundos de pensões (Lusitania, Lusitania Vida, N Seguros e Futuro);
 - **Montepio Gestão de Activos SA**: gestão de patrimónios financeiros, com foco nos fundos de investimento mobiliário e de gestão de carteiras;
 - **Residências Montepio SA**: gestão de equipamentos sociais e promoção de serviços de saúde, de bem-estar e qualidade de vida.
- Fazem ainda parte do grupo Montepio um conjunto diversificado de entidades que exercem atividades complementares, designadamente, no sector imobiliário (**Montepio Gestão de Ativos Imobiliários, Montepio Imóveis**). Para as ações de Responsabilidade Social, o grupo conta com a **Fundação Montepio**.

desfasadas das condições referenciais atuais, e criando modalidades mais flexíveis, inovadoras e de fácil adesão, através de pacotes de oferta para famílias e modalidades coletivas, como resposta às necessidades de previdência complementar empresarial.

3. **Desenvolvimento de serviços e equipamentos sociais**, prosseguindo a oferta de novos equipamentos e serviços na área de cuidados continuados e das residências, através da Residências Montepio – Serviços de Saúde, desenvolvendo a atuação na área da prevenção e da melhoria da rede de cuidados de saúde e bem-estar, no alargamento do apoio domiciliário e na prestação de cuidados continuados e de proximidade.
4. **Intensificar a vinculação e aprofundar a relação associativa**, prosseguindo o desenvolvimento de atividades de cariz lúdico, cultural, formativo e desportivo para os associados e suas famílias, aumentando a atividade nos espaços “Atmosfera m”, criando a Academia Montepio e dinamizando o Clube Pelicas.
5. **Reforçar a identidade própria e a promoção do mutualismo**, aprofundando a autonomização da marca/identidade da associação no seio do grupo e na sociedade, aumentando a visibilidade das características de diferenciação das modalidades mutualistas em termos de objetivos/necessidades a satisfazer, condições, cobertura de riscos ou rendimento assim como a restante oferta de serviços e equipamentos sociais.
6. **Desenvolver o modelo de governo e o sistema de controlo interno**, efetuando um diagnóstico profundo sobre as melhorias a introduzir nos sistemas, processos, políticas e procedimentos, face às novas condições de funcionamento decorrentes da adoção do novo modelo de governo, que ditou a maior especialização da CEMG, e à luz dos requisitos regulatórios exigidos a outras entidades do setor financeiro.
7. **Continuar a política de cooperação e de intervenção social**, prosseguindo a política de cidadania institucional ativa e dinâmica, no domínio da educação financeira dos cidadãos, aprofundando a atuação das intervenções de Responsabilidade Social, prosseguindo as ações da Fundação Montepio e definindo princípios de sustentabilidade, a respeitar pelas entidades do grupo.
8. **Ajustar o funcionamento e a organização do grupo**, adaptando os processos, meios e recursos ao novo modelo de governação, baseado na especialização dos órgãos de governo das entidades do grupo.
9. **Desenvolver o potencial do grupo e assegurar o alinhamento estratégico**, procedendo aos investimentos e desinvestimentos que se revelem necessários para mitigar riscos, otimizar recursos e majorar a criação de valor. A elaboração de um Plano Estratégico para o Grupo, que assegure a articulação estratégica das diversas entidades, defina o papel de cada uma e o respetivo contributo

para os objetivos globais de geração de valor, num quadro de otimização e eficiência, em prol da concretização da visão e fins mutualistas e respeitando a sua autonomia estratégica, bem como a criação de um Comité de Empresas Participadas que proceda à articulação das empresas e ao controlo do plano do grupo, são as principais metas nesta área.

No início de 2016, foi já criado e entrou em funcionamento este Comité de Empresas Participadas (CEP). O CEP integra os membros dos órgãos de administração das diversas empresas do Grupo Montepio, sendo coordenado pelo Presidente do Conselho de Administração do MGAM e secretariado pelo Centro Corporativo do Grupo Montepio, órgão também criado em janeiro de 2016. O Centro Corporativo funciona na dependência direta do Presidente do Conselho de Administração do MGAM, tendo por missão coadjuvá-lo na definição e exercício da gestão estratégica do Grupo Montepio, no controlo de gestão e promoção de sinergias de grupo, facilitando a articulação entre as empresas e a sua homogeneidade de princípios, valores e finalidades.

6. RESPONSABILIDADE SOCIAL

Em 2015, verificou-se uma etapa decisiva para o desenvolvimento da estratégia de responsabilidade social, tendo sido elaborado o primeiro relatório de sustentabilidade, relativo a 2014, que englobou a Associação Mutualista, a Caixa Económica e a Fundação.

Para além desta ação, foi dada continuidade a um vasto plano de iniciativas promovidas pelos diversos sectores do Montepio, em prol do desenvolvimento integrado da missão e dos valores mutualistas.

RESPONSABILIDADE SOCIAL INTERNA

No domínio da responsabilidade social interna, salienta-se o programa de voluntariado corporativo, com um total de 1 400 colaboradores (ativos e reformados) inscritos na bolsa de voluntariado.

Durante o ano de 2015, o Gabinete de Responsabilidade Social promoveu 34 iniciativas de voluntariado corporativo, em articulação com a Direção de Recursos Humanos e com a Fundação Montepio. O desenvolvimento do programa de voluntariado corporativo envolveu o estabelecimento de parcerias com 36 entidades externas, nos diversos domínios de atuação - social, ambiental, proteção animal e cultural.

Merece especial destaque a realização da 3ª edição do Dia do Voluntariado do Grupo Montepio, que abrangeu, em simultâneo, 23 ações em locais diferentes, com cerca de 400 voluntários no terreno, envolvendo mais de 500 pessoas, nomeadamente, clientes das entidades beneficiadas e estudantes de escolas profissionais.

Igualmente a destacar, em 2015, a presença no *workshop* da Escola Superior de Saúde, a formação em Educação Financeira para jovens adultos e o *workshop* sobre Comunicação e Motivação para os técnicos da Casa do Telhal.

Salienta-se, ainda, a participação nos Programas “Novos Líderes para a Cidadania”, “Como Mobilizar as Empresas para Projetos Sociais” e “Projetos de Inovação Comunitária”, todos em parceria com o GRACE e o projeto voluntariado de leitura, em conjunto com o CITI, Centro de Investigação para Tecnologias Interativas, da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

Estiveram envolvidos, nas diversas ações que decorreram ao longo do ano, 224 colaboradores voluntários.

Refira-se, ainda, a elaboração e lançamento do Guia “Como ser Solidário sem sair do Trabalho”, entregue a todos os colaboradores do Montepio, através de encarte na Revista “Em Direto”, e o lançamento do Programa *E-learning* de Voluntariado Corporativo do Grupo Montepio, que foi disponibilizado na intranet, entre os dias 15 de maio e 30 de junho.

RESPONSABILIDADE SOCIAL EXTERNA

As ações desenvolvidas pelo Grupo Montepio no domínio da responsabilidade social externa são prioritariamente assumidas pela Fundação Montepio, instituição particular de solidariedade social criada, em 1995, pelo Montepio Geral Associação Mutualista.

A Fundação Montepio assume a representação do Montepio junto de entidades nacionais e internacionais, nos domínios da economia social e da responsabilidade social, preside ao GRACE, e é membro da Direção da *Junior Achievement* Portugal e da Confederação Portuguesa de Voluntariado, participando ativamente no Centro Português de Fundações e no BCSD – Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável.

PROJETOS PRÓPRIOS DA FUNDAÇÃO MONTEPIO

Dando continuidade à atuação dos anos anteriores, a Fundação desenvolveu, em 2015, os seguintes projetos próprios:

- **Prémio Voluntariado Jovem**

Foi testado um novo modelo de implementação deste prémio: cinco organizações foram selecionadas para participar no “Dia do Voluntariado Jovem”, dedicado à construção de um projeto de voluntariado que respondesse ao problema do desemprego jovem. As entidades participantes foram: Associação Erasmus Student Network Minho (Braga), Associação Grupo de Caretos de Podence (Macedo de Cavaleiros, Bragança), Bué Fixe – Associação de Jovens (Amadora, Lisboa), Lifeshaker – Associação (Almada, Setúbal) e “Sonha, Faz e Acontece – Associação de Empreendedorismo Social e Voluntariado” (Lisboa).

As equipas, todas constituídas por jovens, apresentaram as suas ideias perante um Júri, que escolheu a proposta vencedora. O Prémio, no valor de 5 mil euros, foi entregue à “Sonha, Faz e Acontece – Associação de Empreendedorismo Social e Voluntariado”, que apresentou o projeto “Faz Acontecer Emprego”, dedicado ao desemprego jovem dos estudantes dos PALOP.

Pela qualidade e inovação dos projetos, o júri decidiu atribuir, a título excecional, quatro menções honrosas e prémios monetários, no valor de 500 euros, a cada uma das restantes quatro organizações finalistas.

- **Prémio Escolar Montepio**

Esta iniciativa visa apoiar projetos educativos inovadores e de qualidade desenvolvidos por estabelecimentos de ensino público, do 3º ciclo de ensino básico, do continente e regiões autónomas, através da disseminação das boas práticas educativas que melhorem as condições de aprendizagem e a aproximação da comunidade à escola, prevenindo o abandono e o insucesso escolares.

Dando continuidade às edições anteriores e à revisão do regulamento, formulário e estratégia de divulgação do prémio escolar, em 2015, catorze estabelecimentos de ensino apresentaram um projeto para candidatura ao Prémio Escolar Montepio. Na sua 7ª edição, a Fundação Montepio distinguiu dois agrupamentos de escolas (de Vila Cova – Barcelos e de Pedrouços – Maia) com prémios no valor total de 29,7 mil euros, viabilizando, desta forma, iniciativas que envolveram mais de 253 docentes e 3 009 alunos.

- **Frota Solidária**

No ano de 2015, foi dada continuidade ao projeto “Frota Solidária”, criado com o objetivo de apoiar a mobilidade dos utentes das organizações de economia social e devolver à sociedade os montantes que os contribuintes atribuem à Fundação Montepio, através da consignação fiscal. Foram recebidas 513 candidaturas nesta 8ª edição da Frota Solidária, que permitiu a entrega de 20 viaturas a diversas entidades, com forte dispersão geográfica, em cerimónia realizada em Braga.

PROJETOS DESENVOLVIDOS EM PARCERIA

Em parceria com outras entidades, a Fundação desenvolveu, em 2015, os seguintes projetos:

- **Projeto MAIS – Melhor Ação e Inovação Social**

O projeto de capacitação “MAIS – Melhor Ação e Inovação Social” resulta de uma parceria entre a Fundação Montepio, o Programa Cidadania Ativa - EEA Grants | Fundação Calouste Gulbenkian, a UDIPSS-Porto, a TESE - Associação para o Desenvolvimento, a Accenture, a Católica Porto Business School e a Impulso Positivo, e tem como objetivo a formação na área da gestão de dirigentes e técnicos de organizações da economia social.

Em 2015, a terceira edição deste projeto foi implementada na área de Santarém, com o apoio da UDIPSS de Santarém, e permitiu, até ao momento, após 128 horas de formação, capacitar 53 dirigentes de 43 organizações da economia social.

- **Projeto Cuidar Melhor**

Na área de intervenção “Comunidade”, o projeto “Cuidar Melhor” visa contribuir para a inclusão e promoção dos direitos das pessoas com demência, bem como para o apoio e valorização dos familiares e profissionais que lhes prestam cuidados.

Esta ação resulta de uma parceria entre a Fundação Montepio, a Fundação Calouste Gulbenkian, a Associação Alzheimer Portugal e o Instituto de Ciências da Saúde da Universidade Católica Portuguesa, aos quais se associaram as empresas Sonae Sierra, a Lusitania Seguros e os municípios de Cascais, Oeiras e Sintra.

Um dos objetivos do projeto consiste na criação de gabinetes técnicos pluridisciplinares. Atualmente, estão em funcionamento três gabinetes, um em cada um dos referidos concelhos, que prestam serviços de informação, encaminhamento, apoio jurídico, formação, alívio ao cuidador e serviços clínicos, tais como, avaliações neuropsicológicas e sessões de estimulação cognitiva à Pessoa com Demência e consultas de apoio psicológico ao cuidador. Durante o ano de 2015, os três gabinetes em funcionamento realizaram 523 atendimentos a cuidadores familiares e efetuaram 538 serviços clínicos.

O projeto visa também desenvolver o conceito “Memory Café” no País, que consiste na criação de um local de encontro para pessoas com problemas de memória ou demência e seus familiares, para partilha de experiências e suporte mútuo. No ano 2015, foram lançados 4 novos Cafés Memória (Oeiras, Viseu, Braga e Guimarães) e renovadas as parcerias para um 2º ou 3º ano de atividade dos Cafés Memória de Lisboa (3), Cascais, Viana do Castelo e Porto. Ao longo de 2015, os Cafés Memória reuniram 463 participantes (num total de 1 676 participações). O “Cuidar Melhor” pretende, ainda, sensibilizar a comunidade para o tema das Demências, tendo realizado 25 ações de sensibilização, com 1 318 participantes e efetuando 22 ações de formação para cuidadores familiares e profissionais nesta área específica de intervenção, 16 das quais dirigidas a familiares e 6 dirigidas a profissionais, tendo reunido 230 participantes.

- **Projeto GEPE – Grupos de Entreeajuda para a Procura de Emprego**

Neste projeto, promovido e financiado pelo Instituto Padre António Vieira, estiveram ativos 51 grupos, repartidos por Grande Lisboa, Grande Porto, Albergaria-a-Velha, Aveiro, Ílhavo, Ovar, S. João Madeira, Sta. Maria da Feira, Braga, Covilhã, Estremoz, Leiria, Torres Vedras, Póvoa de Varzim, Santarém, Ourém, Setúbal, Palmela, e Viana do Castelo.

Estes grupos foram acolhidos por 47 instituições anfitriãs e dinamizados por uma centena de animadores voluntários que semanalmente acompanharam 727 participantes.

Durante o ano 2015 foram ainda desenvolvidas as seguintes atividades: Congresso GEPE (149 participantes), Encontro Regional de Animadores em Ourém (18 participantes de 4 Grupos), Avaliação do Projeto 2013-2015, diversas sessões de formação, História do Futuro (3 formações de 6 dias sobre empregabilidade, com mais de 70 participantes).

O Projeto GEPE apresentou uma taxa de empregabilidade de 35,4% dos participantes, nos vários grupos de entreeajuda.

- **Plataforma de Fontes de Financiamento para a Economia Social**

Em fase de desenvolvimento informático, continua em construção a Geofundos, Plataforma que visa aumentar a capacitação e a sustentabilidade das entidades da economia social. Este projeto, nascido da parceria com a Fundação Gulbenkian, a Fundação PT e a Fundação EDP, visa colmatar os respetivos défices existentes na economia social.

- **Projeto de Governação Integrada - GOVINT**

Durante o ano de 2015 a Fundação assegurou a participação do Montepio no Projeto de Governação integrada, que nasceu de uma iniciativa de parceria entre diversas entidades, com vista a refletir e induzir práticas de governação integrada em todos os setores, com especial predominância na economia social, de modo a enfrentar problemas sociais complexos.

- **Programa de Impacto Social**

Em parceria com outras entidades, a Fundação Montepio promoveu e financiou alguns projetos que visaram contribuir para o desenvolvimento da qualidade da intervenção das organizações, bem como para a capacitação dos atores da economia social.

Neste âmbito, numa parceria entre a Fundação Montepio, a CASES e a 4Change, foi lançada a 2ª edição do Programa Impacto Social, dedicado à medição e demonstração do impacto social das intervenções das organizações da economia social, com utilização da metodologia SROI – *Social Return on Investment*.

O Programa culminou com uma conferência internacional sobre o tema, no âmbito da qual as 10 organizações selecionadas tiveram oportunidade de apresentar os seus projetos, perante um painel de potenciais parceiros e investidores, para uma audiência de mais de 200 pessoas. As organizações selecionadas para apresentar a análise SROI dos seus projetos foram: Associação Alzheimer Portugal; CRESAÇOR – Cooperativa Regional de Economia Solidária; Cruz Vermelha Portuguesa; Cruz Vermelha Portuguesa – Delegação de Fafe; EAPN Portugal; Espaço t – Associação para o Apoio à Integração Social e Comunitária; FISOOT - Cooperativa de

Solidariedade Social; Raríssimas – Associação Nacional de Deficiências Mentais e Raras; Silêncio Sonoro - Associação Cultural e Juvenil; e Via Hominis CRL.

- **Apoio à Capacitação dos Atores da Economia Social**

A Fundação Montepio manteve os protocolos com estabelecimentos de ensino superior, de modo a permitir a formação em economia social e mutualismo e celebrou cinco protocolos com o objetivo de disponibilizar competências a dirigentes e profissionais das organizações do terceiro setor:

- ✓ **RUTIS** (Rede de Universidades de Terceira Idade): Protocolo celebrado, em 19 de junho de 2013 e concluído em 2015 (última *tranche* no valor de 15,5 mil euros), no âmbito do Projeto “Rede de Excelência UTIS, visou a implementação do Processo de Certificação baseado na Norma ISO29990:2010 – *Learning Services for non-formal education and training*, materializado na certificação e recertificação de 114 Universidades da Terceira Idade, ao longo dos últimos 3 anos;
- ✓ **APQ** (Associação Portuguesa de Qualidade): Protocolo celebrado em maio de 2015, tendo como objetivo a criação e financiamento de um programa de certificação da qualidade - Sistema de Gestão da Qualidade, baseado no Modelo de Certificação *EQUASS Assurance* - dirigido a organizações de economia social, no âmbito da governação integrada e capacitação da economia social.
- ✓ **FSI** (*Finance for Social Impact*): Protocolo de cooperação celebrado em maio de 2015, tendo em vista a criação e o financiamento anual de um programa de consultoria e acompanhamento em sustentabilidade, dirigido a organizações de economia social.
- ✓ **APEE** (Associação Portuguesa de Ética Empresarial): Foi criada a 1.ª edição do Prémio de Reconhecimento das práticas de Responsabilidade Social, onde a APEE, com o apoio da Fundação Montepio, atribuiu cinco distinções: Ajuda de Mãe (Categoria Comunidade), APSD – Associação Portuguesa de Solidariedade e Desenvolvimento (Categoria Comunidade), Cercioeiras (Categoria Comunidade) e Paramédicos de Catástrofe Internacional (Categorias de Direitos Humanos e de Voluntariado).
- ✓ **APAV** (Associação Portuguesa de Apoio à Vítima): O Prémio APAV para a Investigação destina-se a premiar trabalhos de investigação científica sobre temas ou problemas relacionados com a missão da APAV: “Apoiar as vítimas de crime, suas famílias e amigos, prestando-lhes serviços de qualidade, gratuitos e confidenciais e contribuir para o aperfeiçoamento das políticas públicas, sociais e privadas centradas no estatuto da vítima”, de modo a contribuir para o conhecimento geral ou específico dos temas ou problemas relacionados com as vítimas de crime, ou para a melhoria de qualidade dos serviços de apoio à vítima em Portugal, em áreas científicas diversas, tais como Direito, Psicologia, Serviço Social, Sociologia, História, Economia, Saúde, Antropologia, Criminologia, Vitimologia, ou Pedagogia.

7. VALORIZAÇÃO DAS RELAÇÕES ASSOCIATIVAS E DIFUSÃO DO MUTUALISMO

IDENTIDADE CORPORATIVA

A Associação Mutualista reforçou a sua autonomia corporativa, em janeiro de 2015, com uma nova assinatura – *Juntos por todos* –, com uma nova cor e uma nova iconografia. Esta nova construção permitiu reunir condições para uma reforçada afirmação da dimensão de entidade de natureza associativa e mutualista, garantindo, desta forma, uma construção de marca autónoma, que contraria a histórica diluição na dimensão bancária e financeira da Caixa Económica e propicia condições para a veiculação de valores, projetos e iniciativas específicas da sua missão.



A marca “Associação Mutualista Montepio” constitui peça fundamental da estratégia, seja pelo modo como aproxima a instituição dos seus vários públicos, com especial enfoque nos associados, seja porque afirma a mutualidade a partir dos seus atributos de relação, confiança, entreadajuda ou solidariedade.

Construída a nova marca, foi momento de a revelar aos portugueses, para o que foi implementada uma campanha de comunicação que marcou presença em televisão, *outdoors*, imprensa, rádio e meios digitais, e que inovou, pela primeira vez, em Portugal, a tecnologia *shazam* para televisão, que foi associada a uma campanha, permitindo aos telespetadores, a partir do visionamento do anúncio, ativarem uma interação via aplicações de dispositivos móveis e conhecerem e acederem a condições exclusivas na adesão à Associação Mutualista.

Mais que uma revelação de marca, a campanha multimeios, divulgada nos meses de janeiro e outubro, marcou uma estratégia comunicacional que se pretendeu abrangente e diferenciadora, mas alinhada com as dimensões emocionais, relacionais e humanas da Instituição.



CELEBRAÇÕES DO 175.º ANIVERSÁRIO

Ao longo de 175 anos de atividade, durante os quais assistiu (e resistiu) a acontecimentos e contextos económicos, políticos e sociais que mudaram Portugal e o Mundo, a Associação Mutualista nunca deixou de contribuir para o desenvolvimento do País, afirmando a solidariedade e a cidadania ativa.

Este caminho conjunto e solidário, construído a partir da relação firmada entre a Instituição, os associados e a sociedade civil não poderia deixar de ser celebrado. Assim, 2015 ficou marcado pela realização de um conjunto alargado de iniciativas que reuniram associados e a sociedade civil em torno da celebração da vida e relevância de uma instituição criada por pessoas, para pessoas e pelas pessoas.

Em Nome da Cidadania

A inauguração do espaço atmosfera m, em Lisboa, a 5 de fevereiro, marcou o arranque do programa de comemoração do 175.º aniversário da Associação Mutualista Montepio.

A cidade de Lisboa passou a acolher, a partir dessa data, um novo projeto alinhado com a missão mutualista da Instituição, desenvolvido a pensar na sociedade civil e que se concretiza na disponibilização de um “espaço de cidadania” orientado ao pensamento, reflexão, aprendizagem, arte, cultura, solidariedade e intervenção cívica.



175 Anos traduzidos pela Filatelia

A arte filatélica associou-se à celebração e, no início do mês de outubro, na presença do Conselho de Administração do Montepio Geral – Associação Mutualista e do Presidente Executivo dos CTT, Francisco de Lacerda, foi apresentada a emissão de selos comemorativos do 175.º aniversário da Associação Mutualista, um marco histórico para a Instituição, que, assim, registou o caminho percorrido desde 1840 e confirmou que a história do Montepio também é a história do País.



Sob o Signo do Pelicano – História do Montepio Geral 1840 – 2015

A investigação levada a cabo, ao longo de cinco anos, pela equipa liderada pelo historiador José Eduardo Franco, concretizada na obra *Sob o Signo do Pelicano – História do Montepio Geral 1840 – 2015*, revela, ao longo de 600 páginas, histórias, factos e personagens da Associação Mutualista, instituição que assume, ao longo de quase dois séculos, papel incontornável na história social e financeira do País.

Mais que a história da mutualidade, o conteúdo desta obra revela a história social e económica de Portugal, do reinado de D. Maria II aos tempos recentes.



“Mundo” pela voz de Mariza

O 175.º aniversário do MGAM foi também comemorado com dois espetáculos assegurados por Mariza, que assinalou a data e a efeméride nos coliseus de Lisboa e Porto, a 4 e 9 de outubro, respetivamente.



3.ª Corrida Montepio

A 3ª Corrida Montepio realizada em Lisboa, a 25 de outubro, Dia do Mutualismo, reuniu mais de 11 mil participantes, cujos valores de inscrição reverteram, integralmente, a favor da Liga Portuguesa Contra o Cancro (LPCC), entidade de referência no apoio ao doente oncológico e família,

na promoção da saúde, prevenção do cancro e estímulo à formação e investigação em oncologia.



Inspirados no lema “Corremos uns pelos outros”, mais de 11 000 participantes (associados, clientes e amigos da Instituição) angariaram 63 mil euros, diretamente canalizados para o apoio às famílias beneficiárias da LPCC.

A iniciativa foi constituída por três provas: uma corrida com percurso de 10km, uma caminhada com percurso de 5km e uma prova dirigida a crianças com idades compreendidas entre os 5 e os 11 anos.

1.ª Corrida Pelicas

Em 20 de junho, realizou-se a 1.ª edição da Corrida Pelicas. Esta iniciativa solidária destinada às crianças reuniu, em Lisboa, cerca de 500 participantes e permitiu a angariação de 2,5 mil euros destinados à Operação Nariz Vermelho, numa associação aos Doutores Palhaços e à missão de levarem alegria às crianças hospitalizadas.



Com organização do MGAM, a Corrida Pelicas teve por objetivo estimular, desde cedo, comportamentos e hábitos de vida saudável e concretizou-se ao longo de uma manhã pontuada pela boa disposição e pela participação de jovens, dos cinco aos 13 anos de idade, em provas de corrida divididas por vários escalões.



COMUNICAÇÃO ASSOCIATIVA

Na Associação Mutualista Montepio a comunicação é considerada ferramenta fundamental para o fortalecimento dos laços de pertença de uma comunidade de 650 mil cidadãos, que, juntos, constituem a maior associação portuguesa e uma das maiores da Europa.

Entre os suportes de comunicação com edição periódica, destacam-se:

- a revista Montepio (trimestral), dirigida a todos os associados com idade superior a 20 anos;
- o jornal Montepio Jovem (trimestral), dirigida a associados entre os 13 e os 20 anos de idade;
- a revista VOA (trimestral), dirigida a associados até aos 13 anos de idade (sócios do Clube Pelicas);
- a *e-newsletter* Montepio (mensal), suporte digital que comunica vantagens, descontos e atividades promovidas pelas empresas que integram o Grupo Montepio;
- a *e-newsletter* Atividades (mensal), suporte digital que destaca as atividades culturais, descontos e atividades de lazer exclusivas para associados.

Educação Financeira

O Portal “Ei – Educação, Informação” (*ei.montepio.pt*) reforçou, ao longo de 2015, o seu papel enquanto plataforma dedicada à disponibilização de conteúdos e ferramentas de educação financeira para gestão pelos agentes económicos, conquistando novos recordes, quer ao nível de visitas, quer dos utilizadores e páginas visualizadas.



Ao longo dos últimos três anos, desde o seu lançamento, foram publicados cerca de 1 700 conteúdos de finanças pessoais, entre artigos, vídeos, infografias, entrevistas, academias, questionários, fichas de avaliação e simuladores, distribuídos por cinco áreas: Pessoal, Empresarial, Solidário, Juvenil e Educadores.

O júri do “Grande Prémio APCE 2015” distinguiu o Portal de Educação Financeira do Montepio, “Ei – Educação, Informação” como o melhor sítio a concurso, vencendo na categoria “Website”.

DISTINÇÕES EM COMUNICAÇÃO

Revista Montepio - A qualidade editorial e o *design* da publicação portuguesa com maior tiragem (em 2015 a tiragem média superou os 420 mil exemplares) foram distinguidos no nosso País, mas também além-fronteiras.

- **Grande Prémio APCE'15** - Capa da edição especial: 175.º aniversário da Associação Mutualista Vencedora na categoria “Comunicação Externa”.



- **Pearl Awards 2015**

Finalista da edição 2015 do *Content Council* e *design Pearl Awards*.



A revista *Montepio* foi a

única publicação editada em língua portuguesa a chegar à fase final da competição in

Revista VOA

Conquistou a medalha de Bronze na categoria “Melhor Ilustração”.

O júri, constituído por profissionais

das áreas do marketing e

comunicação de agências de todo o mundo, destacou a “capacidade da publicação chegar a diversos públicos e mercados”.



Apoio à Cultura

A Associação Mutualista, na sua qualidade de entidade representativa de 633 mil cidadãos, tem mantido a sua aposta no apoio à cultura, em particular nas áreas da música e teatro.

No que se refere à música, o ano foi marcado pelo apoio ao lançamento do trabalho “50 anos”, de Mestre António Chainho, aos espetáculos “O melhor do Cante Alentejano”, à tournée de Miguel Araújo, que garantiu mais de 15 espetáculos de norte a sul do País, ou ao patrocínio do Festival “Montepio às vezes o amor”, que juntou mais de 13 500 pessoas em oito concertos, em igual número de cidades portuguesas, de oito prestigiados artistas nacionais.

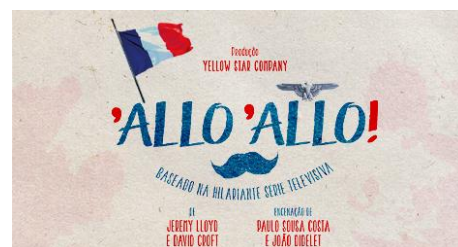


Em setembro, com o objetivo de aproximar a Associação do público mais jovem e promover a modalidade *Montepio Poupança Complementar Jovem*, a Associação Mutualista patrocinou um concerto dos D.A.M.A. em exclusivo para jovens associados no Teatro da Trindade, em Lisboa.



Na área do Teatro, a Associação Mutualista Montepio apoiou projetos como “Allo, Allo” e “Sílvia”, iniciativas acompanhadas pela atribuição de desconto exclusivo à comunidade de associados.

O ano de 2015 também ficou marcado pela presença da Associação na 3.ª edição da *Cidade das Tradições®*, evento promovido pela Fundação Inatel e que contou com a Região de Turismo do Centro de Portugal.



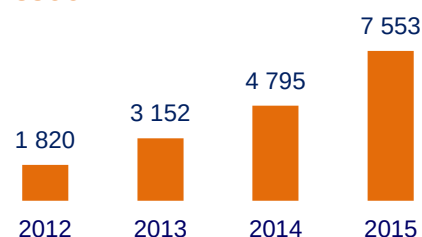
No domínio da Arte, o MGAM patrocinou a exposição “Josefa de Óbidos e a Invenção do Barroco Português”, patente no Museu Nacional de Arte Antiga até 20 de setembro.

AÇÕES DE DINAMIZAÇÃO ASSOCIATIVA

Com o objetivo de fortalecer as relações com os associados, promover o mutualismo, bem como a captação de associados e a sua fidelização, desenvolveram-se várias ações que apelam ao envolvimento emocional e participativo dos associados através de uma estratégia que abrange áreas como a formação, o lazer e o lúdico-cultural.

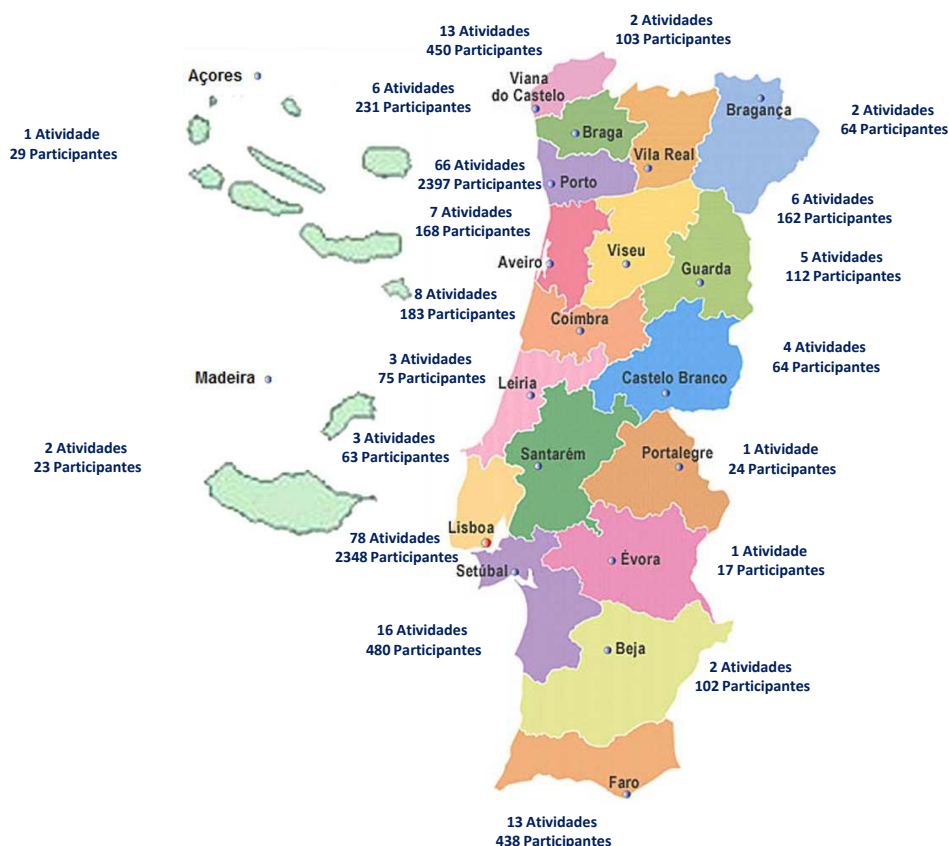
Em 2015, realizaram-se 240 atividades neste domínio, que contaram com 7 553 participantes, revelando um acentuado crescimento nos últimos anos. A crescente adesão dos associados traduziu-se num aumento de 57,5%, face ao ano anterior, que registou 159 atividades, envolvendo 4 795 participantes.

**N.º PARTICIPANTES NAS
ATIVIDADES DA DINAMIZAÇÃO
ASSOCIATIVA**



A preocupação em descentralizar as ações e diversificar locais e temáticas, bem como assegurar valores de participação que sejam consentâneos com os diversos públicos, tem sido o principal propósito destas ações, privilegiando sempre a qualidade dos parceiros, por forma a assegurar a excelência dos eventos, desenvolvendo-se atividades mais completas, mais dinâmicas e mais envolventes.

Distribuição Geográfica das Atividades e do Número de Participantes



A parceria com a Academia de Ciências de Lisboa, sob a forma de conferências e cursos de informática, os cursos de iniciação à internet e de “Elabore o seu CV” e “Saber estar numa entrevista de emprego”, continuaram a ser uma grande aposta no desenvolvimento pessoal e formativo. Os Concursos Montepio Ensaio e Fotografia, apresentaram em 2015, 700 trabalhos para avaliação (+100 face ao ano anterior).

Clube Pelicas

O Clube Pelicas que abrange associados com idades até aos 13 anos tinha, no final do ano de 2015, cerca de 65,6 mil associados, constituindo um segmento importante na dinâmica associativa do MGAM.

A dinamização associativa do Clube Pelicas tem aumentado a sua ação ao longo do tempo. Da fase inicial, em que se enviava apenas uma revista trimestral às crianças, evoluiu-se para uma estratégia de atuação em várias vertentes. Os meios de contacto abrangem agora, além da revista Voa, o *site*, *e-mail* e uma linha telefónica exclusiva de atendimento 707 504 505, que funciona das 9h00 às 19h00, todos os dias.

Sendo este um segmento etário em que o objetivo de fidelização assume particular relevância para a manutenção da dimensão associativa, existe uma constante dinamização associativa que procura englobar os mais pequenos em atividades onde se promovam os valores mutualistas, de proteção do meio ambiente e de cidadania, contribuindo para o desenvolvimento responsável, integrado e social dos mais pequenos.

Neste sentido, têm sido desenvolvidas ações nos espaços “Atmosferas m” com temas variados, que abrangem atividades artísticas, lúdicas e formativas, nomeadamente: incentivo à Leitura, com a Rúbrica “Histórias Contadas”, do desporto, com as aulas de Judo e os *workshops* de Yoga,

TIPO DE ATIVIDADES	PARTICIPANTES	%
Workshops diversos + Férias de Verão	355	2.7%
Pelicas vai à Escola	2 606	19.7%
Eventos dirigidos ao target infantil	10 270	77.6%
Total	13 231	100%

do desenvolvimento do raciocínio matemático, com os *workshops* de xadrez, da área da música, com vários *workshops* dedicados a esta temática, nos *workshops* dedicados às atividades manuais e artísticas e, ainda, na área do enriquecimento pessoal dos cuidados de saúde, com ações sobre cuidados na higiene oral.

O Clube Pelicas, tem também, um programa de atividades para o período de férias escolares, a funcionar, por enquanto, apenas no Atmosfera m do Porto, mas que se pretende alargar a outras regiões do País.

A parceria estabelecida entre o Clube Pelicas e a APCOI – Associação Portuguesa Contra a Obesidade Infantil tem possibilitado alertar para os cuidados alimentares fundamentais ao desenvolvimento físico saudável dos mais pequenos, criando assim hábitos de prevenção de saúde.

As atividades do Clube Pelicas abrangeram também a participação em eventos dedicados aos mais pequenos, como foi o caso da presença do Clube e da mascote Pelicas na *Pumpkin Awards* e na Ludóplis, no Festival Panda, na Parada das Mascotes, em estreias de peças Infantis, nas Corridas Pelicas e Montepio e nas já referidas peças de teatro e, também, na Corrida da Criança, desenvolvidas em parceria com a APCOI.

O projeto do “Pelicas vai à Escola” tem permitido divulgar os valores mutualistas de solidariedade, entreajuda, amizade, não discriminação e de poupança como forma de prevenir riscos futuros.

A adesão e participação dos mais pequenos têm sido grandes e entusiásticas e, ao nível dos professores, o projeto tem sido reconhecido como importante na divulgação dos valores a preservar e a exercer no

dia-a-dia de cada um. No âmbito das diversas ações desenvolvidas, foram abrangidas cerca de 13,2 mil crianças.

Para a divulgação das atividades, além da revista trimestral VOA e do *site*, próprios do Clube Pelicas existe também uma parceria estabelecida com a revista “Estrelas e Ouriços” e com o *site* *Pumpkin* que tem permitido ampliar e aumentar a notoriedade do Clube Pelicas.

Ao nível do *site* do Clube Pelicas, foram introduzidos novos conteúdos, bem como novas funcionalidades, das quais destacamos a nova área de pesquisa interativa dos descontos para associados do Clube Pelicas, o que permite procurar os descontos que os sócios podem usufruir por região / atividade.



Com igual objetivo de aproximação ao público infanto-juvenil e promover a modalidade *Montepio Poupança Complementar Jovem*, a Associação Mutualista participou na 8.ª edição do Festival Panda e, nas cidades de Matosinhos e Oeiras, permitiu que crianças assistissem às estrelas infantis Pocoyo e Ruca, dançassem ao som da Banda do Panda e escutassem, pela primeira vez, as músicas do Pelicas, personagem que dá vida ao Clube criado para os associados mais jovens.

Festival Panda



Para o segmento jovem, dos 13 aos 23 anos, a grande aposta e novidade de 2015 foi o lançamento de atividades, no âmbito da Agenda de Dinamização Associativa, cujo sucesso está a ser notório e que, claramente poderá ser estratégico para captação e fidelização de jovens associados.

Para este grupo, destaca-se a visita à Exposição “Mitos e Monstros”, no Palácio da Bolsa, no Porto, acompanhada pelo historiador Joel Cleto que ajudou a contextualizar a origem dos mitos mais famosos a partir de uma perspetiva mitológica, histórica e científica, a participação na convenção portuguesa de videojogos, tecnologia e entretenimento “*Lisboa Games Week*” e a oportunidade de explorar o Estádio da Luz e o Museu Cosme Damião, em Lisboa, com a realização de um *peddy paper* e a passagem pela Sala de Imprensa, onde todos simularam uma entrevista.

RedeMut – Associação Portuguesa de Mutualidades

2015 foi o último ano do primeiro mandato da RedeMut, instituição da qual a Associação Mutualista Montepio Geral é associada, integrando, desde 2012, o respetivo Conselho de Administração.

Durante o ano de 2015 a RedeMut aumentou o número de entidades associadas efetivas, para 18, representando, atualmente, cerca de 80% do movimento mutualista.

2015 foi um ano de consolidação deste projeto de cooperação, tendo-se estabelecido e enraizado entre as associadas formas de cooperação e partilha integrada de recursos que permitem afirmar a RedeMut como um parceiro incontornável de cuidados de saúde complementares do Serviço Nacional de Saúde.

A RedeMut presta anualmente, cerca de 230.000 consultas médicas de diversas especialidades em regime de ambulatório, 40.000 atos de enfermagem, 280.000 exames complementares de diagnóstico e terapêutica e 6.000 intervenções cirúrgicas.

No âmbito do cartão RedeMut, que conta já com 68066 titulares, foram praticados perto de 2000 atos clínicos entre Serviço de Assistência Médica Domiciliária Noturna e Aconselhamento Médico Telefónico.

Ainda, em 2015, a RedeMut alterou os respetivos Estatutos com o objetivo de assumir uma dimensão mais política, de representação dos interesses, princípios e valores das associadas no âmbito do sector mutualista, pretendendo afirmar-se, também, como um parceiro do Estado para a construção das políticas sociais.

Espaços Atmosfera m

O espaço atmosfera m, no Porto, entrou no seu segundo ano de atividade em 2015, mantendo, consolidando e aumentando as parcerias existentes.

Com o Gabinete de Entreeajuda na procura de emprego - em parceria com o Instituto Padre António Vieira - continuou o apoio a pessoas em situação de desemprego; no Café Memória prosseguiu-se o trabalho de apoio a cuidadores e doentes de Alzheimer. E, em parceria com a Rutis, aumentou o número de alunos e de disciplinas lecionadas, de segunda a sexta-feira, com uma média de 24 horas semanais e de 130 alunos.



Tertúlias, palestras, *workshops* e formações contínuas marcaram a atividade regular do espaço e, ao longo de 2015, a galeria acolheu Cartoons sobre a Liberdade, obras da Associação LEQUE, a APAV, com a exposição “Dar voz ao silêncio”, a Associação Patas Felizes e, claro, obras de associados, que aproveitaram o espaço para fazer apresentações e lançamentos dos seus livros.

As crianças tiveram, durante todos os fins-de-semana, propostas de atividades diferentes: cinema, xadrez, origami, judo, yoga e histórias, foram algumas das ideias do Clube Pelicas.

Ao longo do ano, o atmosfera m do Porto recebeu mais de 13 mil visitantes, 650 utilizadores da Biblioteca e reciclou 220 kg de papel, convertido em alimentos para o Banco Alimentar.

Em Lisboa, o atmosfera m, inaugurado em fevereiro de 2015, promoveu vários debates e acolheu, em média, 600 pessoas por mês.

Nas tertúlias da Sociedade Civil, falou-se de temas como o Cancro, a Igualdade de Géneros, as Liberdades de Abril, a Educação ou o Tratado Transatlântico.

A formação incidiu sobre Nutrição, Língua Portuguesa, Saúde Cardiovascular e Yoga, foram efetuados rastreios de saúde aos associados e promovidos Cursos de Socorrismo e Segurança no Trabalho.

No espaço de exposição foram visíveis, por exemplo, a retrospectiva de 50 anos de carreira do artista plástico António Casimiro, numa parceria com a Sociedade Portuguesa de Autores. No Dia da Criança, o autor André Letria encheu as paredes com ilustrações sobre a importância do mar na História de Portugal. Mas, mais do que o lado estético dos artistas, as exposições apoiaram causas, e sensibilizaram todas as

peessoas para o trabalho de instituições como as Aldeias SOS, a Fundação AFID Diferença, a APAV (Associação Portuguesa de Apoio à Vítima) e a Elo Social, além dos associados que também partilharam as suas expressões artísticas no espaço.

Em 2015, assistiu-se ao lançamento da Plataforma de Apoio aos Refugiados no Atmosfera m Lisboa, com mais de 200 pessoas para dizer “STOP Pobreza”, e, em parceria com o Gabinete do Parlamento Europeu, em Portugal, recebeu o ativista cubano e prémio Sakharov, Guillermo Fariñas.

Trabalhou em parceria com a Academia de Ciências de Lisboa, Unicef, a Confederação Portuguesa de Voluntariado, o Movimento ao Serviço da Vida, a Alzheimer Portugal e a Operação Nariz Vermelho. A Rede Europeia Anti Pobreza, o Movimento UM EURO, a Ordem dos Nutricionistas, o projeto de inclusão EKUI e o Instituto Nacional da Reabilitação, também passaram pelo Atmosfera M.

As atividades desenvolvidas - yoga, ilustração, música, cinema, filosofia, hora do conto - chegam a todas as idades, e é por isso que os dias de Sábado são já referência também para os mais pequenos. Salientamos ainda o facto de, pelo menos, uma vez por mês, à semelhança do Porto, também Lisboa acolher o lançamento de livros de associados Montepio.

Destaca-se, ainda, o arranque de mais uma Academia Intergeracional – em parceria com a Rutis - e que já conta com 14 disciplinas e, à semelhança do espaço no Porto, o estabelecimento de uma parceria com uma IPSS de Lisboa, no sentido da recolha de todo o papel para reciclagem.

DIFUSÃO DO MUTUALISMO

Neste domínio merecem referência a realização, em 2015, de inquéritos e estudos sobre a temática da saúde e bem-estar entre os associados, para além de outros, como sejam:

- ✓ Estudo Pro.Mo Saúde, com a colaboração de um centro de investigação da Universidade de Lisboa, que visa identificar os problemas de saúde que afetam os associados, com especial ênfase nas doenças cardiovasculares, obesidade, diabetes, depressão, ansiedade e distúrbios do sono, mas também investigar os fatores sociais, culturais, comportamentais e ambientais que mais influenciam, positiva ou negativamente, o estado de saúde física, mental e social. Este primeiro estudo, cujos resultados serão divulgados em 2016, contou com a participação de mais de 600 associados, que responderam a um inquérito por questionário e realizaram um rastreio clínico;
- ✓ Início da realização dos estudos Pro.Mo Saúde Menores (bebé, criança e adolescente) e Pro.Mo Saúde 65+, a concluir em 2016.
- ✓ Estudo sobre soluções para a cobertura de eventualidades ligadas ao desemprego;
- ✓ Estudo “Retrato Associativo do MGAM 2014-2015”, a publicar em 2016;
- ✓ Os trabalhos preparatórios para a realização da primeira edição do Inquérito de Perceção dos Associados do MGAM sobre o mutualismo e o MGAM, a concretizar em 2016.

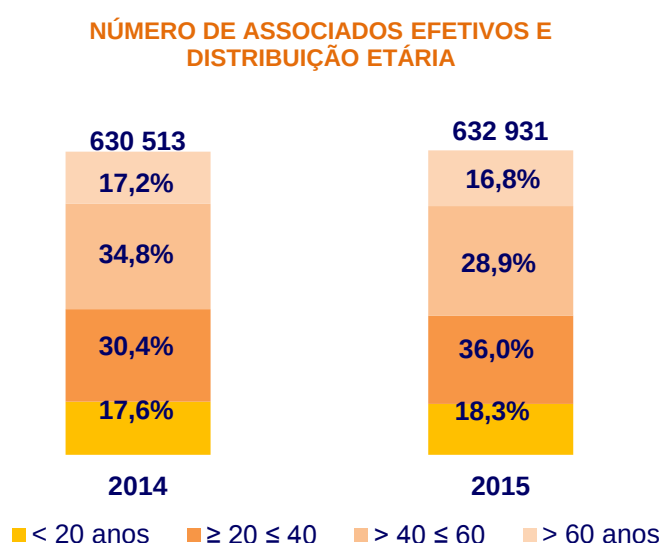
É, ainda, de realçar a participação do Montepio Geral Associação Mutualista em diversos eventos e organizações relacionadas com o mutualismo e a economia social, tanto em Portugal como no estrangeiro, tais como:

- Direção do Instituto para as Políticas Públicas e Sociais (IPPS-IUL);
- Conselho de Administração e Conselho de Orientação do *Institut de la Protection Sociale Européenne* (IPSE);
- Conselho de Administração da RedeMut e apoio operacional a esta Instituição;
- Membro efetivo da única organização que agrega as mutualidades na Europa e no mundo, a Associação Internacional das Mutualidades (AIM), que a convite da Associação Mutualista e pela primeira vez em Portugal, reuniu o seu *Board of Directors*;
- Presidência do Grupo de Trabalho do Estatuto da Mutualidade Europeia, da Associação Internacional das Mutualidades (AIM);
- Presença na Assembleia Geral da AIM, em junho, em Liège, onde o Montepio Geral – Associação Mutualista esteve representado pelo administrador, Dr. Carlos Beato.
- Prémio IPPS/Montepio António Dornelas atribuído às melhores comunicações no XII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, realizado entre 1 e 5 de fevereiro, em Lisboa;
- Tertúlia da Economia Social, em 17 de abril, em Lisboa, com a apresentação pública de duas monografias elaboradas por colaboradores do Montepio, no âmbito do curso de Pós-Graduação em Economia Social, da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra;
- Ciclo de Conferências Economia Social e Solidária do Instituto de Estudos Académicos para Seniores – Adriano Moreira, da Academia de Ciências de Lisboa, com conferência sobre “Economia Social – realidade e desafios”, em 20 de abril, em Lisboa;
- 41.º Encontro IPSE, em 23 e 24 de abril, em Lisboa, sob o lema “Os atores da proteção social na Europa face às grandes mutações do século XXI”.
- Conferência “Gestão e Relações Humanas segundo Fernando Pessoa”, proferida por Maximiano Gonçalves, em 16 de junho, em Lisboa;
- 5.ª Conferência Internacional CIRIEC de Investigadores em Economia Social, entre 15 e 18 de julho, em Lisboa, promovida pelo CIRIEC Internacional e CIRIEC Portugal;
- *Workshop* “Nova Conta Satélite da Economia Social”, em 23 de julho, em Lisboa, promovido pelo INE e CASES;
- Participação nos *Encontros do Mont-Blanc* - Fórum Internacional de Dirigentes da Economia Social Solidária, realizado em Chamonix, no dia 26 de novembro.

8. ATIVIDADE ASSOCIATIVA

8.1 BASE DE ASSOCIADOS

Contrariando as dificuldades do contexto registadas no ano de 2015, a Associação Mutualista voltou a demonstrar a sua capacidade de atrair novos associados, reforçando a sua base associativa, ao longo do ano de 2015, tendo finalizado o ano com um total de 632 931 associados efetivos, que compara com os 630 513 associados registados no final de 2014. O grupo etário de associados até aos 40 anos passou a ter uma maior representatividade na base associativa, em 2015, tendo os associados com mais de 40 anos reduzido o seu peso na estrutura global de associados. Entre 2014 e 2015, a idade média dos associados aumentou dos 40 anos para os 41 anos.



A dinamização contínua da oferta mutualista, aliada ao esforço conjunto de toda a rede comercial da Caixa Económica Montepio Geral, revelaram-se, uma vez mais, importantes veículos para a consolidação e reforço da base de associados, contribuindo, em paralelo, para o seu envolvimento na vida associativa da Associação Mutualista.

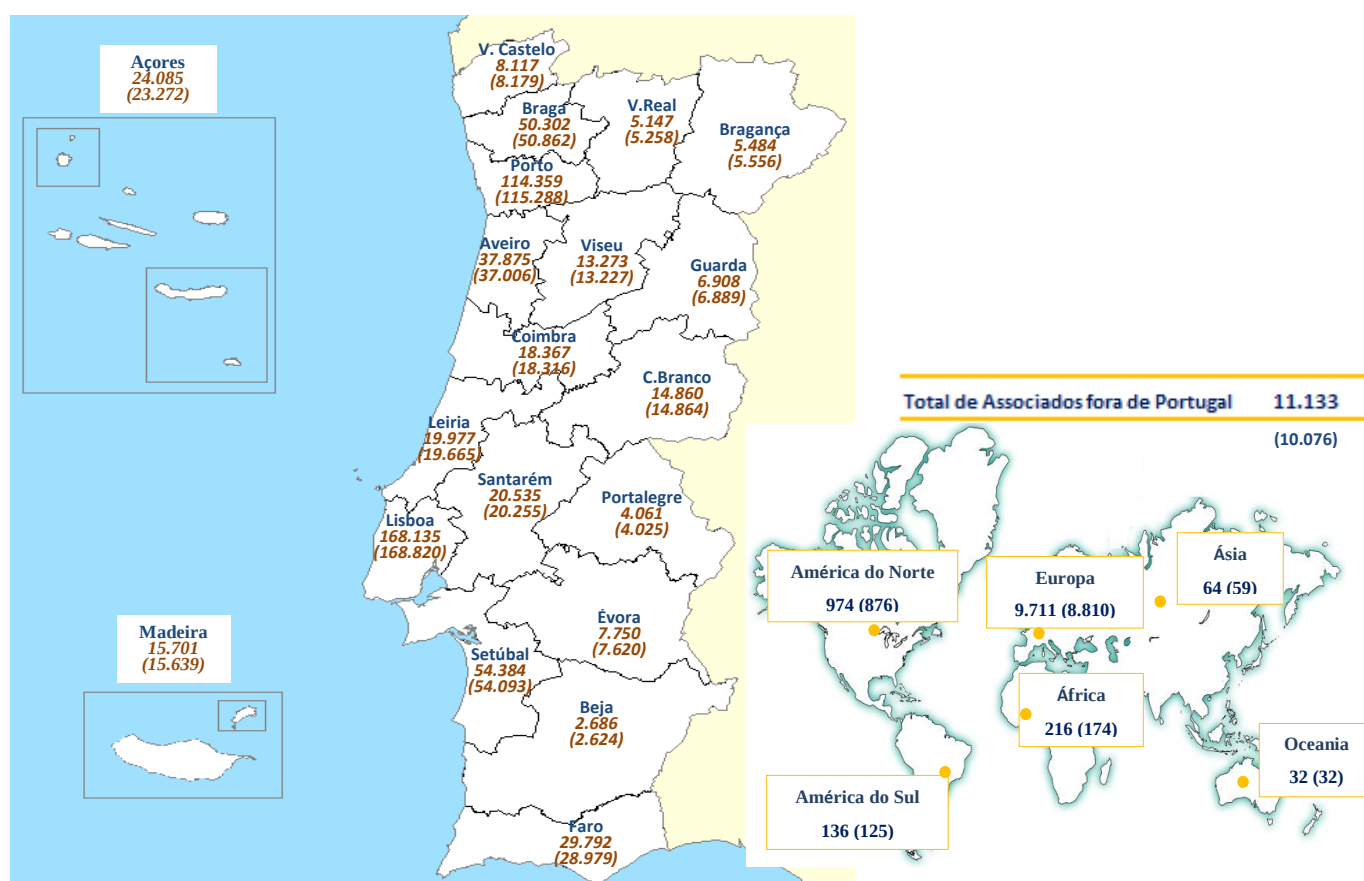
Em termos homólogos, verificou-se um fluxo líquido de associados positivo, apresentando, relativamente ao ano de 2014, um aumento de 2 418 associados, não obstante a quebra no número de admissões e, também, um aumento do número de saídas.

MOVIMENTO ANUAL ASSOCIATIVO			(Unidades)	
Designação	2014	2015	Variação	
			Nº	%
Entradas				
Admissões	71 767	43 013	- 28 754	- 40.1
Readmissões	1 517	1 008	- 509	- 33.6
Saídas				
Falecimentos e Habilitações	970	1 345	375	38.7
Cessões de Direitos, Desistências e Eliminações	21 334	40 258	18 924	88.7
Total de Associados	630 513	632 931	2 418	0.4

Por género, a estrutura associativa manteve-se praticamente inalterada, comparativamente com o ano anterior, tendo a representatividade do sexo feminino continuado a evidenciar uma ligeira predominância (50,9% do total de associados).

Ao nível geográfico, observa-se que o número de associados cobre a totalidade do território nacional, com particular enfoque para as regiões mais densamente populacionais, nomeadamente, as áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, onde se concentram cerca de 44,6% dos associados. Nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira concentram-se 6,3% do número total de associados e em, apenas, cinco distritos (Lisboa, Porto, Setúbal, Braga e Aveiro) 67,2% dos associados. A nível externo importa destacar, uma vez mais, o aumento do número de associados sediados no estrangeiro (mais 1 057 associados, relativamente a 2014) o que, por um lado, traduz uma taxa de crescimento anual de 10,5% e, por outro, um aumento da representatividade, no total de associados, que passou de 1,6%, em 2014, para 1,8%, em 2015.

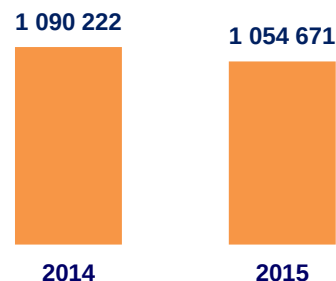
DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DO NÚMERO DE ASSOCIADOS EM 2015 (2014)



SUBSCRIÇÕES DE MODALIDADES

Tendo presente o contexto económico e social, retratado pelas acrescidas necessidades das famílias, o número de subscrições de modalidades associativas registou em 2015 um ligeiro decréscimo (3,3%), com particular relevância nas modalidades de capitalização, atendendo à sua natureza de realização de liquidez. O ano terminou com um total acumulado de 1 054 671 subscrições. O número médio de subscrições por Associado foi de 1,67 (1,73 em 2014).

NÚMERO DE SUBSCRIÇÕES



O número total de subscrições apresentava uma alocação de 57,4% em modalidades de capitalização (605 729) e de 42,6% em modalidades de previdência (448 942).

Ao longo de 2015, registaram-se 86 584 novas subscrições em modalidades associativas, o que significa uma diminuição relativamente ao número registado no ano anterior (148 285), sobretudo nas modalidades de capitalização. Não obstante, foi, igualmente, neste segmento de modalidades onde se registou o maior número de novas subscrições, embora a Modalidade de Previdência Montepio Proteção 5 em 5 se tenha apresentado, também, como uma importante alternativa de subscrição nas opções dos associados.

A estrutura das novas subscrições em modalidades mutualistas apresentou a seguinte evolução e distribuição:

NÚMERO DE NOVAS SUBSCRIÇÕES POR MODALIDADES

Modalidades Individuais	2014		2015		Variação	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Montepio Poupança Complementar	60 157	40.6	43 234	49.9	-16 923	-28.1
Montepio Capital Certo	46 196	31.2	11 570	13.4	-34 626	-75.0
Montepio Proteção 5 em 5	33 860	22.8	25 543	29.5	-8 317	-24.6
Montepio Proteção Encargos	2 716	1.8	2 649	3.1	- 67	-2.5
Montepio Proteção 18-30	2 277	1.5	1 080	1.2	-1 197	-52.6
Capitais Previdência Diferidos com Opção	2 247	1.5	2 077	2.4	- 170	-7.6
Outras	832	0.6	431	0.5	- 401	-48.2
Total	148 285	100.0	86 584	100.0	-61 701	-41.6

8.2 DESENVOLVIMENTO DA OFERTA MUTUALISTA

MODALIDADES

Prosseguindo a sua política de alargamento da base associativa, satisfação das necessidades dos associados e aprofundamento das relações associativas, a Associação Mutualista continuou, em 2015, a divulgar e a promover a sua oferta de modalidades.

Assim, no que diz respeito às modalidades de poupança, que permitem aos associados constituir e valorizar as suas poupanças, foram emitidas 9 séries da modalidade Montepio Capital Certo, a 5 anos e 1 dia, que permitiram captar um montante global de cerca de 141 milhões de euros.

Em relação às modalidades de proteção, que permitem aos associados a cobertura financeira dos riscos de morte, invalidez ou velhice, foram efetuadas, ao longo do ano, diversas ações de divulgação da sua colocação e dinamização junto das redes de distribuição.

À semelhança dos anos anteriores, realizaram-se, em 2015, campanhas de divulgação e promoção da modalidade Montepio Poupança Complementar, dirigida à captação e fidelização de associados menores de idade, sob o nome “Montepio Poupança Complementar Jovem”. Efetuaram-se, também, campanhas institucionais de divulgação da Associação Mutualista e das suas modalidades.

As campanhas acima referidas, para além de recorrerem aos diversos meios disponíveis (TV, Imprensa, Rádio, Cinema e Internet), foram acompanhadas por ações de dinamização/divulgação junto dos balcões da CEMG.

PARCERIAS

Para além das modalidades, a oferta mutualista conta com um conjunto diversificado de benefícios complementares para associados, tendo sido estabelecidos acordos com 105 novas entidades de âmbito nacional e local, em 2015, para o efeito, no âmbito da política de parcerias.

Manteve-se a política de privilegiar acordos a nível local, visando uma maior proximidade com os associados, bem como com entidades do setor da saúde, que representou 57,1% do total de parcerias

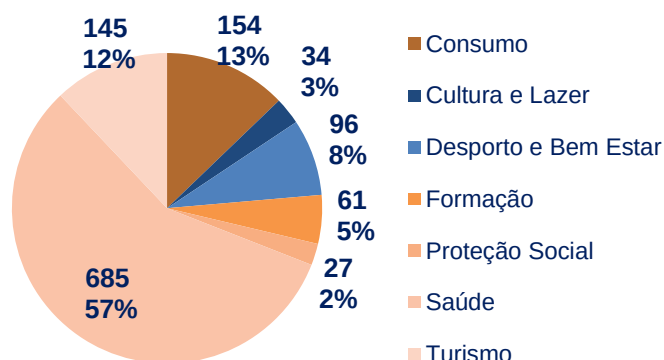
realizadas em 2015, justificado pela sua importância no quotidiano dos associados e por ser consentâneo com a missão mutualista do Montepio.

NOVOS ACORDOS DE PARCERIA CELEBRADOS - 2015

ÁREAS DE INTERVENÇÃO	N.º	%
Saúde	60	57.1%
Consumo	22	21.0%
Formação	8	7.6%
Turismo	7	6.7%
Desporto e Bem-Estar	4	3.8%
Cultura e Lazer	3	2.9%
Proteção Social	1	0.9%
Total	105	100%

Deu-se continuidade à parceria celebrada em 2014 com a PT/MEO, continuando os associados a beneficiar de ofertas exclusivas no sector das telecomunicações, que acumulam com as condições de campanha desenvolvidas pelo operador ao longo do ano. Reforçaram-se os acordos nas áreas do consumo, da formação e da cultura e lazer, bem como com empresas em áreas estratégicas do dia-a-dia. O ano de 2015 terminou com um total de 1 202 acordos ativos.

**TOTAL DE ACORDOS EXISTENTES EM 2015
- POR ÁREAS -**



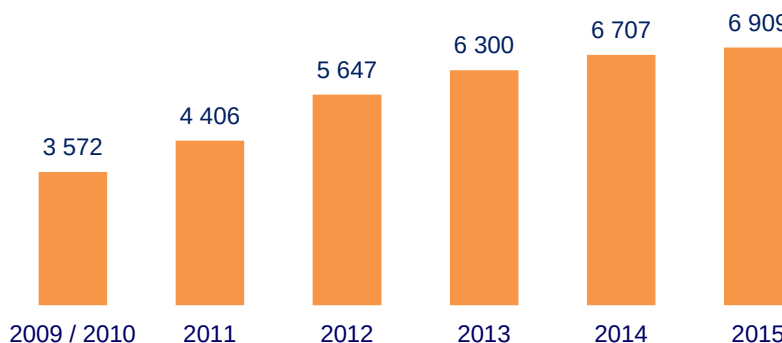
De salientar que os associados dispõem de perto de cinco mil pontos de desconto, a nível nacional, onde podem usufruir dos benefícios concedidos pelos nossos parceiros.

Continua, ainda, a revelar-se estratégica a parceria do Montepio com a Repsol que, após 6 anos, mantém a progressão no número de utilizadores e no consumo efetuado com os cartões Montepio Repsol, permitindo, aos associados efetivos maiores de 18 anos, beneficiar de um desconto de 6 cêntimos, por litro de combustível, na rede de Estações de Serviço aderentes.

Em 2015, foram emitidos 33 959 cartões Montepio Repsol, tendo o montante do benefício acumulado, para os seus utilizadores, ascendido a 6,9 milhões de euros.

O benefício total acumulado desde o início da parceria, em outubro de 2009, até dezembro de 2015, já permitiu que os associados utilizadores do cartão Montepio Repsol poupassem mais de 33,5 milhões de euros na aquisição de combustíveis.

**CARTÕES REPSOL - POUPANÇA ANUAL PARA OS ASSOCIADOS
(milhares euros)**



9. EVOLUÇÃO DO BALANÇO E RESULTADOS

9.1 POLÍTICA DE INVESTIMENTOS E GESTÃO DOS RISCOS

A política de investimentos do MGAM baseia-se em critérios de rigor através de uma seleção ponderada das suas aplicações dentro dos padrões de risco estabelecidos, procurando maximizar a rendibilidade sem afetar a gestão de liquidez.

Os investimentos do MGAM são realizados predominantemente em dívida *corporate* de rendimento fixo, tendo em consideração a informação financeira dos emitentes disponível, nomeadamente relatórios e contas, classificações de *rating* e publicações de *research* de bancos de investimento. No final de 2015, a *duration* da carteira de *corporate* de rendimento fixo era de 3,6 anos.

O MGAM tem como política não investir em entidades ou setores com reputação negativa.

A política de investimentos prevê, ainda, que se efetuem aplicações de curto prazo na carteira de negociação com a finalidade de se realizarem mais-valias.

A utilização de derivados financeiros como *interest rate swaps* (IRS) ou *Credit Default Swaps* (CDS) para a cobertura de riscos específicos é permitida de acordo com a política de investimentos determinada.

A gestão dos riscos tem como objetivo assegurar uma adequação entre os ativos ao nível da liquidez e da rendibilidade e o perfil das responsabilidades, designadamente maturidades, taxas técnicas, esperança de vida e sinistralidade, permitindo a mitigação dos riscos e sustentando que os compromissos assumidos do MGAM sejam cumpridos.

A gestão do risco de liquidez é efetuada através da construção de perfis maturidade dos ativos e das responsabilidades, identificando e mensurando eventuais gaps que possam vir a ocorrer, antecipando-se a sua resolução.

O controlo do risco de mercado da carteira de ativos financeiros tem sido gerido tendo em atenção os fatores que podem exercer pressão nos seus preços, nomeadamente, *i)* as taxas de juro de mercado, no caso dos títulos de rendimento fixo, *ii)* as expectativas de evolução das cotações dos títulos no mercado e *iii)* o risco dos emitentes.

Periodicamente, são efetuados testes de sensibilidade com a finalidade de determinar o impacto no valor dos ativos financeiros e das responsabilidades resultante de cenários de alterações das taxas de juro de mercado, reembolsos ou mortalidade.

9.2 EVOLUÇÃO E COMPOSIÇÃO DO ATIVO

A Associação Mutualista terminou o ano de 2015 com um ativo líquido de 3 864 milhões de euros, o qual registou uma variação de -18,6%, face a 2014 (-9,9%, em termos de ativo bruto).

EVOLUÇÃO DO ATIVO

(milhares de euros)

ATIVOS	2014		2015		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Títulos (Líquido)	1 977 014	41,6%	1 606 338	41,6%	- 370 676	-18,7%
<i>Valor bruto</i>	1 990 929	41,9%	1 620 478	41,9%	- 370 451	-18,6%
<i>Imparidade</i>	13 915	0,3%	14 140	0,4%	225	1,6%
Participação na CEMG (Líquido)	1 500 000	31,6%	1 355 026	35,1%	- 144 974	-9,7%
<i>Valor bruto</i>	1 500 000	31,6%	1 705 026	44,1%	205 026	13,7%
<i>Imparidade</i>	0	0,0%	350 000	9,1%	350 000	-
Disponibilidades e Aplicações em IC's	634 325	13,4%	167 225	4,3%	- 467 100	-73,6%
Propriedades de Investimento	415 237	8,7%	419 168	10,8%	3 931	0,9%
Outras Participações Financeiras	205 596	4,3%	266 082	6,9%	60 486	29,4%
Outros Ativos	6 502	0,1%	7 768	0,2%	1 266	19,5%
Empréstimos a Associados	6 159	0,1%	6 470	0,2%	311	5,0%
Ativos Tangíveis	3 523	0,1%	35 994	0,9%	32 471	>100%
TOTAL	4 748 356	100,0%	3 864 071	100,0%	- 884 285	-18,6%

Em termos homólogos, verificou-se, em 2015, uma quebra nas aplicações em Títulos, nas Disponibilidades e Aplicações em Instituições de Crédito e no valor da Participação na Caixa Económica Montepio Geral (CEMG), que inclui o investimento em Unidades de Participação do seu Fundo de Participação.

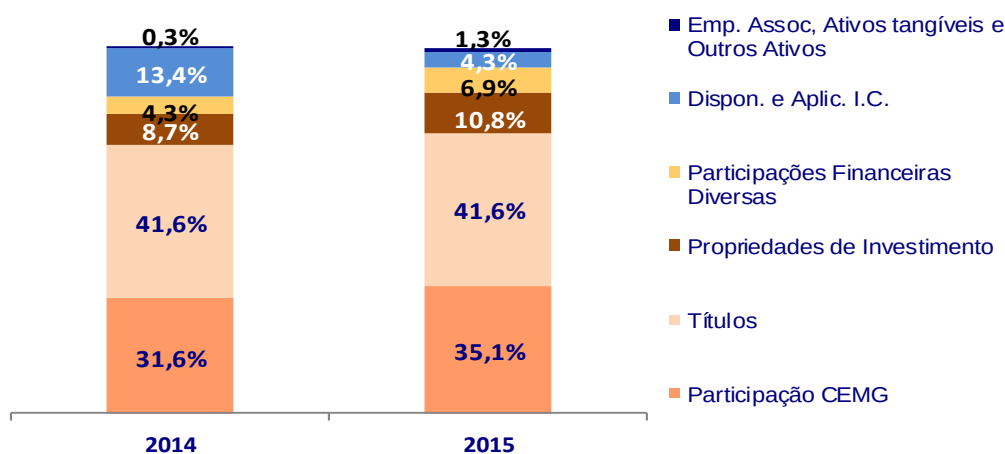
Para esta diminuição contribuíram as alienações de títulos e liquidações de depósitos, para fazer face aos reembolsos e vencimentos das modalidades de capitalização, assim como a constituição de imparidades nas participadas do Montepio Geral Associação Mutualista.

Relativamente a 2014, as Propriedades de Investimento apresentaram um ligeiro acréscimo do seu valor, em resultado, essencialmente, do conjunto de obras de beneficiação realizado em alguns imóveis, uma vez que o justo valor dos imóveis se manteve praticamente inalterado.

O acréscimo verificado nas Outras Participações Financeiras justifica-se, fundamentalmente, pelo reforço da prestação suplementar na Sociedade Gestora de Participações Sociais - Montepio Seguros, SGPS (55 milhões de euros) e, também, pela aquisição à CEMG da sua participação nesta sociedade (46,4 milhões de euros), bem como da prestação suplementar (18,8 milhões de euros).

Graficamente, a evolução da estrutura do ativo apresenta-se como segue:

EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DO ATIVO



CARTEIRA DE TÍTULOS

No final do ano, a carteira de títulos e outras aplicações financeiras estava valorizada em 1 606,3 milhões de euros, que compara com 1 977,0 milhões de euros, em 2014, refletindo uma variação de -18,7%, embora se tenha mantido o seu peso no total do ativo, em 41,6%.

EVOLUÇÃO, COMPOSIÇÃO E ESTRUTURA DA CARTEIRA DE TÍTULOS

(milhares de euros)						
DESIGNAÇÃO	2014		2015		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
1. Carteira de Títulos						
Obrigações (inclui Títulos de Negociação)	1 811 105	91,0	1 528 507	94,3	- 282 598	-15,6
Obrigações do Tesouro	54 072	2,7	23 948	1,5	- 30 124	-55,7
Papel Comercial	76 605	3,8	16 276	1,0	- 60 329	-78,8
Ações (inclui Títulos de Negociação)	3 250	0,2	2 436	0,2	- 814	-25,0
Total 1	1 945 032	97,7	1 571 167	97,0	- 373 865	-19,2
% do Ativo	41,0		40,7		-0,3 p.p.	
2. Outras Aplicações Financeiras						
Fundos de Investimento Mobiliários	8 922	0,4	1 029	0,1	- 7 893	-88,5
Fundos de Investimento Imobiliários	29 496	1,5	36 954	2,3	7 458	25,3
Outros Fundos de Investimento	7 479	0,4	11 328	0,7	3 849	51,5
Total 2	45 897	2,3	49 311	3,1	3 414	7,4
% do Ativo	1,0		1,3		0,3 p.p.	
Total (1+2)	1 990 929	100,0	1 620 478	100,1	- 370 451	-18,6
% do Ativo	41,9		41,9		0,0 p.p.	
3. Imparidade						
Obrigações	3 774	27,1	4 960	35,1	1 186	31,4
Acções	1 605	11,5	1 055	7,5	- 550	-34,3
Fundos de Investimento	8 536	61,3	8 125	57,5	- 411	-4,8
Total 3	13 915	100,0	14 140	100,0	225	1,6
TOTAL LÍQUIDO	1 977 014		1 606 338		- 370 676	-18,7
% do Ativo	41,6		41,6		-0,1 p.p.	

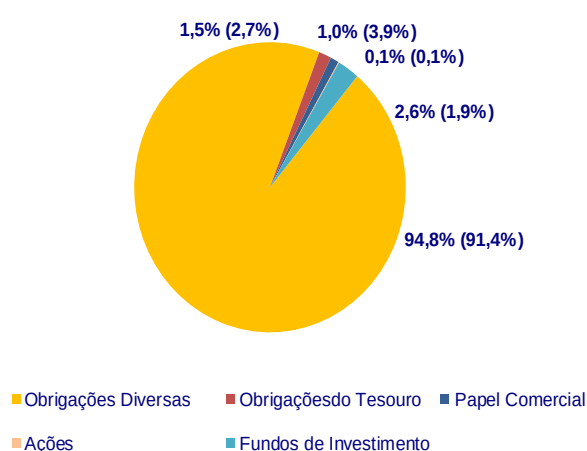
Notas: Inclui o montante de Juros Corridos de Obrigações.

A diminuição da carteira de Títulos, designadamente em obrigações, deve-se aos reembolsos e vencimentos de subscrições de modalidades mutualistas, com especial incidência nas Modalidades de Capitalização.

A exposição em ações tem apresentado, ao longo dos anos, pouca expressão no conjunto da carteira de títulos, tendo, inclusivamente, reduzido, em 2015, de forma significativa, considerando a elevada volatilidade do mercado acionista.

O *rating* dos emitentes concentra-se, sobretudo, na classe de *rating* inferior a BBB-, sendo este o nível onde também se situam as maiores posições de mercado.

ESTRUTURA DA CARTEIRA DE INVESTIMENTO POR TIPO DE ATIVOS 2015 (2014)



ESTRUTURA DA CARTEIRA DE OBRIGAÇÕES POR CLASSE DE RATING

Classes de Rating	2014		2015	
	Valor	%	Valor	%
AA-	0	0,0	83	0,0
A+	83	0,0	0	0,0
A	2 891	0,2	0	0,0
A-	370	0,0	13	0,0
BBB+	6 620	0,4	3 444	0,2
BBB	15 841	0,9	1 112	0,1
BBB-	31 190	1,7	5 295	0,3
<BBB-	1 704 257	91,4	1 452 255	93,9
NR	100 151	5,4	85 291	5,5
Total	1 861 403	100,0	1 547 494	100,0

Nota: Inclui o montante de Juros Corridos

A seleção dos investimentos e a sua alocação pelas modalidades associativas têm em consideração o perfil de responsabilidades, a liquidez necessária e o prazo para a maturidade de cada uma das modalidades.

Em termos genéricos, as aplicações financeiras da Associação Mutualista são alocadas na carteira de investimento (*available for sale*) e, particularmente, na carteira a vencimento (*held to maturity*), onde têm sido acomodadas, nos últimos anos, as subscrições de obrigações de caixa para cobertura das responsabilidades da modalidade de Montepio Capital Certo.

No que concerne à carteira de negociação (*trading*) e à carteira de títulos classificados ao justo valor em resultados (*fair value option*) observou-se, ao longo de 2015, um aumento da sua exposição, facto que diminuiu, ainda mais, a sua representatividade na estrutura global de títulos.

A gestão financeira da Carteira de Títulos proporcionou, em 2015, um rendimento líquido de 81,7 milhões de euros, que compara com 85,5 milhões de euros, em 2014. Para esta redução contribuiu, fundamentalmente, a diminuição do montante de juros provenientes da carteira de obrigações e de papel comercial, mas, também, a diminuição observada no montante de proveitos obtidos com a alienação de títulos.

TIPOLOGIA DA CARTEIRA DE TÍTULOS

(milhares de euros)

DESIGNAÇÃO	Carteira		Imparidade		Variação	
	2014	2015	2014	2015	Carteira	Imparidade
	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor
Disponíveis para Venda	974 652	589 652	13 915	14 140	- 385 000	225
Obrigações do Tesouro	54 073	23 948			- 30 125	
Obrigações Diversas	807 808	497 736	3 774	4 960	- 310 072	1 186
Papel Comercial	63 692	16 276			- 47 416	
Ações	3 183	2 381	1 605	1 055	- 802	- 550
Fundos de Investimento	45 897	49 311	8 536	8 125	3 414	- 411
Detidos até à Maturidade	993 790	996 476			2 686	
Obrigações Diversas	980 877	996 476			15 599	
Papel Comercial	12 913	0			- 12 913	
Classific. Justo Valor em Resultados	20 428	34 295			13 867	
Obrigações	20 428	34 295			13 867	
Negociação	2 059	55			- 2 004	
Ações	67	55			- 12	
Obrigações	1 992	0			- 1 992	
TOTAL	1 990 929	1 620 478	13 915	14 140	- 370 451	225

Nota: Inclui o montante de Juros Corridos

PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA NA CAIXA ECONÓMICA

A Participação Financeira Institucional na Caixa Económica não sofreu alteração, em 2015, mantendo-se em 1 500 milhões de euros.

No ano de 2015, o MGAM investiu 205 milhões de euros em Unidades de Participação do Fundo de Participação da Caixa Económica Montepio Geral, aumentando, assim, o montante investido, para 1 705 milhões de euros (considerando o efeito contabilístico ocorrido, em 2015, o valor do investimento na Caixa Económica Montepio Geral, líquido de imparidades, é de 1 355 milhões de euros).

PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS DIVERSAS

Na carteira de Participações Financeiras, as principais ocorrências verificadas, em 2015, foram as seguintes:

- A aquisição, à Caixa Económica, da participação social que esta detinha na Montepio Seguros, SGPS, no montante de 46,4 milhões de euros e das prestações suplementares, no valor de 18,8 milhões de euros;
- A realização de 55 milhões de euros em prestações suplementares da mesma sociedade;
- O abate da participação financeira na Montepio Investimentos Imobiliários, SGPS (50 mil euros).

Aquisição à Caixa Económica da Participação Social na Montepio Seguros, SGPS

Numa lógica de reestruturação das empresas do Grupo Montepio, a Associação Mutualista adquiriu a participação social da CEMG na Montepio Seguros, SGPS (33,65%), bem como a cessão das prestações suplementares associadas.

O rendimento proporcionado pela carteira de Participações Financeiras foi de 1,7 milhões de euros, valor inferior ao que tinha sido registado no ano anterior (2,9 milhões de euros).

EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DA CARTEIRA DE PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS E DIVIDENDOS

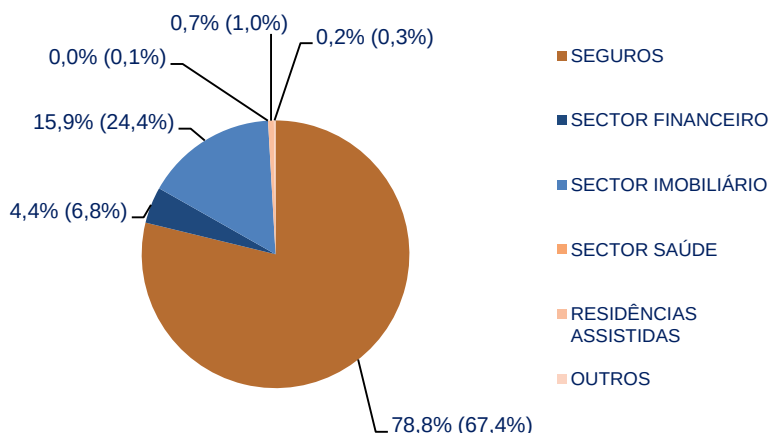
(milhares de euros)

Designação	2014				2015			
	Investimento	%	Dividendos	%	Investimento	%	Dividendos	%
Participações Financeiras de Capital								
Investimentos em Subsidiárias	124 728	55,4	2 790	95,6	171 029	49,6	1 546	89,6
MONTEPIO GESTÃO DE ACTIVOS	1 331	0,6	1 186	40,6	1 331	0,4	1 046	60,6
RESIDÊNCIAS MONTEPIO, SA	1 530	0,7			1 530	0,4		
FINIBANCO VIDA - Companhia de Seguros	17 664	7,9	1 604	55,0	17 665	5,2	500	29,0
MONTEPIO IMÓVEIS	1 505	0,7			1 505	0,4		
LESTINVEST, SGPS	13 195	5,9			13 195	3,8		
BOLSIMO	15 119	6,7			15 119	4,4		
MG INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	50	0,0			0	0,0		
LEACOCK	242	0,1			242	0,1		
MONTEPIO SEGUROS, SGPS	72 500	32,1			118 850	34,4		
ACE-MONTEPIO GESTÃO ATIVOS IMOBILIÁRIOS	1 592	0,7			1 592	0,5		
Investimentos em Associadas	3 323	1,5	127	4,4	3 323	0,9	178	10,3
NEBRA ENERG RENOVABLES	611	0,3			611	0,2		
NOVACÂMBIOS	527	0,2	11	0,4	527	0,2	26	1,5
GERMONT	1 700	0,8			1 700	0,5		
SAGIES	97	0,0	76	2,6	97	0,0		
SILVIP	308	0,1	40	1,4	308	0,1	152	8,8
SOCIEDADE BEM COMUM	80	0,0			80	0,0		
Subtotal	128 051	56,8	2 917	100,0	174 352	50,5	1 724	100,0
Empréstimos Concedidos/Prestações Suplementares								
MONTEPIO SEGUROS, SGPS	61 750	27,4			135 500	39,2		
BOLSIMO	35 000	15,5			35 000	10,1		
RESIDÊNCIAS MONTEPIO, SA	765	0,3			765	0,2		
Subtotal	97 515	43,2			171 265	49,5		
TOTAL	225 566	100,0	2 917	100,0	345 617	100,0	1 724	100,0

Nota: Exclui o montante de Imparidades constituído e CEM G

De acordo com o valor de investimento alocado em cada uma das empresas participadas pela Associação Mutualista (excluindo a participação institucional na Caixa Económica Montepio Geral), o setor de seguros e o setor imobiliário mantêm-se como os sectores mais representativos.

EXPOSIÇÃO SETORIAL DAS EMPRESAS PARTICIPADAS 2015 (2014)



PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Durante o ano de 2015, foram vendidos três imóveis da carteira (dois edifícios em Lisboa e um outro em Setúbal) que geraram, em termos líquidos, uma mais-valia no montante de 128,9 mil euros.

Para a variação anual das Propriedades de Investimento (3,9 milhões de euros) contribuiu, também, o conjunto de obras de beneficiação realizadas em alguns imóveis de rendimento e nas duas residências assistidas, em construção (uma na Parede e outra em Lisboa).

Justo Valor das Propriedades de Investimento

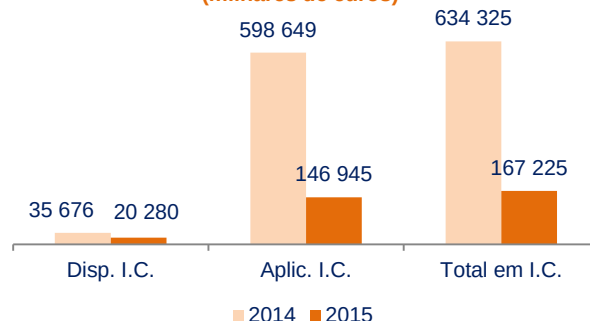
Como vem sendo habitual desde o ano de 2015, voltou a realizar-se a avaliação das Propriedades de Investimento em carteira, tendo-se reconhecido um Ganho de Justo Valor no valor de 0,2 milhões de euros.

As receitas líquidas de imóveis foram, em 2015, ligeiramente inferiores às do ano passado, tendo-se contabilizado cerca de 24 milhões de euros (24,5 milhões de euros, em 2014). Este valor resulta, sobretudo, do volume de rendas recebido pelo arrendamento do conjunto de imóveis em carteira e, por outro lado, da ausência de atualização do coeficiente de rendas para 2015.

DISPONIBILIDADES E APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

O saldo das Disponibilidades e Aplicações em Instituições de Crédito era de 167 milhões de euros no final de 2015, valor que compara com 634 milhões de euros registados no final de 2014, representando cerca de 4,3% do total do ativo da Associação Mutualista (13,4% do ativo, em 2014).

DISPONIBILIDADES E APLICAÇÕES EM I.C. (milhares de euros)



ATIVOS TANGÍVEIS E OUTROS ATIVOS

A rubrica de Ativos Tangíveis apresentou uma variação anual de inventário, de 32,5 milhões de euros, em consequência da aquisição de dois terrenos, durante o segundo semestre do ano, um localizado em Sintra, para construção de um centro de formação do Grupo Montepio e o outro em Lisboa, com a finalidade de construir a futura sede do Grupo.

Relativamente à composição dos Outros Ativos, onde se englobam, sobretudo, os valores a receber de inquilinos e associados, destaca-se a redução do montante de imparidade acumulada sobre inquilinos (0,6 milhões de euros), em resultado da resolução de alguns processos relacionados com o incumprimento de rendas em atraso.

EMPRÉSTIMOS A ASSOCIADOS

Entre 2014 e 2015, observou-se um aumento no número de novos contratos de Empréstimos a Associados, em particular na categoria de empréstimos sobre capitais reembolsáveis das modalidades de capitalização.

O montante de empréstimos concedidos, aumentou, também, relativamente ao ano anterior (+0,4 milhões de euros), totalizando cerca de 8,3 milhões de euros e proporcionando, por esta via, um reforço do valor médio por contrato.

No final do ano, o montante acumulado de empréstimos concedidos a associados situava-se em cerca de 6,5 milhões de euros, tendo, em termos líquidos, apresentado um acréscimo de 0,3 milhões de euros.

EMPRÉSTIMOS A ASSOCIADOS

DESIGNAÇÃO	2014	2015	Variação
			(Unidades)
Número de Contratos Novos	2 580	2 596	16
Sobre Reservas Matemáticas ⁽¹⁾	1 301	1 262	-39
Sobre Capitais	1 279	1 334	55
			(milhares de euros)
Montante de Contratos Novos	7 912	8 345	433
Sobre Reservas Matemáticas	2 598	2 613	15
Sobre Capitais	5 314	5 732	418
			(rácios)
Montante médio por contrato novo	3,1	3,2	0,1
Sobre Reservas Matemáticas	2,0	2,1	0,1
Sobre Capitais	4,2	4,3	0,1
			(milhares de euros)
Montante Acumulado	6 159	6 470	311
Sobre Reservas Matemáticas	1 937	2 142	205
Juros Corridos	6	7	1
Sobre Capitais	4 202	4 308	106
Juros Corridos	14	13	-1

⁽¹⁾ Inclui Empréstimos sobre Quotas Restituíveis

Tendo em consideração o volume de capitais, habitualmente associado à subscrição de modalidades de capitalização (Montepio Poupança Complementar e, em particular, Montepio Capital Certo), verifica-se que os empréstimos sobre capitais continuam a manter uma grande representatividade no volume total de empréstimos concedidos (66,8%, no final de 2015).

Estes empréstimos representam uma alternativa de financiamento aos associados que necessitem de fazer face a despesas ocasionais, em condições que podem considerar vantajosas.

9.3. PASSIVO E SITUAÇÃO LÍQUIDA

O valor do passivo apresentou, ao longo de 2015, um decréscimo de 10,1%, cerca de 410 milhões de euros. Esta evolução é, sobretudo, justificada pela diminuição do volume de responsabilidades das modalidades de capitalização, devido a reembolsos de capitais registados na modalidade Montepio Poupança Complementar e a reembolsos e vencimentos associados às séries Montepio Capital Certo (em 2015 venceram-se 8 séries desta modalidade), que não foram compensados totalmente pela entrada de novos capitais.

Na componente das modalidades de previdência, o montante de reservas matemáticas não apresentou variações muito significativas, registando um valor ligeiramente inferior ao do ano anterior, que se explica: i) pelo vencimento de algumas frações de capital de modalidades com vencimento programado e, também, ii) por cessões de direitos solicitados pelos associados.

Na sequência do teste de adequação das responsabilidades das modalidades de previdência encerradas a novas subscrições, realizado em 2015, concluiu-se, com base nos referenciais de taxas de juro utilizados, haver lugar à libertação de reservas matemáticas atuariais, no montante de 5,7 milhões de euros (em 2014, de acordo com os mesmos pressupostos, tinha sido necessário efetuar um reforço destas reservas no montante de 6,1 milhões de euros).

Teste de Adequação de Responsabilidade das Modalidades de Previdência

Como vem sendo habitual voltou a ser efetuado, no final de 2015, o teste atuarial sobre as responsabilidades das modalidades encerradas a novas subscrições (taxas técnicas de 4% e 6%). Este exercício permitiu libertar um montante líquido de reservas de 5,7 milhões de euros.

O aumento da rubrica de outros passivos relaciona-se com o registo de uma verba a liquidar à Caixa Económica no âmbito da operação de aquisição da participação social e prestações suplementares da Montepio Seguros, SGPS, no final de 2015.

EVOLUÇÃO DO PASSIVO

DESIGNAÇÃO	(milhares de euros)					
	2014		2015		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
PROVISÕES	4 056 468	99.8	3 573 371	97.7	- 483 097	- 11.9
OUTRAS PROVISÕES	17 039	0.4	37 014	1.0	19 975	117.2
PROVISÕES TÉCNICAS	3 968 354	97.6	3 468 519	94.8	- 499 835	- 12.6
Estatutárias	3 851 091	94.7	3 356 870	91.7	- 494 221	- 12.8
Rendas Vitalícias	17 047	0.4	17 032	0.5	- 15	- 0.1
Rendas Temporárias	574	0.0	658	0.0	84	14.6
Atuariais	99 642	2.5	93 959	2.6	- 5 683	- 5.7
SUBVENÇÕES E MELHORIAS DE BENEFÍCIOS	71 075	1.8	67 838	2.0	- 3 237	- 4.6
OUTROS PASSIVOS	9 626	0.2	82 983	2.3	73 357	762.1
TOTAL	4 066 094	100.0	3 656 354	100.0	- 409 740	- 10.1

O montante global da situação líquida foi influenciado, em 2015, pelo reconhecimento de imparidades associadas à participação financeira institucional na CEMG e noutras empresas do grupo.

Considerando apenas a atividade inerente à atividade da Associação Mutualista, ou seja os resultados recorrentes, a situação líquida atingiu o valor de 674,3 milhões de euros uma diminuição de 45 milhões de euros, face a 2014, devido, essencialmente, à diminuição das Reservas de Justo Valor.

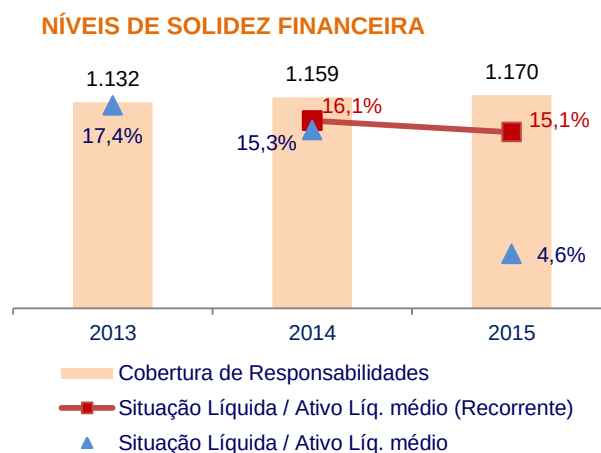
De referir, contudo, o acréscimo verificado no montante de reservas legais, excedentes técnicos e fundos próprios em consequência da proposta de distribuição de resultados do ano anterior.

EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO LÍQUIDA

DESIGNAÇÃO	(milhares de euros)					
	2014		2015		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
FUNDO SOCIAL	224 688	32.9	238 657	114.9	13 969	6.2
FUNDOS PRÓPRIOS	129 862	19.0	138 371	66.6	8 509	6.6
FUNDO DE ADMINISTRAÇÃO	334	0.1	374	0.2	40	12.0
FUNDO SOLIDARIEDADE ASSOCIATIVA	64 414	9.4	68 001	32.7	3 587	5.6
FUNDO PARA BOLSAS DE ESTUDO	1 076	0.2	1 093	0.5	17	1.6
FUNDO MONTEPIO PROTEÇÃO ENCARGOS	63 694	9.3	68 580	33.0	4 886	7.7
FUNDO SERV. CLÍNICOS-MONTEPIO EGITANIENSE	344	0.1	323	0.2	- 21	- 6.1
EXCEDENTES TÉCNICOS	94 826	13.9	100 286	48.3	5 460	5.8
RESERVAS	416 113	60.9	362 180	174.3	- 53 933	- 13.0
RESERVAS DE JUSTO VALOR	45 971	6.7	2 587	1.3	- 43 384	- 94.4
RESERVAS LEGAIS	248 453	36.3	252 815	121.6	4 362	1.8
OUTRAS RESERVAS	121 689	17.8	106 778	51.4	- 14 911	- 12.3
RESULTADOS LÍQUIDOS	41 461	6.1	- 393 120	-189.3	- 434 581	- 1 048.2
TOTAL	682 262	100.0	207 717	100.0	- 474 545	- 69.6
TOTAL EXCLUINDO IMPARIDADES E PROVISÕES LÍQUIDAS	719 272	-	674 266	-	- 45 006	- 6.3

Em termos anuais, observa-se um reforço do indicador de Cobertura de Responsabilidades, que reflete, por um lado, um montante de Fundos Próprios suficiente para garantir as responsabilidades dos associados e, paralelamente, a capacidade da Associação Mutualista para honrar os seus compromissos no médio e longo prazo.

O valor do rácio de solvabilidade (Situação Líquida/Ativo Líquido Médio), considerando apenas os resultados recorrentes (sem provisões e imparidades) era de 15,1%.



9.4. RECEITAS ASSOCIATIVAS

O total de Receitas Associativas, em 2015, foi de 482,9 milhões de euros (962,6 milhões de euros em 2014). Esta evolução deve-se a uma diminuição dos capitais recebidos nas modalidades de capitalização, com especial incidência na modalidade Montepio Capital Certo. Neste contexto, refira-se que, em 2015, houve um menor número de séries emitidas desta modalidade (doze, em 2014 e, apenas, nove, em 2015), um facto que, por si só, ajuda a explicar a variação ocorrida.

Nas modalidades de previdência, o comportamento do volume de quotizações recebido é, sobretudo, justificado pela redução do montante de liberações realizado pelos associados, ao longo do ano (35,3 milhões de euros, em 2015 e 51,1 milhões de euros, em 2014).

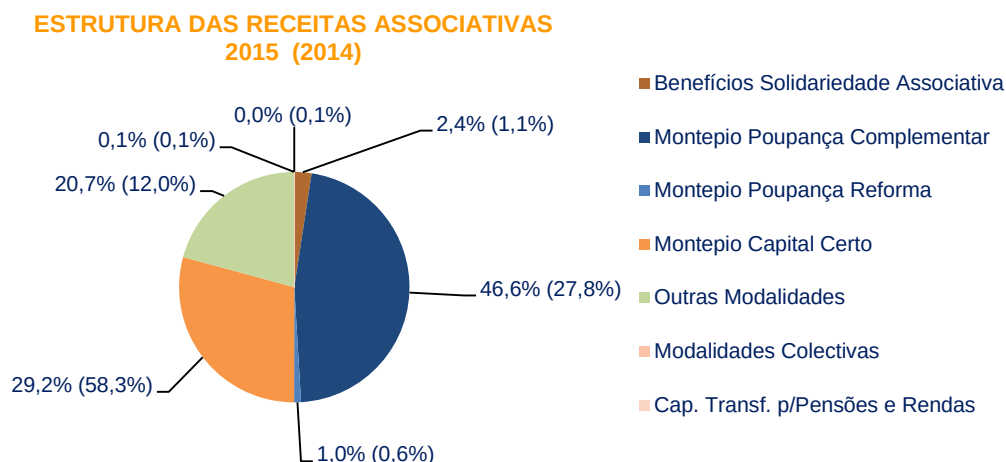
EVOLUÇÃO DAS RECEITAS ASSOCIATIVAS (Quotizações e Capitais por Modalidades)

MODALIDADES	2014	2015	(milhares de euros)	
	Valor	Valor	Variação	
			Valor	%
1. BENEFÍCIOS DE SOLIDARIEDADE ASSOCIATIVA	10 759	11 658	899	8,4
2. MODALIDADES INDIVIDUAIS	950 641	470 935	-479 706	- 50,5
2.1. Montepio Poupança Complementar	267 930	225 219	-42 711	- 15,9
2.2. Montepio Poupança de Reforma	6 279	4 686	-1 593	- 25,4
2.3. Montepio Capital Certo	560 848	140 910	-419 938	- 74,9
2.4 Outras Modalidades	115 584	100 120	-15 464	- 13,4
Das quais:				
Montepio Proteção 5 em 5	61 902	49 513	-12 389	- 20,0
Montepio Proteção Encargos ⁽¹⁾	22 188	23 582	1 394	6,0
Capitais Previdência Diferidos c/ Opção	21 708	19 226	-2 482	- 11,4
Montepio Proteção 18-30	5 463	3 936	-1 527	- 28,0
Capitais para Jovens	1 656	1 435	- 221	- 13,3
Montepio Pensões de Reforma	1 046	944	- 102	- 9,8
3. MODALIDADES COLECTIVAS	1 196	254	- 942	- 78,8
4. TOTAL (1) + (2) + (3)	962 596	482 847	-479 749	- 49,8

Nota: Excluem-se os capitais recebidos de Rendas Vitalícias e de Rendas Temporárias, uma vez que não são consideradas modalidades associativas.

⁽¹⁾ Engloba as Modalidades "Proteção Crédito à Habitação", "Proteção Crédito Individual" e "Proteção Outros Encargos".

A estrutura das receitas associativas apresenta a seguinte distribuição:



9.5. BENEFÍCIOS VENCIDOS E REEMBOLSOS

Em 2015, o montante total de benefícios vencidos e de reembolsos aumentou 633,2 milhões de euros, em consequência dos elevados reembolsos de capitais verificados nas modalidades de capitalização: +288,6 milhões de euros na modalidade Montepio Poupança Complementar e +309,4 milhões de euros na modalidade Montepio Capital Certo, esta última influenciada pelo vencimento de oito séries, ao longo do ano.

Ao nível das modalidades de previdência, há a destacar o montante de cessões de direitos solicitados pelos associados, que, comparativamente ao ano anterior, evidenciaram um aumento de valor.

BENEFÍCIOS VENCIDOS E REEMBOLSOS

DESIGNAÇÃO	2014		2015		Variação	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	Valor	%
PENSÕES E RENDAS	8 395	10 389	8 194	10 693	304	2,9
Valores Subscritos	8 395	6 142	8 194	6 381	239	3,9
Subvenções e Melhorias		4 247		4 312	65	1,5
CAPITAIS E SUBSÍDIOS	29 182	42 819	33 979	48 765	5 946	13,9
Valores Subscritos	29 182	41 115	33 979	47 350	6 235	15,2
Subvenções e Melhorias		1 704		1 415	-289	-17,0
REEMBOLSOS	130 683	361 574	188 109	966 825	605 251	167,4
OUTROS CUSTOS	12 860	20 265	20 615	41 968	21 703	107,1
TOTAL	181 120	435 047	250 897	1 068 251	633 204	145,5

Nota: Excluem-se os capitais pagos de Rendias Vitalícias e Rendias Temporárias, uma vez que estes produtos não são considerados modalidades associativas.

Em relação ao ano anterior observou-se, em termos administrativos, um aumento do número de processos relacionados com reembolsos de capital, nomeadamente, de modalidades de capitalização. Trata-se de uma situação recorrente e já observada em anos anteriores, que se explica, por um lado, pelos reembolsos verificados na modalidade Poupança Complementar, mas, sobretudo, pelo elevado número de séries já emitidas da modalidade Montepio Capital Certo, que, ao longo dos anos, se traduzem em frequentes processos de vencimentos de capital.

Em 2015, de acordo com o Artigo 18º dos Estatutos e com o Artigo 53.º do Código das Associações Mutualistas, foi atribuída às Modalidades de Previdência com taxa técnica de 3% uma taxa de melhorias de benefícios de 0,1% (0,5%, em 2014), tendo o montante de melhorias atribuído totalizado 131 mil euros (488 mil euros, em 2014).

Relativamente às Modalidades de Capitalização (exceto a modalidade Montepio Capital Certo), foi distribuída uma taxa de rendimento global de 2,50%, composta pelas seguintes componentes:

- Taxa de Rendimento Anual Mínimo (0,0%);
- Taxa de Rendimento Anual Complementar (2,50%).

Nos termos regulamentares e como vem sendo habitual, as Modalidades com Fundo Disponível negativo e/ou com dívidas acumuladas ao Fundo de Reserva Geral não beneficiaram da atribuição de taxa de melhorias de benefícios nem de taxa de rendimento anual complementar.

RENDAS VITALÍCIAS E RENDAS TEMPORÁRIAS

No final do ano de 2015, encontravam-se registados 407 rendistas e contabilizadas 712 rendas vitalícias (imediatas, diferidas e a termos certos), das quais 27 rendas referiam-se a novas rendas constituídas durante o ano.

Relativamente à subscrição de Rendas Temporárias (imediatas e a termos certos) foram constituídas, em 2015, mais quatro rendas, relativamente a 2014, tendo o montante de capitais recebidos totalizado 63 mil euros. No final do ano, encontravam-se registados 19 rendistas e contabilizadas 16 rendas temporárias.

Em 2015, quer o montante total de capitais recebidos, quer o montante de capitais pagos, em Rendas Vitalícias e Rendas Temporárias, foram inferiores aos valores observados no ano anterior.

RENDAS VITALÍCIAS E RENDAS TEMPORÁRIAS

Rubricas	Capitais Recebidos (m€)		Capitais Pagos (m€)		Número Total de Rendas	
	2014	2015	2014	2015	2014	2015
Rendas Vitalícias	1 350	989	2 349	2 267	713	712
Rendas Temporárias	212	130	43	63	13	16

De acordo com o n.º 6 do Artigo 64º dos Estatutos, as rendas vitalícias com taxa técnica de 3%, constituídas até dezembro do ano anterior, foram atualizadas em 0,1% (0,5%, em 2014). O custo desta atualização foi de 11,2 mil euros, em 2015, que compara com o custo de 51,4 mil euros, atribuído em 2014.

As Rendas Temporárias, também, foram atualizadas em 0,1%, tendo o custo atribuído sido de 0,4 mil euros (1,4 mil euros, em 2014).

9.6. RESULTADOS

Decorrente da sua atividade recorrente, a Associação Mutualista encerrou o exercício de 2015 com um Resultado Operacional de 36,4 milhões de euros (64,7 milhões de euros, em 2014).

Contudo, o Resultado Líquido contabilístico registou um valor extraordinário, em 2015, de -393,1 milhões de euros, devido à inclusão de uma verba de -429,5 milhões de euros relacionada com a constituição de provisões e imparidades para as suas participadas.

	(milhares de euros)	
	2014	2015
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO (CONTABILÍSTICO)	41 461	-393 120
- Impacto relacionado com Provisões e Imparidades	-23 288	-429 537
<i>das quais:</i>		
- Imparidades das Participadas:	-6 604	-409 563
.Caixa Económica Montepio Geral	0	-350 000
.Montepio Seguros	0	-63 176
.Lestinvest	-1 195	
.Bolsimo	-3 488	3 488
.Germont	-1 172	123
.Nebra	-611	
.Outros	-138	2
- Outras Provisões Líquidas	-16 684	-19 974
RESULTADO RECORRENTE DO EXERCÍCIO	64 749	36 417

Em 2015, observou-se um acréscimo dos resultados inerentes à atividade associativa, em + 22 milhões de euros, decorrente do efeito combinado do comportamento das rubricas da Margem da Atividade Associativa com a Variação das Provisões Técnicas.

Concorreu para esta evolução, a libertação de Reservas Matemáticas Atuariais, no montante de 5,7 milhões de euros, na sequência do teste de adequabilidade realizado, no final do ano, às responsabilidades das modalidades de previdência encerradas a novas subscrições.

Nas modalidades de capitalização, em consequência da redução do montante de responsabilidades, verificou-se uma diminuição do montante da dotação para o Rendimento Anual da modalidade Montepio Capital Certo (58,4 milhões de euros, em 2014 e 55,0 milhões de euros, em 2015).

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

(milhares de euros)

DESIGNAÇÃO	2014	2015	Variação	
	Valor	Valor	Valor	%
Proveitos Inerentes a Associados	969 137	499 219	- 469 918	- 48,5
Custos Inerentes a Associados	- 437 439	-1 070 581	- 633 142	- 144,7
1. Margem da Atividade Associativa	531 698	- 571 362	-1 103 060	- 207,5
Redução de Reservas Matemáticas	428 035	1 064 750	636 715	148,8
Aumento de Reservas Matemáticas	-1 014 245	- 525 957	488 288	48,1
2. Variação de Provisões Técnicas	- 586 210	538 792	1 125 002	191,9
3. Rendimentos de Instrumentos de Capital	2 961	1 859	- 1 102	- 37,2
Outros Rendimentos e Ganhos	32 950	27 111	- 5 839	- 17,7
Outros Gastos e Perdas	- 6 669	- 6 829	- 160	- 2,4
4. Outros Resultados de Exploração	26 282	20 282	- 6 000	- 22,8
5. Juros e Rendimentos Similares	94 113	88 123	- 5 990	- 6,4
6. Juros e Encargos Similares	- 382	- 533	- 151	- 39,5
7. Resultados de Ativos avaliados ao Justo Valor, através de Resultados	1 892	- 4 269	- 6 161	- 325,6
8. Resultados de Ativos Financeiros disponíveis para Venda	20 451	13 096	- 7 355	- 36,0
9. Imparidade de ativos financeiros líquida de reversões	- 12 343	- 2 725	9 618	77,9
10. Custos com o Pessoal	- 2 715	- 3 385	- 670	- 24,7
11. Gastos Gerais Administrativos	- 10 863	- 43 098	- 32 235	- 296,7
12. Amortização do Exercício	- 135	- 363	- 228	- 168,9
RESULTADO OPERACIONAL	64 749	36 417	- 28 332	- 43,8
13. Provisões Líquidas de Reposições e Anulações	- 16 684	- 19 974	- 3 290	- 19,7
14. Imparidade outros ativos líquida de reversões	- 6 604	- 409 563	- 402 959	-
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	41 461	- 393 120	- 434 581	- 1 048,2

Para o resultado operacional ou recorrente, de 2015, destacam-se, ainda, os contributos das seguintes rubricas:

- Acréscimo do montante de Gastos Gerais Administrativos, justificado, na maior parte, pela imputação de custos de funcionamento com a prestação de serviços efetuada pela CEMG, que suportam a atividade da Associação Mutualista;
- Redução do valor da Imparidade líquida de Reversões com ativos financeiros (9,6 milhões de euros), nomeadamente na Carteira de Títulos.

10. PROPOSTAS

10.1. PROPOSTA DE RECURSO AOS EXCEDENTES TÉCNICOS E AO FUNDO DE RESERVA GERAL PARA COBERTURA DOS SALDOS NEGATIVOS DOS FUNDOS DISPONÍVEIS

Considerando que algumas Modalidades apresentaram, no exercício de 2015, um saldo anual negativo do Fundo Disponível, e tendo em consideração que, de acordo com os Estatutos do Montepio Geral Associação Mutualista (art.º 59), *“quando o saldo anual de qualquer fundo disponível for negativo será coberto pelos excedentes, quando existam, do respetivo Fundo Permanente ou Fundo Próprio e, se necessário, pelos Fundos de Reserva Geral”*, propõem-se os seguintes ajustamentos:

- Cobertura do saldo anual negativo do Fundo Disponível de algumas modalidades de capitalização, por via do recurso à sua Reserva de Estabilização de Resultados, no montante de 83.356.600,84 euros;
- Cobertura do saldo anual negativo do Fundo Disponível de algumas modalidades, por via do recurso a Excedentes Técnicos, no montante de 69.888.299,04 euros;
- Cobertura do saldo anual negativo dos resultados do Fundo de Reserva Geral, Fundo de Benefício Solidariedade Associativa, Fundo Bolsas de Estudo, por via do recurso ao seu Fundo Próprio, no montante de 137.264.080,35 euros;
- Cobertura do saldo anual negativo do Fundo Disponível das Modalidades de Proteção Encargos (Crédito à Habitação, Crédito Individual e Outros Encargos), por via do recurso aos seus Fundos Próprios, no montante de 48.576.423,20 euros;
- Cobertura do saldo anual negativo do Fundo Disponível de algumas modalidades, por via do recurso ao Fundo de Reserva Geral, nas situações de inexistência ou insuficiência de Excedentes Técnicos ou Fundos Próprios, nas respetivas modalidades e fundos autónomos, no montante de 54.751.830,77 euros.

Reservas de Estabilização de Resultados

(euros)

- Reservas de Estabilização de Resultados

(O existente nos respectivos Excedentes Técnicos para a cobertura total do saldo anual negativo do respectivo Fundo Disponível da modalidade)

Montepio Poupança Reforma	4 190 731,57	
Montepio Poupança Complementar	79 165 869,27	83 356 600,84
Subtotal_Reserva de Estabilização de Resultados		83 356 600,84

Fundo Permanente da Respectiva Modalidade

(euros)

- Excedentes Técnicos

(O existente nos respectivos Excedentes Técnicos para a cobertura total do saldo anual negativo do respectivo Fundo Disponível da modalidade)

Montepio Capital Certo (Série 2008_2016 1ª Série)	111 869,42	
Montepio Capital Certo (Série 2009_2017 1ª Série)	12 098,61	
Montepio Capital Certo (Série 2010_2015 1ª Série)	10 307,72	
Montepio Capital Certo (Série 2010_2015 2ª Série)	47 077,42	
Montepio Capital Certo (Série 2010_2018 1ª Série)	216 392,51	
Montepio Capital Certo (Série 2010_2015 3ª Série)	9 089,83	
Montepio Capital Certo (Série 2010_2018 2ª Série)	33 710,49	
Montepio Capital Certo (Série 2010_2015 5ª Série)	9 366,21	
Montepio Capital Certo (Série 2010_2015 6ª Série)	15 991,04	
Montepio Capital Certo (Série 2010_2015 7ª Série)	4 015,14	
Montepio Capital Certo (Série 2010_2015 8ª Série)	29 284,51	
Montepio Capital Certo (Série 2011_2019 1ª Série)	9 355,14	
Montepio Capital Certo (Série 2011_2016 10ª Série)	78 668,21	
Montepio Capital Certo (Série 2013_2018 2ª Série)	212 899,52	
Montepio Capital Certo (Série 2013_2021 2ª Série)	7 402,00	
Montepio Capital Certo (Série 2013_2018 10ª Série)	5 166,00	
Montepio Capital Certo (Série 2014_2019 1ª Série)	23 220,74	
Montepio Capital Certo (Série 2014_2019 2ª Série)	127 211,01	
Montepio Capital Certo (Série 2014_2019 3ª Série)	175 868,85	
Montepio Capital Certo (Série 2014_2019 5ª Série)	111 450,83	
Montepio Capital Certo (Série 2014_2019 6ª Série)	136 838,21	
Montepio Proteção Vida - 3%	83 711,30	
Capitais Garantia	436 527,15	
Invalidez Modalidades Colectivas	1 534,76	
Rendas Certas/Pensão de Modalidades Colectivas -3%	6 133,67	
Pensões de Reforma - Adicional de Invalidez - 6%	14 696,54	
Pensões de Reforma - Adicional de Invalidez - 4%	4 123,41	
Capitais de Previdência - 4%	8 546 928,15	
Capitais de Previdência Diferidos com Opção - 4%	18 911 983,17	
Capitais para Jovens - 4%	5 559 234,18	
Subsídio por Morte - 4%	323 328,50	
Capitais de Previdência a Prazo - 4%	267 300,00	
Pensão p/ Deficientes - 4%	108 465,28	
Capital Temporário de Invalidez - 4%	34 804,56	
Rendas de Sobrevivência - 4%	91 035,67	
Capitais Diferidos com Cobertura Adicional - 4%	6 084,67	
Capitais de Previdência a Favor de Pessoas Certas - 4%	2 671,99	
Rendas Vitalícias a Favor de Pessoas Certas - 4%	6 916,66	
Subsídio por Morte - Lutuosa Nacional -4 %	3 629,37	35 796 392,44

Fundo Permanente da Respectiva Modalidade (continuação)

(euros)

- Excedentes Técnicos (continuação)

(O existente nos respectivos Excedentes Técnicos para a cobertura parcial do saldo anual negativo do respectivo Fundo Disponível da modalidade)

Montepio Capital Certo (Série 2011_2016 1ª Série)	359.764,62
Montepio Capital Certo (Série 2011_2016 2ª Série)	730.852,82
Montepio Capital Certo (Série 2011_2016 3ª Série)	689 474,00
Montepio Capital Certo (Série 2011_2016 4ª Série)	315 268,23
Montepio Capital Certo (Série 2011_2016 5ª Série)	376 772,46
Montepio Capital Certo (Série 2011_2016 6ª Série)	155 960,85
Montepio Capital Certo (Série 2011_2016 7ª Série)	136 490,32
Montepio Capital Certo (Série 2011_2016 8ª Série)	138 714,05
Montepio Capital Certo (Série 2011_2016 9ª Série)	80 421,59
Montepio Capital Certo (Série 2011_2016 11ª Série)	170 882,49
Montepio Capital Certo (Série 2011_2016 12ª Série)	188 632,83
Montepio Capital Certo (Série 2012_2017 1ª Série)	253 579,88
Montepio Capital Certo (Série 2012_2017 2ª Série)	254 656,73
Montepio Capital Certo (Série 2012_2017 3ª Série)	377 594,40
Montepio Capital Certo (Série 2012_2017 4ª Série)	633 495,70
Montepio Capital Certo (Série 2012_2017 5ª Série)	262 014,35
Montepio Capital Certo (Série 2012_2017 6ª Série)	175 068,12
Montepio Capital Certo (Série 2012_2017 7ª Série)	221 419,73
Montepio Capital Certo (Série 2012_2017 8ª Série)	257 197,16
Montepio Capital Certo (Série 2012_2017 9ª Série)	483 020,49
Montepio Capital Certo (Série 2012_2017 10ª Série)	535 691,00
Montepio Capital Certo (Série 2012_2017 11ª Série)	497 184,81
Montepio Capital Certo (Série 2012_2017 12ª Série)	254 738,78
Montepio Capital Certo (Série 2013_2018 1ª Série)	723 716,72
Montepio Capital Certo (Série 2013_2018 4ª Série)	216 492,16
Montepio Capital Certo (Série 2013_2018 6ª Série)	259 750,77
Montepio Capital Certo (Série 2013_2018 7ª Série)	245 360,74
Montepio Capital Certo (Série 2013_2018 8ª Série)	166 627,87
Montepio Capital Certo (Série 2013_2018 9ª Série)	243 463,86
Montepio Capital Certo (Série 2013_2018 12ª Série)	142 916,15
Montepio Capital Certo (Série 2014_2019 4ª Série)	210 551,83
Montepio Capital Certo (Série 2014_2019 7ª Série)	187 859,29
Montepio Capital Certo (Série 2014_2019 8ª Série)	92 836,21
Montepio Capital Certo (Série 2014_2019 9ª Série)	30 921,73
Montepio Capital Certo (Série 2014_2019 10ª Série)	40 884,33
Montepio Capital Certo (Série 2014_2019 11ª Série)	23 986,38
Montepio Capital Certo (Série 2014_2019 12ª Série)	49,76
Rendas Vitalícias e Pensões de Modalidades de Capitalização - 4% (*)	46 875,47
Rendas Vitalícias e Pensões de Modalidades de Capitalização - 3% (*)	1 392 689,97
Montepio Proteção 5 em 5 - 3%	8 473 474,15
Montepio Proteção 18-30 - 3%	1 035 664,95
Montepio Pensão de Reforma + PR_Restituição Quotas - 3%	523 695,82
Rendas Temporárias - 3%	9 271,56
Pensão de Reforma + Restituição de Quotas - 6%	7 668 590,44
Pensão de Reforma + Restituição de Quotas - 4%	1 439 879,34
Pensão de Reforma + Restituição de Quotas - 4% (TV 88/90)	1 087 302,87
Capitais para Estudos - 4%	457 092,59
Pensão Sobrevivência e Dotes- 4%	1 823 056,23

Parcial 2
34 091 906,60
Subtotal Fundo Permanente
69 888 299,04

(*) Modalidades geridas em conjunto a partir de 4-Nov-2013 (com a entrada em vigor do Novo Regulamento de Benefícios)

Fundo Próprio do Respetivo Fundo Autónomo e das Modalidades

(euros)

- Fundo Próprio

(O existente no respectivo Fundo Próprio para a cobertura total do saldo anual negativo do respectivo Fundo Disponível)

Fundos Autónomos

Fundo Reserva Geral	75.727.105,30
Fundo Benefício Solidariedade Associativa	61.357.138,61
Fundo Bolsa de Estudos	158.925,55
Fundo Montepio Egitanense	20.910,89

Modalidades

Montepio Proteção Crédito à Habitação	44.512.886,84
Montepio Proteção Outros Encargos	4 061 942,99
Montepio Proteção Crédito Individual	1 593,37

Subtotal_Fundo Próprio

185 840 503,55

Fundo de Reserva Geral

(euros)

(O restante para complementar a cobertura total do saldo anual negativo do respectivo Fundo Disponível)

Montepio Capital Certo (Série 2011_2016 1ª Série)	625.590,97
Montepio Capital Certo (Série 2011_2016 2ª Série)	681.246,40
Montepio Capital Certo (Série 2011_2016 3ª Série)	457.064,96
Montepio Capital Certo (Série 2011_2016 4ª Série)	243.421,81
Montepio Capital Certo (Série 2011_2016 5ª Série)	301.109,16
Montepio Capital Certo (Série 2011_2016 6ª Série)	140.848,85
Montepio Capital Certo (Série 2011_2016 7ª Série)	112.672,35
Montepio Capital Certo (Série 2011_2016 8ª Série)	39.465,98
Montepio Capital Certo (Série 2011_2016 9ª Série)	142.890,29
Montepio Capital Certo (Série 2011_2016 11ª Série)	121.532,40
Montepio Capital Certo (Série 2011_2016 12ª Série)	311.053,65
Montepio Capital Certo (Série 2012_2017 1ª Série)	292.460,83
Montepio Capital Certo (Série 2012_2017 2ª Série)	587.640,38
Montepio Capital Certo (Série 2012_2017 3ª Série)	638.074,43
Montepio Capital Certo (Série 2012_2017 4ª Série)	888.952,17
Montepio Capital Certo (Série 2012_2017 5ª Série)	1.362.593,91
Montepio Capital Certo (Série 2012_2017 6ª Série)	578.832,50
Montepio Capital Certo (Série 2012_2017 7ª Série)	924.705,68
Montepio Capital Certo (Série 2012_2017 8ª Série)	1.278.169,60
Montepio Capital Certo (Série 2012_2017 9ª Série)	2.162.329,56
Montepio Capital Certo (Série 2012_2017 10ª Série)	692.818,84
Montepio Capital Certo (Série 2012_2017 11ª Série)	831.302,06
Montepio Capital Certo (Série 2012_2017 12ª Série)	786.376,35
Montepio Capital Certo (Série 2013_2018 1ª Série)	250.929,85
Montepio Capital Certo (Série 2013_2018 4ª Série)	429.528,69
Montepio Capital Certo (Série 2013_2018 6ª Série)	418.278,17
Montepio Capital Certo (Série 2013_2018 7ª Série)	97.103,53
Montepio Capital Certo (Série 2013_2018 8ª Série)	236.446,98
Montepio Capital Certo (Série 2013_2018 9ª Série)	295.074,20
Montepio Capital Certo (Série 2013_2018 12ª Série)	29.994,46

Parcial_1

15 958 509,01

Fundo de Reserva Geral

(euros)

(O restante para complementar a cobertura total do saldo anual negativo do respectivo Fundo Disponível)

Montepio Capital Certo (Série 2014_2019 4ª Série)	7.938,55
Montepio Capital Certo (Série 2014_2019 7ª Série)	91.981,25
Montepio Capital Certo (Série 2014_2019 8ª Série)	239.483,15
Montepio Capital Certo (Série 2014_2019 9ª Série)	166.978,32
Montepio Capital Certo (Série 2014_2019 10ª Série)	272.298,08
Montepio Capital Certo (Série 2014_2019 11ª Série)	342.815,88
Montepio Capital Certo (Série 2014_2019 12ª Série)	153.516,88
Montepio Capital Certo (Série 2015_2020 1ª Série)	363.878,60
Montepio Capital Certo (Série 2015_2020 2ª Série)	745.039,77
Montepio Capital Certo (Série 2015_2020 3ª Série)	75.887,40
Montepio Capital Certo (Série 2015_2020 4ª Série)	2.585.781,77
Montepio Capital Certo (Série 2015_2020 5ª Série)	153.295,21
Montepio Capital Certo (Série 2015_2020 7ª Série)	162.885,33
Montepio Capital Certo (Série 2015_2020 8ª Série)	94.659,07
Rendas Vitalícias e Pensões de Modalidades de Capitalização - 4%	1.678.727,08
Rendas Vitalícias e Pensões de Modalidades de Capitalização - 3%	765.314,28
Montepio Proteção 5 em 5 - 3%	14.132.254,18
Montepio Proteção 18-30 - 3%	2.802.188,66
Montepio Pensão de Reforma + PR_Restituição Quotas - 3%	336.935,07
Rendas Temporárias - 3%	102.580,40
Pensão de Reforma + Restituição de Quotas - 6%	7.136.067,27
Pensão de Reforma + Restituição de Quotas - 4%	4.326.164,53
Pensão de Reforma + Restituição de Quotas - 4% (TV 88/90)	1.186.753,45
Capitais para Estudos - 4%	395.358,18
Pensão Sobrevivência e Dotes- 4%	474.539,40
Parcial_2	38.793.321,76
Subtotal_Fundo de Reserva	54.751.830,77
TOTAL	393.837.234,20

10.2. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

Tendo em consideração:

- A transferência de 83.356.600,84 euros da Reserva de Estabilização de Resultados para cobertura dos Fundos Disponíveis de algumas modalidades de capitalização;
- A transferência de 69.888.299,04 euros de Excedentes Técnicos para cobertura de Fundos Disponíveis de algumas modalidades;
- A transferência de 137.264.080,35 euros de Fundos Próprios para cobertura de Fundos Disponíveis dos Fundos Autónomos;
- A transferência de 48.576.423,20 euros de Fundos Próprios para cobertura de Fundos Disponíveis de algumas modalidades;
- A transferência de 54.751.830,77 euros do Fundo de Reserva Geral para cobertura dos Fundos Disponíveis negativos;
- Os Resultados do Exercício da Associação Mutualista, constituídos pelo somatório dos Saldos dos Fundos Disponíveis das Modalidades Mutualistas, Rendas Vitalícias e Outros Fundos no montante total de -393.119.502,95 euros.

Fica disponível para aplicação o montante de 717.731,25 euros, relativamente ao qual se **propõe** o seguinte:

Para o Fundo de Reserva Geral:

(euros)

- Dotação conforme alínea a) do n.º 1 do Artigo 60.º dos Estatutos (5% dos saldos anuais dos Fundos Disponíveis das seguintes Modalidades e Rendas)

Modalidades Individuais

Montepio Proteção Invalidez - 3%	12,33
Pensões de Reforma - Adicional de Invalidez - 4% (TV 88/90)	70,03

Modalidades Colectivas

Capitais Colectivos	5 711,78
Rendas Vitalícias e Pensões Modalidades de Capitalização - 6% (*)	2 770,04

- Dotação conforme alínea a) do n.º 1 do Artigo 60.º dos Estatutos (10% dos saldos anuais dos Fundos Disponíveis da seguinte Modalidade)

Modalidades Individuais

Montepio Capital Certo	52 473,28	61 037,46	61 037,46
------------------------	-----------	-----------	-----------

(*) Modalidades geridas em conjunto a partir de 4-Nov-2013 (com a entrada em vigor do Novo Regulamento de Benefícios)

Para os Fundos Permanentes das Respectivas Modalidades e Rendas:

(euros)

- (Dotação nos termos da alínea c) do n.º 1 do Artigo 60.º dos Estatutos)

- Excedentes Técnicos:

Montepio Proteção Invalidez - 3%	234,29	
Pensões de Reforma - Adicional de Invalidez - 4% (TV 88/90)	1 330,50	
Rendas Vitalícias e Pensões Modalidades de Capitalização - 6% (*)	52 630,79	54 195,58

(*) Modalidades geridas em conjunto a partir de 4-Nov-2013 (com a entrada em vigor do Novo Regulamento de Benefícios)

Para os Fundos Próprios das Respectivas Modalidades e Outros Fundos:

(euros)

(Dotação nos termos da alínea c) do n.º 1 do Artigo 60.º dos Estatutos)

- Modalidades de Capitalização

Modalidades Individuais

Montepio Capital Certo	472 259,44
------------------------	------------

Modalidades Colectivas

Capitais Colectivos	108 523,77	580 783,21
---------------------	------------	------------

- Fundo de Solidariedade Associativa

- Fundo de Administração	21 715,00	602 498,21
--------------------------	-----------	------------

TOTAL
717 731,25

10.3. PROPOSTA DE REPOSIÇÃO DO FUNDO DE RESERVA GERAL

Dando cumprimento ao nº 3 do Artigo 56.º dos Estatutos do Montepio Geral - Associação Mutualista, segundo o qual “o *Fundo de Reserva* será ressarcido dos valores que tenham sido utilizados para *completar os Fundos Disponíveis*”, **propõe-se** que seja efetuada a reposição dos seguintes valores:

(euros)	
Rendas Vitalícias e Pensões Modalidades de Capitalização - 6% (*)	52 630,79
TOTAL	52 630,79

(*) Modalidades geridas em conjunto a partir de 4-Nov-2013 (com a entrada em vigor do Novo Regulamento de Benefícios)

Considerando, ainda, o volume de excedentes técnicos acumulados nas “Rendas Vitalícias e Pensões de Modalidades de Capitalização - 6%” e a utilização de valores da Reserva Geral em anos anteriores **propõe-se** que o Fundo de Reserva seja ressarcido dos seguintes valores:

(euros)	
Rendas Vitalícias e Pensões Modalidades de Capitalização - 6% (*)	56 620,77
TOTAL	56 620,77

(*) Modalidades geridas em conjunto a partir de 4-Nov-2013 (com a entrada em vigor do Novo Regulamento de Benefícios)

10.4. PROPOSTA DE TRANSFERÊNCIA PARA O FUNDO DE RESERVA GERAL DO VALOR DOS EXCEDENTES TÉCNICOS DAS SÉRIES ENCERRADAS DA MODALIDADE MONTEPIO CAPITAL CERTO

Por encerramento das Séries da Modalidade Montepio Capital Certo, emitidas no ano de 2009 e vencidas no ano de 2014, e considerando o valor remanescente dos Excedentes Técnicos acumulados, após a correspondente distribuição pelos subscritores ativos daquelas Séries, **propõe-se** a transferência dos seguintes valores para o Fundo de Reserva Geral:

(euros)	
- Para o Fundo de Reserva Geral	
Montepio Capital Certo (Série 2009_2014 1ª Série)	17 818,34
Montepio Capital Certo (Série 2009_2014 2ª Série)	15 644,54
Montepio Capital Certo (Série 2009_2014 3ª Série)	21 786,29
Montepio Capital Certo (Série 2009_2014 4ª Série)	24 176,42
Montepio Capital Certo (Série 2009_2014 5ª Série)	16 958,71
Montepio Capital Certo (Série 2009_2014 6ª Série)	13 230,26
Montepio Capital Certo (Série 2009_2014 7ª Série)	8 738,12
Montepio Capital Certo (Série 2009_2014 8ª Série)	4 042,30
Montepio Capital Certo (Série 2009_2014 9ª Série)	17 338,84
Montepio Capital Certo (Série 2009_2014 10ª Série)	9 953,59
TOTAL	149 687,41

10.5. PROPOSTA DE COMPARTICIPAÇÃO PARA O FUNDO DE ADMINISTRAÇÃO

De forma a contribuir para assegurar os compromissos do Fundo da Administração, no que concerne aos Custos Administrativos suportados pela Associação Mutualista, **propõe-se** que sejam aprovados os seguintes valores de comparticipação das modalidades e rendas, a imputar ao exercício de 2015:

Modalidades	(%)
Montepio Poupança Complementar	0,700
Montepio Poupança Reforma	0,700
Modalidades Colectivas	0,700
Montepio Capital Certo	0,825
Modalidades Montepio de Proteção Encargos	1,000
Restantes Modalidades e Rendas Vitalícias	0,350

10.6. ATRIBUIÇÃO DE MELHORIAS DE BENEFÍCIOS

Atendendo às taxas técnicas de juro das Modalidades Atuariais (3%, 4% e 6%), utilizadas na capitalização das suas responsabilidades, não serão atribuídas Melhorias de Benefícios (sobre as Reservas Matemáticas, referentes aos benefícios em formação e em curso, existentes em 31 de Dezembro de 2015) às seguintes modalidades.

10.7. EXCEDENTES TÉCNICOS DE RENDAS VITALÍCIAS E RENDAS TEMPORÁRIAS

Tendo em consideração as taxas técnicas de juro das Rendas Vitalícias e das Rendas Temporárias (3%, 4% e 6%), utilizadas na capitalização das suas responsabilidades, as rendas constituídas até 31 de dezembro de 2014 não sofrerão qualquer atualização.

10.8. PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE RENDIMENTO ANUAL COMPLEMENTAR ÀS MODALIDADES DE CAPITALIZAÇÃO

Tendo em consideração:

- os valores acumulados na Reserva de Estabilização de Resultados de cada uma destas modalidades (Montepio Poupança Reforma, Montepio Poupança Complementar e Capitais Coletivos),

Propõe-se que a atribuição do rendimento anual complementar seja efetuada de forma diferenciada, garantindo-se a cada Modalidade uma taxa global de 1,50%:

- Montepio Poupança Reforma	1,500%
- Montepio Poupança Complementar	1,500%
- Capitais Coletivos	1,500%

De forma a atribuir-se uma taxa global de rendibilidade de 1,50% a estas modalidades de capitalização, prevê-se a necessidade de um recurso financeiro extraordinário de 18,5 milhões de euros (1,3 milhões de euros, na modalidade Montepio Poupança Reforma; 17,1 milhões de euros, na modalidade Montepio Poupança Complementar e 0,1 milhões de euros nos Capitais Coletivos). Este montante poderá ser coberto pela Reserva de Estabilização de Resultados acumulada de cada uma das Modalidades.

10.9. PROPOSTA DE DOTAÇÃO PARA A FUNDAÇÃO MONTEPIO GERAL

Com o intuito de permitir que a Fundação Montepio Geral, criada pelo Montepio Geral - Associação Mutualista em 1995, dar satisfação aos seus fins estatutários, de desenvolvimento da sua missão de Responsabilidade Social, a qual tem vindo a ser dinamizada e valorizada nos últimos anos e a merecer toda a atenção estratégica, o Conselho de Administração **propõe** à Assembleia Geral a atribuição de uma dotação, a transferir do Fundo de Solidariedade Associativa, no valor de 1.000 000,00 euros.

11. PRINCIPAIS ENTIDADES DO UNIVERSO MONTEPIO

Apresentam-se, neste capítulo, os principais destaques sobre a atividade e o desempenho, em 2015, das empresas estratégicas do Grupo Montepio, nas quais a Associação Mutualista é detentora, diretamente, da maior parte ou da totalidade do capital, bem como do controlo da gestão.

11.1 SETOR BANCÁRIO

O Grupo Montepio desenvolve a atividade bancária através da sua principal entidade - Caixa Económica Montepio Geral (CEMG) e de um conjunto de entidades, nas quais a CEMG detém participações maioritárias e o domínio da gestão, consolidando, por isso, as suas contas (Montepio Geral Cabo Verde e Montepio Holding-SGPS que congrega o Finibanco Angola, S.A., o Banco Terra, S.A., em Moçambique, o Montepio Investimento, S.A., o Montepio Crédito, S.A. e o Montepio Valor, S.A.).

A atividade da CEMG e do seu grupo, em 2015, continuou condicionada pela fragilidade da situação económica e financeira das empresas e das famílias, pela persistência de elevados fatores de risco, pelos baixos níveis das taxas de juro, com a Euribor a atingir valores negativos nos prazos de indexação (3 e 6 meses), e por crescentes exigências de liquidez e de capital.

É de referir que o setor bancário tem vivido um dos piores períodos da sua história recente, estando perante desafios extraordinários, de grande amplitude, não só decorrentes da conjuntura muito desfavorável, como das novas exigências de Basileia III e da construção da União Bancária, agudizados pelos efeitos colaterais dos eventos extraordinários, ocorridos nalgumas instituições, que têm alimentado a crise de confiança, na qual se alicerça a atividade.

O desempenho da CEMG em 2015 continuou a refletir os efeitos da desalavancagem do balanço, em ativos não fundamentais e não geradores de rendimento, mas, também, no ajustamento da dimensão da carteira de crédito ao financiamento por recursos de clientes e redução do BCE, conduzindo a uma redução dos ativos ajustados de risco, para efeitos de reforço dos rácios de capital e de melhoria dos níveis de liquidez.

Neste quadro de desalavancagem, de redução das taxas de juro e reforço da liquidez, a margem financeira da CEMG tem-se reduzido (-29%, até final de setembro 2015), tal como o produto bancário (-46%, em setembro 2015), que, em 2014, tinha beneficiado de resultados em operações financeiras, extraordinários, de 374 milhões de euros.

Desta forma, o resultado do exercício da CEMG foi de -59 milhões de euros, em setembro 2015, perspetivando-se que continue negativo no acumulado do ano de 2015, considerando a necessidade de constituição de provisões e imparidades para fazer face ao contexto de risco.

11.2 SETOR SEGURADOR E DE FUNDOS DE PENSÕES

No final do ano de 2015, a produção de seguro direto das empresas de seguros¹ fixou-se em 11,9 mil milhões de euros, o que representou um decréscimo, em termos homólogos, de 11,6%. Esta evolução reflete, essencialmente, a expressiva redução da produção registada pelo Ramo Vida, que contraiu 17,8%, no ano.

Também a sinistralidade do setor segurador evoluiu negativamente, com os custos com sinistros a registarem um aumento significativo, no ano, de 9,5%, situando-se em 12,0 mil milhões de euros, no final do mês de dezembro de 2015.

A partir de finais do ano de 2013, o Grupo Montepio agrupou as entidades supervisionadas pela ASF numa nova entidade, a Montepio Seguros SGPS, SA, que detém participações maioritárias na Lusitania, Companhia de Seguros, operadora no mercado de Seguros Não Vida, na Lusitania Vida, entidade do Grupo dedicada ao segmento de Seguros Vida, e na Futuro, SGPS, a sociedade gestora de fundos de pensões do Grupo.

ATIVIDADE DE SEGUROS NÃO VIDA

Esta atividade é desenvolvida pela Lusitania, Companhia de Seguros, SA e pela sua participada N Seguros, SA.

Em 2015, a produção de seguro direto da Lusitania, Companhia de Seguros cresceu, pelo segundo ano consecutivo, aumentando 5,5%, no ano, tendo-se situado em 184,8 milhões de euros, no final do ano. Esta evolução representou uma aceleração do ritmo de crescimento, face ao acréscimo de 3,6% verificado no ano de 2014. Para este crescimento contribuiu, essencialmente, o ramo Acidentes de Trabalho, que aumentou 25,1%, no ano. A quota de mercado global observou uma diminuição, de 0,1 p.p., que se fixou, no final de 2015, em 5,23%. Os custos com sinistros cifraram-se em 128,4 milhões de euros, crescendo 7%, face a igual período do ano anterior. O efeito combinado destas duas variáveis, Prémios de Seguro Direto e Custos com Sinistros, contribuiu para o agravamento da taxa de sinistralidade, em 0,6 p.p., que se situou em 69,5% no final do ano de 2015.

A taxa de cobertura da margem de solvência da Lusitania Companhia de Seguros, no final de dezembro de 2015, fixou-se em 155,2%.

A N Seguros, SA opera no mercado dos seguros diretos em Portugal desde fevereiro de 2008 e define a sua atuação por um forte investimento em plataformas tecnológicas orientadas para o apoio ao cliente e para a subscrição direta de seguros.

Com uma oferta abrangente, a N Seguros aposta na segmentação e na personalização dos seus produtos dos ramos Automóvel, Acidentes Pessoais e Saúde. No ano de 2015, a produção de seguro direto da N Seguros registou um aumento de 3,6%, situando-se em 11,8 milhões de euros, em dezembro. Para esta evolução contribuiu o crescimento homólogo, de 3,0%, do principal segmento da Companhia, o Ramo Automóvel.

¹ Fonte dos dados setoriais: ASF – Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (valores provisórios)

Os custos com sinistros aumentaram 3,0% no ano, contribuindo para a melhoria da taxa de sinistralidade, em 0,4 p.p., que se fixou em 66,6%, no final do ano de 2015.

A Lusitania Companhia de Seguros obteve resultados de -43,2 milhões de euros (valor provisório).

ATIVIDADE DE SEGUROS VIDA

Esta área de negócio é desenvolvida pela Lusitania Vida, Companhia de Seguros, SA, que comercializa seguros tradicionais, produtos de capitalização e PPR's. A Lusitania Vida complementa a oferta de seguros do Grupo, disponibilizando seguros de vida-risco e produtos de investimento no canal bancário e na rede de mediadores. A Lusitania Vida atua de forma complementar às atividades mutualista e bancária, nas áreas das soluções de previdência e de poupança e, também, à atividade da Lusitania, Companhia de Seguros não vida, através da comercialização de soluções mistas – Vida e Não Vida.

Em linha com a forte contração registada pelo mercado no ano de 2015, a produção de seguro direto da Lusitania Vida diminuiu 16,6%, menos 1,2 pontos percentuais que o mercado, atingindo um valor de 138,6 milhões de euros, no final do ano.

A quota de mercado, no final de dezembro de 2015, aumentou, marginalmente, de 1,62% para 1,65%.

Os custos com sinistros cifraram-se em 204,1 milhões de euros, no ano de 2015, tendo registado um acréscimo de 94,7%, face ao período homólogo.

A Lusitania Vida obteve um resultado do exercício de 3,5 milhões de euros, em 2015 (valor provisório), que compara com 4,1 milhões de euros, em 2014.

A margem de solvência da Lusitania Vida atingiu 345,0%, no final de dezembro de 2015, registando uma melhoria de 6,7 p.p., face ao período homólogo, e situando-se 128 p.p. acima da taxa de cobertura da margem de solvência das empresas do ramo vida supervisionadas pelo ASF (217%).

FUNDOS DE PENSÕES

A FUTURO – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. é a empresa do Grupo Montepio especializada na gestão de Fundos de Pensões dirigidos a empresas e particulares.

Os ativos sob gestão dos Fundos de Pensões geridos pela Futuro registaram um crescimento de 7,3%, ascendendo a 1 384 milhões de euros, em dezembro de 2015. No final do ano, a quota da Futuro no mercado de fundos de pensões português era de 7,7%, valor que compara com 7,4%, em dezembro de 2014.

Em 2015, o valor dos serviços prestados registou um aumento de 12,9%, situando-se nos 8,6 milhões de euros e o Resultado do Exercício atingiu -1,6 milhões de euros.

11.3 GESTÃO DE ATIVOS

A Montepio Gestão de Activos, SGFI, SA é a entidade do grupo Montepio especializada na gestão de patrimónios financeiros, concentrando as atividades de gestão de fundos de investimento mobiliário e de gestão discricionária de carteiras.

Em 2015, o valor dos Fundos de Investimento Mobiliário geridos pela Montepio Gestão de Activos ascendia a 219 milhões de euros, traduzindo uma redução de 37,8%, no ano, e uma quota de mercado de 1,83%.

Na vertente de Gestão de Patrimónios, a Montepio Gestão de Activos, com um montante sob gestão de 1 464 milhões de euros, registou um aumento de 8,0%, em 2015, face ao ano transato, com a quota de mercado a fixar-se em 2,23%.

O Produto Bancário gerado no exercício de 2015 foi de 3,5 milhões de euros, registando um crescimento homólogo de 7,4%. Os Gastos Operacionais apresentaram uma redução de 5,9%, passando para 1,6 milhões de euros. Em consequência, o Resultado Líquido cresceu 24,2%, face ao ano de 2014, atingindo 1,4 milhões de euros, em dezembro de 2015.

11.4 SERVIÇOS DE SAÚDE E GESTÃO DE CENTROS RESIDENCIAIS

A empresa Residências Montepio, Serviços de Saúde S.A. é a entidade do Grupo Montepio vocacionada para a prestação de serviços nesta área, orientados em especial para o segmento sénior. A sua atividade centra-se na gestão de centros residenciais, em Portugal, que incluem residências geriátricas, residências assistidas, centros de dia e serviços pessoais ao domicílio.

Em 2015, ano em que a empresa completa o seu 10º ano de atividade, a Residências Montepio dispunha de seis residências em funcionamento, situadas no Porto, em Gaia, em Coimbra, na Parede, no Montijo e em Lisboa (Parque das Nações).

As taxas de ocupação médias das residências, no ano de 2015, ultrapassaram 95%, destacando-se a residência de Gaia, que atingiu a ocupação plena, sendo que, nas residências do Porto e de Coimbra, o nível de ocupação se situou nos 96%, nas residências do Montijo e de Lisboa - Parque das Nações, em 94% e na residência da Parede, nos 89%.

Refletindo a forte procura da população portuguesa pelos serviços prestados pela Residências Montepio, os proveitos da empresa mantiveram a tendência de crescimento, em 2015, aumentando 2,8%, face ao período homólogo, para se fixarem em 19,3 milhões de euros, no final do ano.

De assinalar, que o ciclo de investimentos das Residências Montepio ainda não se encontra concluído, estando prevista a abertura de mais 2 centros residenciais, que deverão ficar localizados na Parede – Cascais e em Lisboa-Entrecampos, alargando, desta forma, a atual oferta, de 6 para 8 unidades residenciais. Estas residências encontram-se em fases distintas do processo de construção, estando a Residência Montepio Parede II – Cascais em fase final de construção e a unidade de Lisboa-Entrecampos ainda em fase de licenciamento.

Destaca-se, ainda, a assinatura, em 2015, de um Protocolo de Cooperação entre a Residências Montepio e o ISCTE-IUL, que visa potenciar a Investigação e o ensino de temáticas de interesse para o desenvolvimento da atividade de ambas as instituições.

12. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS, NOTAS EXPLICATIVAS E CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

Montepio Geral - Associação Mutualista

Balanço em 31 de Dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de Euros)

	Notas	2015	2014
Ativo			
Disponibilidades em instituições de crédito	16	20 280	35 676
Aplicações em instituições de crédito	17	146 945	598 649
Ativos financeiros detidos para negociação	18	55	2 059
Outros Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	19	34 295	20 428
Ativos financeiros disponíveis para venda	20	575 512	960 737
Investimentos detidos até à maturidade	21	996 476	993 790
Investimentos em subsidiárias e associadas	22	1 621 108	1 705 596
Propriedades de investimento	23	419 168	415 237
Ativos tangíveis	24	35 994	3 523
Ativos intangíveis		29	15
Outros Ativos	25	14 209	12 646
Total do Ativo		3 864 071	4 748 356
Passivo			
Passivos financeiros detidos para negociação			
Outras Provisões	28	37 014	17 039
Provisões técnicas			
Provisões matemáticas para encargos com modalidades associativas	29	3 468 519	3 968 354
Subvenções e melhorias de benefícios	29	67 838	71 075
Outros passivos	26	82 983	9 626
Total do Passivo		3 656 354	4 066 094
Situação Líquida			
Fundos próprios	30	138 371	129 862
Excedentes Técnicos	30	100 286	94 826
Reservas de justo valor	31	2 587	45 971
Reserva geral	31	252 815	248 453
Outras reservas e resultados transitados	31	106 778	121 689
Resultado líquido do exercício	31	(393 120)	41 461
Total da Situação Líquida		207 717	682 262
Total do Passivo e Situação Líquida		3 864 071	4 748 356

A CONTABILÍSTA CERTIFICADA

Rosa Maria Alves Mendes

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

António Tomás Correia - Presidente

Carlos Vicente Morais Beato

Fernando Ribeiro Mendes

Virgílio Manuel Boavista Lima

Miguel Alexandre Teixeira Coelho

Montepio Geral - Associação Mutualista

Demonstração de Resultados em 31 de Dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de Euros)

	Notas	2015	2014
Proveitos inerentes a associados	3	499 219	969 137
Custos inerentes a associados	4	(1 070 581)	(437 439)
Variação das provisões técnicas	5	538 792	(586 210)
Juros e rendimentos similares	6	88 123	94 113
Juros e encargos similares	6	(533)	(382)
Rendimentos de instrumentos de capital	7	1 859	2 961
Resultados de Ativos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	8	(4 269)	1 892
Resultados de Ativos financeiros disponíveis para venda	9	13 096	20 451
Imparidade de Ativos financeiros líquida de reversões	10	(2 725)	(12 343)
Custos com pessoal	12	(3 385)	(2 715)
Gastos gerais administrativos	13	(43 098)	(10 863)
Amortizações do exercício	14	(363)	(135)
Outros resultados de exploração	15	20 282	26 282
Resultado operacional		36 417	64 749
Provisões líquidas de reposições e anulações	28	(19 974)	(16 684)
Imparidade de outros Ativos líquida de reversões	11	(409 563)	(6 604)
Resultado líquido do exercício		(393 120)	41 461

A CONTABILÍSTA CERTIFICADA

Rosa Maria Alves Mendes

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

António Tomás Correia - Presidente

Carlos Vicente Morais Beato

Fernando Ribeiro Mendes

Virgílio Manuel Boavista Lima

Miguel Alexandre Teixeira Coelho

Montepio Geral – Associação Mutualista

Demonstração do rendimento integral para os anos findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de Euros)

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Itens que poderão vir a ser reclassificados para a demonstração de resultados		
Reserva de justo valor		
Activos financeiros disponíveis para venda	(43 384)	36 047
Itens que não irão ser reclassificados para a demonstração de resultados		
Reconhecimento dos desvios actuariais	23	(80)
Total outro rendimento integral	<u>(43 361)</u>	<u>35 967</u>
Resultado líquido do exercício	<u>(393 120)</u>	<u>41 461</u>
Total de rendimento integral do exercício	<u><u>(436 481)</u></u>	<u><u>77 428</u></u>

Montepio Geral – Associação Mutualista

Mapa de alterações na Situação Líquida para os anos findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de Euros)

	Fundos Próprios	Excedentes Técnicos	Reserva de justo valor	Reserva Geral	Outras reservas e resultados transitados	Resultado líquido do exercício	Total da situação líquida
Saldos em 31 de Dezembro de 2013	117 711	58 709	9 924	229 405	164 788	70 271	650 808
Distribuição de resultados do MGAM (ver nota 31)	9 065	13 880	-	10 738	-	(70 271)	(36 588)
Distribuição de resultados transitados (ver nota 31)	3 086	26 206	-	6 143	(35 435)	-	-
Distribuição de excedentes dos CRPC	-	(3 260)	-	-	-	-	(3 260)
Recurso às reservas (nota 31)	-	-	-	1 998	(7 584)	-	(5 586)
Reposição de reserva geral (ver nota 31)	-	(169)	-	169	-	-	-
Atribuição de benefícios	-	(540)	-	-	-	-	(540)
Varição da reserva de justo valor	-	-	36 047	-	-	-	36 047
Desvios actuariais (nota 27)	-	-	-	-	(80)	-	(80)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	41 461	41 461
Saldos em 31 de Dezembro de 2014	129 862	94 826	45 971	248 453	121 689	41 461	682 262
Distribuição de resultados do MGAM (ver nota 31)	8 509	10 207	-	2 084	-	(41 461)	(20 661)
Distribuição de resultados transitados (ver nota 31)	-	-	-	-	-	-	-
Distribuição de excedentes dos CRPC	-	(2 337)	-	-	-	-	(2 337)
Recurso às reservas (nota 31)	-	-	-	-	(14 934)	-	(14 934)
Reposição de reserva geral (ver nota 31)	-	(2 278)	-	2 278	-	-	-
Atribuição de benefícios	-	(132)	-	-	-	-	(132)
Varição da reserva de justo valor	-	-	(43 384)	-	-	-	(43 384)
Desvios actuariais (nota 27)	-	-	-	-	23	-	23
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	(393 120)	(393 120)
Saldos em 31 de Dezembro de 2015	138 371	100 286	2 587	252 815	106 778	(393 120)	207 717

Montepio Geral – Associação Mutualista

Demonstração dos Fluxos de Caixa para os anos findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de Euros)

	2015	2014
Fluxos de Caixa de Actividades Operacionais		
Custos inerentes a associados	(1 070 581)	(437 439)
Proveitos inerentes a associados	499 219	969 137
Dotação para a Fundação Montepio Geral	(1 000)	(1 000)
Outros pagamentos e recebimentos	(31 964)	(19 519)
	(604 325)	511 179
Fluxos de Caixa de Actividades de Investimento		
Investimentos em subsidiárias e associadas	(278 177)	(20 357)
Pagamentos e recebimentos relativos a propriedades de investimentos	18 881	33 839
Pagamentos e recebimentos relativos a activos detidos até à maturidade	(2 686)	(355 639)
Pagamentos e recebimentos relativos a activos financeiros detidos para negociação	2 004	3 560
Pagamentos e recebimentos relativos a activos financeiros ao justo valor através de resultados	(13 867)	4 419
Pagamentos e recebimentos relativos a activos financeiros disponíveis para venda	397 552	(71 383)
Aplicações em instituições de crédito	463 079	(120 772)
Juros de depósitos à ordem	224	1 219
Dividendos	1 799	2 961
Empréstimos de financiamento	121	(1 750)
	588 929	(523 903)
Varição líquida em disponibilidades em instituições de crédito	(15 396)	(12 724)
Disponibilidades em instituições de crédito no início do exercício	35 676	48 400
Disponibilidades em instituições de crédito no fim do exercício	20 280	35 676

Montepio Geral – Associação Mutualista

Notas às Demonstrações Financeiras 31 de Dezembro de 2015

1 Políticas contabilísticas

a) Bases de apresentação

O Montepio Geral – Associação Mutualista (“Associação” ou “MGAM”), com sede na Rua do Ouro, 219-241, é uma instituição particular de solidariedade social, constituída em Portugal em 1840. A Associação tem como finalidade essencial promover e desenvolver acções de protecção social, solidariedade e integridade a favor dos Associados e suas famílias e dos beneficiários por aqueles designados. Iniciou a sua actividade em 4 de Outubro de 1840.

Até 31 de Dezembro de 2011, inclusive, a Associação preparou as suas demonstrações financeiras com base no modelo de apresentação consagrado no Plano de Contas das Associações Mutualistas, sendo regulamentado pelo Decreto-Lei nº 422/93 de 28 de Dezembro. Não obstante, em 31 de Dezembro de 2008, em sintonia com as transformações em curso no domínio das regras contabilísticas, nomeadamente ao nível das instituições financeiras e empresas de seguros, e tendo como objectivo a sua convergência com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, alterou as suas políticas contabilísticas acolhendo os critérios de reconhecimento e mensuração das Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”) tal como adoptadas na União Europeia nessa data.

A partir de 1 de Janeiro de 2012, no âmbito do Decreto-Lei nº 36-A/2011, de 9 de Março que aprovou o regime de normalização contabilística para as entidades do sector não lucrativo (“ESNL”) e do artigo 4º do Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho, a Associação adoptou os IFRS, no âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho de 2002, passando a apresentar as suas demonstrações financeiras de acordo com os IFRS.

As demonstrações financeiras individuais (“demonstrações financeiras”) da Associação agora apresentadas, reportam-se ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2015 e foram preparadas de acordo com os IFRS adoptados pela União Europeia até 31 de Dezembro de 2015. A Associação elabora contas consolidadas que serão apresentadas oportunamente.

Os IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”) e as interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretation Committee (“IFRIC”), e pelos respectivos órgãos antecessores.

As políticas contabilísticas utilizadas pela Associação na preparação das suas demonstrações financeiras referentes a 31 de Dezembro de 2015, são consistentes com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras com referência a 31 de Dezembro de 2014.

Em 2015 a Associação adoptou as IFRS e interpretações de aplicação obrigatória para exercícios que se iniciaram a 1 de Janeiro de 2015. Essas normas apresentam-se discriminadas na nota 36. De acordo com as disposições transitórias dessas normas e interpretações, são apresentados valores comparativos relativamente às novas divulgações exigidas.

As demonstrações financeiras agora apresentadas reflectem os resultados das suas operações para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014. Os valores das demonstrações financeiras estão expressos em milhares de euros, arredondados à unidade.

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, modificado pela aplicação do justo valor para os instrumentos financeiros derivados, activos financeiros ao justo valor através de resultados, activos financeiros disponíveis para venda e propriedades de investimento excepto aqueles para os quais o justo valor não está disponível. Os outros activos e passivos financeiros e não financeiros são registados ao custo amortizado ou custo histórico.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com os IFRS requer que a Associação efectue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, activos e passivos. Alterações em tais pressupostos ou diferenças destes face à realidade poderão ter impactos sobre as actuais estimativas e julgamentos. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou complexidade ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativos na preparação das demonstrações financeiras encontram-se analisadas na nota 1 s).

As demonstrações financeiras da Associação são preparadas no pressuposto da continuidade das operações.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração em 7 de Março de 2016.

b) Activos tangíveis

Os activos tangíveis encontram-se valorizados ao custo de aquisição deduzido das respectivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade.

Os custos subsequentes com os activos tangíveis são reconhecidos apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Associação. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os terrenos não são amortizados. As amortizações dos activos tangíveis são calculadas segundo o método das quotas constantes, às seguintes taxas de amortização que reflectem a vida útil esperada dos bens:

Tipo de Activo	Numero de anos
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	4 a 10
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	4 a 8
Obras em imóveis arrendados	10

A vida útil esperada dos bens é revista em cada data de balanço e ajustada, se apropriado, de acordo com o padrão esperado de consumo dos benefícios económicos futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do activo.

Quando existe indicação de que um activo possa estar em imparidade, o IAS 36 – Imparidade de activos exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um activo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados para os activos registados ao custo.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu justo valor líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do activo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

c) Activos intangíveis

Os custos incorridos com a aquisição de software são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pela Associação necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes ativos (3 anos).

Os custos com desenvolvimento de software informático, reconhecidos como ativos são amortizados de forma linear ao longo da respetiva vida útil esperada.

Os custos com a manutenção de programas informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

d) Propriedades de investimento

A Associação classifica como propriedades de investimento os imóveis detidos para arrendamento ou para valorização do capital.

As propriedades de investimento são reconhecidas inicialmente ao custo de aquisição, incluindo os custos de transação diretamente relacionados, e subsequentemente ao seu justo valor. Variações de justo valor determinadas a cada data de balanço são reconhecidas em resultados. As propriedades de investimento não são amortizadas.

Os custos subsequentes com propriedades de investimento são reconhecidos apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Associação em montante superior ao valor actual dos fluxos de caixa estimados futuros que originalmente se esperam vir a obter do uso continuado do investimento.

e) Investimentos em subsidiárias e associadas

As participações financeiras são classificadas como segue:

Subsidiárias

Subsidiárias são entidades (incluindo fundos de investimento e veículos de securitização) sobre as quais a Associação exerce controlo. A Associação controla uma entidade quando está exposta, ou tenha direitos, à variabilidade nos retornos provenientes do seu envolvimento com essa entidade e possa apoderar-se dos mesmos através do poder que detém sobre as atividades relevantes dessa entidade (controlo de facto). Os investimentos em subsidiárias são valorizados ao custo de aquisição deduzido de perdas por imparidade.

Associadas

São classificadas como associadas, todas as empresas sobre as quais a Associação tem influência significativa mas não exerce controlo sobre a sua política financeira e operacional. Presume-se que a Associação exerce influência significativa quando detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada. Caso a Associação detenha, direta ou indiretamente, menos de 20% dos direitos de voto, presume-se que a Associação não possui influência significativa, exceto quando essa influência possa ser claramente demonstrada. Os investimentos em associadas são valorizados ao custo de aquisição deduzido de perdas por imparidade.

Imparidade

O valor recuperável dos investimentos em subsidiárias e associadas é avaliado anualmente, independentemente da existência de indicadores de imparidade. As perdas de imparidade são apuradas tendo por base a diferença entre o valor recuperável dos investimentos em subsidiárias ou associadas e o seu valor contabilístico. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

O valor recuperável é determinado com base no maior entre o valor em uso dos activos e o justo valor deduzido dos custos de venda, sendo calculado com recurso a metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

Sempre que o valor dos passivos de uma subsidiária ultrapassar os seus activos, além da constituição de imparidade para anular o investimento, a Associação constitui uma provisão quando existe responsabilidade sobre os passivos dessa subsidiária.

f) Activos financeiros

Classificação

A Associação classifica os activos financeiros no momento da sua aquisição considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as seguintes categorias:

- *Activos financeiros ao justo valor através dos resultados*

Esta categoria inclui: (i) os activos financeiros de negociação, que são aqueles adquiridos com o objectivo principal de serem transaccionados no curto prazo, e (ii) os activos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas em resultados.

A Associação designa, no seu reconhecimento inicial, certos activos financeiros ao justo valor através de resultados quando:

- Tais activos financeiros são geridos, avaliados e analisados internamente com base no seu justo valor;
 - Tal designação elimina uma inconsistência de reconhecimento e mensuração (*accounting mismatch*); ou
 - Tais activos financeiros contêm derivados embutidos.
- *Activos financeiros disponíveis para venda*

Os activos financeiros disponíveis para venda são activos financeiros não derivados que: (i) a Associação tem intenção de manter por tempo indeterminado, (ii) que são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou (iii) que não se enquadrem na categoria acima referida.

- *Activos financeiros detidos até à maturidade*

Nesta categoria são reconhecidos activos financeiros não derivados, com pagamentos fixos ou determináveis e maturidade fixa, para os quais a Associação tem a intenção e capacidade de manter até à maturidade e que não foram designados para nenhuma outra categoria de activos financeiros.

Qualquer reclassificação ou venda de activos financeiros reconhecidos nesta categoria que não seja realizada próxima da maturidade, obrigará a Associação a reclassificar integralmente esta carteira para activos financeiros disponíveis para venda e a Associação ficará durante dois anos impossibilitada de classificar qualquer activo financeiro nesta categoria.

- *Empréstimos e contas a receber*

Esta categoria inclui valores a receber relativos a transacções relacionadas com a actividade desenvolvida pela Associação.

Reconhecimento, mensuração inicial e desreconhecimento

Aquisições e alienações de: (i) activos financeiros ao justo valor através dos resultados, (ii) activos financeiros disponíveis para venda e (iii) empréstimos e contas a receber, são reconhecidos na data da negociação (“*trade date*”), ou seja, na data em que a Associação se compromete a adquirir ou alienar o activo.

Os activos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transacção, excepto nos casos de activos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transacção são directamente reconhecidos em resultados.

Estes activos são desreconhecidos quando (i) expiram os direitos contratuais da Associação ao recebimento dos seus fluxos de caixa, (ii) a Associação tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou (iii) não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, a Associação tenha transferido o controlo sobre os activos.

Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, os activos financeiros ao justo valor com reconhecimento em resultados são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados.

Os activos financeiros detidos para venda são igualmente registados ao justo valor sendo, no entanto, as respectivas variações reconhecidas em reservas, até que os activos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados. As variações cambiais associadas a estes activos são reconhecidas também em reservas, no caso de acções, e em resultados, no caso de instrumentos de dívida. Os juros, calculados à taxa de juro efectiva, e os dividendos são também reconhecidos na demonstração dos resultados.

O justo valor dos activos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente (“*bid-price*”). Na ausência de cotação, a Associação estima o justo valor utilizando (i) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções customizados de modo a reflectir as particularidades e circunstâncias do instrumento, e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Os empréstimos concedidos e contas a receber são posteriormente valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efectiva.

Os instrumentos financeiros para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor são registados ao custo de aquisição.

Transferências entre categorias

Em Outubro de 2008 o IASB emitiu a revisão da norma IAS 39 - Reclassificação de instrumentos financeiros (*Amendments to IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement and IFRS 7: Financial Instruments Disclosures*). Esta alteração veio permitir que uma entidade transfira de activos financeiros ao justo valor através de resultados - negociação para as carteiras de activos financeiros disponíveis para venda, Empréstimos e contas a receber ou para activos financeiros detidos até à maturidade, desde que sejam cumpridos os requisitos definidos na norma, nomeadamente:

- se um activo financeiro, na data da reclassificação apresenta características de um instrumento de dívida para o qual não existe mercado activo; ou

- quando exista algum evento não comum ou altamente improvável que ocorra de novo no curto-prazo, significando que o evento pode ser classificado como uma circunstância rara.

A Associação não adoptou esta possibilidade.

As transferências de activos financeiros disponíveis para venda para as categorias de Empréstimos e contas a receber e Activos a deter até à maturidade são também permitidas em determinadas circunstâncias específicas.

São proibidas as transferências de e para outros Activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

Imparidade

A Associação avalia regularmente se existe evidência objectiva de que um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, apresentam sinais de imparidade. Para os activos financeiros que apresentam sinais de imparidade, é determinado o respectivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para os títulos cotados, uma desvalorização continuada ou de valor significativo na sua cotação, e (ii) para títulos não cotados, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

Quando existe evidência de imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor actual, deduzida de qualquer perda de imparidade no activo anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados. Se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, a perda de imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição se o aumento for objectivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda de imparidade, excepto no que se refere a acções ou outros instrumentos de capital, caso em que a reversão da imparidade é reconhecida em reservas.

g) Instrumentos financeiros derivados

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na data da sua negociação (“*trade date*”), pelo seu justo valor. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados directamente em resultados do período.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados corresponde ao seu valor de mercado, quando disponível, ou é determinado tendo por base técnicas de valorização incluindo modelos de desconto de fluxos de caixa (“*discounted cash flows*”) e modelos de avaliação de opções, conforme seja apropriado.

Derivados embutidos

Os derivados que estão embutidos em outros instrumentos financeiros são tratados separadamente quando as suas características económicas e os seus riscos não estão relacionados com o instrumento principal e o instrumento principal não está contabilizado ao seu justo valor através de resultados. Estes derivados embutidos são registados ao justo valor com as variações reconhecidas em resultados.

h) Operações em moeda estrangeira

Os activos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio à data da transacção. Activos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado. As diferenças cambiais resultantes são reconhecidas em resultados, excepto no que diz respeito às diferenças relacionadas com acções classificadas como activos financeiros disponíveis para venda, as quais são registadas em reservas.

i) Disponibilidades em instituições de crédito

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, as disponibilidades em instituições de crédito englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço.

j) Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros não derivados incluem valores a pagar aos associados e outros passivos. Estes passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transacção incorridos e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efectiva.

A Associação procede ao desreconhecimento de passivos financeiros quando estes são cancelados ou extintos.

k) Compensação de instrumentos financeiros

Os activos e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido quando existe a possibilidade legal de compensar os montantes reconhecidos e exista a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou realizar o activo e liquidar o passivo simultaneamente.

l) Benefícios aos empregados

Pensões

No final do exercício de 2012, procedeu-se a uma alteração dos estatutos da Caixa Económica Montepio Geral (“CEMG”) que determinou uma separação dos órgãos de gestão da CEMG e do MGAM. Os novos órgãos de gestão tomaram posse em 11 de Janeiro de 2013.

Nesta base, até 31 de Dezembro de 2012, a responsabilidade por serviços passados era financiada pela CEMG. No início de 2013 esta responsabilidade foi transferida para o MGAM após aprovação do Instituto de Seguros de Portugal.

O MGAM tem a responsabilidade de pagar aos seus Administradores pensões de reforma por velhice, pensões de reforma por invalidez e pensões de sobrevivência bem como subsidio por morte, nos termos do estabelecido no contrato do Fundo de Pensões do Montepio Geral, gerido pela Futuro – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.

A responsabilidade líquida do MGAM com o plano de benefícios acima referido é estimada anualmente, com referência a 31 de Dezembro de cada ano.

A responsabilidade líquida do MGAM relativa ao plano de benefício definido é calculada através da estimativa do valor de benefícios futuros que cada Administrador deve receber em troca pelo seu serviço no período corrente e em períodos passados. O benefício é descontado de forma a determinar o seu valor atual, sendo aplicada a taxa de desconto correspondente à taxa de obrigações de alta qualidade de sociedades com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano. A responsabilidade líquida é determinada após a dedução do justo valor dos activos do Fundo de Pensões.

O proveito/custo de juros com o plano é calculado pelo MGAM multiplicando o activo/responsabilidade líquido com pensões (responsabilidades deduzidas do justo valor dos activos do fundo) pela taxa de desconto utilizada para efeitos da determinação das responsabilidades com pensões e atrás referida. Nessa base, o proveito/custo líquido de juros inclui o custo dos juros associado às responsabilidades com pensões e o rendimento esperado dos activos do fundo, ambos mensurados com base na taxa de desconto utilizada no cálculo das responsabilidades.

Os ganhos e perdas de remensuração, nomeadamente (i) os ganhos e perdas actuariais, resultantes das diferenças entre os pressupostos actuariais utilizados e os valores efetivamente verificados (ganhos e perdas de experiência) e das alterações de pressupostos actuariais e (ii) os ganhos e perdas decorrentes da diferença entre o rendimento esperado dos activos do fundo e os valores obtidos, são reconhecidos por contrapartida de capital próprio na rubrica de outro rendimento integral.

O MGAM reconhece na sua demonstração dos resultados um valor total líquido que inclui (i) o custo do serviço corrente, (ii) o proveito/custo líquido de juros com o plano de pensões, (iii) o efeito das reformas antecipadas, (iv) custos com serviços passados e (v) os efeitos de qualquer liquidação ou corte ocorridos no período. O proveito/custo líquido com o plano de pensões é reconhecido como juros e proveitos similares ou juros e custos similares consoante a sua natureza.

Outros benefícios que não de pensões, nomeadamente os encargos de saúde na situação de reforma e benefícios atribuíveis ao cônjuge e descendentes por morte são igualmente considerados no cálculo das responsabilidades.

Os pagamentos aos fundos são efetuados anualmente pelo MGAM de acordo com um plano de contribuições determinado de forma a assegurar a solvência do fundo.

Remunerações variáveis aos órgãos de administração (bónus)

De acordo com o IAS 19 – Benefícios dos empregados, as remunerações variáveis (participação nos lucros, prémios e outras) atribuídas aos empregados e aos membros dos órgãos de administração são contabilizadas em resultados do exercício a que respeitam.

m) Provisões matemáticas

As provisões matemáticas destinam-se a cobrir as responsabilidades com origem nas diferentes modalidades mutualistas subscritas pelos Associados. Estas provisões são calculadas, mensalmente, sobre bases actuariais aprovadas pelo Ministério da Solidariedade e da Segurança Social. Adicionalmente, à data de cada reporte das demonstrações financeiras, a Associação efectua um teste à adequação das responsabilidades, utilizando pressupostos actuariais mais adequados face à realidade actual em termos de esperança de vida e de taxa de juro a utilizar no desconto das responsabilidades.

O teste de adequação das responsabilidades é efectuado para cada modalidade separadamente. Qualquer deficiência detectada deverá ser reconhecida pela Associação no momento em que ocorra, por contrapartida de resultados.

n) Contratos de seguro

Classificação

A Associação no âmbito das modalidades associativas emite contratos que incluem risco seguro, risco financeiro ou uma combinação dos riscos seguro e financeiro.

Um contrato em que a Associação aceita um risco de seguro significativo de outra parte, aceitando compensar o segurado no caso de um acontecimento futuro incerto específico afectar adversamente o associado é classificado como um contrato de seguro e reconhecido de acordo com os critérios definidos no IFRS 4 Contratos de Seguro.

Um contrato emitido pela Associação cujo risco seguro transferido não é significativo, mas cujo risco financeiro transferido é significativo com participação nos resultados discricionária, é considerado como um contrato de investimento e reconhecido e mensurado de acordo com as políticas contabilísticas aplicáveis aos contratos de seguro. Um contrato emitido pela Associação que transfere apenas risco financeiro, sem participação nos resultados discricionária, é registado como um instrumento financeiro.

Reconhecimento e mensuração

Os proveitos inerentes a associados de cada uma das modalidades com risco de seguro de vida e risco de investimento com participação nos resultados discricionária, são reconhecidos como proveitos quando devidos pelos Associados. Os benefícios e outros custos são reconhecidos em simultâneo com o reconhecimento dos proveitos ao longo da vida dos contratos. Esta especialização é efectuada através da constituição de provisões matemáticas.

o) Provisões

São reconhecidas provisões quando (i) a Associação tem uma obrigação presente (legal ou decorrente de práticas passadas ou políticas publicadas que impliquem o reconhecimento de certas responsabilidades), (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

As provisões são revistas no final de cada data de reporte e ajustadas para reflectir a melhor estimativa, sendo revertidas por resultados na proporção dos pagamentos que não sejam prováveis.

As provisões são desreconhecidas através da sua utilização, para as obrigações para as quais foram inicialmente constituídas.

p) Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e dos activos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos com base no método da taxa efectiva.

A taxa de juro efectiva é a taxa que desconta exactamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, um período mais curto, para o valor líquido actual de balanço do activo ou passivo financeiro.

Para o cálculo da taxa de juro efectiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efectiva, custos de transacção e todos os prémios e descontos directamente relacionados com a transacção.

No caso de activos financeiros ou grupos de activos financeiros semelhantes para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em resultados são determinados com base na taxa de juro utilizada na mensuração da perda por imparidade.

q) Dividendos recebidos

Os rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando recebidos.

r) Despesas relativas à Caixa Económica Montepio Geral

A Associação suporta, os custos com os trabalhadores cedidos pela Caixa Económica Montepio Geral, afectos ao Gabinete de Dinamização Associativa, Gabinete de Desenvolvimento da Oferta Mutualista, Gabinete de Estudos Sociais e Mutualistas, Gabinete de Responsabilidade Social, Unidade de Contabilidade e Secretaria, adicionalmente a Associação suportou em 2015 um conjunto de custos referentes a serviços especializados, alguns de natureza extraordinária, prestados pela Caixa Económica – Montepio Geral, nas diversas áreas para as quais a Associação não dispõe de estrutura própria, nomeadamente na promoção, divulgação e colocação de produtos mutualistas (ver nota 13).

s) Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das Demonstrações

Financeiras

As IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração utilize o julgamento e faça as estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela Associação são analisadas como segue, no sentido de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados da Associação e a sua divulgação. Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela Associação é apresentada na nota 1 às demonstrações financeiras.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adoptado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pela Associação poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efectuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Associação e das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

Imparidade dos activos financeiros disponíveis para venda

A Associação determina que existe imparidade nos seus activos financeiros disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor ou quando prevê existir um impacto nos fluxos de caixa futuros dos activos. Esta determinação requer julgamento, no qual a Associação recolhe e avalia toda a informação relevante à formulação da decisão, nomeadamente a volatilidade normal dos preços dos instrumentos financeiros. Para o efeito e como consequência da forte volatilidade e reduzida liquidez dos mercados, consideraram-se os seguintes parâmetros como *triggers* da existência de imparidade:

- (i) Títulos de capital: desvalorizações superiores a 30% face ao valor de aquisição ou valor de mercado inferior ao valor de aquisição por um período superior a doze meses; ou
- (ii) Títulos de dívida: sempre que exista evidência objectiva de eventos com impacto no valor recuperável dos fluxos de caixa futuros destes activos.

Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Da utilização de metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas, poderia resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados da Associação.

Justo valor dos instrumentos financeiros

O justo valor é baseado em preços de cotação em mercado, quando disponíveis, e quando na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o efeito do tempo, a curva de rentabilidade e factores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

Provisões matemáticas

As provisões matemáticas correspondem às responsabilidades futuras decorrentes das várias modalidades. Estas provisões foram determinadas tendo por base vários pressupostos nomeadamente mortalidade, longevidade e taxa de juro, aplicáveis a cada uma das coberturas incluindo uma margem de risco e incerteza. Os pressupostos utilizados foram baseados na experiência passada da Associação. Estes pressupostos poderão ser revistos se for determinado que a experiência futura venha a confirmar a sua desadequação.

Na determinação das provisões matemáticas relativas a cada modalidade, a Associação avalia mensalmente as suas responsabilidades utilizando metodologias actuariais.

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas poderiam resultar num nível diferente de provisões matemáticas.

Imparidade para investimentos em subsidiárias e associadas

A Associação avalia anualmente o valor recuperável dos investimentos em subsidiárias e associadas, independentemente da existência de indicadores de imparidade. As perdas de imparidade são apuradas tendo por base a diferença entre o valor recuperável dos investimentos em subsidiárias ou associadas e o seu valor contabilístico. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

O valor recuperável é determinado com base no maior entre o valor em uso dos activos e o valor de mercado deduzido dos custos de venda, sendo calculado com recurso a metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio, os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas poderiam resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados da Associação.

Determinação de responsabilidades com benefícios pós-emprego: pressupostos utilizados

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projecções atuariais, rentabilidade estimada dos investimentos e outros factores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões. Alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

2 Número de associados

Em 31 de Dezembro de 2015, a Associação possuía 632.931 (2014: 630.513) Associados efectivos, que efectuaram 1.054.671 inscrições (2014: 1.090.222). Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, o número de Associados subscritores das diferentes modalidades associativas pode ser detalhado como segue:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Modalidades individuais:		
Montepio Poupança Complementar	350 751	342 188
Montepio Protecção de Encargos	118 857	120 884
Capitais de previdência diferidos com opção + Montepio 5 em 5	197 069	197 325
Montepio Poupança reforma	20 391	21 650
Capitais para jovens + Montepio 18-30	14 097	14 489
Capitais de previdência + Montepio Protecção Vida	6 150	6 431
Montepio Capital Certo	166 744	190 174
Pensões de reforma	3 856	3 931
Pensões de sobrevivência e dotes	1 364	1 427
Outros	1 854	2 058
	<u>881 133</u>	<u>900 557</u>
Modalidades de coberturas adicionais:		
Pensões de reforma - restituição de quotas	4 087	3 701
Capital temporário de invalidez	133	144
Pensões de reforma - adicional de invalidez	116	120
Quotas para capitais de garantia	28	28
	<u>4 364</u>	<u>3 993</u>

3 Proveitos inerentes a associados

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, os proveitos inerentes a associados são analisados como segue:

	<u>(Milhares de Euros)</u>	
	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Jóias	385	644
Quotizações e capitais	483 966	964 158
Outros proveitos inerentes a associados	14 868	4 335
	<u>499 219</u>	<u>969 137</u>

As Quotizações e capitais referem-se aos montantes entregues pelos associados no âmbito das modalidades actuariais e modalidades de capitalização, de acordo com a política contabilística dos contratos de seguro descrita na nota 1 n). Esta rubrica inclui ainda o benefício de solidariedade associativa, sendo analisada como segue:

	(Milhares de Euros)	
	2015	2014
Modalidades actuariais		
Capitais de previdência diferidos com opção	68 739	83 610
Garantia de pagamento de encargos	23 582	22 188
Capitais para jovens	5 371	7 119
Pensões de reforma	944	1 047
Capitais de previdência	748	781
Outras	541	615
	<u>99 925</u>	<u>115 361</u>
Outras Modalidades		
Encargos Médico Administrativos	2	2
Capitais de Garantia	193	222
	<u>195</u>	<u>224</u>
	<u>100 120</u>	<u>115 584</u>
Modalidades de capitalização		
Capitais de reforma	225 219	267 930
Poupança reforma	4 686	6 279
Capitais de reforma de prazo certo	140 910	560 848
Modalidades colectivas	254	1 196
	<u>371 069</u>	<u>836 253</u>
Outros		
Benefícios de solidariedade associativa	11 658	10 759
Rendas vitalícias	989	1 350
Rendas temporárias	130	212
	<u>12 777</u>	<u>12 321</u>
	<u>483 966</u>	<u>964 158</u>

4 Custos inerentes a associados

Os custos inerentes a associados são analisados como segue:

	(Milhares de Euros)	
	2015	2014
Prestações e capitais	1 022 886	411 223
Melhorias de benefícios	5 727	5 951
Outros custos inerentes a associados	41 968	20 265
	<u>1 070 581</u>	<u>437 439</u>

A rubrica Prestações e capitais diz respeito aos montantes entregues aos associados no âmbito das modalidades actuarias e modalidades de capitalização, de acordo com a política contabilística dos contratos de seguros definida na nota 1 m). Esta rubrica é analisada da seguinte forma:

	(Milhares de Euros)	
	2015	2014
Modalidades actuarias		
Capitais de previdência diferidos com opção	41 186	35 650
Capitais para jovens	5 331	4 688
Pensões de reforma	5 032	4 736
Capitais de previdência	314	400
Capitais transferidos para Pensão / Renda	831	828
Outras	793	727
	<u>53 487</u>	<u>47 029</u>
Modalidades de capitalização		
Capitais de reforma	449 447	160 836
Poupança reforma	11 940	4 992
Capitais de reforma de prazo certo	504 552	195 142
Modalidades colectivas	886	604
	<u>966 825</u>	<u>361 574</u>
Outros		
Benefício de solidariedade associativa	244	228
Rendas vitalícias	2 267	2 349
Rendas temporárias	63	43
	<u>2 574</u>	<u>2 620</u>
	<u>1 022 886</u>	<u>411 223</u>

A rubrica Subvenções e melhorias de benefícios é analisada como segue:

	(Milhares de Euros)	
	2015	2014
Modalidades actuarias		
Capitais de previdência diferidos com opção	663	840
Capitais para jovens	463	550
Pensões de reforma	2 395	2 318
Capitais de previdência	793	816
Capitais transferidos para Pensão / Renda	51	50
Outras	1 362	1 377
	<u>5 727</u>	<u>5 951</u>

5 Variação das provisões técnicas

O valor desta rubrica é analisado como segue:

	(Milhares de Euros)		
	2015		
	Modalidades capitalização	Modalidades actuais	Total
Provisões matemáticas	540 765	(5 347)	535 418
Melhorias de benefícios	-	3 374	3 374
	<u>540 765</u>	<u>(1 973)</u>	<u>538 792</u>

	(Milhares de Euros)		
	2014		
	Modalidades capitalização	Modalidades actuais	Total
Provisões matemáticas	(533 125)	(56 348)	(589 475)
Melhorias de benefícios	-	3 265	3 265
	<u>(533 125)</u>	<u>(53 083)</u>	<u>(586 210)</u>

Em 31 de Dezembro de 2015, a variação das provisões matemáticas de capitalização, inclui um montante de Euros 308.651.000 (2014:Euros 424.111.000) referente às modalidades de Capitais de Reforma Prazo Certo.

6 Juros

O valor desta rubrica é composto por:

	(Milhares de Euros)	
	2015	2014
Juros e rendimentos similares:		
Juros de depósitos	11 598	18 426
Juros de ativos financeiros detidos para negociação	11	187
Juros de outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados	1 026	568
Juros de ativos financeiros disponíveis para venda	33 560	40 140
Juros de investimentos detidos até à maturidade	41 496	34 465
Outros Juros	432	327
	<u>88 123</u>	<u>94 113</u>
Juros e encargos similares:		
Juros de ativos financeiros detidos para negociação	-	-
Juros de ativos financeiros disponíveis para venda	(533)	(382)
	<u>(533)</u>	<u>(382)</u>
	<u>87 590</u>	<u>93 731</u>

7 Rendimentos de instrumentos de capital

O valor desta rubrica é composto por:

	(Milhares de Euros)	
	2015	2014
Rendimentos de ativos financeiros disponíveis para venda	135	44
Rendimentos de subsidiárias e associadas	1 724	2 917
	<u>1 859</u>	<u>2 961</u>

O detalhe do rendimento de subsidiárias e associadas pode ser analisado na nota 33 – Transacções com partes relacionadas.

8 Resultados de activos avaliados ao justo valor através de resultados

O valor desta rubrica é composto por:

	2015			2014		
	Proveitos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total
Ativos e passivos detidos para negociação						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo de emissores públicos	-	-	-	10	-	10
de outros emissores	187	(29)	158	334	(79)	255
	187	(29)	158	344	(79)	265
Instrumentos financeiros derivados						
Credit default swaps	-	-	-	27	(71)	(44)
Interest rate swaps	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	27	(71)	(44)
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo de outros emissores	457	(4 884)	(4 427)	2 401	(730)	1 671
	457	(4 884)	(4 427)	2 401	(730)	1 671
	644	(4 913)	(4 269)	2 772	(880)	1 892

9 Resultados de activos financeiros disponíveis para venda

O valor desta rubrica é composto por:

	2015			2014		
	Proveitos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	5 119	(1 130)	3 989	11 012	-	11 012
De outros emissores	13 027	(2 300)	10 727	9 818	(791)	9 027
			-			
Ações	65	(33)	32	6	-	6
Outros títulos de rendimento variável	-	(1 652)	(1 652)	406	-	406
	18 211	(5 115)	13 096	21 242	(791)	20 451

10 Imparidade de activos financeiros líquida de reversões

Esta rubrica é analisada como segue:

	(Milhares de Euros)	
	2015	2014
Saldo em 1 de Janeiro	13 915	14 818
Dotação do exercício	7 064	13 544
Reversão do exercício	(4 339)	(1 201)
	<u>2 725</u>	<u>12 343</u>
Utilização	(2 500)	(13 246)
Saldo em 31 de Dezembro	<u>14 140</u>	<u>13 915</u>

11 Imparidade de outros activos líquida de reversões

Esta rubrica é analisada como segue:

	(Milhares de Euros)			
	2015			
	Contas a receber	Investimentos em subsidiárias e associadas	Ativos tangíveis	Total
Saldo em 1 de Janeiro	1 215	19 971	80	21 266
Dotação do exercício	75	409 565	-	409 640
Reversão do exercício	(77)	-	-	(77)
Utilização	(578)	-	-	(578)
Saldo em 31 de Dezembro	<u>635</u>	<u>429 536</u>	<u>80</u>	<u>430 251</u>

	(Milhares de Euros)			
	2014			
	Contas a receber	Investimentos em subsidiárias e associadas	Ativos tangíveis	Total
Saldo em 1 de Janeiro	1 077	13 505	80	14 662
Dotação do exercício	559	6 466	-	7 025
Reversão do exercício	(421)	-	-	(421)
Utilização	-	-	-	-
Saldo em 31 de Dezembro	<u>1 215</u>	<u>19 971</u>	<u>80</u>	<u>21 266</u>

O detalhe da imparidade em Investimentos em subsidiárias e associadas é analisado na nota 22.

12 Custos com pessoal

Esta rubrica é analisada como segue:

	(Milhares de Euros)	
	2015	2014
Remunerações dos órgãos sociais	1 973	2 054
Remunerações do pessoal	139	-
Benefícios pós emprego	882	325
Encargos sobre remunerações	360	327
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	7	9
Outros gastos com o pessoal	24	-
	<u>3 385</u>	<u>2 715</u>

13 Gastos gerais administrativos

O valor desta rubrica é composto por:

	(Milhares de Euros)	
	2015	2014
Trabalhos especializados	33 429	7 162
<i>Cedência de Pessoal</i>	4 206	4 505
<i>Informática</i>	1 002	1 199
<i>Trabalho independente</i>	95	80
<i>Encargos com Inspeções Médicas</i>	187	184
<i>Custos com MGAI</i>	1 295	655
<i>Outros serviços especializados</i>	26 644	539
Publicidade e propaganda	3 733	1 706
Vigilância e Segurança	111	49
Comissões	-	7
Conservação e reparação	75	7
Materiais	212	137
Energia e fluídos	23	26
Deslocações, estadas e transportes	42	43
Serviços Diversos	5 473	1 726
<i>Rendas e Alugueres</i>	2 168	298
<i>Comunicações</i>	770	591
<i>Seguros</i>	30	16
<i>Contencioso e Notariado</i>	274	582
<i>Despesas de Representação</i>	52	43
<i>Limpeza, higiene e conforto</i>	5	3
<i>Outros serviços</i>	2 174	193
	<u>43 098</u>	<u>10 863</u>

A rubrica Cedência de pessoal refere-se aos custos suportados pela Associação com o trabalhadores cedidos pela Caixa Económica Montepio Geral , afectos ao Gabinete de Dinamização Associativa, Gabinete de Desenvolvimento da Oferta Mutualista, Gabinete de Estudos Sociais e Mutualistas, Gabinete de Responsabilidade Social, Unidade de Contabilidade e Secretaria.

Adicionalmente a Associação suportou em 2015 um conjunto de custos referentes a serviços especializados no montante de Euros 26.000.000, alguns de natureza extraordinária, prestados pela Caixa Económica - Montepio Geral, nas diversas áreas para as quais a Associação não dispõe de estrutura própria, nomeadamente na promoção, divulgação e colocação de produtos mutualistas.

Com a constituição, em Maio de 2014, do Montepio Gestão de Activos Imobiliários, ACE, os custos anteriormente suportados com os trabalhadores da Direcção Imobiliária e de Instalações passaram a estar incluídos nos custos suportados com o agrupamento complementar de empresas referidos.

No exercício de 2015, os honorários facturados pelo Revisor Oficial de Contas, excluindo IVA, ascendem ao montante de Euros 99.000, no âmbito da revisão legal das contas anuais. Em 2014, os honorários facturários pelo Revisor Oficial de Contas ascenderam ao montante de Euros 83.000.

14 Amortizações do exercício

O valor desta rubrica é composto por:

	(Milhares de Euros)	
	2015	2014
Ativos fixos tangíveis		
Edifícios e outras construções	1	-
Equipamento de transporte	7	-
Equipamento administrativo	140	93
Equipamento básico	38	25
Outros ativos fixos tangíveis	166	14
	<u>352</u>	<u>132</u>
Ativos intangíveis		
Programas de computador	11	3
	<u>363</u>	<u>135</u>

15 Outros resultados de exploração

O valor desta rubrica é analisado como segue:

	(Milhares de Euros)	
	2015	2014
Outros proveitos de exploração:		
Rendimentos em propriedade de investimento	26 547	26 812
Ganhos justo valor - propriedades de investimento	154	5 135
Rendimentos suplementares	101	138
Outros	309	866
	<u>27 111</u>	<u>32 951</u>
Outras custos de exploração:		
Despesas com propriedades de investimento	(2 687)	(2 311)
Donativos diversos	(1 249)	(1 608)
Despesas com iniciativa promoção mutualista	(157)	(163)
Revistas Montepio, Montepio Jovem e Clube Tio Pelicas	(1 387)	(1 527)
Programa de educação financeira	(175)	(148)
Despesas com eventos institucionais	(516)	(284)
Serviços bancários	(10)	(6)
Outros	(648)	(622)
	<u>(6 829)</u>	<u>(6 669)</u>
	<u>20 282</u>	<u>26 282</u>

16 Disponibilidades em instituições de crédito

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, o saldo desta rubrica corresponde na totalidade a depósitos bancários na Caixa Económica – Montepio Geral.

17 Aplicações em instituições de crédito

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, o saldo desta rubrica corresponde na totalidade a depósitos a prazo na Caixa Económica – Montepio Geral.

As principais aplicações em instituições de crédito, em 31 de Dezembro de 2015, vencem juros à taxa média anual de 3,77% (2014: 3,8%).

A análise da rubrica Aplicações em instituições de crédito pelo período remanescente das operações é a seguinte:

	(Milhares de Euros)	
	2015	2014
Até 3 meses	2 985	52 182
3 meses a 6 meses	-	30 376
6 meses a 1 anos	18 234	285 096
1 ano a 5 anos	125 726	228 638
Mais de 5 anos	-	2 357
	<u>146 945</u>	<u>598 649</u>

18 Activos e passivos financeiros detidos para negociação

A rubrica activos e passivos financeiros detidos para negociação é analisada como segue:

	(Milhares de Euros)	
	2015	2014
Ativos financeiros detidos para negociação:		
Títulos		
Ações	55	67
Obrigações de outros emissores	-	1 992
	<u>55</u>	<u>2 059</u>
Instrumentos financeiros derivados com justo valor	-	-
	<u>55</u>	<u>2 059</u>

Os níveis de valorização são analisados como segue:

	(Milhares de Euros)			
	2015			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ações	55	-	-	55
Obrigações de outros emissores	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivados	-	-	-	-
	<u>55</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>55</u>

	(Milhares de Euros)			
	2014			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ações	67	-	-	67
Obrigações de outros emissores	1 992	-	-	1 992
Instrumentos financeiros derivados	-	-	-	-
	<u>2 059</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2 059</u>

Conforme disposto na IFRS 13, os activos financeiros detidos para negociação são mensurados de acordo com os seguintes níveis de valorização:

Nível 1: Instrumentos financeiros valorizados de acordo com preços de mercado ou *providers*.

Nível 2: Instrumentos financeiros valorizados de acordo com metodologias de valorização internas considerando maioritariamente dados observáveis de mercado.

Nível 3: Instrumentos financeiros valorizados de acordo com metodologias de valorização internas considerando essencialmente pressupostos ou ajustamentos não observáveis em mercado e com impacto significativo na valorização do instrumento.

A análise da carteira de títulos detidos para negociação por maturidades em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 é apresentada como segue:

(Milhares de Euros)

2015						
	Inferior a 3 meses	Entre 3 meses e 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Superior a 5 anos	Indeter minado	Total
Ativos financeiros detidos para negociação						
Ações	-	-	-	-	55	55
Obrigações de outros emissores	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	55	55
2014						
	Inferior a 3 meses	Entre 3 meses e 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Superior a 5 anos	Indeter minado	Total
Ativos financeiros detidos para negociação						
Ações	-	-	-	-	67	67
Obrigações de outros emissores	-	-	1 992	-	-	1 992
	-	-	1 992	-	67	2 059

19 Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados

Esta rubrica é analisada como segue:

(Milhares de Euros)	
2015	2014
Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados	
Obrigações de outros emissores	
34 295	20 428

Dos quais:

(Milhares de Euros)				
2015				
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Obrigações de outros emissores	28 577	5 718	-	34 295
	<u>28 577</u>	<u>5 718</u>	<u>-</u>	<u>34 295</u>

(Milhares de Euros)				
2014				
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Obrigações de outros emissores	12 419	8 009	-	20 428
	<u>12 419</u>	<u>8 009</u>	<u>-</u>	<u>20 428</u>

Conforme disposto na IFRS 13, os activos financeiros detidos para negociação são mensurados de acordo com os seguintes níveis de valorização:

Nível 1: Instrumentos financeiros valorizados de acordo com preços de mercado ou *providers*.

Nível 2: Instrumentos financeiros valorizados de acordo com metodologias de valorização internas considerando maioritariamente dados observáveis de mercado.

Nível 3: Instrumentos financeiros valorizados de acordo com metodologias de valorização internas considerando essencialmente pressupostos ou ajustamentos não observáveis em mercado e com impacto significativo na valorização do instrumento.

A análise dos outros activos financeiros ao justo valor através de resultados por maturidade em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, é a seguinte:

(Milhares de Euros)					
2015					
	Inferior a 3 meses	Entre 3 meses e 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Superior a 5 anos	Total
Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados					
Obrigações de outros emissores	-	3 145	31 150	-	34 295
	<u>-</u>	<u>3 145</u>	<u>31 150</u>	<u>-</u>	<u>34 295</u>

(Milhares de Euros)					
2014					
	Inferior a 3 meses	Entre 3 meses e 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Superior a 5 anos	Total
Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados					
Obrigações de outros emissores	232	3 631	13 698	2 867	20 428
	<u>232</u>	<u>3 631</u>	<u>13 698</u>	<u>2 867</u>	<u>20 428</u>

20 Activos financeiros disponíveis para venda

Esta rubrica é analisada como segue:

(Milhares de Euros)				
2015				
	Custo de aquisição ⁽¹⁾	Reserva de justo valor	Imparidade	Valor de balanço
Títulos de rendimento fixo:				
Obrigações de emissores públicos	23 479	469	-	23 948
Obrigações de outros emissores	499 079	(1 343)	(4 960)	492 776
Papel comercial	16 276	-	-	16 276
Títulos de rendimento variável:				
Ações de empresas	2 040	341	(1 055)	1 326
Fundos de investimento	46 190	3 120	(8 125)	41 186
	<u>587 065</u>	<u>2 587</u>	<u>(14 140)</u>	<u>575 512</u>

⁽¹⁾ Custo de aquisição no que se refere a instrumentos de capital e custo amortizado para instrumentos de dívida.

Dos quais:

(Milhares de Euros)				
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Títulos de rendimento fixo:				
Obrigações de emissores públicos	23 948	-	-	23 948
Obrigações de outros emissores	104 470	388 306	-	492 776
Papel comercial	-	16 276	-	16 276
Títulos de rendimento variável:				
Ações de empresas	148	1 178	-	1 326
Fundos de investimento	7.976	33.210	-	41.186
	<u>136 542</u>	<u>438 970</u>	<u>-</u>	<u>575 512</u>

(Milhares de Euros)				
2014				
	Custo de aquisição ⁽¹⁾	Reserva de justo valor	Imparidade	Valor de balanço
Títulos de rendimento fixo:				
Obrigações de emissores públicos	48 662	5 410	-	54 072
Obrigações de outros emissores	771 292	36 516	(3 774)	804 034
Papel comercial	62 873	819	-	63 692
Títulos de rendimento variável:				
Ações de empresas	2 620	564	(1 605)	1 579
Fundos de investimento	43 234	2 662	(8 536)	37 360
	<u>928 681</u>	<u>45 971</u>	<u>(13 915)</u>	<u>960 737</u>

⁽¹⁾ Custo de aquisição no que se refere a instrumentos de capital e custo amortizado para instrumentos de dívida, incluindo juro decorrido.

Dos quais:

(Milhares de Euros)				
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Títulos de rendimento fixo:				
Obrigações de emissores públicos	54 072	-	-	54 072
Obrigações de outros emissores	215 646	588 388	-	804 034
Papel comercial	-	63 692	-	63 692
Títulos de rendimento variável:				
Ações de empresas	923	656	-	1 579
Fundos de investimento	32 425	5	4 930	37 360
	<u>303 066</u>	<u>652 741</u>	<u>4 930</u>	<u>960 737</u>

Conforme disposto na IFRS 13, os activos financeiros detidos para negociação são mensurados de acordo com os seguintes níveis de valorização:

Nível 1: Instrumentos financeiros valorizados de acordo com preços de mercado ou *providers*.

Nível 2: Instrumentos financeiros valorizados de acordo com metodologias de valorização internas considerando maioritariamente dados observáveis de mercado.

Nível 3: Instrumentos financeiros valorizados de acordo com metodologias de valorização internas considerando essencialmente pressupostos ou ajustamentos não observáveis em mercado e com impacto significativo na valorização do instrumento.

A análise dos activos financeiros disponíveis para venda por maturidade em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, é a seguinte:

(Milhares de Euros)					
2015					
Inferior a 3 meses	Entre 3 meses e 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Superior a 5 anos	Indeterminado	Total
Títulos de rendimento fixo:					
Obrigações de emissores públicos	-	-	23 948	-	23 948
Obrigações de outros emissores	43 894	76 038	301 575	17 175	492 776
Papel comercial	3 365	12 911	-	-	16 276
	47 259	88 949	301 575	17 175	533 000
Títulos de rendimento variável:					
Ações de empresas	-	-	-	1 326	1 326
Fundos de investimento	-	-	-	41 186	41 186
	-	-	-	42 512	42 512
	47 259	88 949	301 575	59 687	575 512

(Milhares de Euros)					
2014					
Inferior a 3 meses	Entre 3 meses e 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Superior a 5 anos	Indeterminado	Total
Títulos de rendimento fixo:					
Obrigações de emissores públicos	-	-	54 072	-	54 072
Obrigações de outros emissores	16 607	2 888	159 479	9 754	804 034
Papel comercial	15 929	47 763	-	-	63 692
	32 536	50 651	213 551	9 754	921 798
Títulos de rendimento variável:					
Ações de empresas	-	-	-	1 579	1 579
Fundos de investimento	-	-	-	37 360	37 360
	-	-	-	38 939	38 939
	32 536	50 651	213 551	48 693	960 737

21 Investimentos detidos até à maturidade

Esta rubrica é analisada como segue:

	(Milhares de Euros)	
	2015	2014
Investimentos detidos até à maturidade		
Obrigações de outros emissores	996 476	980 877
Papel comercial	-	12 913
	<u>996 476</u>	<u>993 790</u>

A análise dos investimentos detidos até à maturidade em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, é a seguinte:

	(Milhares de Euros)				
	2015				
	Inferior a 3 meses	Entre 3 meses e 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Superior a 5 anos	Total
Investimentos detidos até à maturidade					
Obrigações de outros emissores	-	31 520	961 878	3 078	996 476
Papel comercial	-	-	-	-	-
	<u>-</u>	<u>31 520</u>	<u>961 878</u>	<u>3 078</u>	<u>996 476</u>

	(Milhares de Euros)				
	2014				
	Inferior a 3 meses	Entre 3 meses e 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Superior a 5 anos	Total
Investimentos detidos até à maturidade					
Obrigações de outros emissores	-	-	974 350	6 527	980 877
Papel comercial	-	12 913	-	-	12 913
	<u>-</u>	<u>12 913</u>	<u>974 350</u>	<u>6 527</u>	<u>993 790</u>

22 Investimentos em subsidiárias e associadas

Os investimentos em subsidiárias e associadas, em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, são analisados como segue:

(Milhares de Euros)							
2015							
	Capital Social	Percentagem de Participação	Valor Balanço	Activo	Passivo	Capitais Próprios	Resultado Líquido
Subsidiárias *							
Caixa Económica Montepio Geral (Contas consolidadas) c)	1.500.000	100,00%	1 705 027	21 824 857	20 392 728	1 432 129	(59 461)
MG Gestão de Activos Financeiros – S.G.F.I.M., S.A.	1.200	99,86%	1 331	4 827	707	4 120	1 446
Bolsimo – Gestão de Activos, S.A. a)	16.500	91,63%	50 119	93 597	52 584	41 013	510
Residências Montepio, Serviços de Saúde, S.A. d)	3.000	50,99%	2 295	6 237	4 116	2 121	188
Leacock (Seguros), Lda.	300	81,00%	242	2 228	23	2 205	(155)
Finibanco Vida - Companhia de Seguros, S.A.	7.500	100,00%	17 664	67 767	54 021	13 746	1 246
Montepio Imóveis - Sociedade de Serviços Auxiliares, S.A.	250	100,00%	1 505	10 665	13 970	(3 305)	275
Lestinvest, SGPS, S.A.	20.000	100,00%	13 195	4 637	38 757	(34 120)	(24 877)
Montepio Seguros, SGPS. S.A. Consolidado b)	137.750	86,28%	254 350	1 034 733	923 311	111 422	(22 321)
Montepio Gestão de Ativos Imobiliários, ACE	2.450	65,00%	1 592	3 762	1 312	2 450	-
Associadas *							
Silvip, S.A.	750	26,40%	308	2 430	601	1 829	329
Germont – Empreendimentos Imobiliários, S.A.	5.000	34,00%	1 700	19 864	16 895	2 969	(556)
Sagies, S.A.	500	27,00%	97	1 463	612	851	25
NEBRA, Energias Renovables, SL	10	35,50%	611				
Nova Câmbios, S.A.	1.750	30,00%	527	15 918	8 579	7 339	4 242
Bem Comum - Sociedade Capital Risco, S.A.	250	32,00%	80	286	10	276	(2)
			2 050 643				
Imparidade							
Caixa Económica Montepio Geral			(350.000)				
Montepio Seguros SGPS SA			(63.176)				
Montepio Imóveis - Sociedade de Serviços Auxiliares, S.A.			(1.505)				
Lestinvest, SGPS, S.A.			(13.195)				
Germont - Empreendimentos Imobiliários, S.A.			(1.048)				
NEBRA, Energias Renovables, SL			(611)				
			(429 535)				
			1 621 108				

(*) A informação financeira refere-se às últimas demonstrações financeiras disponíveis. No caso particular da CEMG, a informação refere-se a 30 de Setembro de 2015, última informação publicada e referente à Montepio Seguros, SGPS, S.A. Refere-se a contas provisórias com referência a 31 de Dezembro de 2015.

a) O custo de aquisição desta participação inclui o montante de Euros 35 000 000 referente a prestações acessórias de capital.

b) O custo de aquisição desta participação inclui o montante de Euros 135 500 001 referente a prestações acessórias de capital.

c) O custo de aquisição desta participação inclui o montante de Euros 205 026 518 referente ao Fundo de Participação. A percentagem de participação na CEMG corresponde aos direitos de voto.

O interesse económico directo do MGAM na CEMG é de 89,86%

d) O custo de aquisição desta participação inclui o montante de Euros 765 000 referente a prestações acessórias de capital.

Todas as subsidiárias e associadas acima identificadas são sediadas em Portugal, com excepção da Nebra, Energias Renovables, SL.

No seguimento da deliberação de 18 de Junho de 2015 em Conselho Geral foi aprovada a subscrição pelo MGAM de unidades de participação no Fundo de Participação da Caixa Económica – Montepio Geral no montante de Euros 200.000.000 com o valor nominal de Euros 1. Adicionalmente, durante o exercício o MGAM adquiriu unidades de participação adicionais no montante de Euros 5.027.000.

Em 11 de Setembro de 2015, o MGAM concedeu prestações suplementares de capital de natureza pecuniária à Montepio Seguros, SGPS, S.A. no montante de Euros 55.000.000.

Adicionalmente em 30 de Dezembro de 2015, o MGAM adquiriu à Caixa Económica – Montepio Geral 33,65% da participação na Montepio Seguros, SGPS, S.A. pelo preço de Euros 65.100.000, que inclui Euros 18.750.000 de prestações acessórias anteriormente efectuadas pela Caixa Económica – Montepio Geral a esta entidade. Esta transacção foi efectuada ao valor contabilístico, tal como permitido pelas IFRS.

(Milhares de Euros)

[illegible]

(*) A informação financeira refere-se às últimas demonstrações financeiras disponíveis. No caso particular da CEMG, a informação refere-se a 30 de Setembro de 2014, última informação publicada.

a) O custo de aquisição desta participação inclui o montante de Euros 35 000 000 referente a prestações acessórias de capital.

b) O custo de aquisição desta participação inclui o montante de Euros 61 750 000 referente a prestações acessórias de capital.

c) A percentagem de participação na CEMG corresponde aos direitos de voto. O interesse económico na CEMG é de 88,24%

d) O custo de aquisição desta participação inclui o montante de Euros 765 000 referente a prestações acessórias de capital.

Em 31 de Dezembro de 2014, relativamente às sociedades Nebra, Energias Renovables, SL e Nebra Renovables, SL, existem garantias bancárias que ascendem ao montante de Euros 1.000.000 a favor da Direcção Geral da Política Energética e Minas de Espanha.

Em 2014, foi constituído o Montepio Gestão de Activos Imobiliários, ACE, passando o MGAM a deter 65% deste agrupamento complementar de empresas.

Durante o exercício de 2014, foram concedidas prestações acessórias de capital no montante de Euros 18.000.000 e Euros 765.000 às sociedades Montepio Seguros, SGPS, S.A. e Residências Montepio, Serviços de Saúde, S.A., respectivamente.

O MGAM procedeu à análise da imparidade relativamente aos investimentos em subsidiárias e associadas. A análise da imparidade foi efectuada considerando o valor recuperável dos negócios controlados por cada uma destas entidades.

O valor recuperável, de acordo com a política contabilística descrita, foi determinado pelo maior entre o justo valor líquido de custos de venda e o valor em uso.

Com base nos resultados das análises efectuadas, o MGAM reconheceu imparidade, líquida de reversões, no exercício de 2015 no montante de Euros 409.565.000, assim distribuídos: constituição de Euros 350.000.000 referentes à Caixa Económica – Montepio Geral e Euros 63.176.000 relativos ao Montepio Seguros SGPS, S.A. e reversão de imparidade de Euros 3.488.000 para a Bolsimo Gestão de Ativos S.A. e de Euros 123.000 para Germont empreendimentos imobiliários S.A. Esta situação resulta das condições adversas de mercado e da conjuntura macroeconómica subjacentes à actividade desenvolvida pelas suas subsidiárias e associadas.

O valor em uso foi determinado tendo por base: (i) o plano de negócios aprovado pela gestão de cada entidade para o período de 2016 a 2020 e (ii) os seguintes pressupostos consoante a natureza das actividades das entidades: (i) taxa de desconto para a actividade bancária e seguradora 10,5% e 10,3% respectivamente, (ii) níveis de solvência exigidos para a actividade bancária de 10,5% e para a actividade seguradora de 100%, e, (iii) crescimento na perpetuidade de 0,9% e 2,00% para as actividades bancária e seguradora, respectivamente.

A análise de sensibilidade aos pressupostos utilizados nas duas subsidiárias mais relevantes na determinação dos valores de imparidade, é analisada como segue:

					(Milhares de Euros)				
					Montepio Seguros, SGPS S.A.				
					Taxa de desconto				
					Taxa de desconto				
					-1% Cenário Base +1%				
					-1% Cenário Base +1%				
Taxa de crescimento (g)	0.65%	213 900	(24 300)	(216 700)	Taxa de crescimento (g)	1.75%	16 400	(2 800)	(18 100)
	Cenário base	246 700	-	(198 400)		Cenário base	20 100	-	(16 000)
	1.15%	281 500	25 600	(179 100)		2.25%	24 100	3 000	(13 700)

23 Propriedades de investimento

Os movimentos da rubrica Propriedades de investimento, durante o exercício de 2015 e 2014, são analisados como segue:

	(Milhares de Euros)					
	2015					
	Saldo em 1 Janeiro	Aquisições/ Dotações	Alienações/ abates	Regularizações/ Transferências	Ajustamentos Justo Valor	Saldo em 31 Dezembro
Propriedades de investimento	415 237	5 658	(1 878)	(3)	154	419 168
	<u>415 237</u>	<u>5 658</u>	<u>(1 878)</u>	<u>(3)</u>	<u>154</u>	<u>419 168</u>
	(Milhares de Euros)					
	2014					
	Saldo em 1 Janeiro	Aquisições	Alienações/ abates	Regularizações/ Transferências	Ajustamentos Justo Valor	Saldo em 31 Dezembro
Propriedades de investimento	401 960	75	(170)	8 237	5 135	415 237
	<u>401 960</u>	<u>75</u>	<u>(170)</u>	<u>8 237</u>	<u>5 135</u>	<u>415 237</u>

Os montantes reconhecidos em resultados relativos a rendimentos e gastos com propriedades de investimento são analisados como segue:

(Milhares de Euros)		2015	2014
Rendimentos		26 547	26 812
		<u>26 547</u>	<u>26 812</u>
Despesas de manutenção e conservação:			
de propriedades que geraram rendimentos durante o exercício		2 533	2 293
de propriedades que não geraram rendimentos durante o exercício		-	18
		<u>2 533</u>	<u>2 311</u>

Importa salientar a existência de compromissos firmados ao nível de investimentos futuros nas propriedades de investimento, quer nos projetos de construção das residências assistidas (projectos de arquitectura, fiscalização e coordenação da obra de construção da residência da Parede II e projectos para a construção da residência na Rua Sousa Lopes em Lisboa), quer na reabilitação dos prédios de rendimento, nomeadamente, obras estruturais e remodelações de fracções em diversos imóveis em Lisboa, no Porto e em Vila Nova de Gaia. Em 31 de Dezembro de 2015 estes compromissos ascendem ao montante de Euros 3.612.000 (2014: Euros 2.111.706).

24 Activos tangíveis

Esta rubrica é analisada como segue:

	(Milhares de Euros)	
	2015	2014
Ativos tangíveis		
Bens Património Histórico	1 009	1 009
Outros Ativos Fixos Tangíveis	35 559	2 735
<i>Terrenos</i>	31 664	135
<i>Edifícios e outras construções</i>	1 110	-
<i>Equipamento Básico</i>	201	157
<i>Equipamento de transporte</i>	120	-
<i>Equipamento Administrativo</i>	805	783
<i>Obras em imóveis arrendados</i>	1 659	1 659
<i>Outros</i>	-	1
	<u>36 568</u>	<u>3 745</u>
Amortizações acumuladas:		
Relativas ao exercício corrente	(352)	(132)
Relativas a exercícios anteriores	(142)	(10)
	<u>(494)</u>	<u>(142)</u>
Imparidade		
Terrenos	(80)	(80)
	<u>(80)</u>	<u>(80)</u>
	<u>35 994</u>	<u>3 523</u>

Os movimentos da rubrica Activos tangíveis, durante o exercício de 2015, são analisados como segue:

(Milhares de Euros)					
2015					
	Saldo em 1 Janeiro	Aquisições/ Dotações	Alienações / abates	Regularizações/ Transferências	Saldo em 31 Dezembro
Ativos tangíveis					
Bens Património Histórico	1 009	-	-	-	1 009
Outros Ativos Fixos Tangíveis	2 735	32 824	-	-	35 559
Terrenos	135	31 529	-	-	31 664
Edifícios e outras construções	-	1 109	-	1	1 110
Equipamento Básico	157	44	-	-	201
Equipamento de transporte	-	120	-	-	120
Equipamento Administrativo	783	22	-	-	805
Obras em imóveis arrendados	1 659	-	-	-	1 659
Outros	1	-	-	(1)	-
Ativos Fixos Tangíveis - em curso	-	-	-	-	-
	<u>3 745</u>	<u>32 824</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>36 568</u>
Amortizações acumuladas					
Outros ativos tangíveis	(142)	(352)	-	-	(494)
Terrenos	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	(1)	(1)	-	-	(2)
Equipamento Básico	(27)	(38)	-	-	(65)
Equipamento de transporte	-	(7)	-	-	(7)
Equipamento Administrativo	(100)	(140)	-	-	(240)
Obras em imóveis arrendados	(14)	(166)	-	-	(180)
Outros	-	-	-	-	-
	<u>(142)</u>	<u>(352)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(494)</u>
Imparidade					
Terrenos	(80)	-	-	-	(80)
	<u>(80)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(80)</u>
Valor de balanço	<u>3 523</u>	<u>32 472</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>35 994</u>

25 Outros activos

Esta rubrica é analisada como segue:

(Milhares de Euros)		
	2015	2014
Estado e outros entes públicos	91	81
Associados	365	339
Devedores diversos	7 918	7 283
Empréstimos de financiamento	6 470	6 159
	<u>14 844</u>	<u>13 862</u>
Imparidade para outros activos	(635)	(1 216)
	<u>14 209</u>	<u>12 646</u>

A análise dos Outros activos por maturidade em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, é a seguinte:

(Milhares de Euros)				
2015				
Inferior a 3 meses	Entre 3 meses e 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Superior a 5 anos	Total
Estado e outros entes públicos	91	-	-	91
Associados	365	-	-	365
Devedores diversos	972	-	6 946	7 918
Empréstimos de financiamento	374	760	5 336	6 470
	<u>1 802</u>	<u>760</u>	<u>12 282</u>	<u>14 844</u>

(Milhares de Euros)				
2014				
Inferior a 3 meses	Entre 3 meses e 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Superior a 5 anos	Total
Estado e outros entes públicos	81	-	-	81
Associados	339	-	-	339
Devedores diversos	-	7 283	-	7 283
Empréstimos de financiamento	-	-	6 159	6 159
	<u>420</u>	<u>7 283</u>	<u>6 159</u>	<u>13 862</u>

26 Outros passivos

Esta rubrica é analisada como segue:

(Milhares de Euros)	
	2015
	2014
Fornecedores	2 797
Estado e outros entes públicos	731
Beneficiários	1 124
Credores por acréscimos de gastos	3 978
Passivos por benefícios pós-emprego (ver nota 27)	28 237
Credores diversos	88
	395
	<u>46 759</u>
	<u>82 983</u>
	<u>1 206</u>
	<u>9 626</u>

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a maturidade dos Outros passivos acima referidos é inferior a 3 meses, excepto o passivo por benefícios pós-emprego.

27 Benefícios aos empregados

Conforme referido na nota 1 l), no final do exercício de 2012, procedeu-se a uma alteração dos estatutos da Caixa Económica - Montepio Geral (“CEMG”) que determinou uma separação dos órgãos de gestão da CEMG e do MGAM. Os novos órgãos de gestão tomaram posse em 11 de Janeiro de 2013.

Nesta base, até 31 de Dezembro de 2012, a responsabilidade por serviços passados era financiada pela CEMG. No início de 2013 esta responsabilidade foi transferida para o MGAM após aprovação do Instituto de Seguros de Portugal.

Os principais pressupostos actuariais utilizados no cálculo das responsabilidades são analisados como segue:

	2015	2014
Pressupostos financeiros		
Taxa de evolução salarial	1,0%	1,0%
Taxa de crescimento das pensões	0,5%	0,5%
Taxa de rendimento do fundo	2,0%	2,0%
Taxa de desconto	2,0%	2,0%
Pressupostos demográficos e métodos de avaliação		
Tábua de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Tábua de invalidez	EKV 80	EKV 80
Métodos de valorização atuarial	UCP	UCP

Os participantes no plano de pensões são desagregados da seguinte forma:

	2015	2014
Ativos	4	4
Reformados e sobreviventes	1	1
	5	5

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, as responsabilidades com pensões de reforma e benefícios de saúde são apresentadas como segue:

	(Milhares de Euros)	
	2015	2014
Ativos/ (Responsabilidades) líquidas reconhecidas em balanço		
Responsabilidades com benefícios de reforma		
Ativos	7 937	6 946
Reformados	916	949
Responsabilidades com benefícios de saúde		
Ativos	207	186
Responsabilidades com subsidio por morte		
Ativos	5	4
Total das responsabilidades	9 065	8 085
Coberturas		
Valor dos fundo	8 977	7 690
Ativos/ (passivos) líquidos em Balanço (ver nota 26)	(88)	(395)
Desvios atuariais acumulados reconhecidos em outro rendimento integral	(189)	(166)

A evolução das responsabilidades com pensões de reforma e benefícios de saúde é apresentada como segue:

	(Milhares de Euros)							
	2015				2014			
	Pensões de reforma	Benefícios de saúde	Subsídio por morte	Total	Pensões de reforma	Benefícios de saúde	Subsídio por morte	Total
Responsabilidades no início do exercício	7 895	186	4	8 085	6 702	436	4	7 142
Custo do serviço corrente	820	53	1	874	306	20	-	326
Custo dos juros	158	4	-	162	176	11	-	187
(Ganhos) e perdas atuariais	33	(36)	-	(3)	738	(281)	-	457
Pagamentos	(53)	-	-	(53)	(27)	-	-	(27)
Responsabilidades no fim do exercício	<u>8 853</u>	<u>207</u>	<u>5</u>	<u>9 065</u>	<u>7 895</u>	<u>186</u>	<u>4</u>	<u>8 085</u>

A evolução do valor do fundo de pensões pode ser analisada como segue:

	(Milhares de Euros)	
	2015	2014
Saldos do fundo no início do exercício	7 690	7 152
Contribuição	1 166	-
Rendimento esperado do fundo	154	188
Ganhos e (perdas) atuariais	20	377
Pagamentos	(53)	(27)
Saldos do fundo no fim do exercício	<u>8 977</u>	<u>7 690</u>

Os ativos do fundo de pensões podem ser analisados como segue:

	(Milhares de Euros)	
	2015	2014
Aplicação em bancos e outras	489	785
Obrigações	5 870	5 311
Ações e outros títulos de rendimento variável	2 510	1 076
Imóveis	108	518
	<u>8 977</u>	<u>7 690</u>

Os ativos dos fundos de pensões utilizados pelo Grupo Montepio ou representativos de títulos emitidos por entidades do Grupo Montepio e outras aplicações são detalhados como segue:

	(Milhares de Euros)	
	2015	2014
Aplicação em bancos e outras	447	441
Imóveis	108	104
Obrigações	1	46
	<u>556</u>	<u>591</u>

A evolução dos desvios atuariais em balanço pode ser analisada como segue:

	(Milhares de Euros)	
	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Desvios atuariais no início do exercício	(166)	(246)
(Ganhos) e perdas atuariais		
nas responsabilidades	(3)	457
nos ativos do plano	(20)	(377)
Desvios atuariais reconhecidos em outro rendimento integral	<u>(189)</u>	<u>(166)</u>

Os custos do exercício com pensões de reforma, benefícios de saúde e subsídio de morte podem ser analisados como segue:

	(Milhares de Euros)	
	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Custo do serviço corrente	874	326
Custo dos juros líquidos no saldo de cobertura das responsabilidades	8	(1)
Custo do exercício	<u>882</u>	<u>325</u>

A evolução dos ativos / (responsabilidades) líquidas em balanço pode ser analisada como segue:

	(Milhares de Euros)	
	<u>2015</u>	<u>2014</u>
No início do exercício	(395)	10
Contribuição	1 166	-
Custo do serviço corrente	(874)	(326)
Custo dos juros líquidos no saldo de cobertura das responsabilidades	(8)	1
Ganhos e (perdas) atuariais e financeiros	23	(80)
No final do exercício	<u>(88)</u>	<u>(395)</u>

A análise de sensibilidade à variação de pressupostos, com referência a 31 de Dezembro de 2015 e 2014, é a seguinte:

	(Milhares de Euros)			
	2015		2014	
	Impacto das alterações dos pressupostos financeiros nas responsabilidades			
	-0,25 %	+0,25 %	-0,25 %	+0,25 %
Taxa de desconto	208	(201)	205	(197)
Taxa de crescimento salarial	-	-	(18)	18
Taxa decrescimento das pensões	(204)	211	(184)	190
Contribuição SAMS	(8)	8	(7)	7

	(Milhares de Euros)			
	2015		2014	
	Impacto das alterações dos pressupostos demográficos nas responsabilidades			
	-1%	+1%	-1%	+1%
Mortalidade	34	(33)	31	(30)

28 Outras provisões

A rubrica Outras provisões é analisada como segue:

	(Milhares de Euros)				
	2015				
	Saldo em 1 de Janeiro	Dotação	Reversão	Utilização	Saldo em 31 de Dezembro
Processos Judiciais em curso	172	1 593	(1 561)	-	204
Responsabilidades com subsidiárias	16 867	21 083	(1 141)	-	36 810
	17 039	22 676	(2 702)	-	37 014

Relativamente às responsabilidades com subsidiárias, tal resulta das responsabilidades inerentes aos passivos não cobertos pelos activos das sociedades Lestinvest, SGPS, S.A. e Montepio Imóveis – Sociedade de Serviços Auxiliares, S.A. nos montantes de Euros 34.146.000 e Euros 2.663.000, respectivamente, conforme referido na nota 22.

	(Milhares de Euros)				
	2014				
	Saldo em 1 de Janeiro	Dotação	Reversão	Utilização	Saldo em 31 de Dezembro
Processos Judiciais em curso	629	6	(189)	(274)	172
Responsabilidades com subsidiárias	-	16 867	-	-	16 867
	629	16 873	(189)	(274)	17 039

29 Provisões técnicas

Em conformidade com os Estatutos da Associação, as provisões técnicas destinam-se a garantir aos Associados e/ou seus beneficiários o pagamento das pensões, capitais ou encargos das diversas modalidades e incluem as responsabilidades expressas nas seguintes rubricas do passivo:

- a) **Provisões matemáticas** - destinam-se a fazer face a responsabilidades assumidas com modalidades associativas relativamente a períodos futuros. Relativamente às modalidades actuariais, as provisões foram calculadas de acordo com bases técnicas aprovadas pelo Ministério da Solidariedade e da Segurança Social. Adicionalmente, em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 foram sujeitas a um teste de adequação das responsabilidades, conforme descrito na nota 1 m).
- b) **Subvenções e melhorias de benefícios** – destinam-se a fazer face a responsabilidades com as melhorias dos benefícios em formação e em curso. Estes benefícios são calculados periodicamente com bases actuariais e destinam-se a fazer face à distribuição das melhorias, aprovadas em Assembleia Geral, que já foram atribuídas mas que ainda não se venceram.

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a rubrica de provisões técnicas pode ser analisada como segue:

	(Milhares de Euros)		
	2015		
	Provisões matemáticas	Melhorias de benefícios	Total
Modalidades de capitalização			
Capitais de reforma	1 271 219	-	1 271 219
Capitais de reforma prazo certo	1 575 365	-	1 575 365
Poupança reforma	84 520	-	84 520
Modalidades Coletivas	8 789	-	8 789
	<u>2 939 893</u>	<u>-</u>	<u>2 939 893</u>
Modalidades actuariais			
Capitais de previdência	13 686	22 792	36 478
Capitais de previdência diferidos com opção	259 435	2 581	262 016
Pensões de reforma	144 995	22 865	167 860
Capitais para jovens	51 845	1 217	53 061
Pensões de sobrevivência e dotes	7 432	16 702	24 134
Rendas vitalícias / Rendas Temporárias	28 449	-	28 449
Outros	22 784	1 682	24 466
	<u>528 626</u>	<u>67 838</u>	<u>596 464</u>
	<u>3 468 519</u>	<u>67 838</u>	<u>3 536 357</u>

(Milhares de Euros)

	2014		
	Provisões matemáticas	Melhorias de benefícios	Total
Modalidades de capitalização			
Capitais de reforma / Poupança Complementar	1 462 226	-	1 462 226
Capitais de reforma prazo certo	1 884 032	-	1 884 032
Poupança reforma	89 624	-	89 624
Modalidades Coletivas	9 198	-	9 198
	<u>3 445 081</u>	<u>-</u>	<u>3 445 081</u>
Modalidades atuariais			
Capitais de previdência	13 734	23 403	37 137
Capitais de previdência diferidos com opção	247 224	3 289	250 513
Pensões de reforma	144 599	23 544	168 143
Capitais para jovens	53 587	1 658	55 245
Pensões de sobrevivência e dotes	9 463	17 384	26 847
Rendas vitalícias / Rendas Temporárias	30 137	-	30 137
Outros	24 529	1 797	26 326
	<u>523 273</u>	<u>71 075</u>	<u>594 348</u>
	<u>3 968 354</u>	<u>71 075</u>	<u>4 039 429</u>

As provisões matemáticas têm como objectivo, registar o valor actual das responsabilidades futuras da Associação no âmbito das modalidades associativas, em função dos pressupostos previstos nas respectivas modalidades, como segue:

2015		
Modalidades de subscrição aberta	Tábua de Mortalidade e/ou Tábua de Invalidez	Taxa Técnica
Capitais de Previdência - 3%	TD 88/90	3%
Pensões de Reforma - 3%	TD 88/90	3%
Pensões de Reforma - Restituição de Quotas - 3%	TD 88/90	3%
Capitais de Previdência Diferidos com Opção - 3%	TD 88/90	3%
Capitais para Jovens - 3%	TD 88/90	3%
Capitais Temporários por Invalidez - 3%	TD 88/90 + (Zm + HW)/2 + HW	3%
Pensões de Capitais de Reforma - 3%	TD 99/01	3%
Pensões de Poupança de Reforma - 3%	TD 99/01	3%
Modalidades de subscrição fechada	Tábua de Mortalidade e/ou Tábua de Invalidez	Taxa Técnica
Capitais de Previdência	PM 60 G	4%
Subsídio por Morte	PM 60 G	4%
Pensões de Reforma - 6%	PM 60 G	6%
Pensões de Reforma - 4%	PM 60 G	4%
Pensões de Reforma - 4% (TV 88/90)	TV 88/90	4%
Pensões de Reforma - Restituição de Quotas - 6%	PM 60 G	6%
Pensões de Reforma - Restituição de Quotas - 4%	PM 60 G	4%
Pensões de Reforma - Adicional de Invalidez - 6%	PM 60 G + (Zm + HW)/2 + HW	6%
Pensões de Reforma - Adicional de Invalidez - 4%	PM 60 G + (Zm + HW)/2 + HW	4%
Capitais de Previdência Diferidos com Opção	PM 60 G	4%
Capitais de Previdência a prazo	PM 60 G	4%
Capitais para Jovens	PM 60 G	4%
Pensões para Deficientes	PM 60 G + HW	4%
Capitais Temporários por Invalidez	PM 60 G + (Zm + HW)/2 + HW	4%
Rendas de Sobrevivência	PM 60 G	4%
Capitais Diferidos com Cobertura Adicional	PM 60 G + HW	4%
Capitais para Estudos	PM 60 G + HW	4%
Pensões de Capitais de Reforma - 6%	PF 60/64	6%
Pensões de Capitais de Reforma - 4%	PF 60/64	4%
Pensões de Sobrevivência e Dotes	AF / RF	4%
Capitais de Previdência a Favor de Pessoas Certas	PM 60 G	4%
Rendas Vitalícias a Favor de Pessoas Certas	AF / RF	4%
Subsídio de Funeral e Luto (Lutuosa Nacional)	AF	4%
Rendas Vitalícias	Tábua de Mortalidade e/ou Tábua de Invalidez	Taxa Técnica
Rendas Vitalícias - 6%	PF 60/64	6%
Rendas Vitalícias - 4%	PF 60/64	4%
Rendas Vitalícias - 3%	TV 99/01	3%
Rendas Temporárias	Tábua de Mortalidade e/ou Tábua de Invalidez	Taxa Técnica
Rendas Temporárias - 3%	TV 88/90	3%

Relativamente às modalidades de capitalização, as taxas técnicas variam entre 0% e 5%.

Adicionalmente, as provisões matemáticas incluem o montante de Euros 93.959.000 (2014: Euros 99.641.000), em consequência do incremento das responsabilidades das diversas modalidades decorrentes do teste de adequação das responsabilidades, conforme referido na nota 1 m). A taxa de desconto considerada no teste de adequação das responsabilidades à data de 31 de Dezembro de 2015 foi determinada em função da maturidade de cada modalidade, situando-se no intervalo entre 1,24% e 3,42% (2014: 1% e 3,4%). Adicionalmente, o teste da adequação das responsabilidades foi realizado com base em pressupostos actuariais mais adequados face à realidade actual em termos de esperança de vida.

30 Fundos próprios e Excedentes Técnicos

Os **Fundos próprios** são constituídos para as modalidades cujos benefícios não obriguem à existência de provisões matemáticas sendo constituído um fundo próprio, destinado a garantir a atribuição de benefícios futuros.

Os **Excedentes técnicos** são parte dos fundos permanentes (em conjunto com as provisões matemáticas e subvenções e melhorias de benefícios), não afectos a responsabilidades assumidas para com beneficiários das modalidades associativas. Podem ser utilizados para cobertura do défice anual de qualquer fundo disponível, até à concorrência do seu valor.

A movimentação destas rubricas é apresentada na demonstração das alterações da situação líquida.

31 Reservas de justo valor, outras reservas e resultados transitados

Esta rubrica é analisada como segue:

	(Milhares de Euros)	
	2015	2014
Reservas de justo valor		
Instrumentos financeiros disponíveis para venda	2 587	45 971
Reservas e resultados transitados		
Reserva geral	252 815	248 453
Outras reservas e resultados transitados	106 778	121 689
	<u>359 593</u>	<u>370 142</u>

A Reserva Geral é dotada com pelo menos 5% dos saldos dos fundos disponíveis apurados no final de cada ano, após a constituição das respectivas provisões matemáticas nos termos dos Estatutos da Associação. Destinam-se a fazer face aos encargos resultantes de qualquer eventualidade, a completar os Fundos Disponíveis quando as receitas destes sejam insuficientes para custear os respectivos encargos e a cobrir eventuais prejuízos da Associação.

A distribuição de resultados referentes aos exercícios de 2013 e 2014, inclui transferências entre rubricas da situação líquida da Associação e ainda transferências para as rubricas de provisões matemáticas de modalidades de capitalização correspondentes ao rendimento anual aprovado em Assembleia Geral, sendo esta atribuição efectuada através da sua capitalização directa.

Em 1 de Abril de 2015, para além da dotação da Reserva Geral, foi aprovada a reposição desta reserva, por modalidades com Fundos Disponíveis negativos em exercícios anteriores, no montante de Euros 2.278.000 (2014: Euros 169.000).

Em conformidade com o aprovado em Assembleia Geral de Associados, em 27 de Março de 2014, os Resultados Transitados resultantes da alteração da política contabilística de valorização das Propriedades de Investimento, no montante de Euros 130.777.000, foram distribuídos pelos Fundos Próprios, Excedentes Técnicos e Outras reservas das modalidades sob gestão.

No decurso do exercício de 2015, a Associação decidiu recorrer à reserva de estabilização, tendo capitalizado directamente um valor em provisões matemáticas no montante de Euros 14.934.000 (2014: Euros 5.586.000).

As reservas de justo valor representam as mais e menos valias potenciais relativas à carteira de activos financeiros disponíveis para venda líquidas de imparidade reconhecida em resultados do exercício e/ou em exercícios anteriores em conformidade com a política contabilística referida na nota 1 f).

A movimentação durante o exercício de 2015 desta rubrica é analisada conforme segue:

(Milhares de Euros)					
2015					
	Saldo em 1 de Janeiro	Ajustamentos no justo valor	Alienações	Imparidade reconhecida no exercício	Saldo em 31 de Dezembro
Ativos financeiros disponíveis para venda					
Títulos de rendimento fixo					
Obrigações de emissores públicos	5 410	(545)	(4 396)	-	469
Obrigações de outros emissores	36 516	(22 291)	(11 881)	(3 687)	(1 343)
Papel comercial	819	-	(819)	-	-
	42 745	(22 836)	(17 096)	(3 687)	(874)
Títulos de rendimento variável					
Ações de empresas	564	(360)	(413)	549	341
Fundos de investimento	2 662	1 807	(1 761)	412	3 120
	3 226	1 447	(2 174)	962	3 461
	45 971	(21 389)	(19 270)	(2 725)	2 587

A movimentação durante o exercício de 2014 desta rubrica é analisada conforme segue:

(Milhares de Euros)				
2014				
Saldo em 1 de Janeiro	Ajustamentos no justo valor	Alienações	Imparidade reconhecida no exercício	Saldo em 31 de Dezembro
Ativos financeiros disponíveis para venda				
Títulos de rendimento fixo				
Obrigações de emissores públicos	(2 320)	8 334	(604)	5 410
Obrigações de outros emissores	8 390	42 330	(3 371)	36 516
Papel comercial	462	819	(462)	819
	6 532	51 483	(4 437)	42 745
Títulos de rendimento variável				
Ações de empresas	378	289	(103)	564
Fundos de investimento	3 014	1 055	(1 407)	2 662
	3 392	1 344	(1 510)	3 226
	9 924	52 827	(4 437)	45 971

A reserva de justo valor explica-se da seguinte forma:

(Milhares de Euros)		
	2015	2014
Custo amortizado dos ativos financeiros disponíveis para venda	587 065	928 681
Imparidade acumulada reconhecida	(14 140)	(13 915)
Custo amortizado dos ativos financeiros disponíveis para venda líquidos de imparidade	572 925	914 766
Justo valor dos ativos financeiros disponíveis para venda	575 512	960 737
Ganhos/ Perdas potenciais reconhecidos na reserva de justo valor	2 587	45 971

32 Justo valor

O justo valor é baseado em valores de mercado, quando disponíveis. No caso de estes não estarem disponíveis o justo valor pode ser estimado através de modelos internos, normalmente baseados nos modelos de cash flows descontados.

Os métodos e pressupostos principais utilizados na determinação do justo valor de ativos e passivos pelo MGAM são os seguintes:

Disponibilidades em instituições de crédito

Tendo em conta que se tratam normalmente de activos de curto prazo, o saldo de balanço é uma estimativa razoável do seu justo valor.

Aplicações em instituições de crédito

O justo valor é estimado utilizando a melhor estimativa dos pressupostos para a projecção dos fluxos de caixa esperados e o risco de crédito subjacente à data do balanço.

Investimentos detidos até à maturidade

O justo valor é estimado utilizando a melhor estimativa dos pressupostos para a projecção dos fluxos de caixa esperados e o risco de crédito subjacente à data do balanço.

Outros activos e passivos financeiros ao custo amortizado

Tendo em conta que se tratam normalmente de activos e passivos de curto prazo, considera-se como uma estimativa razoável para o seu justo valor o saldo de balanço das várias rubricas, à data do balanço.

O justo valor dos ativos e passivos financeiros que estão registados ao custo amortizado é analisado como segue:

Ativos e passivos financeiros ao custo amortizado	(Milhares de Euros)				
	2015			2014	
	Níveis	Justo valor	Valor Balanço	Justo valor	Valor Balanço
Disponibilidades em instituições de crédito	1	20 280	20 280	35 676	35 676
Aplicações em instituições de crédito	2	149 675	146 945	605 437	598 649
Investimentos detidos até à maturidade	2	1 051 287	996 476	1 050 615	993 790
Outros ativos financeiros ao custo amortizado	3	14 209	14 209	12 646	12 646
		<u>1 235 451</u>	<u>1 177 910</u>	<u>1 704 374</u>	<u>1 640 761</u>
Outros passivos financeiros ao custo amortizado	3	<u>82 983</u>	<u>82 983</u>	<u>9 626</u>	<u>9 626</u>

33 Transacções com partes relacionadas

Conforme definido na IAS 24, são consideradas partes relacionadas do MGAM as empresas detalhadas abaixo identificadas, bem como o Fundo de Pensões, os membros do Conselho de Administração e os elementos chave de gestão. São considerados elementos chave de gestão os directores de 1ª linha. Para além dos membros do Conselho de Administração e dos elementos chave de gestão foram igualmente consideradas partes relacionadas as pessoas que lhes são próximas (relacionamentos familiares) e as entidades por eles controladas ou em cuja gestão exercem influência significativa.

O conjunto das empresas consideradas como partes relacionadas do MGAM pode ser analisado como segue:

Partes relacionadas	
Caixa Económica Montepio Geral	Montepio Holding, SGPS, S.A.
Montepio Seguros SGPS SA	Montepio Investimento S.A.
Montepio Imóveis – Sociedade Imobiliária de Serviços Auxiliares, S.A.	Montepio Crédito - Instituição Financeira de Crédito, S.A.
Lestinvest – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.	Montepio Valor - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, S.A.
Finibanco Vida, Companhia de Seguros, S.A.	Finibanco Angola, S.A.
MG Gestão de Activos Financeiros – S.G.F.I.M., S.A.	Banco Terra
Bolsimo – Gestão de Activos, S.A.	Montepio Capital de Risco
Residências Montepio, Serviços de Saúde, S.A.	Lusitania, Companhia de Seguros, S.A.
Leacock (Seguros), Lda.	Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A.
Germont – Empreendimentos Imobiliários, S.A.	Futuro – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.
Montepio Gestão de Ativos Imobiliários ACE	N Seguros, S.A.
Nova Câmbios, S.A.	Sociedade Portuguesa de Administrações, S.A.
Silvip, S.A.	Empresa Gestora de Imóveis Rua do Prior
Sagies, S.A.	HTA - Hotéis, Turismo e Animação dos Açores, S.A.
NEBRA, Energias Renovables, SL	Iberpartners Cafés S.G.P.S., S.A.
Bem Comum – Sociedade Capital Risco, S.A.	Clinica de Serviços Médicos Computorizados de Belém, S.A.
Banco Montepio Geral – Cabo Verde, Sociedade Unipessoal, SA (IFI)	Moçambique Companhia de Seguros, S.A.
Montepio Recuperação de Crédito, ACE	Clínica CUF Belém, S.A.
Finipredial - Fundo de Investimento Imobiliário Aberto	

Remunerações aos membros dos Órgãos de Gestão

A remuneração do pessoal chave diz respeito aos custos com pessoal analisados na nota 12, que incluem os gastos do exercício referentes aos benefícios analisados na nota 27.

Transacções com o fundo de pensões

Durante o exercício não foram efectuadas transacções com os fundos de pensões. A contribuição para o fundo de pensões foi efectuada em dinheiro.

À data de 31 de Dezembro de 2015 e 2014, os activos e passivos detidos pela Associação com partes relacionadas, bem como rendimentos e gastos, são analisadas como segue:

Empresas	(Milhares de Euros)			
	2015			
	Ativo	Passivo	Rendimentos	Gastos
Caixa Económica Montepio Geral				
Depósitos à ordem	20 280	-	224	-
Depósitos a prazo	146 945	-	11 374	-
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	3 760	-	81	-
Ativos financeiros disponíveis para venda	381 927	-	22 575	-
Investimentos detidos até à maturidade	971 476	-	40 539	-
Outros passivos	-	71 944	-	-
Cedência de pessoal	-	-	-	4 206
Prestação de serviços	-	-	-	26 000
Rendas recebidas por arrendamento de imóveis	-	-	16 535	-
Lusitania, Companhia de Seguros, S.A.				
Ativos financeiros disponíveis para venda	12 315	-	642	-
Rendas recebidas por arrendamento de imóveis	-	-	1	-
Rendas pagas por arrendamento de imóveis	-	-	-	-
Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A.				1 636
Ativos financeiros disponíveis para venda	2 959	-	122	-
Montepio Holding, SGPS, S.A.				
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-
Rendas recebidas por arrendamento de imóveis	-	-	266	-
Montepio Gestão Ativos Imobiliários, ACE				
Outros passivos	-	437	-	-
Gastos suportados	-	-	-	1 295
Rendas recebidas por arrendamento de imóveis	-	-	24	-
Montepio Recuperação de Crédito, ACE				
Rendas recebidas por arrendamento de imóveis	-	-	25	-
Montepio Investimento S.A.				
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-
Rendas recebidas por arrendamento de imóveis	-	-	117	-
Residências Montepio, Serviços de Saúde SA				
Rendas recebidas por arrendamento de imóveis	-	-	275	-
Bolsimo – Gestão de Activos, S.A.				
Ativos financeiros disponíveis para venda	12 911	-	213	-
Investimentos detidos até à maturidade	25 000	-	763	-
Montepio Crédito - Instituição Financeira de Crédito, S.A.				
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	1 958	-	-	-
Rendas recebidas por arrendamento de imóveis	-	-	4	-
Finipredial - Fundo de Investimento Imobiliário Aberto				
Rendas pagas por arrendamento de imóveis	-	-	-	311
Nova Cambios, SA				
Rendas pagas por arrendamento de imóveis	-	-	1	-
Futuro – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.				
Rendas pagas por arrendamento de imóveis	-	-	-	149
Outras partes relacionadas (dividendos)				
MG Gestão Activos	-	-	1 046	-
Finibanco - Vida	-	-	500	-
Silvip	-	-	152	-
Sagies	-	-	-	-
Nova Câmbios	-	-	26	-
	<u>1 579 531</u>	<u>72 381</u>	<u>95 505</u>	<u>33 597</u>

Empresas	(Milhares de Euros)			
	2014			
	Ativo	Passivo	Rendimentos	Gastos
Caixa Económica Montepio Geral				
Depósitos à ordem	35 676	-	1 219	-
Depósitos a prazo	598 649	-	17 208	-
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	6 623	-	73	-
Cedência de pessoal	-	-	-	4 505
Rendas recebidas por arrendamento de imóveis	-	-	16 765	-
Ativos financeiros disponíveis para venda	595 138	-	22 481	-
Investimentos detidos até à maturidade	955 877	-	33 682	-
Lusitania, Companhia de Seguros, S.A.				
Ativos financeiros disponíveis para venda	9 077	-	122	-
Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A.				
Ativos financeiros disponíveis para venda	4 483	-	134	-
Montepio Holding, SGPS, S.A.				
Ativos financeiros disponíveis para venda	14 368	-	441	-
Montepio Gestão Ativos Imobiliários, ACE				
Gastos suportados	-	-	-	655
Montepio Investimento S.A.				
Ativos financeiros disponíveis para venda	7 105	-	206	-
Residências Montepio, Serviços de Saúde SA				
Rendas recebidas por arrendamento de imóveis	498	-	3 296	-
Bolsimo – Gestão de Activos, S.A.				
Investimentos detidos até à maturidade	37 914	-	783	-
Montepio Crédito - Instituição Financeira de Crédito, S.A.				
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	1 698	-	-	-
Finipredial - Fundo de Investimento Imobiliário Aberto				
Rendas pagas por arrendamento de imóveis	-	-	-	118
Futuro – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.				
Rendas pagas por arrendamento de imóveis	-	-	-	75
Outras partes relacionadas (dividendos)				
MG Gestão Activos	-	-	1 186	-
Finibanco - Vida	-	-	1 604	-
Silvip	-	-	40	-
Sagies	-	-	76	-
Nova Câmbios	-	-	11	-
	2 267 106	-	99 327	5 353

34 Acontecimentos após a data de balanço

Está actualmente em estudo a forma de capitalização a realizar na Caixa Económica – Montepio Geral.

35 Gestão de riscos

O sistema de gestão de riscos do Montepio - Geral Associação Mutualista assenta num processo integrado de identificação e mensuração dos riscos inerentes à actividade e caracterização das iniciativas e instrumentos disponíveis para limitar a exposição da situação patrimonial do MGAM ao nível entendido como adequado.

Neste sentido, é dada particular atenção à identificação e controlo do risco de mercado, através da definição de limites de risco, critérios de diversificação e perfil temporal da carteira de activos, que tenha em conta não só as características das responsabilidades assumidas pelo Montepio Geral – Associação Mutualista mas igualmente as expectativas da evolução dos mercados financeiros.

O nível de adequação das responsabilidades com as diferentes modalidades, tendo em conta a evolução real da esperança de vida e da taxa de juro, é igualmente objecto de acompanhamento periódico no âmbito do sistema de gestão de riscos.

Por fim, a evolução da taxa de juro, variável crítica da actividade do Montepio Geral - Associação Mutualista, é monitorizada de forma a permitir uma intervenção com vista a otimizar a rentabilidade dos activos e a mitigar os efeitos desfavoráveis na valorização de activos e passivos decorrentes de alterações na estrutura temporal e aumento da volatilidade das taxas de juro.

Risco de mercado

O risco associado a uma alteração da estrutura temporal das taxas de juro encontra-se presente nos activos remunerados, particularmente nas obrigações de rendimento fixo. Uma subida (descida) das taxas de juro implica uma descida (subida) do valor de mercado com impacto na reserva de justo valor, no caso dos Activos Disponíveis para Venda, ou directamente em resultados, no caso dos títulos estarem contabilizados em Activos financeiros detidos para negociação ou Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados. Na análise efectuada considerou-se o efeito da duração modificada, considerando que é uma medida que reflecte a sensibilidade do valor dos ativos de rendimento fixo a uma variação proporcional das taxas de juro.

O impacto da variação da taxa de juro nos activos financeiros é analisado como segue:

	2015		(Milhares de Euros) 2014	
	Resultado	Situação Líquida	Resultado	Situação Líquida
Taxa de juro +1%				
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	(18 467)	-	(28 532)
Ativos financeiros detidos para negociação /				
Outros ativos financeiros ao justo valor de resultados	(1 063)	(1 063)	(394)	(394)
	<u>(1 063)</u>	<u>(19 530)</u>	<u>(394)</u>	<u>(28 926)</u>
Taxa de juro -1%				
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	19 268	-	29 770
Ativos financeiros detidos para negociação /				
Outros ativos financeiros ao justo valor de resultados	1 120	1 120	394	394
	<u>1 120</u>	<u>20 388</u>	<u>394</u>	<u>30 164</u>

O risco do mercado mobiliário resulta da volatilidade dos preços de mercado, tratando-se de um risco sistemático.

O impacto da variação dos mercados mobiliários em instrumentos de capital é analisado como segue:

				(Milhares de Euros)			
				2015		2014	
				Resultado	Situação Líquida	Resultado	Situação Líquida
Mercado mobiliário +10%							
Ações				5	138	7	165
Fundos de investimento				-	4 119	-	3 653
				5	4 257	7	3 818
Mercado mobiliário -10%							
Ações				(26)	(138)	(77)	(165)
Fundos de investimento				(2 675)	(4 119)	(793)	(3 653)
				(2 701)	(4 257)	(870)	(3 818)

O impacto da variação dos mercados imobiliários em propriedades de investimento é analisado como segue:

		(Milhares de Euros)	
2015		2014	
Resultado	Situação Líquida	Resultado	Situação Líquida
Mercado imobiliário +10%			
Ativos tangíveis	10	10	10
Propriedades de investimento	41 917	41 860	41 860
	41 927	41 870	41 870
Mercado imobiliário -10%			
Ativos tangíveis	(10)	(10)	(10)
Propriedades de investimento	(41 917)	(42 200)	(42 200)
	(41 927)	(42 210)	(42 210)

Risco de liquidez

A análise das maturidades dos activos e passivos financeiros é apresentada nas notas dos activos respectivos.

O controlo dos desfasamentos de entradas e saídas de recursos de liquidez do Montepio Geral - Associação Mutualista é efectuado de forma sistemática, atendendo quer às variáveis de longo prazo, numa perspectiva de adequação entre activos e passivos, quer às variáveis de curto prazo, mais sujeitas à volatilidade dos mercados e dos comportamentos conjunturais. Em qualquer dos casos, a abordagem é feita de uma forma conservadora com recurso a uma margem de segurança de liquidez que procura otimizar ao máximo a rentabilidade dos activos.

Risco de crédito

A repartição por sectores de actividade da exposição ao risco de crédito, para o exercício findo em 2015 e 2014, encontra-se apresentada como segue:

(Milhares de Euros)

Setor de atividade	2015				
	Ativos financeiros detidos até à maturidade	Ativos financeiros detidos para negociação	Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados	Ativos financeiros disponíveis para venda	
	Valor bruto	Valor bruto	Valor bruto	Valor bruto	Imparidade
Atividades de informação e comunicação	-	-	1 819	8 128	-
Atividades financeiras	971 476	55	10 677	428 264	(5 617)
Atividades imobiliárias	25 000	-	-	49 865	(4 852)
Administração e serviços públicos	-	-	-	25 297	-
Construção e obras públicas	-	-	-	5 969	-
Eletricidade, gás e água	-	-	-	8 677	(164)
Outras atividades de serviços coletivos	-	-	-	2 926	(428)
Papel e indústrias gráficas	-	-	7 467	16 781	-
Refinação de petróleo	-	-	14 333	9 159	-
Transportes	-	-	-	15 455	-
Outros	-	-	-	19 132	(3 079)
Total	996 476	55	34 295	589 652	(14 140)

(Milhares de Euros)

Setor de atividade	2014				
	Ativos financeiros detidos até à maturidade	Ativos financeiros detidos para negociação	Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados	Ativos financeiros disponíveis para venda	
	Valor bruto	Valor bruto	Valor bruto	Valor bruto	Imparidade
Atividades de informação e comunicação	-	37	-	26 207	-
Atividades financeiras	955 876	2 022	20 428	696 327	(4 924)
Atividades imobiliárias	37 914	-	-	29 645	(2 292)
Administração e serviços públicos	-	-	-	84 803	-
Construção e obras públicas	-	-	-	7 566	-
Eletricidade, gás e água	-	-	-	39 582	(1 354)
Outras atividades de serviços coletivos	-	-	-	5 927	(428)
Papel e indústrias gráficas	-	-	-	9 424	-
Refinação de petróleo	-	-	-	13 695	-
Transportes	-	-	-	9 329	-
Outros	-	-	-	52 147	(4 917)
Total	993 790	2 059	20 428	974 652	(13 915)

A repartição dos valores mobiliários por zona geográfica é analisada como segue:

		(Milhares de Euros)			
		2015			
Zona geográfica		Ativos financeiros detidos até à maturidade	Ativos financeiros detidos para negociação	Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados	Ativos financeiros disponíveis para venda
		Valor bruto	Valor bruto	Valor bruto	Valor bruto Imparidade
Zona Euro					
Portugal		996 476	55	25 009	520 193 (10 402)
Espanha		-	-	-	6 303 (419)
Itália		-	-	-	2 614 -
Alemanha		-	-	-	2 136 -
França		-	-	-	1 402 -
Holanda		-	-	1 819	13 345 -
Luxemburgo		-	-	-	5 346 (209)
Suécia		-	-	-	2 773 -
Bélgica		-	-	-	36 (10)
Outros		-	-	7 467	8 749 (489)
Outros Países					
Reino Unido		-	-	-	2 941 -
Brasil		-	-	-	6 074 -
Estados Unidos		-	-	-	3 080 -
Outros		-	-	-	14 658 (2 612)
Total		996 476	55	34 295	589 652 (14 140)

(Milhares de Euros)

		2014				
Zona geográfica		Ativos financeiros detidos até à maturidade	Ativos financeiros detidos para negociação	Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados	Ativos financeiros disponíveis para venda	
		Valor bruto	Valor bruto	Valor bruto	Valor bruto	Imparidade
Zona Euro						
Portugal		993 790	67	13 284	876 798	(6 043)
Espanha		-	-	-	25 149	(584)
Itália		-	1 992	-	24 330	-
Alemanha		-	-	965	3 929	(211)
França		-	-	-	1 480	-
Holanda		-	-	6 180	-	-
Luxemburgo		-	-	-	3 058	-
Suécia		-	-	-	3 071	-
Bélgica		-	-	-	36	(9)
Outros		-	-	-	848	-
Outros Países						
Reino Unido		-	-	-	3 660	-
Brasil		-	-	-	11 364	-
Estados Unidos		-	-	-	2 500	(2 500)
Outros		-	-	-	18 428	(4 568)
Total		993 790	2 059	20 429	974 652	(13 915)

A repartição dos activos por qualidade creditícia dos valores mobiliários (títulos de dívida) é analisada como segue:

(Milhares de Euros)

		2015				
Rating		Ativos financeiros detidos até à maturidade	Ativos financeiros detidos para negociação	Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados	Ativos financeiros disponíveis para venda	
		Valor bruto	Valor bruto	Valor bruto	Valor bruto	Imparidade
AA-		-	-	-	83	-
A+		-	-	-	-	-
A		-	-	-	-	-
A-		-	-	-	13	-
BBB+		-	-	-	3 444	-
BBB		-	-	-	1 112	-
BBB-		-	-	-	5 295	-
<BBB-		971 476	-	8 718	472 699	(638)
N.R.		25 000	-	25 577	39 037	(4 323)
Total		996 476	-	34 295	521 683	(4 960)

(Milhares de Euros)

Rating	2014				
	Ativos financeiros detidos até à maturidade	Ativos financeiros detidos para negociação	Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados	Ativos financeiros disponíveis para venda	
	Valor bruto	Valor bruto	Valor bruto	Valor bruto	Imparidade
A+	-	-	-	83	-
A	-	-	-	2 891	-
A-	-	-	-	370	-
BBB+	-	-	-	6 620	-
BBB	-	-	-	15 841	-
BBB-	-	1 992	-	29 198	-
<BBB-	955 877	-	11 586	737 216	(421)
N.R.	25 000	-	8 842	69 661	(3 353)
Total	980 877	1 992	20 428	861 880	(3 774)

Risco específico das modalidades

O impacto da variação da taxa de juro nas responsabilidades com modalidades associativas é analisado como segue:

	(Milhares de Euros)			
	2015		2014	
	Resultado	Situação Líquida	Resultado	Situação Líquida
Taxa de juro +1%				
Modalidades atuariais	49 638	49 638	52 481	52 481
Modalidades de capitalização	(4 923)	(4 923)	(5 969)	(5 969)
	<u>44 715</u>	<u>44 715</u>	<u>46 512</u>	<u>46 512</u>
Taxa de juro -1%				
Modalidades atuariais	(59 354)	(59 354)	(63 114)	(63 114)
Modalidades de capitalização	-	-	-	-
	<u>(59 354)</u>	<u>(59 354)</u>	<u>(63 114)</u>	<u>(63 114)</u>

O impacto da variação da mortalidade nas responsabilidades com modalidades actuariais é analisado como segue:

	(Milhares de Euros)			
	2015		2014	
	Resultado	Situação Líquida	Resultado	Situação Líquida
Mortalidade +10%				
Modalidades atuariais	15 975	15 975	16 027	16 027
	<u>15 975</u>	<u>15 975</u>	<u>16 027</u>	<u>16 027</u>
Mortalidade -10%				
Modalidades atuariais	(22 597)	(22 597)	(22 682)	(22 682)
	<u>(22 597)</u>	<u>(22 597)</u>	<u>(22 682)</u>	<u>(22 682)</u>

O impacto da variação dos reembolsos nas responsabilidades com modalidades de capitalização é analisado como segue:

		(Milhares de Euros)	
		2015	2014
		Resultado	Situação Líquida
Reembolsos +10%			
Modalidades capitalização		4 488	4 488
		4 488	4 488
Reembolsos -10%			
Modalidades capitalização		(4 488)	(4 488)
		(4 488)	(4 488)

A maturidade das responsabilidades com modalidades associativas, em 2015 e 2014, é analisada como segue:

		(Milhares de Euros)				
		2015				
		Inferior a 3 meses	Entre 3 meses e 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Superior a 5 anos	Indeterminado
Modalidades atuariais		4 680	16 042	120 658	184 471	270 612
Modalidades capitalização		51 956	107 795	1 411 359	4 254	1 364 529
		56 636	123 837	1 532 017	188 725	1 635 141
						3 536 357
		(Milhares de Euros)				
		2014				
		Inferior a 3 meses	Entre 3 meses e 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Superior a 5 anos	Indeterminado
Modalidades atuariais		3 831	11 191	114 793	187 596	276 937
Modalidades capitalização		26 021	57 258	1 787 067	13 686	1 561 049
		29 852	68 449	1 901 860	201 282	1 837 986
						4 039 429

Relativamente às modalidades actuariais, importa referir que a maturidade das responsabilidades das modalidades cuja natureza do benefício é vitalícia, nomeadamente as Pensões de Reforma, foram consideradas como sendo indeterminadas. Adicionalmente as modalidades de capitalização com prazo indeterminado corresponde a produtos de reforma sem maturidade definida.

36 Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas que entraram em vigor e que o MGAM aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras são as seguintes:

IFRIC 21 – Taxas

O IASB, emitiu em 20 de Maio de 2013, esta interpretação com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2014. Esta interpretação foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 634/2014, de 13 de Junho.

Esta nova interpretação define taxas (levy) como sendo um desembolso de uma entidade imposto pelo governo de acordo com legislação. Confirma que uma entidade reconhece um passivo pela taxa quando – e apenas quando – o específico evento que desencadeia a mesma, de acordo com a legislação, ocorre.

Esta interpretação não teve quaisquer impactos nas demonstrações financeiras da Associação.

Melhoramentos às IFRS (2011-2013)

Os melhoramentos anuais do ciclo 2011-2013, emitidos pelo IASB em 12 de Dezembro de 2013 introduzem alterações, com data efetiva de aplicação para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de Julho de 2014 às normas IFRS 1, IFRS 3, IFRS 8, IFRS 13 e IAS 40. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1361/2014, de 18 de Dezembro (definindo a entrada em vigor o mais tardar a partir da data de início do primeiro exercício financeiro que começa em ou após de 1 de Fevereiro de 2015).

- IFRS 1 – Conceito de “IFRS efetivas”

O IASB clarificou que se novas IFRS não forem ainda obrigatórias mas permitam aplicação antecipada, a IFRS 1 permite, mas não exige, que sejam aplicadas nas primeiras demonstrações financeiras reportadas em IFRS.

- IFRS 3 – Exceções ao âmbito de aplicação para joint ventures

As alterações excluem do âmbito da aplicação da IFRS 3, a formação de todos os tipos de acordos conjuntos, tal como definidos na IFRS 11. Tal exceção ao âmbito de aplicação apenas se aplica a demonstrações financeiras de joint ventures ou às próprias joint ventures.

- IFRS 13 – Âmbito do parágrafo 52 – exceção de portefólios

O parágrafo 52 da IFRS 13 inclui uma exceção para mensurar o justo valor de grupos de ativos ou passivos na base líquida. O objetivo desta alteração consiste na clarificação que a exceção de portefólios aplica-se a todos os contratos abrangidos pela IAS 39 ou IFRS 9, independentemente de cumprirem as definições de ativo financeiro ou passivo financeiro previstas na IAS 32.

- IAS 40 – Inter-relação com a IFRS 3 quando classifica propriedades como propriedades de investimento ou imóveis de uso próprio.

O objetivo da alteração é a clarificação da necessidade de julgamento para determinar se uma aquisição de propriedades de investimento corresponde à aquisição de um ativo, de um grupo de ativos ou de uma concentração de uma atividade operacional abrangida pela IFRS 3.

O MGAM não registou quaisquer impactos na aplicação destas melhorias nas suas demonstrações financeiras.

O MGAM decidiu optar pela não aplicação antecipada das seguintes normas e/ou interpretações, adotadas pela União Europeia:

- IAS 19 (Alterada) – Planos de Benefício Definido: Contribuição dos empregados

O IASB, emitiu em 21 de Novembro de 2013, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Julho de 2014. Esta alteração foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 29/2015, de 17 de Dezembro de 2014 (definindo a entrada em vigor o mais tardar a partir da data de início do primeiro exercício financeiro que começa em ou após de 1 de Fevereiro de 2015).

A presente alteração clarifica a orientação quando estejam em causa contribuições efetuadas pelos empregados ou por terceiras entidades, ligadas aos serviços exigindo que a entidade atribua tais contribuições em conformidade com o parágrafo 70 da IAS 19 (2011). Assim, tais contribuições são atribuídas usando a fórmula de contribuição do plano ou de uma forma linear.

A alteração reduz a complexidade introduzindo uma forma simples que permite a uma entidade reconhecer contribuições efetuadas por empregados ou por terceiras entidades, ligadas ao serviço que sejam independentes do número de anos de serviço (por exemplo um percentagem do vencimento), como redução do custo dos serviços no período em que o serviço seja prestado.

O MGAM não antecipa qualquer impacto na aplicação desta alteração nas suas demonstrações financeiras.

Melhoramentos às IFRS (2010-2012)

Os melhoramentos anuais do ciclo 2010-2012, emitidos pelo IASB em 12 de Dezembro de 2013 introduzem alterações, com data efetiva de aplicação para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de Julho de 2014 às normas IFRS 2, IFRS 3, IFRS 8, IFRS 13, IAS 16, IAS 24 e IAS 38. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 28/2015, de 17 de Dezembro de 2014 (definindo a entrada em vigor o mais tardar a partir da data de início do primeiro exercício financeiro que começa em ou após de 1 de Fevereiro de 2015).

- IFRS 2 – Definição de condição de aquisição (vesting)

A alteração clarifica a definição de “condição de aquisição (vesting)” contida no Apêndice A da IFRS 2 – Pagamentos Baseados em Ações, separando a definição de “condição de desempenho” e “condição de serviço” da condição de aquisição, fazendo uma descrição de cada uma das condições de forma mais clara.

- IFRS 3 – Contabilização de uma consideração contingente no âmbito de uma concentração de actividades empresariais

O objetivo da alteração visa clarificar certos aspetos da contabilização da consideração contingente no âmbito de uma concentração de actividades empresariais, nomeadamente a classificação da consideração contingente, tomando em linha de conta se tal consideração contingente é um instrumento financeiro ou um ativo ou passivo não-financeiro.

- IFRS 8 – Agregação de segmentos operacionais e reconciliação entre o total dos activos dos segmentos reportáveis e os activos da empresa.

A alteração clarifica o critério de agregação e exige que uma entidade divulgue os fatores utilizados para identificar os segmentos reportáveis, quando o segmento operacional tenha sido agregado. Para atingir consistência interna, uma reconciliação do total dos ativos dos segmentos reportáveis para o total dos ativos de uma entidade deverá ser divulgada, se tais quantias forem regularmente proporcionadas ao tomador de decisões operacionais.

- IFRS 13 – Contas a receber ou pagar de curto prazo

O IASB alterou as bases de conclusão no sentido de esclarecer que, ao eliminar o AG 79 da IAS 39 não pretendeu eliminar a necessidade de determinar o valor atual de uma conta a receber ou pagar no curto prazo, cuja fatura foi emitida sem juro, mesmo que o efeito seja imaterial. De salientar que o paragrafo 8 da IAS 8 já permite que uma entidade não aplique políticas contabilísticas definidas nas IFRS se o seu impacto for imaterial.

- IAS 16 e IAS 38 – Modelo de Revalorização – reformulação proporcional da depreciação ou amortização acumulada

De forma a clarificar o cálculo da depreciação ou amortização acumulada, à data da reavaliação, o IASB alterou o parágrafo 35 da IAS 16 e o parágrafo 80 da IAS 38 no sentido de: (i) a determinação da depreciação (ou amortização) acumulada não depender da seleção da técnica de valorização; e (ii) a depreciação (ou amortização) acumulada ser calculada pela diferença entre a quantia bruta e o valor líquido contabilístico.

- IAS 24 – Transacções com partes relacionadas – serviços do pessoal chave da gestão

Para resolver alguma preocupação sobre a identificação dos custos do serviço do pessoal chave da gestão (KMP) quando estes serviços são prestados por uma entidade (entidade gestora como por exemplo nos fundos de investimento), o IASB clarificou que as divulgações das quantias incorridas pelos serviços de KMP fornecidos por uma entidade de gestão separada devem ser divulgados, mas não é necessário apresentar a desagregação prevista no parágrafo 17.

O MGAM não antecipa qualquer impacto na aplicação destas alterações nas suas demonstrações financeiras.

Melhoramentos às IFRS (2012-2014)

Os melhoramentos anuais do ciclo 2012-2014, emitidos pelo IASB em 25 de Setembro de 2014 introduzem alterações, com data efetiva de aplicação para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de Janeiro de 2016 às normas IFRS 5, IFRS 7, IAS 19 e IAS 34. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 2343/2015, de 15 de Dezembro de 2015.

- IFRS 5 Activos Não Correntes Detidos Para Venda e Operações Descontinuadas: Alterações no Método de Disposição

As alterações à IFRS 5 clarificam que caso uma entidade reclassifique um ativo (ou um grupo em descontinuação) diretamente de “detido para venda” para “detido para distribuição aos proprietários” (ou vice versa) então a alteração de classificação é considerada uma continuação do plano original de disposição. Assim sendo, nenhum ganho ou perda de mensuração será contabilizado na demonstração dos resultados ou na demonstração do rendimento integral.

- IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações: contratos de Serviços Prestados

As alterações à IFRS 7 clarificam - adicionando orientação de aplicação adicional - quando os contratos de prestação de serviços constituem envolvimento continuado para efeitos da aplicação dos requisitos de divulgação no parágrafo 42 C da IFRS 7.

- IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações: Aplicabilidade das Emendas à IFRS 7 na compensação de activos e passivos financeiros para demonstrações financeiras intercalares condensadas

A presente alteração esclarece que as divulgações adicionais exigidas que foram introduzidas em Dezembro de 2011 pelas alterações ao IFRS 7 - compensação de ativos e passivos financeiros – não são necessárias em períodos intercalares após o ano da sua aplicação inicial, a menos que a IAS 34 Relato Financeiro Intercalar exija essas divulgações.

- IAS 19 Benefícios dos Empregados: Taxa de desconto: emissão mercado regional

As alterações à IAS 19 clarificam que as obrigações de empresas de alta qualidade utilizadas para estimar a taxa de desconto deve ser determinada considerando a mesma moeda em que os benefícios vão ser pagos.

Consequentemente, a profundidade do mercado de títulos corporativos de alta qualidade deve ser avaliada ao nível da moeda, em vez de ao nível do país. Se um mercado ativo não existir, deve ser utilizada a taxa de mercado dos títulos do governo denominados nessa moeda.

- IAS 34 Relato Financeiro Intercalar: Divulgação de informações "em outras partes do relatório financeiro intercalar"

As alterações esclarecem que “outras divulgações” exigidas pelo parágrafo 16A do IAS 34, devem ser apresentadas ou nas demonstrações financeiras intercalares ou incorporadas por referência cruzada das demonstrações financeiras intercalares para algum outro documento (como comentários da gestão ou de um relatório de risco) que esteja disponível para os utentes das demonstrações financeiras nos mesmos termos que as demonstrações financeiras intercalares e, ao mesmo tempo.

As alterações à IAS 34 também clarificam que, se os utentes das demonstrações financeiras não tiverem acesso a essa informação, incluída por referência cruzada, nas mesmas condições e ao mesmo tempo, o relatório financeiro intercalar é incompleto.

O MGAM não antecipa qualquer impacto na aplicação destas alterações nas suas demonstrações financeiras.

- IAS 27: Equivalência patrimonial em demonstrações financeiras separadas

O IASB, emitiu, em 12 de Agosto de 2014, alterações à IAS 27, com data efetiva de aplicação para períodos que iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2016, visando introduzir uma opção pela mensuração de subsidiárias, associadas ou empreendimentos conjuntos pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras separadas.

Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 2441/2015, de 18 de Dezembro de 2015.

O MGAM ainda não tomou qualquer decisão sobre uma eventual adoção desta opção nas suas contas separadas.

Normas, alterações e interpretações emitidas mas ainda não efetivas para o MGAM

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (emitida em 2009 e alterada em 2010, 2013 e 2014)

A IFRS 9 (2009) introduziu novos requisitos para a classificação e mensuração de ativos financeiros. A IFRS 9 (2010) introduziu requisitos adicionais relacionados com passivos financeiros. A IFRS 9 (2013) introduziu a metodologia da cobertura. A IFRS 9 (2014) procedeu a alterações limitadas à classificação e mensuração contidas na IFRS 9 e novos requisitos para lidar com a imparidade de ativos financeiros.

Os requisitos da IFRS 9 representam uma mudança significativa dos atuais requisitos previstos na IAS 39, no que respeita aos ativos financeiros. A norma contém três categorias de mensuração de ativos financeiros: custo amortizado, justo valor por contrapartida em outro rendimento integral (OCI) e justo valor por contrapartida em resultados. Um ativo financeiro será mensurado ao custo amortizado caso seja detido no âmbito do modelo de negócio cujo objetivo é deter o ativo por forma a receber os fluxos de caixa contratuais e os termos dos seus fluxos de caixa dão lugar a recebimentos, em datas especificadas, relacionadas apenas com o montante nominal e juro em vigor. Se o instrumento de dívida for detido no âmbito de um modelo de negócio que tanto capte os fluxos de caixa contratuais do instrumento como capte por vendas, a mensuração será ao justo valor com a contrapartida em outro rendimento integral (OCI), mantendo-se o rendimento de juros a afetar os resultados.

Para um investimento em instrumentos de capital próprio que não seja detido para negociação, a norma permite uma eleição irrevogável, no reconhecimento inicial, numa base individual por cada ação, de apresentação das alterações de justo valor em OCI. Nenhuma desta quantia reconhecida em OCI será reclassificada para resultados em qualquer data futura. No entanto, dividendos gerados, por tais investimentos, são reconhecidos em resultados em vez de OCI, a não ser que claramente representem uma recuperação parcial do custo do investimento.

Nas restantes situações, quer os casos em que os ativos financeiros sejam detidos no âmbito de um modelo de negócio de trading, quer outros instrumentos que não tenham apenas o propósito de receber juro e amortização e capital, são mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados.

Nesta situação incluem-se igualmente investimentos em instrumentos de capital próprio, os quais a entidade não designe a apresentação das alterações do justo valor em OCI, sendo assim mensurados ao justo valor com as alterações reconhecidas em resultados.

A norma exige que derivados embutidos em contratos cujo contrato base seja um ativo financeiro, abrangido pelo âmbito de aplicação da norma, não sejam separados; ao invés, o instrumento financeiro híbrido é aferido na íntegra e, verificando-se os derivados embutidos, terão de ser mensurados ao justo valor através de resultados.

A norma elimina as categorias atualmente existentes na IAS 39 de “detido até à maturidade”, “disponível para venda” e “contas a receber e pagar”.

A IFRS 9 (2010) introduz um novo requisito aplicável a passivos financeiros designados ao justo valor, por opção, passando a impor a separação da componente de alteração de justo valor que seja atribuível ao risco de crédito da entidade e a sua apresentação em OCI, ao invés de resultados. Com exceção desta alteração, a IFRS 9 na sua generalidade transpõe as orientações de classificação e mensuração, previstas na IAS 39 para passivos financeiros, sem alterações substanciais.

A IFRS 9 (2013) introduziu novos requisitos para a contabilidade de cobertura que alinha esta de forma mais próxima com a gestão de risco. Os requisitos também estabelecem uma maior abordagem de princípios à contabilidade de cobertura resolvendo alguns pontos fracos contidos no modelo de cobertura da IAS 39.

A IFRS 9 (2014) estabelece um novo modelo de imparidade baseado em “perdas esperadas” que substituirá o atual modelo baseado em “perdas incorridas” previsto na IAS 39.

Assim, o evento de perda não mais necessita de vir a ser verificado antes de se constituir uma imparidade. Este novo modelo pretende acelerar o reconhecimento de perdas por via de imparidade aplicável aos instrumentos de dívida detidos, cuja mensuração seja ao custo amortizado ou ao justo valor por contrapartida em OCI.

No caso de o risco de crédito de um ativo financeiro não tenha aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, o ativo financeiro gerará uma imparidade acumulada igual à expectativa de perda que se estime poder ocorrer nos próximos 12 meses.

No caso de o risco de crédito tiver aumentado significativamente, o ativo financeiro gerará uma imparidade acumulada igual à expectativa de perda que se estime poder ocorrer até à respetiva maturidade, aumentando assim a quantia de imparidade reconhecida.

Uma vez verificando-se o evento de perda (o que atualmente se designa por “prova objetiva de imparidade”), a imparidade acumulada é afeta diretamente ao instrumento em causa, ficando o seu tratamento contabilístico similar ao previsto na IAS 39, incluindo o tratamento do respetivo juro.

A IFRS 9 será aplicável em ou após 1 de Janeiro de 2018.

O MGAM iniciou um processo de avaliação dos impactos decorrentes desta norma. Dada a natureza das atividades da Associação, é expectável que esta norma venha a ter impactos relevantes nas Demonstrações Financeiras do MGAM.

IFRS 15 Rédito de contratos com clientes

O IASB, emitiu, em Maio de 2014, a norma IFRS 15 Rédito de contratos com clientes de aplicação obrigatória em períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2017. A sua adoção antecipada é permitida. Esta norma veio revogar as normas IAS 11 Contratos de construção, IAS 18 Rédito, IFRIC 13 Programas de Fidelidade do Cliente, IFRIC 15 Acordos para a Construção de Imóveis, IFRIC 18 Transferências de Ativos Provenientes de Clientes e SIC 31 Rédito - Transações de Troca Direta Envolvendo Serviços de Publicidade.

A IFRS 15 determina um modelo baseado em 5 passos de análise por forma a determinar quando o rédito de ver reconhecido e qual o montante. O modelo especifica que o rédito deve ser reconhecido quando uma entidade transfere bens ou serviços ao cliente, mensurado pelo montante que a entidade espera ter direito a receber. Dependendo do cumprimento de alguns critérios, o rédito é reconhecido:

- No momento preciso, quando o controlo dos bens ou serviços é transferido para o cliente; ou
- Ao longo do período, na medida em que retrata a performance da entidade.

O MGAM encontra-se ainda a avaliar os impactos decorrentes da adoção desta norma.

IFRS 14 Contas Diferidas Regulatórias

O IASB emitiu em 30 de Janeiro de 2014 uma norma que define medidas provisórias para quem adota pela primeira vez as IFRS e tem atividade com tarifa regulada.

A presente norma não é aplicável à MGAM.

IFRS 16 - Locações

O IASB, emitiu, em 13 de Janeiro de 2016, a norma IFRS 16 - Locações, de aplicação obrigatória em períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2019. A sua adoção antecipada é permitida desde que adotada igualmente a IFRS 15. Esta norma revoga a norma IAS 17 - Locações. A IFRS 16 remove a classificação das locações como operacionais ou financeiras, tratando todas as locações como financeiras.

Locações de curto-prazo (menos de 12 meses) e locações de ativos de baixo valor (como computadores pessoais) são isentos de aplicação dos requisitos da norma.

O MGAM não antecipa qualquer impacto na aplicação destas alterações nas suas demonstrações financeiras.

Outras alterações

Foram ainda emitidas pelo IASB em 2014 e aplicável aos exercícios que se iniciam em, ou após, 1 de Janeiro de 2016 as seguintes alterações:

- Alterações à IAS 16 e IAS 41: Plantas vivas de produção de produtos agrícolas (“Bearer Plants”) (emitida em 30 de Junho e adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 2113/2015, de 23 de Novembro);
- Alterações à IAS 16 e IAS 38: Clarificação dos métodos aceites para depreciação e amortização (emitida em 12 de Maio e adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 2231/2015, de 2 de Dezembro);
- Alterações à IFRS 11: Contabilização de aquisições de interesses em empreendimentos conjuntos (emitida em 6 de Maio e adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 2173/2015, de 24 de Novembro);
- Alterações à IFRS 10, IFRS 12 e IAS 28: Entidades de Investimento: Aplicação da exceção de consolidação (emitida em 18 de Dezembro);
- Alterações à IAS 1. Iniciativa de Divulgações (emitida em 18 de Dezembro).

O MGAM não antecipa qualquer impacto na aplicação destas alterações nas suas demonstrações financeiras.

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Introdução

- 1 Examinámos as demonstrações financeiras do **Montepio Geral – Associação Mutualista**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2015 (que evidencia um total de 3.864.071 milhares de euros, e um total de situação líquida de 207.717 milhares de euros, incluindo um resultado líquido negativo de 393.120 milhares de euros), as Demonstrações dos resultados, do rendimento integral, das alterações na situação líquida e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

- 2 É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia (“IFRS”), que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Montepio Geral – Associação Mutualista, o resultado das suas operações, o rendimento integral, as alterações na situação líquida e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
- 3 A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

- 4 O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras individuais estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizados na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

- 5 O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
- 6 Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

- 7 Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do **Montepio Geral – Associação Mutualista** em 31 de Dezembro de 2015, o resultado das suas operações, o rendimento integral, as alterações na situação líquida e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia.

Ênfases

- 8 Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para as seguintes situações:
 - 8.1 A nota 22 do Anexo inclui informação sobre os investimentos em subsidiárias e associadas (participações financeiras), nomeadamente, sobre o registo de imparidades resultante da aplicação da política contabilística referida na nota 1 e). Os testes efectuados pelo Montepio Geral – Associação Mutualista relativamente à determinação do valor recuperável das suas participações financeiras tiveram por base pressupostos cuja influência da actual conjuntura económico-financeira e condições gerais do mercado são determinantes. Conforme descrito na referida nota, a verificação dos pressupostos utilizados nos respectivos testes e evolução das condições macro económicas e do mercado em geral poderão traduzir-se na alteração desses mesmos pressupostos e, consequentemente, no valor recuperável determinado das suas participações financeiras.
 - 8.2 À data de 31 de Dezembro de 2015, o Montepio Geral – Associação Mutualista apresenta uma situação líquida no montante de 207.717 milhares de euros (2014: 682.262 milhares de euros) e um resultado líquido negativo no montante de 393.120 milhares de euros (2014: resultado líquido positivo de 41.461 milhares de euros). Conforme referido na nota 22, a evolução negativa da situação líquida no exercício de 2015 decorre das condições adversas de mercado e da conjuntura macro económica subjacentes à actividade desenvolvida pelas suas subsidiárias e associadas. As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das respectivas operações, as quais dependem da evolução futura dos pressupostos subjacentes ao valor recuperável das suas participações financeiras bem como ao sucesso das iniciativas que vierem a ser tomadas pelo Conselho de Administração com vista ao reforço da situação líquida.

Relato sobre outros requisitos legais

- 9 É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 15 de Março de 2016



KPMG & Associados

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)

representada por

Vitor Manuel da Cunha Ribeirinho (ROC n.º 1081)

13. RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

MONTEPIO GERAL ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA
RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL
REFERENTE ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DE 2015

Exmos. Senhores Associados:

De acordo com o disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 36.º dos Estatutos do **Montepio Geral Associação Mutualista** (MGAM), é da responsabilidade do Conselho Fiscal emitir um Relatório sobre a sua atividade fiscalizadora e dar Parecer sobre o Relatório de gestão e Demonstrações financeiras Individuais, relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2015, cuja preparação é da responsabilidade do Conselho de Administração.

RELATÓRIO

1 - INTRODUÇÃO

Os membros deste Conselho Fiscal foram eleitos na Assembleia Geral eleitoral realizada em 2 de Dezembro de 2015 e iniciaram as suas funções estatutárias após a tomada posse, cuja formalização ocorreu no dia 6 de Janeiro de 2016, data em que todos os atuais Órgãos Associativos também tomaram posse. Por tal motivo, os Membros do Conselho Fiscal não tiveram a oportunidade de acompanhar a atividade do MGAM ao longo do exercício objeto de fiscalização. Não obstante, conforme decorre da legislação em vigor, é de sua responsabilidade a emissão do Relatório e Parecer sobre as Demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2015.

2 - TRABALHOS REALIZADOS

De forma a cumprir aquele requisito, o Conselho Fiscal desenvolveu os seguintes trabalhos:

- a. Ainda antes da tomada de posse, o Conselho Fiscal teve oportunidade de obter as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício de 2014, de forma a familiarizar-se com a realidade do Grupo Montepio em geral e da Associação Mutualista em particular. Aproveitou para identificar as áreas mais relevantes da atividade do MGAM, de modo a decidir onde deveria incidir com mais ênfase a sua atividade fiscalizadora;
- b. Depois da tomada de posse, analisou todas as atas subscritas pelo Conselho Fiscal anterior e que exerceu funções durante todo o exercício de 2015, de forma a determinar se se tinham identificado problemas relevantes que, em 31 de Dezembro de 2015, não tivessem sido resolvidos de forma satisfatória e que, como tal, pudessem merecer deste Conselho Fiscal uma atenção mais urgente e intensa;
- c. Aproveitando a abertura manifestada pelo Conselho Fiscal anterior, este Conselho reuniu com um dos Membros que o integrava, o qual, quer pela sua formação académica e profissional, quer pela sua vasta experiência acumulada ao longo de vários mandatos, nos proporcionou uma visão completa da evolução do MGAM, quer quanto à essência da sua atividade enquanto entidade relevante no âmbito da economia social, quer quanto às particularidades da sua situação financeira, quer ainda quanto aos principais critérios contabilísticos que foram adotados;
- d. Procedeu à leitura de uma parte significativa das atas das reuniões realizadas pelo Conselho de Administração durante 2015;
- e. Obteve elementos selecionados da vasta informação emitida pelos vários Serviços e pelo Conselho de Administração, sobretudo os que se referem aos Indicadores de Gestão que são preparados mensalmente. Estes indicadores relatam com grande objetividade e de forma exaustiva a evolução mensal das contas do Balanço e da Demonstração dos resultados, bem como toda a informação referente aos fluxos de entradas e saídas de Associados por modalidade das suas aplicações, fluxos financeiros detalhados por fundos

próprios, modalidades atuariais e modalidades de capitalização, só para citar as rubricas mais importantes. Para além disso, esta informação compara o desempenho do exercício com o desempenho homólogo verificado até ao exercício de 2012 e com os valores previamente orçamentados;

- f.** Reuniu com os responsáveis de algumas áreas chave da Associação, como por exemplo, do Desenvolvimento da Oferta Mutualista – Gestão da Carteira, da Contabilidade, da Auditoria e Inspeção, da Gestão de Ativos Imobiliários e da Responsabilidade Social, de forma a identificar os problemas mais relevantes de cada área, bem como os procedimentos e controlos internos administrativos e operacionais que estão em vigor e que têm por objetivo detetar, em tempo oportuno, todos os desvios aos normativos instituídos e impedir que tais desvios possam ser relevantes quanto à sua frequência e dispendiosos quanto ao seu impacto;
- g.** O Conselho Fiscal reuniu com o Conselho de Administração para se inteirar da evolução dos negócios da Associação e das decisões de gestão mais relevantes que foram tomadas no decurso do exercício, para determinar se foram, ou não, introduzidos procedimentos e critérios contabilísticos diferentes dos utilizados em anos anteriores que pudessem merecer algum reparo, tendo em vista a comparabilidade das demonstrações financeiras agora apresentadas;
- h.** O Conselho Fiscal também reuniu com os Auditores Externos KPMG & Associados, SROC, SA, de forma a assegurar que os procedimentos de auditoria exigidos pelos normativos nacionais em vigor e pela boa prática internacional foram aplicados em toda a sua extensão. Foram também debatidos os pressupostos relativos aos testes de imparidade realizados aos principais ativos que integram o Balanço, especialmente os que se referem às suas participações financeiras. Obtivemos também a confirmação de que os trabalhos realizados permitiram concluir que, depois de efetuados todas as retificações que sempre se revelaram aconselháveis, dada a complexidade e materialidade das situações envolvidas, naquela data não eram do seu conhecimento quaisquer situações que pudessem originar a emissão de uma

opinião com reservas, quer sobre as contas do MGAM, quer sobre as contas das entidades que integram o universo do Grupo;

- i.** No decurso do nosso trabalho, tomámos conhecimento que o Conselho Fiscal anterior analisou e emitiu parecer favorável sobre o Programa de Ação e Orçamento referente ao ano de 2015 e que, subsequentemente, emitiu parecer, também favorável, sobre o documento homólogo relativo ao exercício 2016, ambos preparados e apresentados pelo Conselho de Administração e que também mereceram parecer favorável do Conselho Geral.

3 - EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE

Relativamente à evolução da atividade salientamos as seguintes questões que consideramos mais relevantes:

- a.** Aumento do número de Associados, de 630.513 no final de 2014, para 632.931, no final de 2015, revelando um crescimento anual de 0,4%;
- b.** Diminuição da quantidade de planos mutualistas subscritos pelos Associados, de 1.090.222 para 1.054.671, entre Dezembro de 2014 e Dezembro de 2015;
- c.** Decréscimo das quotizações e capitais entregues à Associação Mutualista, de 964,158 milhões de euros, para 483,966 milhões de euros. Este decréscimo de 480,492 milhões de euros contribuiu fortemente para a retração do Ativo ocorrida em 2015;
- d.** Variação negativa das modalidades atuariais, em 15,464 milhões de euros, evidenciando que a subscrição de novos planos mutualistas não compensou os planos resgatados e os que atingiram a sua maturidade;
- e.** Decréscimo dos valores entregues em modalidades de capitalização, de 836,253 milhões de euros, em 2014, para 371,069 milhões de euros, em 2015, ao qual não são alheias uma conjuntura económica desfavorável à constituição de poupanças e uma opinião pública marcada por acontecimentos negativos na atividade bancária dos últimos anos;

- f.** Aumento dos Ativos tangíveis, em 31,529 milhões de euros, decorrente da aquisição de um terreno em Sintra e de um terreno sito na Praça de Espanha, em Lisboa, para construção de edifícios para a instalação de serviços próprios do Grupo Montepio. A transação deste último encontra-se descrita com mais detalhe no ponto 4.a.);
- g.** Aquisição da participação financeira da Montepio Seguros, SGPS, detida pela CEMG por 65,100 milhões de euros, valor contabilístico registado na CEMG. Esta transação encontra-se descrita com mais detalhe no ponto 4.b.);
- h.** Reconhecimento de 30,206 milhões de euros de Gastos administrativos e Trabalhos especializados relativos à cedência de pessoal e a outros serviços prestados pela CEMG ao MGAM;
- i.** Não obstante este decréscimo de atividade e o aumento dos Gastos gerais, o Resultado operacional foi positivo em 36,417 milhões de euros;
- j.** Registo das imparidades apuradas para os Investimentos em Subsidiárias e Associadas, que determinou que o Resultado líquido do exercício fosse negativo em 393,120 milhões de euros.

4 - FACTOS RELEVANTES

No que se refere aos factos mais relevantes, o Conselho Fiscal destaca os seguintes:

- a.** Resolução do impasse do terreno que o Grupo detinha na Praça de Espanha onde, em tempos, se pretendeu erigir a sede do Grupo. Esta operação envolveu:
 - (i) a Lusitânia-Companhia de Seguros, SA, Empresa do Grupo que detinha a posse deste terreno, que passou a sofrer severas limitações em termos de utilização urbanística;
 - (ii) o MGAM que o adquiriu;
 - (iii) a Caixa Económica Montepio Geral, que vendeu um outro terreno ao MGAM;
 - e (iv) a Câmara Municipal de Lisboa, que aceitou fazer uma permuta destes dois terrenos, agora

propriedade do MGAM, por um outro terreno, de sua propriedade, que não sofre de quaisquer limitações e se enquadra nos parâmetros urbanísticos aceites pelo MGAM;

- b.** Compra pelo MGAM das ações e prestações suplementares da Montepio Seguros, SGPS, que a Caixa Económica Montepio Geral detinha no seu ativo. A transferência foi efetuada em finais de Dezembro de 2015, por 65,100 milhões de euros, que era o seu valor contabilístico. Este valor foi registado em Investimentos em Subsidiárias e Associadas, sendo que 20 milhões de euros foram liquidados no ato da escritura e o restante, classificado em Outros passivos – Credores diversos, deverá ser pago até 30 de Março de 2016.

5 - REVISÃO DAS CONTAS

- a.** Após o encerramento do exercício, o Conselho Fiscal apreciou os documentos de prestação de contas, compreendendo o Balanço em 31 de Dezembro de 2015, as Demonstrações dos resultados, do Rendimento integral, das Alterações na situação líquida e dos Fluxos de caixa do exercício findo naquela data, bem como o correspondente Anexo e o Relatório de gestão;
- b.** Na apreciação das Demonstrações financeiras do exercício, o Conselho Fiscal teve em especial consideração a Certificação Legal das Contas emitida pelos Auditores Externos, KPMG & Associados, SROC, SA, entidade que acompanhou e auditou ao longo do ano de 2015 a atividade e as contas que foram elaboradas nos termos legais e estatutários. O documento produzido por esta entidade foi apresentado sem reservas e com dois ênfases, cujo teor o Conselho Fiscal concorda;
- c.** Na Nota 22 – Investimentos em subsidiárias e associadas, indica-se que as imparidades ascendem a cerca de 429,5 milhões de euros, sendo que se imputam como imparidades mais relevantes 350 milhões de euros à participação na Caixa Económica e cerca de 63,2 milhões de euros à participação no Montepio Seguros, SGPS. A nota não contempla informação sobre os procedimentos, critérios ou premissas que levaram à quantificação

destes valores. Sabendo que na avaliação das participações se utilizam taxas de desconto as quais, pretendendo ser objetivas, contêm em si alguma subjetividade, como seja por exemplo, a componente da taxa de desconto utilizada para refletir o prémio de risco do país, a componente *beta* do setor, o prémio de risco de mercado e a componente que exprime o prémio de risco específico da entidade, seria importante que fosse introduzida alguma informação adicional para se perceber melhor como se quantificaram as imparidades. Sem colocar minimamente em causa a adequacidade de todas as premissas utilizadas e a correção matemática dos cálculos subjacentes, importa ter presente que variações, ainda que pouco significativas, poderão provocar oscilações de milhões de euros. Uma variação na ordem de 1% para baixo, por exemplo, anularia a imparidade (conforme Nota 22);

- d. Em consequência do trabalho desenvolvido, o Conselho Fiscal considera que o Relatório de gestão, as Demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira do MGAM em 31 de Dezembro de 2015, o Resultado das suas operações, o Rendimento integral, as Alterações na situação líquida e os Fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotados na União Europeia.

PARECER

No desenvolvimento dos seus trabalhos, o Conselho Fiscal contou sempre, em termos que nos apraz registar, com toda a disponibilidade e colaboração do Conselho de Administração e de todos os Serviços do MGAM com os quais mais normalmente se relaciona.

Face ao exposto, o Conselho Fiscal dá a sua concordância ao Relatório de gestão e às Demonstrações financeiras do **Montepio Geral Associação Mutualista**,

referentes a 31 de Dezembro de 2015, dando o seu parecer favorável a que sejam aprovados pela Assembleia Geral:

- a.** O Relatório de gestão e as Demonstrações financeiras individuais referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2015, apresentados pelo Conselho de Administração;
- b.** A proposta de aplicação de resultados contida no Relatório de gestão.

Lisboa, 15 de Março de 2016

O CONSELHO FISCAL

Joaquim Morão – Presidente
Manuel Rui dos Santos Caseirão – Vogal
Isabel Cidrais Guimarães – Vogal

14. ANEXOS

14.1. DECLARAÇÃO SOBRE A POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E DE FISCALIZAÇÃO PARA 2016

1. As regras genéricas e fundamentais da política de remuneração são fixadas pela Assembleia Geral e aplicadas às situações concretas por uma Comissão de Vencimentos, eleita nos termos do artigo 25º b) dos Estatutos, não havendo recurso nestas matérias a consultores externos.
2. O desempenho dos órgãos de administração e fiscalização é apreciado pela Assembleia Geral.
3. O estatuto remuneratório dos membros do órgão de administração é constituído por:
 - a) Remuneração fixa mensal, paga em dobro nos meses de janeiro (subsídio de férias) e novembro (subsídio de Natal), diferenciada, por acréscimo, em relação ao Presidente do Conselho de Administração e equivalente no que respeita aos demais membros;
 - b) Eventualmente, um subsídio anual de montante fixo, pago no mês de abril, de montante que não excede 11% da remuneração fixa anual, conforme vier a ser deliberado pela Comissão de Vencimentos;
 - c) Ajudas de custo, em caso de deslocação, pagas em condições idênticas às que são devidas aos membros do quadro de pessoal da CEMG;
 - d) As remunerações referidas em a) e c) podem ser revistas anualmente nas mesmas condições em que forem revistas as remunerações do quadro de pessoal da CEMG;
 - e) No termo das suas funções, têm os membros do órgão de administração direito a receber a remuneração mensal até ao dia do termo das funções, acrescida do que mais for devido, por aplicação analógica do regime em vigor para o contrato de trabalho;
 - f) No caso de destituição sem justa causa, têm os membros do órgão de administração direito a receber as remunerações mensais que lhes fossem devidas até ao termo do exercício das suas funções;
 - g) Não são devidas remunerações pelo exercício de funções em participadas, quer pagas por estas, quer pelo MGAM.
4. A remuneração dos membros do órgão de fiscalização é constituída por senhas de presença. Aplica-se a esta remuneração o disposto na alínea f) do número antecedente.
5. Os restantes membros dos órgãos associativos, titulares da Mesa da Assembleia Geral e titulares do Conselho Geral, a que se refere a alínea b) do número 1 do artigo 29º dos Estatutos, são remunerados, em senhas de presença, pelas reuniões em que participem.

14.2. RELATÓRIO ATUARIAL DAS MODALIDADES ASSOCIATIVAS

1. ENQUADRAMENTO

O presente Relatório abrange as modalidades individuais atuariais do Montepio Geral - Associação Mutualista (MGAM) com reservas matemáticas, as rendas vitalícias e as rendas temporárias, para as quais também são constituídas reservas matemáticas.

As reservas matemáticas das modalidades associativas, das rendas vitalícias e das rendas temporárias são calculadas com as bases técnicas atuariais (tábua de mortalidade e taxa técnica de juro) aprovadas pela Direção Geral da Segurança Social - Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social. As reservas matemáticas calculadas desta forma, adiante denominadas de Reservas Matemáticas Estatutárias, são as únicas que o MGAM tem obrigatoriedade de constituir.

Em 31 de dezembro de 2015, o total de Reservas Matemáticas Estatutárias era de 502,4 milhões de euros, tendo registado um aumento de 7,8 milhões de euros relativamente ao ano de 2014.

Contudo, algumas modalidades e rendas, pela natureza do seu benefício, que assume maioritariamente a forma de prestação vitalícia, poderão estar sujeitas a uma subavaliação das suas responsabilidades, por desatualização das bases técnicas.

Neste contexto, é anualmente efetuado um teste à adequação das Reservas Matemáticas Estatutárias, que consiste em recalculá-las utilizando bases técnicas atuariais mais adequadas à realidade atual. Este teste, realizado desde 2005, permite avaliar a suficiência das reservas matemáticas constituídas e a eventual necessidade de as reforçar, originando uma provisão adicional às Reservas Matemáticas Estatutárias. Este valor de provisão adicional, constituído no final de cada ano, é adiante denominado de Reservas Matemáticas Atuariais.

Na sequência do teste à adequação das responsabilidades, o MGAM constituiu um reforço de reservas matemáticas no montante de 0,837 milhões de euros e libertou 6,52 milhões de euros da provisão adicional constituída. Em 31 de dezembro de 2015, o valor das Reservas Matemáticas Atuariais era de 93,96 milhões de euros.

O total de reservas matemáticas (Estatutárias e Atuariais) atingiu em 31 de dezembro de 2015 os 596,3 milhões de euros, ou seja, mais 2,1 milhões de euros do que em período homólogo de 2014.

2. EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE

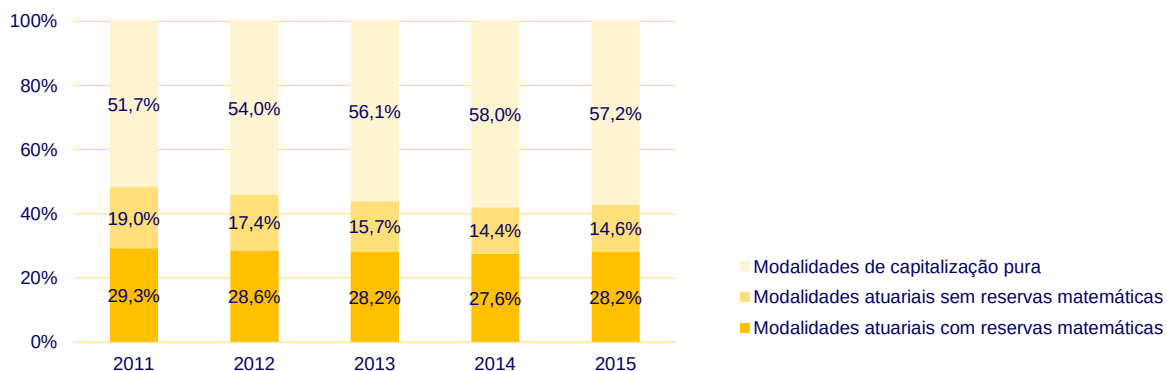
2.1 Análise Global

Em 31 de dezembro de 2015, o número de subscrições nas modalidades associativas do MGAM era de 1 059 386, o que representa um decréscimo de 3,3% relativamente a 31 de dezembro de 2014. Neste número estão incluídas 4 715 subscrições em coberturas adicionais.

No gráfico seguinte pode-se observar a evolução das subscrições nas modalidades associativas nos últimos cinco anos, agrupando as modalidades em três categorias:

- Modalidades atuariais com reservas matemáticas¹;
- Modalidades atuariais sem reservas matemáticas²;
- Modalidades de capitalização pura³.

SUBSCRIÇÕES POR MODALIDADE



Da sua análise verifica-se que o peso das modalidades atuariais com reservas matemáticas no total de subscrições cresceu em 2015, contrariando a tendência decrescente dos últimos anos, representando atualmente 28,2% do total de subscrições (face a 27,6% em 2014).

Também as modalidades atuariais sem reservas matemáticas aumentaram ligeiramente o seu peso no total de subscrições, contrariando a tendência decrescente dos últimos anos, representando atualmente 14,6% do total de subscrições (face a 14,4% em 2014).

Quanto às modalidades de capitalização pura, o peso das subscrições nestas modalidades no total de subscrições registou, pela primeira vez nos últimos anos, uma diminuição, tendo atualmente um peso de 57,2% do total de subscrições (face a 58,0% em 2014).

2.2 Modalidades Atuariais sem Reservas Matemáticas

Nas modalidades atuariais sem reservas matemáticas (Montepio Proteção - Crédito Habitação, Montepio Proteção - Outros Encargos e Montepio Proteção - Crédito Individual), uma vez que não possuem reservas matemáticas, importa analisar o montante global de quotas pagas pelos subscritores durante o ano e os pagamentos por morte e/ou invalidez efetuados pelo MGAM nesse mesmo ano.

¹ Nesta análise gráfica não estão incluídas as rendas vitalícias e as rendas temporárias, por não serem modalidades associativas.

² Montepio Proteção - Crédito Habitação Montepio Proteção - Outros Encargos e Montepio Proteção - Crédito Individual.

³ Montepio Poupança Complementar, Montepio Capital Certo e Montepio Poupança Reforma.

MODALIDADES ATUARIAIS SEM RESERVAS MATEMÁTICAS - ANO 2015

(euros)

Modalidades	Quotizações recebidas pelo MGAM	Capitais pagos pelo MGAM	Saldo
Montepio Proteção - Crédito Habitação	23 114 152,19	9 791 094,36	13 323 057,83
Montepio Proteção - Outros Encargos	460 806,81	0,00	460 806,81
Montepio Proteção - Crédito Individual	7 266,89	0,00	7 266,89
Total	23 582 225,89	9 791 094,36	13 791 131,53

Em 2015, o valor das quotas pagas pelos subscritores foi largamente superior ao valor dos capitais pagos pelo MGAM durante o ano.

2.3 Modalidades Atuariais com Reservas Matemáticas

A modalidade atuarial com reservas matemáticas mais subscrita em 2015, quer em número de subscrições, quer em capital subscrito, foi, à semelhança dos anos anteriores, a modalidade Montepio Proteção 5 em 5 (3%), com, respetivamente, 95,4% e 92,2% do total.

MODALIDADES ATUARIAIS MAIS SUBSCRITAS

Número de subscrições		Capitais subscritos	
Modalidades	%	Modalidades	%
Montepio Proteção 5 em 5 - 3%	95,4	Montepio Proteção 5 em 5 - 3%	92,2
Montepio Proteção 18-30 - 3%	4,4	Montepio Proteção 18-30 - 3%	7,3
Outras Modalidades	0,2	Outras Modalidades	0,5

Em termos acumulados, o número de subscrições, valores subscritos e valores de quotização anual atingiram, em 31 de dezembro de 2015, os montantes expressos na tabela seguinte, destacando-se a modalidade Montepio Proteção 5 em 5 (3%), com 174 378 subscrições e 49,513 milhões de euros de quotização anual.

SUBSCRIÇÕES EM MODALIDADES

(euros)					
Modalidades de subscrição aberta	N.º Subscrições	Subscrição		Quotização anual	
		Total	Média	Total	Média
Montepio Proteção Vida - 3%	809	6 443 772,91	7 965,11	171 148,96	211,56
Montepio Pensões de Reforma - 3%	1 227	919 912,85	749,73	944 022,35	769,37
Restituição de Quotas - 3%	1 087	5 054 579,10	4 650,03	130 447,27	120,01
Montepio Proteção 5 em 5 - 3%	174 378	425 854 648,13	2 442,14	49 513 229,30	283,94
Montepio Proteção 18-30 - 3%	15 522	55 416 835,04	3 570,21	3 935 733,77	253,56
Montepio Proteção Invalidez - 3%	84	148 314,39	1 765,65	973,10	11,58
Subtotal	193 107	493 838 062,42	2 557,33	54 695 554,75	283,24
Modalidades de subscrição fechada com entregas ^(a)	N.º Subscrições	Subscrição		Quotização anual	
		Total	Média	Total	Média
Capitais de Previdência - 4%	6 322	20 077 675,21	3 175,84	577 032,16	91,27
Subsídio por Morte - 4%	1 263	1 262 721,53	999,78	25 166,04	19,93
Capitais de Previdência Diferidos com Opção - 4%	83 713	295 434 738,88	3 529,14	19 225 884,30	229,66
Capitais de Previdência a Prazo - 4%	100	1 449 104,70	14 491,05	44 598,84	445,99
Capitais para Jovens - 4%	5 155	27 188 730,86	5 274,24	1 435 292,79	278,43
Pensões para Deficientes - 4%	21	64 657,77	3 078,94	24 583,21	1 170,63
Capitais Temporários por Invalidez - 4%	62	345 018,98	5 564,82	1 983,40	31,99
Rendas de Sobrevivência - 4%	31	76 597,46	2 470,89	30 999,34	999,98
Capitais Diferidos com Cobertura Adicional - 4%	17	71 393,76	4 199,63	5 556,62	326,86
Capitais para Estudos - 4%	659	363 299,65	551,29	268 678,00	407,71
Pensões de Sobrevivência e Dotes - 4%	1 640	27 592,34	16,82	6 619,72	4,04
Capitais de Previdência a Favor Pessoas Certas - 4%	5	7 042,15	1 408,43	173,64	34,73
Rendas Vitalícias a Favor Pessoas Certas - 4%	4	95,78	23,95	35,40	8,85
Subtotal	98 992	346 368 669,07	3 498,96	21 646 603,46	218,67
Modalidades de subscrição fechada sem entregas ^(b)	N.º Subscrições	Subscrição		Quotização anual	
		Total	Média	Total	Média
Pensões de Reforma - 6%	697	1 044 853,58	1 499,07	0,00	0,00
Pensões de Reforma - 4%	1 067	833 545,76	781,21	0,00	0,00
Pensões de Reforma - 4% (TV88/90)	1 219	687 356,64	563,87	0,00	0,00
Restituição de Quotas - 6%	810	7 200 896,11	8 890,00	0,00	0,00
Restituição de Quotas - 4%	2 525	15 467 326,10	6 125,67	0,00	0,00
Adicional de Invalidez - 6%	54	360 593,96	6 677,67	0,00	0,00
Adicional de Invalidez - 4%	65	83 446,69	1 283,80	0,00	0,00
Subsídio de Funeral e Luto - Lutuosa Nacional - 4%	57	5 214,32	91,48	0,00	0,00
Subtotal	6 494	25 683 233,16	3 954,92	0,00	0,00
Total	298 593	865 889 964,65	2 899,90	76 342 158,21	255,67

^(a) Nas modalidades de subscrição fechada com entregas, não é possível realizar novas subscrições, sendo, no entanto, possível aos subscritores existentes procederem às entregas de capitais previstas aquando da data da subscrição.

^(b) Nas modalidades de subscrição fechada sem entregas, não é possível realizar novas subscrições nem proceder a novas entregas no âmbito dessas subscrições.

No que respeita aos benefícios em curso (pensões), existiam em 31 de dezembro de 2015, cerca de 7 796 pensões⁴ em pagamento, a que corresponde um encargo médio anual de 1 434,85 euros. Na tabela seguinte apresenta-se o número de pensões existentes em 31 de dezembro de 2015, os respetivos

⁴ Note-se que uma pensão só envolve mais de um pensionista se for com reversão, considerando-se pensões diferentes as legadas por um mesmo subscritor a pensionistas diferentes.

valores anuais, o encargo médio por pensão e a relação existente entre o valor das subvenções e melhorias e o valor das pensões.

PENSÕES EM PAGAMENTO

					(euros)
Modalidades	N.º Pensões	Encargo anual ^(a)		Encargo médio por pensão	Relação entre Subv.+Melh. e Pensões
		Pensões	Subvenções e Melhorias ^(b)		
Montepio Proteção Vida - 3%	1	161,76	2,04	163,80	0,01
Capitais de Previdência - 4%	1 456	228 545,52	574 664,64	551,66	2,51
Pensões de Reforma - 6%	2 077	3 816 038,40	2 364 411,84	2 975,66	0,62
Pensões de Reforma - 4%	915	1 093 376,88	86 294,76	1 289,26	0,08
Pensões de Reforma - 4% (TV88/90)	315	322 258,20	108,12	1 023,39	0,00
Montepio Proteção 18-30 - 3%	3	4 052,04	146,64	1 399,56	0,04
Capitais para Jovens - 4%	110	194 853,48	35 993,76	2 098,61	0,18
Pensões para Deficientes - 4%	4	3 766,80	1 469,52	1 309,08	0,39
Rendas de Sobrevivência - 4%	5	12 186,84	1 013,28	2 640,02	0,08
Capitais para Estudos - 4%	470	287 920,47	29 176,73	674,67	0,10
Pensões de Capitais de Reforma - 6%	2	1 734,84	873,60	1 304,22	0,50
Pensões de Capitais de Reforma - 4%	157	339 659,88	37 009,92	2 399,17	0,11
Pensões de Capitais de Reforma - 3%	192	467 730,60	13 142,04	2 504,55	0,03
Pensões de Poupança Reforma - 3%	7	5 991,36	82,08	867,63	0,01
Pensões de Sobrevivência e Dotes - 4%	2 050	32 653,68	1 224 227,04	613,11	37,49
Rendas Vitalícias a Favor Pessoas Certas - 4%	32	593,64	5 922,38	203,63	9,98
Total	7 796	6 811 524,39	4 374 538,39	1 434,85	0,64

^(a) O valor da pensão de Capitais para Estudos (4%) refere-se a uma semestralidade.

^(b) Inclui os Subsídios de 1919 e Complementar.

2.4 Rendas Vitalícias

Em 31 de dezembro de 2015, existiam 712 rendas vitalícias e 407 rendistas. Estes valores incluem 7 rendas vitalícias diferidas (e os respetivos rendistas), cujo pagamento ainda não se iniciou. Em 2015, o montante de capitais recebidos para constituição de rendas vitalícias foi de 988 717,93 euros, tendo-se registado uma diminuição de cerca de 26,7% face a 2014.

RENDAS VITALÍCIAS

Rendas Vitalícias	Número		Valor anual	
	Rendas	Rendistas	Total	Médio (por renda)
Rendas Vitalícias - 6%	77	36	122 366,05	1 589,17
Rendas Vitalícias - 4%	420	233	1 632 477,19	3 886,85
Rendas Vitalícias - 3%	215	138	512 011,32	2 381,45
Total	712	407	2 266 854,56	3 183,78

2.5 Rendas Temporárias

Em 31 de dezembro de 2015, existiam 16 rendas temporárias e 19 rendistas. Estes valores incluem uma renda temporária constituída no mês de dezembro (e o respetivo rendista), cujo pagamento tem início em janeiro de 2016. Em 2015, o montante de capitais recebidos para constituição de rendas temporárias foi de 128 004,06 euros, tendo-se registado uma diminuição de cerca de 39,5% face a 2014.

RENDAS TEMPORÁRIAS

Rendas Temporárias	Número		Valor anual	
	Rendas	Rendistas	Total	Médio (por renda)
Rendas Temporárias - 3%	16	19	62 595,36	3 912,21
Total	16	19	62 595,36	3 912,21

3. RESERVAS MATEMÁTICAS

As reservas matemáticas das modalidades atuariais, das rendas vitalícias e das rendas temporárias do MGAM são calculadas mensalmente com as bases técnicas atuariais aprovadas pela Tutela.

Contudo, algumas modalidades e rendas, pela natureza do seu benefício, que assume maioritariamente a forma de prestação vitalícia, poderão estar sujeitas a uma subavaliação das suas responsabilidades, por desatualização das bases técnicas.

Neste contexto, e por questões prudenciais, é anualmente efetuado um teste à adequação das reservas matemáticas destas modalidades e rendas. Este teste, realizado desde 2005, permite avaliar a suficiência das reservas matemáticas constituídas e a eventual necessidade de as reforçar, através da constituição de uma provisão adicional.

Com efeito, desde 2005, o MGAM passou a refletir no seu Balanço dois tipos de reservas matemáticas:

- Reservas Matemáticas Estatutárias, que são calculadas mensalmente de acordo com as bases técnicas atuariais aprovadas pela Tutela.
- Reservas Matemáticas Atuariais, que correspondem ao reforço às Reservas Matemáticas Estatutárias, resultante do teste anual à adequação das responsabilidades realizado no final de cada ano.

Reservas Matemáticas Estatutárias

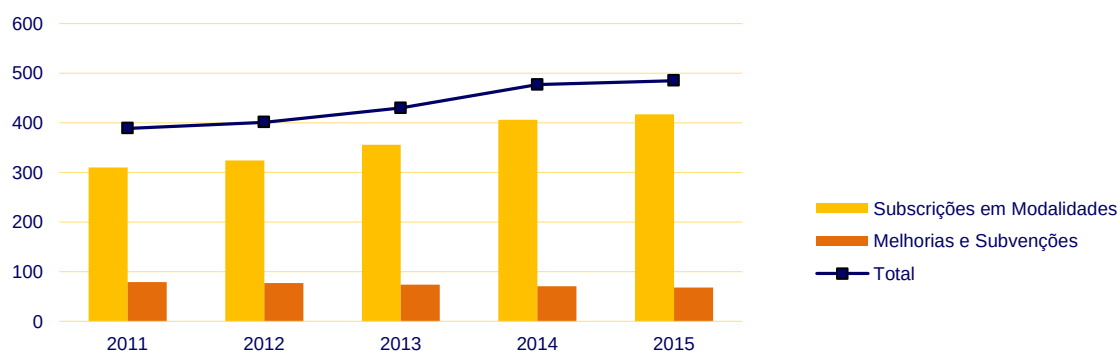
Em 31 de dezembro de 2015, o total de Reservas Matemáticas Estatutárias era de 502 370 164,80 euros, tendo aumentado 7 802 024,69 euros (+1,6%) em relação ao ano anterior.

RESERVAS MATEMÁTICAS ESTATUTÁRIAS A 31/12/2015

	Subscrições	Melhorias e Subvenções	Subsídios de 1919 e Complementar
Benefícios em formação	358 740 483,80	37 838 156,71	
Modalidades de subscrição aberta	202 176 033,02	1 257 358,75	
Modalidades de subscrição fechada com entregas	125 725 311,72	32 303 801,20	
Modalidades de subscrição fechada sem entregas	30 839 139,06	4 276 996,76	
Benefícios em curso	58 101 024,00	29 988 951,29	11 113,92
Rendas Vitalícias	17 032 457,07		
Rendas Temporárias	657 978,01		
Total	434 531 942,88	67 827 108,00	11 113,92

O gráfico seguinte ilustra a evolução das Reservas Matemáticas Estatutárias nos últimos cinco anos. Dado o seu valor reduzido, as reservas matemáticas dos Subsídios de 1919 e Complementar foram incluídas nas reservas matemáticas das Melhorias e Subvenções.

RESERVAS MATEMÁTICAS ESTATUTÁRIAS - EVOLUÇÃO ANUAL (milhões de euros)



Refira-se que nos últimos cinco anos, o total das reservas matemáticas cresceu 25%, tendo a componente referente às Melhorias e Subvenções registado, mais uma vez, uma ligeira descida, mantendo a tendência dos últimos anos.

Nas tabelas seguintes, apresenta-se, por modalidade, as reservas matemáticas das Subscrições em Modalidades e Rendas, das Melhorias e Subvenções e dos Subsídios de 1919 e Complementar à data de 31 de dezembro de 2015, bem como a sua variação relativamente a 31 de dezembro de 2014.

RESERVAS MATEMÁTICAS DAS SUBSCRIÇÕES EM MODALIDADES - BENEFÍCIOS EM FORMAÇÃO

(euros)

Modalidades de subscrição aberta	N.º Subscrições	Capitais e pensões anuais subscritos	Reservas matemáticas
Montepio Proteção Vida - 3%	809	6 443 772,91	842 398,23
Montepio Pensões de Reforma - 3%	1 227	919 912,85	6 117 996,53
Restituição de Quotas - 3%	1 087	5 054 579,10	701 531,72
Montepio Proteção 5 em 5 - 3%	174 378	425 854 648,13	167 466 411,05
Montepio Proteção 18-30 - 3%	15 522	55 416 835,04	27 043 648,40
Montepio Proteção Invalidez - 3%	84	148 314,39	4 047,09
Subtotal	193 107	493 838 062,42	202 176 033,02
Modalidades de subscrição fechada com entregas	N.º Subscrições	Capitais e pensões anuais subscritos	Reservas matemáticas
Capitais de Previdência - 4%	6 322	20 077 675,21	11 329 909,78
Subsídio por Morte - 4%	1 263	1 262 721,53	941 548,87
Capitais de Previdência Diferidos com Opção - 4%	83 713	295 434 738,88	85 326 196,59
Capitais de Previdência a Prazo - 4%	100	1 449 104,70	1 183 877,79
Capitais para Jovens - 4%	5 155	27 188 730,86	21 895 607,98
Pensões para Deficientes - 4%	21	64 657,77	484 919,65
Capitais Temporários por Invalidez - 4%	62	345 018,98	10 312,23
Rendas de Sobrevivência - 4%	31	76 597,46	661 252,32
Capitais Diferidos com Cobertura Adicional - 4%	17	71 393,76	32 258,62
Capitais para Estudos - 4%	659	363 299,65	3 544 858,40
Pensões de Sobrevivência e Dotes - 4%	1 640	27 592,34	309 843,76
Capitais de Previdência a Favor Pessoas Certas - 4%	5	7 042,15	4 067,08
Rendas Vitalícias a Favor Pessoas Certas - 4%	4	95,78	658,65
Subtotal	98 992	346 368 669,07	125 725 311,72
Modalidades de subscrição fechada sem entregas	N.º Subscrições	Capitais e pensões anuais subscritos	Reservas matemáticas
Pensões de Reforma - 6%	697	1 044 853,58	10 773 342,14
Pensões de Reforma - 4%	1 067	833 545,76	9 147 237,24
Pensões de Reforma - 4% (TV88/90)	1 219	687 356,64	9 372 484,68
Restituição de Quotas - 6%	810	7 200 896,11	336 231,33
Restituição de Quotas - 4%	2 525	15 467 326,10	1 168 238,85
Adicional de Invalidez - 6%	54	360 593,96	27 373,93
Adicional de Invalidez - 4%	65	83 446,69	9 203,08
Subsídio de Funeral e Luto - Lutuosa Nacional - 4%	57	5 214,32	5 027,81
Subtotal	6 494	25 683 233,16	30 839 139,06
Total	298 593	865 889 964,65	358 740 483,80

RESERVAS MATEMÁTICAS DAS SUBSCRIÇÕES EM MODALIDADES - BENEFÍCIOS EM CURSO

(euros)			
Modalidades	N.º Pensões	Encargo anual	Reservas matemáticas
Montepio Proteção Vida - 3%	1	161,76	2 744,98
Capitais de Previdência - 4%	1 456	228 545,52	1 511 163,17
Pensões de Reforma - 6%	2 077	3 816 038,40	31 594 323,64
Pensões de Reforma - 4%	915	1 093 376,88	10 509 133,47
Pensões de Reforma - 4% (TV88/90)	315	322 258,20	4 062 392,96
Montepio Proteção 18-30 - 3%	3	4 052,04	6 359,63
Capitais para Jovens - 4%	110	194 853,48	398 580,31
Pensões para Deficientes - 4%	4	3 766,80	58 408,45
Rendas de Sobrevivência - 4%	5	12 186,84	196 012,01
Capitais para Estudos - 4%	470	287 920,47	1 815 272,82
Pensões de Capitais de Reforma - 6%	2	1 734,84	6 978,60
Pensões de Capitais de Reforma - 4%	157	339 659,88	2 362 924,93
Pensões de Capitais de Reforma - 3%	192	467 730,60	5 289 271,45
Pensões de Poupança Reforma - 3%	7	5 991,36	77 056,63
Pensões de Sobrevivência e Dotes - 4%	2 050	32 653,68	206 865,96
Rendas Vitalícias a Favor Pessoas Certas - 4%	32	593,64	3 534,99
Total	7 796	6 811 524,39	58 101 024,00

RESERVAS MATEMÁTICAS DAS SUBSCRIÇÕES EM RENDAS

(euros)			
Rendas Vitalícias	N.º Rendas	Valor anual	Reservas matemáticas
Rendas Vitalícias - 6%	77	122 366,05	505 967,13
Rendas Vitalícias - 4%	420	1 632 477,19	9 154 486,94
Rendas Vitalícias - 3%	215	512 011,32	7 372 003,00
Subtotal	712	2 266 854,56	17 032 457,07
Rendas Temporárias	N.º Rendas	Valor anual	Reservas matemáticas
Rendas Temporárias - 3%	16	62 595,36	657 978,01
Subtotal	16	62 595,36	657 978,01
Total	728	2 329 449,92	17 690 435,08

RESERVAS MATEMÁTICAS DAS MELHORIAS E SUBVENÇÕES - BENEFÍCIOS EM FORMAÇÃO

(euros)			
Modalidades de subscrição aberta	N.º Subscrições	Melhorias e Subvenções	Reservas matemáticas
Montepio Proteção Vida - 3%	779	20 813,80	10 873,62
Montepio Pensões de Reforma - 3%	1 184	4 611,05	56 441,60
Montepio Proteção 5 em 5 - 3%	122 873	1 513 632,96	918 795,05
Montepio Proteção 18-30 - 3%	12 497	331 348,51	271 183,25
Montepio Proteção Invalidez - 3%	84	965,37	65,23
Subtotal	137 417	1 871 371,69	1 257 358,75
Modalidades de subscrição fechada com entregas	N.º Subscrições	Melhorias e Subvenções	Reservas matemáticas
Capitais de Previdência - 4%	6 322	30 212 458,34	19 321 485,26
Subsídio por Morte - 4%	1 260	903 606,75	677 150,54
Capitais de Previdência Diferidos com Opção - 4%	68 100	5 091 829,61	1 662 248,69
Capitais de Previdência a Prazo - 4%	100	72 528,05	63 180,42
Capitais para Jovens - 4%	5 153	980 673,08	880 575,04
Pensões para Deficientes - 4%	21	12 584,08	103 131,98
Capitais Temporários por Invalidez - 4%	61	21 798,82	2 459,89
Rendas de Sobrevivência - 4%	31	5 673,80	59 129,08
Capitais Diferidos com Cobertura Adicional - 4%	17	1 412,83	686,47
Capitais para Estudos - 4%	659	10 804,97	105 578,71
Pensões de Sobrevivência e Dotes - 4%	1 640	774 014,35	9 406 337,39
Capitais de Previdência a Favor Pessoas Certas - 4%	5	21 750,12	14 829,53
Rendas Vitalícias a Favor Pessoas Certas - 4%	4	934,89	7 008,20
Subtotal	83 373	38 110 069,69	32 303 801,20
Modalidades de subscrição fechada sem entregas	N.º Subscrições	Melhorias e Subvenções	Reservas matemáticas
Pensões de Reforma - 6%	697	533 147,32	3 842 828,11
Pensões de Reforma - 4%	1 067	47 629,43	407 018,40
Pensões de Reforma - 4% (TV88/90)	104	515,30	6 983,24
Adicional de Invalidez - 6%	54	111 904,43	7 655,98
Adicional de Invalidez - 4%	63	2 005,71	182,16
Subsídio de Funeral e Luto - Lutuosa Nacional - 4%	57	12 786,32	12 328,87
Subtotal	2 042	707 988,51	4 276 996,76
Total	222 832	40 689 429,89	37 838 156,71

RESERVAS MATEMÁTICAS DAS MELHORIAS E SUBVENÇÕES - BENEFÍCIOS EM CURSO

(euros)			
Modalidades	N.º Pensões	Encargo anual	Reservas matemáticas
Montepio Proteção Vida - 3%	1	2,04	34,61
Capitais de Previdência - 4%	1 456	574 265,76	3 456 169,87
Pensões de Reforma - 6%	2 077	2 364 411,84	17 753 559,90
Pensões de Reforma - 4%	915	86 294,76	796 622,60
Pensões de Reforma - 4% (TV88/90)	32	108,12	1 411,50
Montepio Proteção 18-30 - 3%	3	146,64	240,64
Capitais para Jovens - 4%	110	35 993,76	64 552,21
Pensões para Deficientes - 4%	4	1 469,52	22 457,87
Rendas de Sobrevivência - 4%	5	1 013,28	16 074,74
Capitais para Estudos - 4%	470	29 176,73	160 080,51
Pensões de Capitais de Reforma - 6%	2	873,60	3 515,03
Pensões de Capitais de Reforma - 4%	135	37 009,92	226 126,46
Pensões de Capitais de Reforma - 3%	192	13 142,04	163 809,17
Pensões de Poupança Reforma - 3%	7	82,08	1 035,84
Pensões de Sobrevivência e Dotes - 4%	2 050	1 222 323,36	7 287 874,87
Rendas Vitalícias a Favor Pessoas Certas - 4%	32	5 922,38	35 385,47
Total	7 491	4 372 235,83	29 988 951,29

RESERVAS MATEMÁTICAS DOS SUBSÍDIOS DE 1919 E COMPLEMENTAR

(euros)			
Benefícios em curso	Nº Pensões	Encargo anual	Reservas matemáticas
Capitais de Previdência - 4%	26	398,88	3 533,22
Pensões de Sobrevivência e Dotes - 4%	195	1 903,68	7 580,70
Total	221	2 302,56	11 113,92

Em 31 de dezembro de 2015, o valor das reservas matemáticas das Subscrições era de 434 531 942,88 euros, tendo-se registado um aumento de 11 038 931,94 euros (+2,6%) relativamente ao ano anterior.

VARIAÇÃO DAS RESERVAS MATEMÁTICAS DAS SUBSCRIÇÕES

(euros)			
	31/12/2015	31/12/2014	Variação anual
Benefícios em formação	358 740 483,80	349 324 669,24	9 415 814,56
Benefícios em curso	58 101 024,00	56 547 357,31	1 553 666,69
Rendas Vitalícias	17 032 457,07	17 046 944,38	- 14 487,31
Rendas Temporárias	657 978,01	574 040,01	83 938,00
Total	434 531 942,88	423 493 010,94	11 038 931,94

Por outro lado, as reservas matemáticas das Melhorias e Subvenções registaram uma diminuição de 3 235 107,80 euros (-4,6%) relativamente ao ano anterior, situando-se em 31 de dezembro de 2015 nos 67 827 108,00 euros.

VARIAÇÃO DAS RESERVAS MATEMÁTICAS DAS MELHORIAS E SUBVENÇÕES

(euros)			
	31/12/2015	31/12/2014	Variação anual
Benefícios em formação	37 838 156,71	41 240 436,69	-3 402 279,98
Benefícios em curso	29 988 951,29	29 821 779,11	167 172,18
Total	67 827 108,00	71 062 215,80	-3 235 107,80

As reservas matemáticas dos Subsídios de 1919 e Complementar mantiveram-se praticamente inalteradas durante 2015, mas mantendo a ligeira tendência decrescente dos últimos anos.

VARIAÇÃO DAS RESERVAS MATEMÁTICAS DOS SUBSÍDIOS DE 1919 E COMPLEMENTAR

(euros)			
	31/12/2015	31/12/2014	Variação anual
Benefícios em curso	11 113,92	12 913,37	- 1 799,45
Total	11 113,92	12 913,37	- 1 799,45

Reservas Matemáticas Atuariais

Por questões prudenciais, é efetuado anualmente um teste à adequação das responsabilidades das modalidades atuariais e rendas do MGAM encerradas a novas subscrições, que permite avaliar a

suficiência das reservas matemáticas constituídas e a eventual necessidade de as reforçar, através da constituição de uma provisão adicional.

Do ponto de vista metodológico, o teste de adequação das responsabilidades é efetuado da seguinte forma:

- i) Calculam-se as reservas matemáticas de cada modalidade e renda com as bases técnicas aprovadas pela Tutela (Reservas Matemáticas Estatutárias);
- ii) Calculam-se as reservas matemáticas de acordo com pressupostos atuariais mais adequados à realidade atual, em termos de esperança de vida e de taxa técnica de juro a utilizar no desconto das responsabilidades;
- iii) Sempre que o valor das reservas matemáticas referidas no ponto anterior for superior ao valor das Reservas Matemáticas Estatutárias considera-se que estas são insuficientes, comparando-se, de seguida, o valor da insuficiência apurada com as Reservas Matemáticas Atuariais constituídas no ano anterior (caso existam):
 - a) Se o valor da insuficiência for inferior ao observado no ano anterior, procede-se à libertação de Reservas Matemáticas Atuariais pela diferença;
 - b) Se o valor da insuficiência for superior ao observado no ano anterior, é efetuado um reforço de Reservas Matemáticas Atuariais pela diferença.
- iv) Caso a modalidade ou renda não tenha ainda Reservas Matemáticas Atuariais, estas são constituídas pelo valor total da insuficiência apurada.

Na tabela seguinte, apresenta-se os pressupostos, relativos à mortalidade e taxa técnica de juro, utilizados em 2015 no cálculo das reservas matemáticas referidas no ponto ii).

PRESSUPOSTOS UTILIZADOS NO TESTE DE ADEQUAÇÃO DAS RESPONSABILIDADES - ANO 2015

Pressupostos relativos à Mortalidade	Pressupostos relativos à Taxa Técnica de Juro		
	Prazo médio das responsabilidades (anos) ^(a)	Taxas de referência (%)	Taxas utilizadas (%) ^(b)
Utilização de tábuas de mortalidade que traduzem a mortalidade real do MGAM.	1 a 2	0,24	1,24
	3 a 4	0,60	1,60
	5 a 6	0,98	1,98
	7 a 9	1,39	2,39
	10 a 14	2,03	3,03
	15	2,42	3,42

^(a) No teste anual de adequação das responsabilidades utiliza-se uma taxa técnica de juro por modalidade ou renda, em função do prazo médio das responsabilidades associadas a cada modalidade ou renda.

^(b) As taxas utilizadas resultam da incorporação de um prémio de liquidez de 100 p.b. nas taxas de referência.

Com base nos pressupostos utilizados, o teste de adequação das responsabilidades referente a 31 de dezembro de 2015, apurou um reforço de reservas matemáticas no montante de 836 819,13 euros e uma libertação de 6 519 869,74 euros da provisão adicional constituída. Em 31 de dezembro de 2015, o valor acumulado da provisão adicional (Reservas Matemáticas Atuariais) era de 93 958 582,91 euros, ou seja, menos 5 683 050,61 euros (-5,7%) do que em data homóloga de 2014.

Na tabela seguinte, apresenta-se, por modalidade, as Reservas Matemáticas Atuariais à data de 31 de dezembro de 2015, bem como a sua variação relativamente a 31 de dezembro de 2014.

RESERVAS MATEMÁTICAS ATUARIAIS A 31/12/2015

Modalidades de subscrição fechada com entregas	Reservas Matemáticas Atuariais		Variação Anual	
	31-12-2015	31-12-2014	Libertação	Reforço
Capitais de Previdência Diferidos com Opção - 4%	6 642 220,83	8 060 792,43	-1 418 571,60	
Capitais de Previdência a Prazo - 4%	141 566,23	203 786,10	- 62 219,87	
Capitais para Jovens - 4%	2 500 472,03	3 045 478,12	- 545 006,09	
Pensões para Deficientes - 4%	218 927,60	211 132,25		7 795,35
Rendas de Sobrevivência - 4%	34 555,61	36 814,36	- 2 258,75	
Capitais para Estudos - 4%	652 208,31	903 266,94	- 251 058,63	
Pensões de Sobrevivência e Dotes - 4%	6 915 061,36	8 930 378,78	-2 015 317,42	
Rendas Vitalícias a Favor de Pessoas Certas - 4%	48 494,06	57 432,61	- 8 938,55	
Subtotal	17 153 506,03	21 449 081,59	-4 303 370,91	7 795,35
Modalidades de subscrição fechada sem entregas	Reservas Matemáticas Atuariais		Variação Anual	
	31-12-2015	31-12-2014	Libertação	Reforço
Pensões de Reforma - 6%	53 660 446,55	53 325 880,45		334 566,10
Pensões de Reforma - 4%	8 418 769,83	7 924 331,41		494 438,42
Pensões de Reforma - 4% (TV88/90)	1 339 295,16	1 472 748,26	- 133 453,10	
Pensões de Capitais de Reforma - 6%	15 905,11	17 429,92	- 1 524,81	
Pensões de Capitais de Reforma - 4%	2 612 432,86	2 936 553,76	- 324 120,90	
Subsídio de Funeral e Luto - Lutuosa Nacional - 4%	143,99	124,73		19,26
Subtotal	66 046 993,50	65 677 068,53	- 459 098,81	829 023,78
Rendas Vitalícias	Reservas Matemáticas Atuariais		Variação Anual	
	31-12-2015	31-12-2014	Libertação	Reforço
Rendas Vitalícias - 6%	723 402,88	855 852,76	- 132 449,88	
Rendas Vitalícias - 4%	10 034 680,50	11 659 630,64	-1 624 950,14	
Subtotal	10 758 083,38	12 515 483,40	-1 757 400,02	0,00
Total	93 958 582,91	99 641 633,52	-6 519 869,74	836 819,13

Total das Reservas Matemáticas

No final de 2015, o total das reservas matemáticas (Estatutárias e Atuariais) era de 596 328 747,71 euros, mais 2 118 974,08 euros (+0,4%) do que em 2014.

RESERVAS MATEMÁTICAS TOTAIS A 31/12/2015 - MODALIDADES DE SUBSCRIÇÃO ABERTA

Modalidades de subscrição aberta	Reservas Matemáticas		
	Estatutárias	Atuariais	Totais
Montepio Proteção Vida - 3%	856 051,44		856 051,44
Montepio Pensões de Reforma - 3%	6 174 438,13		6 174 438,13
Restituição de Quotas - 3%	701 531,72		701 531,72
Montepio Proteção 5 em 5 - 3%	168 385 206,10		168 385 206,10
Montepio Proteção 18-30 - 3%	27 321 431,92		27 321 431,92
Montepio Proteção Invalidez - 3%	4 112,32		4 112,32
Pensões de Capitais de Reforma - 3% (*)	5 453 080,62		5 453 080,62
Pensões de Poupança de Reforma - 3% (*)	78 092,47		78 092,47
Total	208 973 944,72		208 973 944,72

(*) De notar que não se tratam propriamente de modalidades, mas sim de rendas vitalícias imediatas sobre uma vida, adquiridas por reembolso das modalidades Montepio Poupança Complementar, Montepio Capital Certo e Montepio Poupança Reforma (modalidades de capitalização). Desde novembro de 2013, com a entrada em vigor do atual Regulamento de Benefícios, as rendas adquiridas por reembolso das modalidades de capitalização são geridas na carteira de Rendas.

RESERVAS MATEMÁTICAS TOTAIS A 31/12/2015 - MODALIDADES DE SUBSCRIÇÃO FECHADA COM ENTREGAS

(euros)

Modalidades de subscrição fechada com entregas	Reservas Matemáticas		
	Estatutárias	Atuariais	Totais
Capitais de Previdência - 4%	35 622 261,30		35 622 261,30
Subsídio por Morte - 4%	1 618 699,41		1 618 699,41
Capitais de Previdência Diferidos com Opção - 4%	86 988 445,28	6 642 220,83	93 630 666,11
Capitais de Previdência a Prazo - 4%	1 247 058,21	141 566,23	1 388 624,44
Capitais para Jovens - 4%	23 239 315,54	2 500 472,03	25 739 787,57
Pensões para Deficientes - 4%	668 917,95	218 927,60	887 845,55
Capitais Temporários de Invalidez - 4%	12 772,12		12 772,12
Rendas de Sobrevivência - 4%	932 468,15	34 555,61	967 023,76
Capitais Diferidos com Cobertura Adicional - 4%	32 945,09		32 945,09
Capitais para Estudos - 4%	5 625 790,44	652 208,31	6 277 998,75
Pensões de Sobrevivência e Dotes - 4%	17 218 502,68	6 915 061,36	24 133 564,04
Capitais de Previdência Favor Pessoas Certas - 4%	18 896,61		18 896,61
Rendas Vitalícias Favor Pessoas Certas - 4%	46 587,31	48 494,06	95 081,37
Total	173 272 660,09	17 153 506,03	190 426 166,12

RESERVAS MATEMÁTICAS TOTAIS A 31/12/2015 - MODALIDADES DE SUBSCRIÇÃO FECHADA SEM ENTREGAS

(euros)

Modalidades de subscrição fechada sem entregas	Reservas Matemáticas		
	Estatutárias	Atuariais	Totais
Pensões de Reforma - 6%	63 964 053,79	53 660 446,55	117 624 500,34
Pensões de Reforma - 4%	20 860 011,71	8 418 769,83	29 278 781,54
Pensões de Reforma - 4% (TV88/90)	13 443 272,38	1 339 295,16	14 782 567,54
Restituição de Quotas - 6%	336 231,33		336 231,33
Restituição de Quotas - 4%	1 168 238,85		1 168 238,85
Adicional de Invalidez - 6%	35 029,91		35 029,91
Adicional de Invalidez - 4%	9 385,24		9 385,24
Pensões de Capitais de Reforma - 6%	10 493,63	15 905,11	26 398,74
Pensões de Capitais de Reforma - 4%	2 589 051,39	2 612 432,86	5 201 484,25
Subsídio de Funeral e Luto - Lutuosa Nacional - 4%	17 356,68	143,99	17 500,67
Total	102 433 124,91	66 046 993,50	168 480 118,41

RESERVAS MATEMÁTICAS TOTAIS A 31/12/2015 - RENDAS VITALÍCIAS

(euros)

Rendas Vitalícias	Reservas Matemáticas		
	Estatutárias	Atuariais	Totais
Rendas Vitalícias - 6%	505 967,13	723 402,88	1 229 370,01
Rendas Vitalícias - 4%	9 154 486,94	10 034 680,50	19 189 167,44
Rendas Vitalícias - 3%	7 372 003,00		7 372 003,00
Total	17 032 457,07	10 758 083,38	27 790 540,45

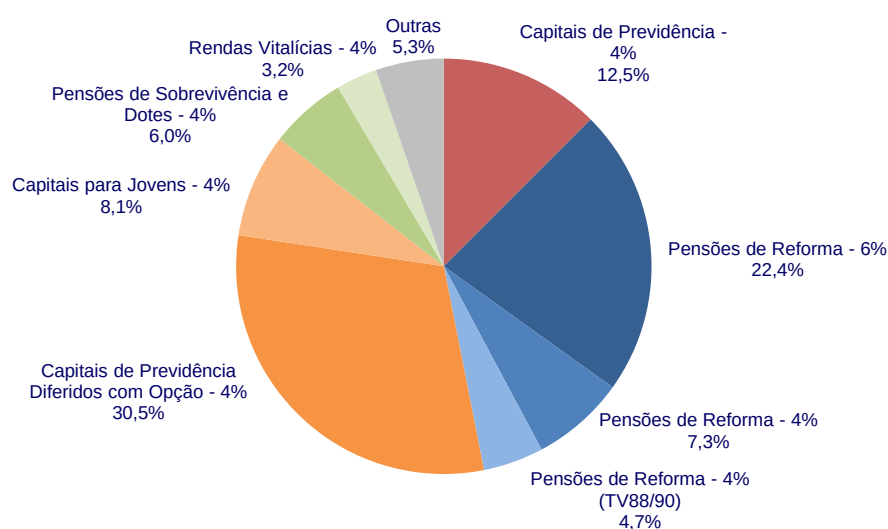
RESERVAS MATEMÁTICAS TOTAIS A 31/12/2015 - RENDAS TEMPORÁRIAS

(euros)

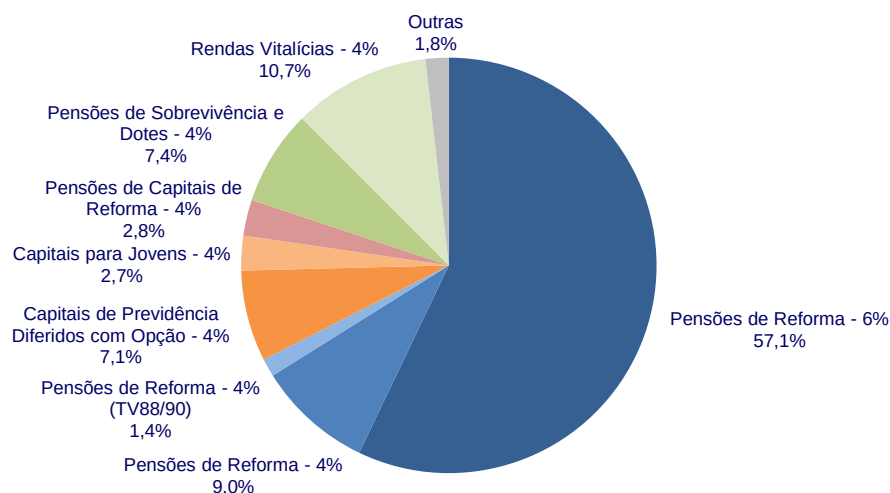
Rendas Temporárias	Reservas Matemáticas		
	Estatutárias	Atuariais	Totais
Rendas Temporárias - 3%	657 978,01		657 978,01
Total	657 978,01		657 978,01

Nos gráficos seguintes, é possível constatar que, em 31 de dezembro de 2015, as reservas matemáticas (Estatutárias e Atuariais) das modalidades e rendas encerradas a novas subscrições estavam concentradas num grupo restrito de modalidades.

MODALIDADES DE SUBSCRIÇÃO FECHADA - RESERVAS MATEMÁTICAS ESTATUTÁRIAS



MODALIDADES DE SUBSCRIÇÃO FECHADA - RESERVAS MATEMÁTICAS ATUARIAIS



Destaca-se, à semelhança dos anos anteriores, o peso de 57,1% que a modalidade Pensões de Reforma (6%) detém no total das Reservas Matemáticas Atuariais, quando comparado com os 22,4% que representa no total das Reservas Matemáticas Estatutárias das modalidades e rendas encerradas a novas subscrições.

4. SITUAÇÃO TÉCNICO-ATUARIAL DO MGAM

As Reservas Matemáticas Estatutárias foram verificadas e validadas pelo Núcleo de Atuariado, tendo sido calculadas de acordo com as bases técnicas aprovadas pelo Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social - Direção Geral da Segurança Social.

Por questões prudenciais, e em linha com as melhores práticas internacionais, foram recalculadas as reservas matemáticas tendo em consideração pressupostos atuariais mais adequados à realidade atual, tendo-se procedido, em termos líquidos, a uma libertação da provisão adicional de reservas matemáticas.

Assim, e tendo em consideração a informação disponível nesta data, considera-se que o montante total das Reservas Matemáticas constituídas é suficiente para fazer face às responsabilidades assumidas com os subscritores e beneficiários das modalidades e rendas do MGAM, pelo que o MGAM apresenta uma adequada situação técnico-atuarial.

Lisboa, 23 de fevereiro de 2016

A Atuária,

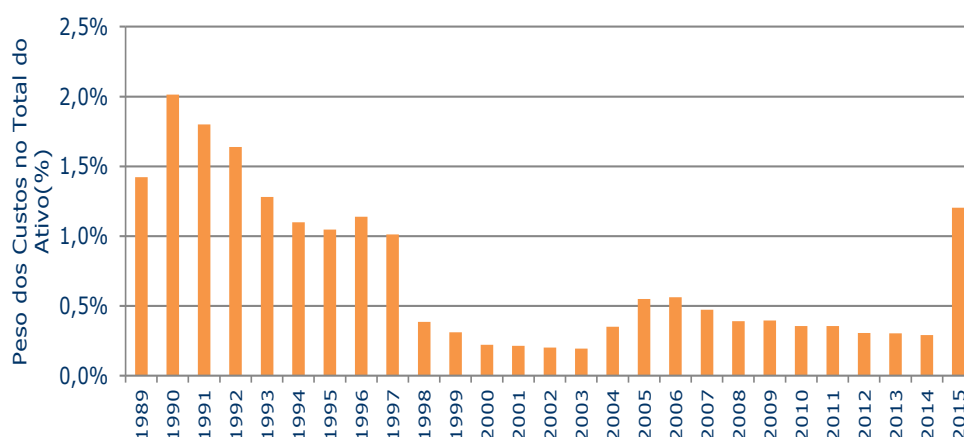
Teresa Sofia de Sousa Fernandes

Atuária Titular pelo Instituto dos Atuários Portugueses

14.3. IMPUTAÇÃO DE CUSTOS ADMINISTRATIVOS PELAS MODALIDADES ASSOCIATIVAS E RENDAS

A Associação Mutualista suportou, em 2015, cerca de 46,48 milhões em custos gerais administrativos, valor que compara com 13,58 M€ registados no ano anterior. No final do ano, aquele valor representava cerca de 1,20% do volume total do ativo líquido, ligeiramente abaixo do valor observado em 2014 (0,29%).

EVOLUÇÃO DO PESO DOS CUSTOS ADMINISTRATIVOS INCLUINDO CUSTOS COM PESSOAL NO TOTAL DO ATIVO



Nota_1: A partir do ano de 2010, inclusive, o valor do Ativo encontra-se reexpresso

Nota_2: A partir do ano de 2010, os Custos Administrativos deixaram de englobar os "Outros Encargos Operacionais"

A estrutura de custos gerais administrativos é composta pelas seguintes componentes:

- Fornecimentos e Serviços Externos (FSE) – 43,098 M€ (10,863 M€ em 2014);
- Custos com Pessoal (CP) – 3,385 M€ (2,715 M€ em 2014)
(na sequência da reclassificação contabilística, efetuada no ano de 2012, passaram a ser registadas na rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos os “encargos com cedência de pessoal”: 4,206 milhões de euros em 2015 e 4,505 M€ em 2014)

Tendo em consideração a sua natureza e especificidade, alguns destes custos são considerados como custos próprios das modalidades, rendas e fundos e, por conseguinte, reconhecidos nas respetivas contas de exploração (18,862 M€ em 2015 e 2,819 M€ em 2014). Por outro lado, existe, também, um conjunto de outros custos que, por serem de carácter mais genérico, são comuns a todas as modalidades, rendas e fundos (27,621 milhões de euros em 2015 e 10,759 M€ em 2014), encontrando-se alocados ao Fundo de Administração. Estes custos, por questões de racionalidade financeira, continuam a ser imputados a cada uma delas tomando como referencial os seguintes critérios:

- Custos Gerais - 0,1% do Fundo Permanente/Próprio da modalidade/renda;
- Custos do Trabalho - calculados com base no valor dos encargos administrativos e na percentagem de trabalho alocado a cada modalidade/renda.

Por simplificação e para efeitos de imputação dos custos do trabalho pelas diferentes modalidades e rendas, foram agrupadas nas seguintes categorias:

- Modalidade de Capitalização, por Prazo Certo (MCC) – Séries emitidas ao abrigo do Regulamento da Modalidade de Montepio Capital Certo;
- Modalidades de Capitalização, por Prazo Indeterminado (Capitalização) – Modalidades Montepio Poupança Complementar (ex-Capitais de Reforma); Montepio Poupança Reforma e Capitais Coletivos/Modalidades Coletivas;
- Modalidades de Previdência – Todas as Modalidades de Previdência e Rendas Vitalícias, com exceção da Modalidade de Proteção Encargos.

Entre 2013 e 2015, os Custos Gerais e os Custos com Trabalho apresentaram o seguinte comportamento:

TABELA 1 - COMPONENTE DE CUSTOS GERAIS

Ano	Ponderador ⁽¹⁾	Fundo Permanente/Próprio + Reserva Estabilização de Resultados (€)			Custo Gerais (€)			
		MCC	Capitalização	Previdência	MCC	Capitalização	Previdência	Total
2013	0,10%	1.469.000.000	1.442.000.000	515.000.000	1.469.000	1.442.000	515.000	3.426.000
2014	0,10%	1.895.000.000	1.682.500.000	678.000.000	1.895.000	1.682.500	678.000	4.255.500
2015	0,10%	1.591.000.000	1.471.000.000	681.000.000	1.591.000	1.471.000	681.000	3.743.000

⁽¹⁾ Ponderador indicativo, baseado na Comissão de depósito dos Fundos de Investimento

TABELA 2 - COMPONENTE DE CUSTOS DO TRABALHO

Ano	Custo Trabalho (€)	Consumo Trabalho (% do Total)				Custo Trabalho (€)			
		MCC	Capitalização	Previdência	Proteção Encargos	MCC	Capitalização	Previdência	Proteção Encargos
2013	7.193.000	49,41%	33,98%	8,70%	7,91%	3.554.000	2.444.000	626.000	569.000
2014	5.837.500	68,61%	16,08%	4,79%	10,52%	4.005.000	938.500	280.000	614.000
2015	24.041.000	53,08%	36,93%	7,19%	2,81%	12.760.500	8.878.000	1.727.500	675.000

A percentagem de trabalho alocada a cada um dos grupos de modalidades está diretamente relacionada com a gestão operacional dos processos que envolvem as modalidades e rendas e é, normalmente, estimada com base na informação recolhida junto dos serviços envolvidos neste tipo de tarefa, pelo que os valores devem ser encarados como uma aproximação à realidade.

De referir, também, que: (i) em 2013, em consequência do cada vez maior volume de séries emitidas na Modalidade de Montepio Capital Certo, a carga administrativa foi grande, tendo o consumo de trabalho diminuído, particularmente, ao nível da gestão operacional da Modalidade de Poupança Complementar; (ii) em 2014, o número de Séries emitido e, paralelamente, o vencimento de algumas destas Séries voltaram a intensificar a carga administrativa nestas modalidades em comparação, por exemplo, com a gestão processual da Modalidade de Poupança Complementar; (iii) em 2015, o elevado volume de reembolsos verificado na generalidade das modalidades materializou-se num aumento significativo da carga operacional com os processos administrativos, em particular, nas modalidades de capitalização.

TABELA 3 - TOTAL DE CUSTOS ADMINISTRATIVOS COMUNS (Custos Gerais e Custos do Trabalho)
(euros)

Ano	Montepio Capital Certo	Capitalização	Previdência	Proteção Encargos	Total
2013	5.023.000	3.886.000	1.141.000	569.000	10.619.000
2014	5.900.000	2.621.000	958.000	614.000	10.093.000
2015	14.351.500	10.349.000	2.408.500	675.000	27.784.000

A partir do ano de 2008 (início do processo de segregação patrimonial das modalidades, rendas e fundos), a cobertura dos custos administrativos comuns passou a ser assegurada, em linha com as Disposições Gerais do Regulamento de Benefícios, através de uma contribuição anual individual para o Fundo de Administração (em percentagem do valor médio anual do Fundo Permanente de cada modalidade e renda).

Nos últimos anos, a contribuição das modalidades e rendas para o fundo de administração foi a seguinte:

TABELA 4 - CONTRIBUIÇÃO PARA O FUNDO DE ADMINISTRAÇÃO EM % DO VALOR MÉDIO ANUAL DO FUNDO PERMANENTE/PRÓPRIO

Ano	Montepio Capital Certo	Capitalização	Previdência	Proteção Encargos
2013	0,42%	0,290%	0,200%	1,000%
2014	0,375%	0,180%	0,155%	1,000%
2015	0,825%	0,700%	0,350%	1,000%

Nota:

i) Dada a natureza e a particularidade das modalidades Montepio Proteção Encargos (por exemplo, não distribuírem melhorias de benefícios e não terem responsabilidade futuras), considera-se prudente e razoável continuar a imputar-lhe a taxa de contribuição máxima permitida pelo regulamento (1%).

14.4. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DAS MODALIDADES ASSOCIATIVAS, RENDAS E OUTROS FUNDOS

(milhares de euros)				
Designação	Pensão de Reforma + PR_Restituição Quotas 4%	Pensão de Reforma - TV 88/90 + PR_Restituição Quotas 4%	Pensão de Reforma + PR_Restituição Quotas 6%	Montepio Pensão de Reforma + PR_Restituição Quotas - 3%
Proveitos Inerentes a Associados				1 075
Jóias				
Quotizações				1 074
Capitais Recebidos				
Rendas Vitalícias				
Outros Proveitos Inerentes a Associados				
<i>Dos quais: Participação Recebida das Modalidades ^(*)</i>				
Rendas Temporárias				
Custos Inerentes a Associados	(1 346)	(690)	(6 543)	(280)
Prestações a Associados nas Modalidades	(1 028)	(303)	(3 701)	
Capitais Vencidos a Associados nas Modalidades				
Melhorias de Benefícios	(84)	()	(2 311)	
Rendas Vitalícias				
Outros Custos Inerentes Associados	(234)	(387)	(531)	(280)
<i>Participação p/ Fundo de Administração ^(*)</i>	(109)	(58)	(442)	(24)
Rendas Temporárias				
1. Margem da Atividade Associativa	(1 346)	(690)	(6 543)	795
Redução Provisões Matemáticas	2 161	1 444	5 983	404
Aumento de Provisões Matemáticas	(2 330)	(1 021)	(4 820)	(1 330)
2. Variação de Provisões Técnicas	(169)	423	1 162	(926)
3. Rendimentos de Instrumentos de Capital	20		79	
Outros Rendimentos e Ganhos	123	170	1 501	58
Outros Gastos e Perdas	(13)	(18)	(189)	(6)
4. Outros Resultados de Exploração	110	153	1 312	52
5. Juros e Rendimentos Similares	334	154	2 207	93
6. Juros e Encargos Similares	(4)	(1)	(62)	(5)
7. Resultados de Ativos Aval. ao Justo Valor, através Resultados	1		(722)	
8. Resultados de Ativos Financeiros, Disponíveis p/ Venda	(2)	17	(131)	58
9. Imparidade de Ativos Financeiros Líquida de Reversões				(11)
10. Custos com o Pessoal	(1)	(1)	(6)	()
11. Gastos Gerais Administrativos	(2)	(2)	(15)	(1)
12. Amortizações do Exercício	(2)	(2)	(20)	(1)
RESULTADO OPERACIONAL	(1 060)	51	(2 740)	54
13. Provisões Líquidas de Reposições e Anulações	()	()	(2)	()
14. Imparidade Líquida de Reversões	(4 706)	(2 325)	(12 063)	(915)
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(5 766)	(2 274)	(14 805)	(861)

^(*) Este valores não se encontram refletidos na Demonstração de Resultados do MGAM, uma vez que correspondem a movimentos internos entre Modalidades, Fundos e Rendas

(milhares de euros)

Designação	P. R. - Adicional de Invalidez 4%	P. R. - Adicional de Invalidez - TV 88/90 - 4%	P. R. - Adicional de Invalidez 6%	Pensão p/ Deficientes 4%	Pensão Sobrevivência e Dotes 4%
Proveitos Inerentes a Associados				25	7
Jóias					
Quotizações				25	7
Capitais Recebidos					
Rendas Vitalícias					
Outros Proveitos Inerentes a Associados					
<i>Dos quais: Participação Recebida das Modalidades ^(*)</i>					
Rendas Temporárias					
Custos Inerentes a Associados	()	()	(1)	(9)	(1 397)
Prestações a Associados nas Modalidades				(4)	(39)
Capitais Vencidos a Associados nas Modalidades					()
Melhorias de Benefícios				(1)	(1 246)
Rendas Vitalícias					
Outros Custos Inerentes Associados	()	()	(1)	(4)	(111)
<i>Participação p/ Fundo de Administração ^(*)</i>	()	()	(1)	(4)	(100)
Rendas Temporárias					
1. Margem da Atividade Associativa	()	()	(1)	16	(1 390)
Redução Provisões Matemáticas		1	8	1	3 276
Aumento de Provisões Matemáticas	()	()	()	(39)	(562)
2. Variação de Provisões Técnicas		1	7	(37)	2 714
3. Rendimentos de Instrumentos de Capital					16
Outros Rendimentos e Ganhos		1	4	13	219
Outros Gastos e Perdas	()	()	()	(1)	(23)
4. Outros Resultados de Exploração	()	1	3	11	196
5. Juros e Rendimentos Similares	1		2	10	224
6. Juros e Encargos Similares	()	()		()	(4)
7. Resultados de Ativos Aval. ao Justo Valor, através Resultados	()				(14)
8. Resultados de Ativos Financeiros, Disponíveis p/ Venda					72
9. Imparidade de Ativos Financeiros Líquida de Reversões					
10. Custos com o Pessoal		()	()	()	(1)
11. Gastos Gerais Administrativos	()	()	()	()	(4)
12. Amortizações do Exercício		()	()	()	(3)
RESULTADO OPERACIONAL	1	1	12	()	1 806
13. Provisões Líquidas de Reposições e Anulações		()	()	()	()
14. Imparidade Líquida de Reversões	(5)		(27)	(108)	(4 103)
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(4)	1	(15)	(108)	(2 298)

^(*) Este valores não se encontram refletidos na Demonstração de Resultados do MGAM, uma vez que correspondem a movimentos internos entre Modalidades, Fundos e Rendas

(milhares de euros)

Designação	Rendas Vitalícias Favor Pessoas Certas 4%	Rendas Sobrevivência 4%	Capitais de Previdência 4%	Montepio Proteção Vida 3%	Capitais Diferidos c/ Opção 4%
Proveitos Inerentes a Associados		31	577	171	19 229
Jóias					
Quotizações		31	577	171	19 226
Capitais Recebidos					
Rendas Vitalícias					
Outros Proveitos Inerentes a Associados					3
<i>Dos quais : Participação Recebida das Modalidades ^(*)</i>					
Rendas Temporárias					
Custos Inerentes a Associados	(6)	(17)	(2 151)	(155)	(31 416)
Prestações a Associados nas Modalidades	(1)	(12)	(225)	()	
Capitais Vencidos a Associados nas Modalidades			(89)		(24 350)
Melhorias de Benefícios	(5)	(1)	(793)	()	(520)
Rendas Vitalícias					
Outros Custos Inerentes Associados	()	(4)	(1 043)	(154)	(6 546)
<i>Participação p/ Fundo de Administração ^(*)</i>	()	(4)	(183)	(4)	(444)
Rendas Temporárias					
1. Margem da Atividade Associativa	(6)	14	(1 573)	17	(12 187)
Redução Provisões Matemáticas	12	6	2 426	168	32 720
Aumento de Provisões Matemáticas		(31)	(1 788)	(147)	(22 399)
2. Variação de Provisões Técnicas	12	(25)	638	21	10 321
3. Rendimentos de Instrumentos de Capital			24		71
Outros Rendimentos e Ganhos	1	22	336	17	865
Outros Gastos e Perdas	()	(2)	(35)	(2)	(126)
4. Outros Resultados de Exploração	1	20	301	16	739
5. Juros e Rendimentos Similares	1	11	450	12	1 072
6. Juros e Encargos Similares	()	()	(13)	()	(50)
7. Resultados de Ativos Aval. ao Justo Valor, através Resultados			()		2
8. Resultados de Ativos Financeiros, Disponíveis p/ Venda	()		222	13	319
9. Imparidade de Ativos Financeiros Líquida de Reversões			(444)	(1)	(738)
10. Custos com o Pessoal	()	()	(1)	()	(4)
11. Gastos Gerais Administrativos	()	()	(4)	()	(9)
12. Amortizações do Exercício	()	()	(5)	()	(12)
RESULTADO OPERACIONAL	9	19	(406)	76	(476)
13. Provisões Líquidas de Reposições e Anulações	()	()	(1)	()	(1)
14. Imparidade Líquida de Reversões	(15)	(110)	(8 140)	(160)	(18 435)
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(7)	(91)	(8 547)	(84)	(18 912)

^(*) Este valores não se encontram refletidos na Demonstração de Resultados do MGAM, uma vez que correspondem a movimentos internos entre Modalidades, Fundos e Rendas

(milhares de euros)

Designação	Montepio Proteção 5 em 5 3%	Capitais Previdência a Prazo 4%	Capitais Prev. Favor Pessoas Certas 4%	Capitais p/ Jovens 4%	Montepio Proteção 18- 30 3%
Proveitos Inerentes a Associados	49 522	45		1 436	3 936
Jóias					
Quotizações	49 513	45		1 435	3 936
Capitais Recebidos					
Rendas Vitalícias					
Outros Proveitos Inerentes a Associados	9			1	1
<i>Dos quais: Comparticipação Recebida das Modalidades ^(*)</i>					
Rendas Temporárias					
Custos Inerentes a Associados	(31 112)	(184)	()	(6 168)	(2 390)
Prestações a Associados nas Modalidades				(239)	(4)
Capitais Vencidos a Associados nas Modalidades	(16 836)	(71)		(4 159)	(930)
Melhorias de Benefícios	(142)	(7)		(441)	(22)
Rendas Vitalícias					
Outros Custos Inerentes Associados	(14 133)	(105)	()	(1 330)	(1 435)
<i>Comparticipação p/ Fundo de Administração ^(*)</i>	(598)	(10)	()	(139)	(96)
Rendas Temporárias					
1. Margem da Atividade Associativa	18 410	(139)		(4 732)	1 546
Redução Provisões Matemáticas	33 455	260		7 187	2 725
Aumento de Provisões Matemáticas	(55 176)	(106)	()	(2 801)	(4 906)
2. Variação de Provisões Técnicas	(21 721)	154	()	4 386	(2 180)
3. Rendimentos de Instrumentos de Capital				24	
Outros Rendimentos e Ganhos	1 001	49		607	115
Outros Gastos e Perdas	(128)	(5)	()	(45)	(13)
4. Outros Resultados de Exploração	874	44	()	562	101
5. Juros e Rendimentos Similares	2 570	13	1	232	391
6. Juros e Encargos Similares	(111)	()	()	(4)	(15)
7. Resultados de Ativos Aval. ao Justo Valor, através Resultados	4			()	
8. Resultados de Ativos Financeiros, Disponíveis p/ Venda	1 556	1		16	253
9. Imparidade de Ativos Financeiros Líquida de Reversões	(300)				(55)
10. Custos com o Pessoal	(4)	()		(2)	()
11. Gastos Gerais Administrativos	(14)	()		(4)	(2)
12. Amortizações do Exercício	(13)	(1)		(6)	(2)
RESULTADO OPERACIONAL	1 251	71		472	37
13. Provisões Líquidas de Reposições e Anulações	(2)	()		(1)	()
14. Imparidade Líquida de Reversões	(23 855)	(338)	(3)	(6 030)	(3 875)
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(22 606)	(267)	(3)	(5 559)	(3 838)

^(*) Este valores não se encontram refletidos na Demonstração de Resultados do MGAM, uma vez que correspondem a movimentos internos entre Modalidades, Fundos e Rendas

(milhares de euros)

Designação	Capitais Diferidos Cobertura Adicional 4%	Capitais p/ Estudos 4%	Capitais Temporários Invalidez - 4%	Montepio Proteção Invalidez - 3%	Subsídio p/ Morte 4%
Proveitos Inerentes a Associados	6	269	2	1	25
Jóias					
Quotizações	6	269	2	1	25
Capitais Recebidos					
Rendas Vitalícias					
Outros Proveitos Inerentes a Associados					
<i>Dos quais: Participação Recebida das Modalidades ^(*)</i>					
Rendas Temporárias					
Custos Inerentes a Associados	(11)	(893)	(1)	()	(88)
Prestações a Associados nas Modalidades					
Capitais Vencidos a Associados nas Modalidades	(10)	(615)			(33)
Melhorias de Benefícios	()	(64)			(37)
Rendas Vitalícias					
Outros Custos Inerentes Associados	()	(214)	(1)	()	(18)
<i>Participação p/ Fundo de Administração ^(*)</i>	()	(25)	(1)	()	(9)
Rendas Temporárias					
1. Margem da Atividade Associativa	(5)	(624)	1	1	(63)
Redução Provisões Matemáticas	10	1 742	3		77
Aumento de Provisões Matemáticas	(6)	(1 072)	(1)	()	(54)
2. Variação de Provisões Técnicas	5	670	2	()	23
3. Rendimentos de Instrumentos de Capital					
Outros Rendimentos e Ganhos	1	36	4		25
Outros Gastos e Perdas	()	(4)	()	()	(3)
4. Outros Resultados de Exploração	1	33	4	()	23
5. Juros e Rendimentos Similares	1	83	5		31
6. Juros e Encargos Similares		(1)	()	()	()
7. Resultados de Ativos Aval. ao Justo Valor, através Resultados		10			
8. Resultados de Ativos Financeiros, Disponíveis p/ Venda		16	12		10
9. Imparidade de Ativos Financeiros Líquida de Reversões					
10. Custos com o Pessoal	()	()	()		()
11. Gastos Gerais Administrativos	()	()	()		()
12. Amortizações do Exercício	()	()	()		()
RESULTADO OPERACIONAL	1	186	24	1	23
13. Provisões Líquidas de Reposições e Anulações	()	()	()		()
14. Imparidade Líquida de Reversões	(7)	(1 039)	(59)	(1)	(346)
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(6)	(852)	(35)		(323)

^(*) Este valores não se encontram refletidos na Demonstração de Resultados do MGAM, uma vez que correspondem a movimentos internos entre Modalidades, Fundos e Rendas

(milhares de euros)

Designação	Subsídio p/ Morte- Lutuosa Nacional 4%	Rendas Certas/Pensão de Modalidades Colectivas 4%	Rendas Temporárias 3%	Rendas Vitalícias + Pensões Modalid. Capitalização 4%
Proveitos Inerentes a Associados		3	128	
Jóias				
Quotizações				
Capitais Recebidos		3		
Rendas Vitalícias				
Outros Proveitos Inerentes a Associados				
<i>Dos quais: Participação Recebida das Modalidades ^(*)</i>				
Rendas Temporárias			128	
Custos Inerentes a Associados	()	(12)	(65)	(2 103)
Prestações a Associados nas Modalidades		(11)		(339)
Capitais Vencidos a Associados nas Modalidades	()			
Melhorias de Benefícios				(37)
Rendas Vitalícias				(1 632)
Outros Custos Inerentes Associados	()	(1)	(2)	(94)
<i>Participação p/ Fundo de Administração ^(*)</i>	()	(1)	(2)	(94)
Rendas Temporárias			(63)	
1. Margem da Atividade Associativa	()	(9)	63	(2 103)
Redução Provisões Matemáticas		6	144	2 766
Aumento de Provisões Matemáticas	()	(2)	(228)	(9)
2. Variação de Provisões Técnicas		3	(84)	2 757
3. Rendimentos de Instrumentos de Capital				12
Outros Rendimentos e Ganhos	1	8	3	284
Outros Gastos e Perdas	()	(1)	()	(32)
4. Outros Resultados de Exploração		7	3	251
5. Juros e Rendimentos Similares	1		11	353
6. Juros e Encargos Similares		()	()	(11)
7. Resultados de Ativos Aval. ao Justo Valor, através Resultados				23
8. Resultados de Ativos Financeiros, Disponíveis p/ Venda			(1)	(40)
9. Imparidade de Ativos Financeiros Líquida de Reversões				
10. Custos com o Pessoal	()	()	()	(1)
11. Gastos Gerais Administrativos	()	()	()	(3)
12. Amortizações do Exercício	()	()	()	(4)
RESULTADO OPERACIONAL	1	1	(8)	1 234
13. Provisões Líquidas de Reposições e Anulações	()	()	()	()
14. Imparidade Líquida de Reversões	(4)	(7)	(104)	(2 959)
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(4)	(6)	(112)	(1 726)

^(*) Este valores não se encontram refletidos na Demonstração de Resultados do MGAM, uma vez que correspondem a movimentos internos entre Modalidades, Fundos e Rendas

(milhares de euros)

Designação	Rendas Vitalícias + Pensões Modalid. de Capitalização 6%	Rendas Vitalícias + Pensões Modalid. Capitalização 3%	Sub-Total	Fundo Montepio Egitaniense	Montepio Proteção Crédito à Habitação
Proveitos Inerentes a Associados		989	77 474	2	23 114
Jóias					
Quotizações			76 342	2	23 114
Capitais Recebidos			3		
Rendas Vitalícias		989	989		
Outros Proveitos Inerentes a Associados			13		
<i>Dos quais: Comparticipação Recebida das Modalidades ^(*)</i>					
Rendas Temporárias			128		
Custos Inerentes a Associados	(130)	(1 048)	(88 215)		(10 399)
Prestações a Associados nas Modalidades	(2)	(473)	(6 381)		
Capitais Vencidos a Associados nas Modalidades			(47 093)		
Melhorias de Benefícios	(1)	(13)	(5 727)		
Rendas Vitalícias	(122)	(512)	(2 267)		
Outros Custos Inerentes Associados	(5)	(50)	(26 684)		(10 399)
<i>Comparticipação p/ Fundo de Administração ^(*)</i>	(5)	(50)	(2 405)		(608)
Rendas Temporárias			(63)		
1. Margem da Atividade Associativa	(130)	(60)	(10 740)	2	12 715
Redução Provisões Matemáticas	188	750	97 925		
Aumento de Provisões Matemáticas		(1 068)	(99 898)		
2. Variação de Provisões Técnicas	188	(318)	(1 973)		
3. Rendimentos de Instrumentos de Capital			244		207
Outros Rendimentos e Ganhos	13	128	5 606	4	1
Outros Gastos e Perdas	(1)	(15)	(664)	()	(10)
4. Outros Resultados de Exploração	12	113	4 942	4	(9)
5. Juros e Rendimentos Similares	38	125	8 426	8	69
6. Juros e Encargos Similares	()	(4)	(285)	()	
7. Resultados de Ativos Aval. ao Justo Valor, através Resultados	61		(636)		43
8. Resultados de Ativos Financeiros, Disponíveis p/ Venda	()	(24)	2 367		(573)
9. Imparidade de Ativos Financeiros Líquida de Reversões		(5)	(1 554)		(81)
10. Custos com o Pessoal	()	(1)	(22)	()	
11. Gastos Gerais Administrativos	()	(1)	(62)	(32)	(156)
12. Amortizações do Exercício	()	(2)	(73)	()	
RESULTADO OPERACIONAL	168	(176)	633	(17)	12 215
13. Provisões Líquidas de Reposições e Anulações	()	()	(9)	()	(2 360)
14. Imparidade Líquida de Reversões	(112)	(1 981)	(91 832)	(4)	(54 368)
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	55	(2 158)	(91 208)	(21)	(44 513)

^(*) Este valores não se encontram refletidos na Demonstração de Resultados do MGAM, uma vez que correspondem a movimentos internos entre Modalidades, Fundos e Rendas

(milhares de euros)

Designação	Montepio Proteção Outros Encargos	Montepio Proteção Crédito Individual	Sub-Total	Montepio Poupança Complementar	Capitais Garantia
Proveitos Inerentes a Associados	461	7	23 584	228 992	193
Jóias					
Quotizações	461	7	23 584		193
Capitais Recebidos				225 219	
Rendas Vitalícias					
Outros Proveitos Inerentes a Associados				3 773	
<i>Dos quais: Participação Recebida das Modalidades ^(*)</i>					
Rendas Temporárias					
Custos Inerentes a Associados	(67)	(3)	(10 468)	(459 135)	(18)
Prestações a Associados nas Modalidades					
Capitais Vencidos a Associados nas Modalidades				(449 447)	(14)
Melhorias de Benefícios					
Rendas Vitalícias					
Outros Custos Inerentes Associados	(67)	(3)	(10 468)	(9 688)	(5)
<i>Participação p/ Fundo de Administração ^(*)</i>	(66)	()	(675)	(9 677)	(5)
Rendas Temporárias					
1. Margem da Atividade Associativa	394	5	13 117	(230 144)	175
Redução Provisões Matemáticas				449 447	
Aumento de Provisões Matemáticas				(225 219)	
2. Variação de Provisões Técnicas				224 229	
3. Rendimentos de Instrumentos de Capital	90		297	997	
Outros Rendimentos e Ganhos			6	18 702	2
Outros Gastos e Perdas	()	()	(11)	(1 968)	()
4. Outros Resultados de Exploração	()		(5)	16 734	2
5. Juros e Rendimentos Similares	18	1	97	7 969	35
6. Juros e Encargos Similares			()	(158)	(1)
7. Resultados de Ativos Aval. ao Justo Valor, através Resultados	2		45	(446)	
8. Resultados de Ativos Financeiros, Disponíveis p/ Venda			(573)	5 874	28
9. Imparidade de Ativos Financeiros Líquida de Reversões	(34)	(3)	(117)	(1 859)	(6)
10. Custos com o Pessoal			()	(78)	
11. Gastos Gerais Administrativos	()		(188)	(178)	()
12. Amortizações do Exercício			()	(253)	
RESULTADO OPERACIONAL	470	3	12 671	22 687	233
13. Provisões Líquidas de Reposições e Anulações			(2 360)	(3 689)	
14. Imparidade Líquida de Reversões	(4 532)	(5)	(58 909)	(98 164)	(670)
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(4 062)	(2)	(48 597)	(79 166)	(437)

^(*) Este valores não se encontram refletidos na Demonstração de Resultados do MGAM, uma vez que correspondem a movimentos internos entre Modalidades, Fundos e Rendas

(milhares de euros)

Designação	Benefício Solidarietà Associativa	Montepio Poupança Reforma	Modalidade Colectivas	Montepio Capital Certo	Invalidez Modalidades Colectivas
Proveitos Inerentes a Associados	11 661	4 732	254	151 944	
Jóias					
Quotizações	11 658				
Capitais Recebidos		4 686	254	140 910	
Rendas Vitalícias					
Outros Proveitos Inerentes a Associados	2	45		11 034	
<i>Dos quais: Participação Recebida das Modalidades (*)</i>					
Rendas Temporárias					
Custos Inerentes a Associados	(2 007)	(12 549)	(949)	(525 023)	()
Prestações a Associados nas Modalidades					
Capitais Vencidos a Associados nas Modalidades	(244)	(11 940)	(886)	(504 552)	
Melhorias de Benefícios					
Rendas Vitalícias					
Outros Custos Inerentes Associados	(1 763)	(610)	(63)	(20 471)	()
<i>Participação p/ Fundo de Administração (*)</i>		(610)	(63)	(14 351)	()
Rendas Temporárias					
1. Margem da Atividade Associativa	9 653	(7 818)	(696)	(373 079)	
Redução Provisões Matemáticas		11 940	886	504 552	
Aumento de Provisões Matemáticas		(4 686)	(254)	(195 901)	
2. Variação de Provisões Técnicas		7 253	633	308 651	
3. Rendimentos de Instrumentos de Capital	24	42			
Outros Rendimentos e Ganhos	591	605	82	1	
Outros Gastos e Perdas	(3 932)	(69)	(8)	()	()
4. Outros Resultados de Exploração	(3 341)	536	74	1	
5. Juros e Rendimentos Similares	267	747	181	69 228	
6. Juros e Encargos Similares	(4)	(5)	(6)	(36)	()
7. Resultados de Ativos Aval. ao Justo Valor, através Resultados	44	(49)		(3 273)	
8. Resultados de Ativos Financeiros, Disponíveis p/ Venda	(67)	705	27	4 907	
9. Imparidade de Ativos Financeiros Líquida de Reversões	(7)	(161)			(1)
10. Custos com o Pessoal	(2)	(3)	()		
11. Gastos Gerais Administrativos	(18 290)	(7)	(1)	(12)	()
12. Amortizações do Exercício	(8)	(8)	(1)		
RESULTADO OPERACIONAL	(11 731)	1 232	211	6 386	
13. Provisões Líquidas de Reposições e Anulações	(1)	(1)	()		
14. Imparidade Líquida de Reversões	(49 625)	(5 422)	(97)	(38 797)	(2)
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(61 357)	(4 191)	114	(32 412)	(2)

(*) Este valores não se encontram refletidos na Demonstração de Resultados do MGAM, uma vez que correspondem a movimentos internos entre Modalidades, Fundos e Rendas

(milhares de euros)

Designação	Fundo Bolsas de Estudo	Fundo de Administração	Fundo de Reserva	TOTAL
Proveitos Inerentes a Associados		28 169		527 004
Jóias		385		385
Quotizações				111 778
Capitais Recebidos				371 071
Rendas Vitalícias				989
Outros Proveitos Inerentes a Associados		27 784		42 652
<i>Dos quais: Participação Recebida das Modalidades ^(*)</i>		27 784		27 784
Rendas Temporárias				128
Custos Inerentes a Associados				(1098 365)
Prestações a Associados nas Modalidades				(6 381)
Capitais Vencidos a Associados nas Modalidades				(1014 176)
Melhorias de Benefícios				(5 727)
Rendas Vitalícias				(2 267)
Outros Custos Inerentes Associados				(69 752)
<i>Participação p/ Fundo de Administração ^(*)</i>				(27 784)
Rendas Temporárias				(63)
1. Margem da Atividade Associativa		28 169		(571 361)
Redução Provisões Matemáticas				1064 750
Aumento de Provisões Matemáticas				(525 957)
2. Variação de Provisões Técnicas				538 792
3. Rendimentos de Instrumentos de Capital			256	1 859
Outros Rendimentos e Ganhos	13		1 504	27 111
Outros Gastos e Perdas	(1)	(5)	(171)	(6 829)
4. Outros Resultados de Exploração	12	(5)	1 333	20 281
5. Juros e Rendimentos Similares	3	33	1 137	88 123
6. Juros e Encargos Similares			(38)	(533)
7. Resultados de Ativos Aval. ao Justo Valor, através Resultados			47	(4 269)
8. Resultados de Ativos Financeiros, Disponíveis p/ Venda			(173)	13 096
9. Imparidade de Ativos Financeiros Líquida de Reversões	(12)		992	(2 725)
10. Custos com o Pessoal	()	(3 273)	(6)	(3 385)
11. Gastos Gerais Administrativos	()	(24 348)	(13)	(43 098)
12. Amortizações do Exercício	()		(20)	(363)
RESULTADO OPERACIONAL	3	576	3 515	36 417
13. Provisões Líquidas de Reposições e Anulações	()		(13 914)	(19 974)
14. Imparidade Líquida de Reversões	(162)	(554)	(65 328)	(409 563)
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(159)	22	(75 727)	(393 120)

^(*) Este valores não se encontram refletidos na Demonstração de Resultados do MGAM, uma vez que correspondem a movimentos internos entre Modalidades, Fundos e Rendas

14.5. DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS DAS MODALIDADES ASSOCIATIVAS E RENDAS E RENDIMENTO DE BENEFÍCIOS

TABELA 1 – APLICAÇÃO DOS SALDOS ANUAIS DOS FUNDOS DISPONÍVEIS – MODALIDADES ATUARIAIS ABERTAS A NOVAS SUBSCRIÇÕES

(euros)

Designação	Saldos Anuais dos Fundos Disponíveis	Excedentes Técnicos (+) Reforço	Excedentes Técnicos (-) Utilização	Reserva Legal (+) Reforço	Reserva Legal (-) Utilização
Modalidades de Previdência Abertas					
Montepio Proteção Vida	(83 711)		(83 711)		
Montepio Proteção 5 em 5	(22 605 728)		(8 473 474)		(14 132 254)
Montepio Proteção 18-30	(3 837 854)		(1 035 665)		(2 802 189)
Montepio Pensões de Reforma	(860 631)		(523 696)		(336 935)
Montepio Proteção Invalidez	247			12	
Capitais Garantia ^(*)	(436 527)		(436 527)		
Invalidez Modalidades Colectivas ^(*)	(1 535)		(1 535)		
Rendas Certas/Pensão de Modalidades Colectivas	(6 134)		(6 134)		
TOTAL	(27 831 873)		(10 560 742)	12	(17 271 378)

^(*) Coberturas Complementares

(euros)

Designação	Fundos Permanentes Distribuíveis ⁽¹⁾	Resultados Distribuidos (Custo Melhorias)	Excedentes Técnicos (+) Reforço	Excedentes Técnicos (-) Utilização
Modalidades de Previdência Abertas				
Montepio Proteção Vida			0	
Montepio Proteção 5 em 5			0	
Montepio Proteção 18 - 30			0	
Montepio Pensão de Reforma			0	
Montepio Proteção Invalidez	234		234	
Capitais Garantia ^(*)			0	
Invalidez Modalidades Colectivas ^(*)			0	
Rendas Certas/Pensão de Modalidades Colectivas			0	
TOTAL	234		234	

⁽¹⁾ Depois de efetuada a dotação para o Fundo de Reserva Geral (5%)

^(*) Coberturas Complementares

Designação	Excedentes Técnicos (-) Utilização (+) Reforço	Excedentes Técnicos em 31-DEZ-2015	Excedentes Técnicos (após Distribuição de Resultados)
Modalidades de Previdência Abertas			
Montepio Proteção Vida	(83 711)	335 151	251 440
Montepio Proteção 5 em 5	(8 473 474)	8 473 474	0
Montepio Proteção 18 - 30	(1 035 665)	1 035 665	0
Montepio Pensões de Reforma	(523 696)	523 696	0
Montepio Proteção Invalidez	234	5 274	5 509
Capitais Garantia ^(*)	(436 527)	1 349 203	912 676
Invalidez Modalidades Colectivas ^(*)	(1 535)	18 665	17 131
Rendas Certas/Pensão de Modalidades Colectivas	(6 134)	49 992	43 859
TOTAL	(10 560 508)	11 791 121	1 230 613

^(*) Coberturas Complementares

TABELA 2 – APLICAÇÃO DOS SALDOS ANUAIS DOS FUNDOS DISPONÍVEIS – MODALIDADES ATUARIAIS FECHADAS A NOVAS SUBSCRIÇÕES

(euros)

Designação	Saldos Anuais dos Fundos Disponíveis	Excedentes Técnicos (+) Reforço	Excedentes Técnicos (-) Utilização	Reserva Legal (+) Reforço	Reserva Legal (-) Utilização	Reserva Legal (+) Reposição
Modalidades de Previdência Encerradas						
<u>Taxa Técnica - 6%</u>						
Pensão de Reforma + Restituição de Quotas ^(*)	(14 804 658)		(7 668 590)		(7 136 067)	
P. R. - Adicional de Invalidez	(14 697)		(14 697)			
<u>Taxa Técnica - 4%</u>						
Pensão de Reforma + Restituição de Quotas ^(*)	(5 766 044)		(1 439 879)		(4 326 165)	
Pensão de Reforma (TV 88/90) + Rest. Quotas ^(*)	(2 274 056)		(1 087 303)		(1 186 753)	
P. R. - Adicional de Invalidez	(4 123)		(4 123)	70		
P. R. - Adicional de Invalidez (TV 88/90)	1 401					
Capitais de Previdência	(8 546 928)		(8 546 928)			
Capitais Diferidos c/ Opção	(18 911 983)		(18 911 983)			
Capitais p/ Jovens	(5 559 234)		(5 559 234)			
Capitais p/ Estudos	(852 451)		(457 093)		(395 358)	
Subsídio p/ Morte	(323 329)		(323 329)			
Capitais Previdência a Prazo	(267 300)		(267 300)			
Pensão Sobrevivência e Dotes	(2 297 596)		(1 823 056)		(474 539)	
Pensão p/ Deficientes	(108 465)		(108 465)			
Capitais Temporários Invalidez	(34 805)		(34 805)			
Rendas Sobrevivência	(91 036)		(91 036)			
Capitais Diferidos Cobertura Adicional	(6 085)		(6 085)			
Capitais Prev. Favor Pessoas Certas	(2 672)		(2 672)			
Rendas Vitalícias Favor Pessoas Certas	(6 917)		(6 917)			
Subsídio p/ Morte-Lutuosa Nacional	(3 629)		(3 629)			
TOTAL	(59 874 606)		(46 357 124)	70	(13 518 883)	

(*) A partir de Nov-2013 (com a entrada em vigor do Novo Regulamento), estas Modalidades passaram a ter uma gestão conjunta

(euros)

Designação	Fundos Permanentes Distribuíveis ⁽¹⁾	Resultados Distribuídos (Custo Melhorias)	Excedentes Técnicos (+) Reforço	Excedentes Técnicos (-) Utilização
Modalidades de Previdência Encerradas				
<u>Taxa Técnica - 6%</u>				
Pensão de Reforma + Retituição de Quotas ^(*)				
P. R. - Adicional de Invalidez				
<u>Taxa Técnica - 4%</u>				
Pensão de Reforma + Retituição de Quotas ^(*)				
Pensão de Reforma (TV 88/90) + Rest. Quotas ^(*)				
P. R. - Adicional de Invalidez				
P. R. - Adicional de Invalidez (TV 88/90)	1 331			
Capitais de Previdência				
Capitais Diferidos c/ Opção				
Capitais p/ Jovens				
Capitais p/ Estudos				
Subsídio p/ Morte				
Capitais Previdência a Prazo				
Pensão Sobrevivência e Dotes				
Pensão p/ Deficientes				
Capitais Temporários Invalidez				
Rendas Sobrevivência				
Capitais Diferidos Cobertura Adicional				
Capitais Prev. Favor Pessoas Certas				
Rendas Vitalícias Favor Pessoas Certas				
Subsídio p/ Morte-Lutuosa Nacional				
TOTAL	1 331			

⁽¹⁾ Depois de efetuada a Dotação para o Fundo de Reserva Geral (5%)

^(*) A partir de Nov-2013 (com a entrada em vigor do Novo Regulamento), estas Modalidades passaram a ter uma gestão conjunta

(euros)

Designação	Excedentes Técnicos (-) Utilização (+) Reforço	Excedentes Técnicos em 31-DEZ-2015	Excedentes Técnicos (após Distribuição de Resultados)
Modalidades de Previdência Encerradas			
<u>Taxa Técnica - 6%</u>			
Pensão de Reforma + Restituição de Quotas ^(*)	(7 668 590)	7 668 590	0
P. R. - Adicional de Invalidez	(14 697)	227 509	212 812
<u>Taxa Técnica - 4%</u>			
Pensão de Reforma + Restituição de Quotas ^(*)	(1 439 879)	1 439 879	0
Pensão de Reforma (TV 88/90) + Rest. Quotas ^(*)	(1 087 303)	1 087 303	0
P. R. - Adicional de Invalidez	(4 123)	41 015	36 892
P. R. - Adicional de Invalidez (TV 88/90)	1 331	7 837	9 168
Capitais de Previdência	(8 546 928)	16 603 029	8 056 101
Capitais Diferidos c/ Opção	(18 911 983)	27 279 587	8 367 603
Capitais p/ Jovens	(5 559 234)	11 713 413	6 154 178
Capitais p/ Estudos	(457 093)	457 093	0
Subsídio p/ Morte	(323 329)	1 063 487	740 158
Capitais Previdência a Prazo	(267 300)	1 231 100	963 800
Pensão Sobrevivência e Dotes	(1 823 056)	1 823 056	0
Pensão p/ Deficientes	(108 465)	124 270	15 804
Capitais Temporários Invalidez	(34 805)	367 068	332 264
Rendas Sobrevivência	(91 036)	243 263	152 227
Capitais Diferidos Cobertura Adicional	(6 085)	43 092	37 007
Capitais Prev. Favor Pessoas Certas	(2 672)	8 836	6 164
Rendas Vitalícias Favor Pessoas Certas	(6 917)	18 258	11 341
Subsídio p/ Morte-Lutuosa Nacional	(3 629)	24 997	21 368
TOTAL	(46 355 793)	71 472 681	25 116 887

^(*) A partir de Nov-2013 (com a entrada em vigor do Novo Regulamento), estas Modalidades passaram a ter uma gestão conjunta

TABELA 3 – APLICAÇÃO DOS SALDOS ANUAIS DOS FUNDOS DISPONÍVEIS – RENDAS VITALÍCIAS E RENDAS TEMPORÁRIAS

(euros)

Designação	Saldos Anuais dos Fundos Disponíveis	Excedentes Técnicos (+) Reforço	Excedentes Técnicos (-) Utilização	Reserva Legal (+) Reforço	Reserva Legal (-) Utilização
Rendas Vitalícias					
Rendas Vitalícias + Pensões MC ⁽¹⁾ (Tx Técn - 6%) - Encerrada	55 401			2 770	
Rendas Vitalícias + Pensões MC ⁽¹⁾ (Tx Técn - 4%) - Encerrada	(1 725 603)		(46 875)		(1 678 727)
Rendas Vitalícias + Pensões MC ⁽¹⁾ (Tx Técn - 3%) - Ativa	(2 158 004)		(1 392 690)		(765 314)
TOTAL	(3 828 206)		(1 439 565)	2 770	(2 444 041)
Rendas Temporárias					
Rendas Temporárias (Tx Técn - 3%) - Ativa	(111 852)		(9 272)		(102 580)
TOTAL	(111 852)		(9 272)		(102 580)

⁽¹⁾ Pensões MC - Pensões Modalidades de Capitalização (engloba as Pensões de Capitais de Reforma e Pensões de Poupança Reforma)
Estas Modalidades passaram a ter uma gestão conjunta a partir de Nov_2013 (com a entrada em vigor do Novo Regulamento de Benefícios)

(euros)

Designação	Fundos Permanentes Distribuíveis ⁽²⁾	Resultados Distribuídos (Custo Taxa de Actualização)	Excedentes Técnicos (+) Reforço	Excedentes Técnicos (-) Utilização
Rendas Vitalícias				
Rendas Vitalícias + Pensões MC ⁽¹⁾ (Tx Técn - 6%) - Encerrada				109 252
Rendas Vitalícias + Pensões MC ⁽¹⁾ (Tx Técn - 4%) - Encerrada				
Rendas Vitalícias + Pensões MC ⁽¹⁾ (Tx Técn - 3%) - Ativa				
TOTAL				109 252
Rendas Temporárias				
Rendas Temporárias (Tx Técn - 3%) - Ativa				0
TOTAL				0

⁽¹⁾ Pensões MC - Pensões Modalidades de Capitalização (engloba as Pensões de Capitais de Reforma e Pensões de Poupança Reforma)
Estas Modalidades passaram a ter uma gestão conjunta a partir de Nov_2013 (com a entrada em vigor do Novo Regulamento de Benefícios)

⁽²⁾ Depois de efetuada a contribuição para o Fundo de Reserva Geral (5%)

(euros)

Designação	Excedentes Técnicos (-) Utilização (+) Reforço	Excedentes Técnicos em 31-DEZ-2015	Excedentes Técnicos (após Distribuição de Resultados)
Rendas Vitalícias			
Rendas Vitalícias + Pensões MC ⁽¹⁾ (Tx Técn - 6%) - Encerrada	(56 621)	56 621	0
Rendas Vitalícias + Pensões MC ⁽¹⁾ (Tx Técn - 4%) - Encerrada	(46 875)	46 875	0
Rendas Vitalícias + Pensões MC ⁽¹⁾ (Tx Técn - 3%) - Ativa	(1 392 690)	1 392 690	0
TOTAL	(1 496 186)	1 496 186	0

⁽¹⁾ Pensões MC - Pensões Modalidades de Capitalização (engloba as Pensões de Capitais de Reforma e Pensões de Poupança Reforma)

Estas Modalidades passaram a ter uma gestão conjunta a partir de Nov_2013 (com a entrada em vigor do Novo Regulamento de Benefícios)

Rendas Temporárias			
Rendas Temporárias (Tx Técn - 3%) - Ativa	(9 272)	9 272	0
TOTAL	(9 272)	9 272	0

TABELA 4 – APLICAÇÃO DOS SALDOS ANUAIS DO FUNDOS DISPONÍVEIS – MODALIDADES DE CAPITALIZAÇÃO

(euros)

Designação	SalDOS Anuais dos Fundos Disponíveis	Excedentes Técnicos e Reservas Estabilização (-) Utilização	Reserva Legal (+) Reforço	Reserva Legal (-) Utilização
Modalidades de Capitalização				
Montepio Poupança Reforma	(4 190 732)	(4 190 732)		
Montepio Poupança Complementar	(79 165 869)	(79 165 869)		
Modalidade/Capitais Colectivas	114 236		5 712	
Montepio Capital Certo (MCC)	(32 411 812)	(11 521 597)	52 473	(21 414 948)
TOTAL	(115 654 177)	(94 878 197)	58 185	(21 414 948)

Designação	Fundos Próprios Distribuíveis ⁽¹⁾	Resultados Distribuídos (Custo do Complemento)	Excedentes Técnicos (+) Reforço	Fundo Reserva de Estabilização (-) Utilização
Modalidades de Capitalização				
Montepio Poupança Reforma	0	1 260 503		(1 260 503)
Montepio Poupança Complementar	0	17 067 563		(17 067 563)
Modalidade/Cspitais Colectivas	108 524	131 528		(131 528)
Montepio Capital Certo (MCC)	472 259			
TOTAL	580 783	18 459 594		(18 459 594)

⁽¹⁾ Depois de efetuada a Dotação para o Fundo de Reserva Geral (10% na modalidade MCC e 5% nas restantes modalidades)

(euros)

Designação	Fundo Reserva de Estabilização/Excedentes Técnicos (-) Utilização (+) Reforço	Fundo Reserva de Estabilização /Excedentes Técnicos em 31-DEZ-2015	Fundo Reserva de Estabilização /Excedentes Técnicos (após Distribuição de Resultados)
Modalidades de Capitalização			
Montepio Poupança Reforma ⁽¹⁾	(5 478 294)	6 483 507	1 005 213
Montepio Poupança Complementar ⁽¹⁾	(97 473 760)	99 752 276	2 278 515
Modalidades/Capitais Coletivas ⁽¹⁾	(23 004)	353 213	330 210
Montepio Capital Certo (MCC) ⁽²⁾	(11 199 025)	15 516 345	4 317 320
TOTAL	(114 174 083)	122 105 341	7 931 257

⁽¹⁾ Este deficitte será coberto através do recurso extraordinário à Reserva de Estabilização de Resultados da própria Modalidade.

⁽²⁾ Ao longo de 2015, venceram-se dez Séries desta Modalidade, que tinham sido emitidas em 2009, pelo que a verba acumulada em Excedentes Técnicos foi reduzida na proporção dos montantes que foram atribuídos aos associados (Capital e Juro). O montante remanescente (149.687,41€) foi transferido para o Fundo de Reserva Geral.

TABELA 5 – APLICAÇÃO DOS SALDOS ANUAIS DO FUNDOS DISPONÍVEIS – FUNDOS DIVERSOS

(euros)

Designação	Saldos Anuais dos Fundos Disponíveis	Fundo Próprio (-) Utilização	Reserva Legal (+) Reforço	Reserva Legal (-) Utilização
Fundo Diversos				
Fundo de Reserva Legal	(75 727 105)	(75 727 105)		
Fundo Benefício Solidariedade Associativa	(61 357 139)	(61 357 139)		
Fundo de Administração	21 715	0		
Fundo Bolsas de Estudo	(158 926)	(158 926)		
Fundo Montepio Egitanense	(20 911)	(20 911)		
Montepio Proteção Crédito à Habitação	(44 512 887)	(44 512 887)		
Montepio Proteção Outros Encargos	(4 061 943)	(4 061 943)		
Montepio Proteção Crédito Individual	(1 593)	(1 593)		
TOTAL	(185 818 789)	(185 840 504)		

(euros)

Designação	Fundos Próprios Distribuíveis ⁽¹⁾	Fundos Próprios (-) Utilização (+) Reforço	Fundos Próprios e Reserva Geral em 31-DEZ-2015	Fundos Próprios e Reserva Geral (após Distribuição de Resultados)
Fundos Diversos				
Fundo de Reserva Legal ⁽²⁾		(130 158 960)	252 815 029	122 656 069
Fundo Benefício Solidariedade Associativa		(61 357 139)	68 000 720	6 643 582
Fundo de Administração	21 715	21 715	373 841	395 556
Fundo Bolsas de Estudo		(158 926)	1 092 689	933 764
Fundo Montepio Egitanense		(20 911)	322 508	301 597
Montepio Proteção Crédito à Habitação		(44 512 887)	61 830 778	17 317 891
Montepio Proteção Outros Encargos		(4 061 943)	6 709 895	2 647 952
Montepio Proteção Crédito Individual		(1 593)	40 366	38 773
TOTAL	21 715	(240 250 643)	391 185 827	150 935 184

⁽¹⁾ Depois de efetuada a Dotação para o Fundo de Reserva Geral. O Fundo de Administração e o Fundo de Solidariedade Associativa não contribuem para o Fundo de Reserva Geral.

⁽²⁾ A este valor acresce, ainda, a Dotação Anual das Modalidades e, também, a Reposição e a Utilização de valores pelas várias modalidades.

Nos últimos anos, a atribuição de Melhorias às Modalidades de Previdência, a Atualização das Rendas Vitalícias e Rendas Temporárias e a atribuição de Rendimento Complementar às Modalidades de Capitalização, foi a seguinte:

TABELA 6 – ATRIBUIÇÃO DE MELHORIAS – MODALIDADES DE PREVIDÊNCIA ABERTAS A NOVAS SUBSCRIÇÕES

Designação	(Custo em euros)					
	Melhorias 2009		Melhorias 2010		Melhorias 2011	
	Taxa	Custo	Taxa	Custo	Taxa	Custo
Modalidades de Previdência Abertas						
<u>Taxa Técnica - 3%</u>						
Montepio Proteção Vida	1,00%	146	1,00%	3 182	1,00%	4 502
Montepio Proteção 5 em 5	1,00%	113 135	1,00%	240 255	1,00%	440 737
Montepio Proteção 18 - 30	1,00%	19 435	1,00%	46 878	1,00%	83 441
Montepio Pensões de Reforma	1,00%	3 751	1,00%	9 227	1,00%	14 734
Pensões de Capitais de Reforma ^(*)	1,00%	31 411	1,00%	36 654	1,00%	40 696
Pensões de Poupança de Reforma ^(*)	-	-	1,00%	67	1,00%	279
Montepio Proteção Invalidez	1,00%	5	1,00%	18	1,00%	33

^(*) A partir de Nov-2013 (com a entrada em vigor do Novo Regulamento de Benefícios), estas Modalidade passaram a ser geridas em conjunto com a Carteira de Rendas Vitalícias

(Custo em euros)

Designação	Melhorias 2012		Melhorias 2013		Melhorias 2014		Melhorias 2015	
	Taxa	Custo	Taxa	Custo	Taxa	Custo	Taxa	Custo
Modalidades de Previdência Abertas								
<u>Taxa Técnica - 3%</u>								
Montepio Proteção Vida	0,50%	3 118	0,50%	3 738	0,10%	872	0,00%	
Montepio Proteção 5 em 5	0,50%	302 465	0,50%	380 282	0,10%	103 413	0,00%	
Montepio Proteção 18 - 30	0,50%	63 032	0,50%	83 955	0,10%	21 981	0,00%	
Montepio Pensões de Reforma	0,50%	15 366	0,50%	19 626	0,10%	5 157	0,00%	
Pensões de Capitais de Reforma (*)	0,50%	24 401	0,50%		0,10%		0,00%	
Pensões de Poupança de Reforma (*)	0,50%	307	0,50%		0,10%		0,00%	
Montepio Proteção Invalidez	0,50%	21	0,50%	18	0,10%	4	0,00%	

(*) A partir de Nov-2013 (com a entrada em vigor do Novo Regulamento de Benefícios), estas Modalidade passaram a ser geridas em conjunto com a Carteira de Rendas Vitalícias

TABELA 7 – ATRIBUIÇÃO DE MELHORIAS – MODALIDADES DE PREVIDÊNCIA ENCERRADAS A NOVAS SUBSCRIÇÕES

(Custo em euros)

Designação	Melhorias 2009		Melhorias 2010		Melhorias 2011	
	Taxa	Custo	Taxa	Custo	Taxa	Custo
Modalidades de Previdência Encerradas						
<u>Taxa Técnica - 6%</u>						
Pensão de Reforma	-		-		-	
P. R. - Adicional de Invalidez	-		-		-	
Pensões de Capitais de Reforma (*)	-		-		-	
<u>Taxa Técnica - 4%</u>						
Pensão de Reforma	-		-		-	
Pensão de Reforma (TV 88/90)	-		-		-	
P. R. - Adicional de Invalidez	-		-		-	
P. R. - Adicional de Invalidez (TV 88/90)	-		-		-	
Pensões de Capitais de Reforma (*)	-		-		-	
Capitais de Previdência	0,50%	180 028	0,25%	91 132	-	
Capitais Diferidos c/ Opção	0,50%	557 918	0,25%	274 860	-	
Capitais p/ Jovens	0,50%	180 643	-		-	
Capitais p/ Estudos	0,50%	28 669	-		-	
Subsídio p/ Morte	0,50%	8 192	0,25%	4 114	-	
Capitais Previdência a Prazo	0,50%	7 539	0,25%	3 609	-	
Pensão Sobrevivência e Dotes	0,25%	53 152	-		-	
Pensão p/ Deficientes	0,50%	2 322	0,25%	1 241	-	
Capitais Prev. Temp. Invalidez/Morte	0,50%	3	-		-	
Capitais Temporários Invalidez	0,50%	200	0,25%	80	-	
Rendas Sobrevivência	0,50%	2 968	0,25%	1 933	-	
Capitais Diferidos Cobertura Adicional	0,50%	265	0,25%	130	-	
Capitais Prev. Favor Pessoas Certas	0,50%	87	0,25%	45	-	
Rendas Vitalícias Favor Pessoas Certas	0,50%	325	0,25%	149	-	
Subsídio p/ Morte-Lutuosa Nacional	0,50%	85	0,25%	43	-	

(*) A partir de Nov-2013 (com a entrada em vigor do Novo Regulamento de Benefícios), estas Modalidade passaram a ser geridas em conjunto com a Carteira de Rendas Vitalícias

(Custo em euros)

Designação	Melhorias 2012		Melhorias 2013		Melhorias 2014		Melhorias 2015	
	Taxa	Custo	Taxa	Custo	Taxa	Custo	Taxa	Custo
Modalidades de Previdência Encerradas								
<u>Taxa Técnica - 6 %</u>								
Pensão de Reforma	-	-	-	-	-	-	-	-
P. R. - Adicional de Invalidez	-	-	-	-	-	-	-	-
Pensões de Capitais de Reforma ^(*)	-	-	-	-	-	-	-	-
<u>Taxa Técnica - 4 %</u>								
Pensão de Reforma	-	-	-	-	-	-	-	-
Pensão de Reforma (TV 88/90)	-	-	-	-	-	-	-	-
P. R. - Adicional de Invalidez	-	-	-	-	-	-	-	-
P. R. - Adicional de Invalidez (TV 88/90)	-	-	-	-	-	-	-	-
Pensões de Capitais de Reforma ^(*)	-	-	-	-	-	-	-	-
Capitais de Previdência	-	-	-	-	-	-	-	-
Capitais Diferidos c/ Opção	-	-	-	-	-	-	-	-
Capitais p/ Jovens	-	-	-	-	-	-	-	-
Capitais p/ Estudos	-	-	-	-	-	-	-	-
Subsídio p/ Morte	-	-	-	-	-	-	-	-
Capitais Previdência a Prazo	-	-	-	-	-	-	-	-
Pensão Sobrevivência e Dotes	-	-	-	-	-	-	-	-
Pensão p/ Deficientes	-	-	-	-	-	-	-	-
Capitais Prev. Temp. Invalidez/Morte	-	-	-	-	-	-	-	-
Capitais Temporários Invalidez	-	-	-	-	-	-	-	-
Rendas Sobrevivência	-	-	-	-	-	-	-	-
Capitais Diferidos Cobertura Adicional	-	-	-	-	-	-	-	-
Capitais Prev. Favor Pessoas Certas	-	-	-	-	-	-	-	-
Rendas Vitalícias Favor Pessoas Certas	-	-	-	-	-	-	-	-
Pensão de Reforma-Estat. 1922	-	-	-	-	-	-	-	-
Pensão Invalidez/Reforma	-	-	-	-	-	-	-	-
Subsídio p/ Morte-Lutuosa Nacional	-	-	-	-	-	-	-	-

(*) A partir de Nov-2013 (com a entrada em vigor do Novo Regulamento de Benefícios), estas Modalidade passaram a ser geridas em conjunto com a Carteira de Rendas Vitalícias.

TABELA 8 – ATUALIZAÇÃO – RENDAS VITALÍCIAS E RENDAS TEMPORÁRIAS

(Custo em euros)

Designação	Actualização Melhorias 2009		Actualização Melhorias 2010		Actualização Melhorias 2011	
	Taxa	Custo	Taxa	Custo	Taxa	Custo
Rendas Vitalícias						
Rendas Vitalícias (Tx Técn - 6%) - Encerrada	-	-	-	-	-	-
Rendas Vitalícias (Tx Técn - 4%) - Encerrada	-	-	-	-	-	-
Rendas Vitalícias (Tx Técn - 3%) - Activa	1,00%	22 498	1,00%	31 302	1,00%	40 624
Rendas Temporárias						
Rendas Temporárias (Tx Técn - 3%) - Ativa	-	-	-	-	-	-

(Custo em euros)

Designação	Actualização Melhorias 2012		Actualização Melhorias 2013		Actualização Melhorias 2014		Actualização Melhorias 2015	
	Taxa	Custo	Taxa	Custo	Taxa	Custo	Taxa	Custo
Rendas Vitalícias								
Rendas Vitalícias (Tx Técn - 6%) - Encerrada	-		-		-		-	
Rendas Vitalícias (Tx Técn - 4%) - Encerrada	-		-		-		-	
Rendas Vitalícias + Pensões MC ⁽¹⁾ (Tx Técn - 4%) - Ati	0,50%	21 358	0,50%	51 440	0,10%	11 218	0,00%	
Rendas Temporárias								
Rendas Temporárias (Tx Técn - 3%) - Activa	-		0,50%	1 397	0,10%	362	0,00%	

⁽¹⁾ Pensões MC - Pensões Modalidades de Capitalização (engloba a gestão financeira das Pensões de Capitais de Reforma e Pensões de Poupança Reforma, a partir de 2013)

TABELA 9 – RENDIMENTO COMPLEMENTAR – MODALIDADES DE CAPITALIZAÇÃO

(Custo em euros)

Designação	Rendimento Garantido 2009		Rendimento Garantido 2010		Rendimento Garantido 2011	
	Taxa	Custo	Taxa	Custo	Taxa	Custo
Modalidades de Capitalização						
Montepio Poupança Reforma	0,68%	396 368	0,40%	280 032	0,65%	506 422
Montepio Poupança Complementar	[0,68% - 2,25%]	15 202 494	[0,4% - 2,25%]	8 555 366	[0,65% - 2,25%]	8 736 726
Modalidade Colectivas	0,68%	55 162	0,40%	33 708	0,65%	54 392
Modalidade Capital Certo (MCC)	(a)	8 522 320	(a)	6 477 605	(a)	10 853 859

(a) - De acordo com as Fichas Técnicas

Designação	Rendimento Complementar 2009		Rendimento Complementar 2010		Rendimento Complementar 2011	
	Taxa	Custo	Taxa	Custo	Taxa	Custo
Modalidades de Capitalização						
Montepio Poupança Reforma	2,07%	1 212 751	2,10%	1 470 169	2,60%	2 028 358
Montepio Poupança Complementar ⁽¹⁾	[0,5% - 2,07%]	21 738 238	[0,25% - 2,1%]	25 581 611	[1,00% - 2,60%]	31 144 908
Modalidade Colectivas	2,07%	168 436	2,10%	176 966	2,60%	217 856
Modalidade Capital Certo (MCC)	N.A.		N.A.		N.A.	

N.A.: Não Aplicável (a atribuir no vencimento da Série)

⁽¹⁾ Taxa Média Ponderada (em função dos escalões das subscrições existentes). A partir de 28_Fev_2013 a taxa passou a ser única para todos os subscritores

Entre 2004 e 2009, não foi atribuído qualquer rendimento complementar às subscrições com rendimento garantido de 5,5%

(Custo em euros)

Designação	Rendimento Garantido 2012		Rendimento Garantido 2013		Rendimento Garantido 2014		Rendimento Garantido 2015	
	Taxa	Custo	Taxa	Custo	Taxa	Custo	Taxa	Custo
Modalidades de Capitalização								
Montepio Poupança Reforma	0,28%	224 839	0,052%	41 997	0,000%	0	0,000%	0
Montepio Poupança Complementar	[0,29% - 0,58%]	3 305 857	0,052%	595 139	0,000%	0	0,000%	0
Modalidade Colectivas	0,28%	22 804	0,052%	4 309	0,000%	0	0,000%	0
Montepio Capital Certo (MCC)	(a)	20 723 592	(a)	42 637 574	0,000%	0	0,000%	0

(a) - De acordo com as Fichas Técnicas

Designação	Rendimento Complementar 2012		Rendimento Complementar 2013		Rendimento Complementar 2014		Rendimento Complementar 2015	
	Taxa	Custo	Taxa	Custo	Taxa	Custo	Taxa	Custo
Modalidades de Capitalização								
Montepio Poupança Reforma	2,97%	2 430 830	3,198%	2 653 107	2,500%	2 144 085	1,500%	1 260 503
Montepio Poupança Complementar ⁽¹⁾	[2,67% - 2,96%]	35 759 895	3,198%	38 226 798	2,500%	32 912 126	1,500%	17 067 563
Modalidade Colectivas	2,97%	258 023	3,198%	263 998	2,500%	225 230	1,500%	131 528
Montepio Capital Certo (MCC)	N.A.		N.A.		N.A.		N.A.	

N.A.: Não Aplicável (a atribuir no vencimento da Série)

⁽¹⁾ Taxa Média Ponderada (em função dos escalões das subscrições existentes). A partir de 28_Fev_2013 a taxa passou a ser única para todos os subscritores

14.6. CARTEIRA DE IMÓVEIS DA ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA

(milhares de euros)		
Designação	Valor de Avaliação	Rendimento Líquido
1. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO		
ABÓBODA - Estrada de Polima - Fase 2 - Piso Zero r/c, Loja B	356	39
ÁGUEDA - Rua Comandante Pinho e Freitas, 42	213	18
ALBERGARIA-A-VELHA - Rua 25 de Abril, 9 R/C	368	40
ALBUFEIRA - Rua Pedro Álvares Cabral, 26, Loja - Cerro Lagoa	160	-1
ALCAINS - Largo Santo Antonio, 11	105	7
ALFRAGIDE - Corpo D, Rua Alfredo Silva, Lote 11	4.848	422
ALFRAGIDE - Urb. Quinta Grande, 60 - R/C Esq.	458	36
- Rua A Lte 11 - Corpos A/B - C/D	4.174	347
ALGÉS - Rua de Olivença, 9 A	439	35
- Rua João Chagas, 53/53 G	5.687	437
ALHANDRA - Av Afonso de Albuquerque	265	22
- Rua Augusto Marcelino Chamusco 5	23	0
- Rua Dr. Miguel Bombarda 109	99	-4
- Rua Dr Miguel Bombarda, 111	73	-1
- Rua Dr Miguel Bombarda, 113	117	-1
- Rua Dr Miguel Bombarda, 115	73	0
- Rua Passos Manuel, 128	99	-4
- Rua Passos Manuel, 132/R Dr Miguel Bombarda, 119	363	0
- Rua Passos Manuel, 134/R Augusto Marc. Chamusco 1	139	0
- Rua Passos Manuel, 136/R Augusto Marc. Chamusco 3	334	9
- Rua Passos Manuel, 138	149	0
- Rua Passos Manuel, 140/R. Aug. Marcel. Chamusco, 7	89	0
ALMADA - Rua Capitão Leitão, 83	1.079	86
- Rua Galileu Saúde Correia, 11-B r/c e 16-A, Loja	843	67
- Rua Padre António Vieira, 46 - R/C	647	51
ALMEIRIM - Praça da República, 36/36A/37A	468	47
ALPENDURADA - Av.Dr.F.Sá Carneiro. Ed. Memorial Center -B.I.A - r/c	315	35
ALVERCA - Av. Cap. Almeida Meleças, 46 - R/C	255	22
- Rua José António Virrissimo da Silva, 1 e 2	431	36
AMADORA - R.Actor António Silva, 7-B r/c Dto. - Venda Nova	694	69
AMADORA - Rua Elias Garcia, 279 Fr B e Fr C	501	40
- Av. Artur Semedo Lt 69, Loja A, Vila Chã	288	26
AMARANTE - Av. 1º de Maio, Lote 18	281	24
AMORA - Av. Movimento Forças Armadas, Loja 2	276	23
ANGRA DO HEROÍSMO - Ladeira da Pateira - Posto Santo	14	0
- Rua de São João, 106 - 114	336	26
ARCOS DE VALDEVEZ - Pr. Salvador Álvares Pereira, 43/R. Nunes Azeved	402	40
ARMAÇAO DE PÊRA-Rua da Panasqueira, Lt 8 - Loja A	401	28
AVEIRO - Av.Dr.Lourenço Peixinho, 16/18 "G" (Dep.Regional)	395	35
- Av. Dr. Lourenço Peixinho, 16 - 18	123	11
- Rua Angola, 22 - 1º	790	63
- R. Cónego Maia, 196 r/c Esq.	324	32
- Rua Alberto Souto, 23 - 25	394	33
BAIXA DA BANHEIRA - R. Jaime Cortesão, 24, r/c Dto. - c/v	459	46
BARREIRO - Rua Alfredo da Silva, 47 / 53	480	43
- Rua Inst. Ferroviar Sul/Sueste,7-B	95	0
- Urbanização Quinta dos Lóios, Lote 2	95	9
BRAGA - Largo Senhora-a-Branca, 8/11	439	53
- Praça da Justiça, 191,192,195/7, Loja 1/2	431	45
- Rua do Caires, 291/309	16	2
- Rua do Caires, 285 - Bloco A - Loja 1 R/C	450	40

(milhares de euros)

Designação	Valor de Avaliação	Rendimento Líquido
- Rua S.Vicente, 174/176	359	37
- Rua do Souto, 65/71	1.370	144
- R. do Regimento da Infantaria, 8/R. São Vicente, 167	1.173	0
BRAGANÇA - Av. Dr. Francisco Sá Carneiro, 3	734	80
CACÉM - Praça das Comunidades	270	10
- Rua Elias Garcia, 153/155 r/c Esq.	477	52
CALDAS DAS TAIPAS - Rua Banda da Musica, 272	236	21
- Loteamento Vinha das Coxas	2.020	0
CÂMARA DE LOBOS-MADEIRA - R.Dr. João Abel Freitas, 29/31	378	41
CARTAXO - Rua Combatentes Ultramar, 1 R/C	620	52
CARVALHOS - Rua Gonçalves Castro, 186 - A	586	47
CASTELO BRANCO - Av. Liberdade, 7/13 / R. Rei D.Dinis, 2/10	787	35
- Praça Rainha D.Leonor, 4 - Loja	563	73
- Rua Sra. Piedade/Rua Cadetes Toledo, Lote 4	974	77
- Rua Sra. Piedade/Rua Cadetes Toledo, Lote 5	0	0
- Rua Srª. Piedade / Rua Cadetes Toledo	0	0
CHARNECA DA CAPARICA - Rua Ruy Furtado, 2-A - Palhais	712	71
CHAVES - Rua do Olival e Longas - C. Com. Charlot, R/C - Lj 6	0	0
- Rua Olival e Longas Lj 4 Fracção EP	347	32
- Rua Olival e Longas Lj5 Fracção EQ	0	0
- Rua Olival e Longas Lj 8 Fracção ET	0	0
COIMBRA - Rua João Machado, 100	145	0
- Av. Sá da Bandeira, 81 r/c	270	53
- Lg Miguel Bombarda, 39/53 / Couraça Estrela, 5	3.111	161
- Urbanizacao Adriano Lucas, Lt 3 r/c-Estrada da Beira	552	55
- Urbanizacao Quinta da Romeira	8.843	601
- Largo da Cruz de Celas	950	80
COSTA DA CAPARICA - Rua António Correia, 1 C/V	195	9
- Rua Gil Eanes, 2/2B	558	56
COVA DA PIEDADE - ALMADA - Rua Ivone Silva, 1/3-Lj 1-2	579	48
COVAS - Urbanização Vila das Trofas, Lote 7	238	24
COVILHÃ - Edifício Monte Verde, Lote 1 - Loja A	508	51
CUCUJÃES - Rua Clube Desportivo de Cucujães, Lote 10	143	13
DAMAIA - Av. D. Carlos I, 7-7B/Rua Jose Estevao, 11-Loja	518	77
ELVAS - Rua da Cadeia, 17/17A	671	57
ENTRONCAMENTO - Rua 5 de Outubro	346	31
ERICEIRA-Estrada Nacional, 247-Edifício Garden Park - Loja	432	43
ESMORIZ - Av. 29 de Março, 638/652	169	15
ESTREMOZ - Praça Luis de Camões, 61 - r/c	572	48
- Rua Alcaçarias, 42	59	3
- Rua Alcaçarias, 44	121	4
- Rua Alcaçarias, 46	54	3
- Rua Alcaçarias, 48	50	2
- Rua Alcaçarias, 50	46	2
- Rua Alarcova Baixo, 4 / Praça do Giraldo, 50	1.263	46
- Rua Fernando Seno, 28	669	60
- Urb. Horta Porta - Av. Cidade Lisboa, 219	466	37
FAMALICÃO-Av.Marechal Humberto Delgado - Edifício Plaza, Loja 3	621	62
FARO - Rua Alportel, 20/22	1.823	130
- Rua Ataíde Oliveira, 81-A, Loja	610	55
- Rua Jornal Correio do Sul, 22 - Cv. / Dt.	527	47
- Rua José Matos, Urbanização Bom João, Lote 14 - 1º E	30	0
- Rua Sol, 16/18	509	5
FÁTIMA - Rua Jacinta Marto, S/N, Loja Dta.	786	81
FIGUEIRA DA FOZ - Rua Bombeiros Voluntarios, 15 - 21	508	43
FORTE DA CASA - Rua Alves Redol, 1 e 5 r/c	546	54

(milhares de euros)

Designação	Valor de Avaliação	Rendimento Líquido
FUNCHAL - Rua Ferreiros, 270/274 / Rua 5 de Outubro, 91-A/D	831	91
- Rua Dr. João Brito Câmara - Frac."A" e "B" (Caniço)	953	95
- Rua Dr. Francisco Peres, 26-B - Caniço	511	51
- Jardins Forum Plaza II - Piso 0 - Bloco 3	587	53
- Rua do Carmo, 86-90/R / Rua Anadia, 38/39	748	60
- Rua da Sé, 16 - 18	826	47
- Rua Três Lagares, Lote 3	327	29
GONDOMAR - Rua Dom Afonso Henriques, 129 - Areosa	607	51
- Av. 25 de Abril, R/C	427	36
GANDARA - Rua 25 Abril, 438/438-A	372	30
GOUVEIA - Praça de S. Pedro, 7/9, Loja	539	46
GUARDA - Rua Vasco da Gama, 35	1.139	82
- Rua Vasco da Gama, 37	336	18
- Rua Mouzinho da Silveira, 38	280	14
- Rua Mouzinho da Silveira, 40	435	14
GUIMARÃES - Rua Dr. José Sampaio, Loja 10	174	17
- Alameda S.Dâmaso, Edifício S.Francisco Centro - Loja 1	691	83
- Lugar da Igreja, Lote 1, r/c Esq. E Dtº	312	25
- Rua Teixeira de Pascoais, 123-A e 75, Loja e Escritório	570	57
INFANTADO - Av. das Descobertas-Lote 74 - Lojas 3 e 4	603	46
LAGES DO PICO - Rua de São Francisco	89	5
LAGOS - Urbaniz. Porta da Vila, Lote 1 r/c	380	42
LARANJEIRO - Rua Dr. António Elvas, 24 - A (Loja)	180	13
LEIRIA - Av. Marquês de Pombal, Lote 5, Lojas 3, 4, 5	612	73
- Rua Vasco da Gama, 5/15	2.375	207
- Rua Camilo Korrodi, 5	2.021	170
- Av. D. João III - Edifícios Terraços do Liz - Lote 1 - Piso 1	653	78
LINDA-A-VELHA-Rua Marcelino Mesquita, 9	746	82
LISBOA - Av. Almirante Reis, 237/237-B	2.772	6
- Av António Augusto Aguiar,124/124-B / R. Carlos Testa	5.702	225
- Av. do Brasil, 112	2.908	145
- Av. do Brasil, 112-C - loja	167	13
- Av. do Brasil, 114	2.253	35
- Av. do Brasil, 114-C - loja	184	0
- Av. do Brasil, 116	1.549	31
- Av. do Brasil, 118	2.022	41
- Av. do Brasil, 118-C - loja	184	0
- Av. do Brasil, 120	2.765	96
- Av. do Brasil, 120-C - loja	140	8
- Av. do Brasil, 122	2.425	54
- Av. do Brasil, 124	1.700	42
- Av. do Brasil, 124-C - loja	184	0
- Av. do Brasil, 126	2.465	79
- Av. do Brasil, 126-C - loja	184	0
- Av. do Brasil, 128	1.813	16
- Av. do Brasil, 130	1.486	24
- Av. do Brasil, 130-C - loja	263	21
- Av. do Brasil, 132	2.326	46
- Av. Defensores de Chaves, 40	3.074	88
- Av. João Crisóstomo, 26/28	6.015	-15
- Av. D.João II - Ed.Gil Eanes / Parque Expo (Est. Oriente)	2.359	186
- Av. Oscar Monteiro Torres, 8-A/B/C	390	59
- Av. de Roma, 51/51-C	3.182	125
- Av. 24 de Julho, 60/60-A/60-K	2.770	78
- Calçada Ribeiro Santos, 1-A, 3 e 5	2.681	47
- Estrada de Benfica, 365/365A (S.Dom. Benfica)	806	94
- Estrada de Benfica, 460-D (Fonte Nova)	1.299	97
- Praça João Rio, 7/7-A	2.077	7
- Rua 4 Infantaria, 85/85-H	3.056	123
- Rua Alexandre Braga, 19	1.208	40
- Rua da Graça 2 A/B	333	25
- Rua do Carmo, 54 / 62	7.237	331

(milhares de euros)

Designação	Valor de Avaliação	Rendimento Líquido
- Rua Almeida e Sousa, 20/20-A / R. Ferreira Borges, 97	3 136	172
- Rua Artur Lamas, 24	15	0
- Rua Artur Lamas, 26	180	0
- Rua Áurea, 219-241 - EDIFÍCIO SEDE	18 676	1 897
- Rua Áurea, 205/217 / Rua do Carmo, 26-52 - Edifício Grandella	32 520	1 911
- Alameda Linhas de Torres, 94 - A	462	37
- Rua Vale de Santo António, 74	450	0
- Rua do Centro Cultural, 12/12-B	2 460	212
- Rua dos Fanqueiros, 183/189	0	-3
- Rua Ferreira Borges, 183/183-C	2 646	95
- Rua Garrett, 37/51 / Rua Ivens, 66/76	1 380	39
- Rua General Firmino Miguel, 5/5-A/5-B/5-C	4 077	407
- Rua da Graça, 2-F, Loja	227	23
- Rua Inácio Sousa, 19	770	26
- Rua Inácio Sousa, 21	839	27
- Rua Inácio Sousa, 23	643	19
- Rua João Ortigão Ramos, 34/34-B - Pedralvas	704	70
- Rua Latino Coelho, 85/85-A	0	-48
- Rua Leite Vasconcelos, 78/78-C	1 331	55
- Rua Maria Amália Vaz de Carvalho, 2-A/ Av. Rio de Janeiro	526	12
- Rua Maria Amália Vaz de Carvalho, 2	1 042	40
- Rua Maria Amália Vaz de Carvalho, 4	1 032	44
- Rua Maria Amália Vaz de Carvalho, 6	810	34
- Rua Maria Amália Vaz de Carvalho, 8	1 245	54
- Rua Maria Amália Vaz de Carvalho, 10	1 923	56
- Rua Maria Amália Vaz de Carvalho, 12	1 406	68
- Rua Manuel Jesus Coelho, 1/1- B / Rua de S. José, 213	4 725	308
- Rua Padre Américo, 27 - Carnide	707	68
- Rua da Prata, 76/86	2 646	36
- Rua Sebastião Saraiva Lima, 64	869	0
- Rua Sousa Loureiro, 10 cave	84	0
- Travessa das Verduras, 6 - cv Dto./Esq.	191	0
- Rua Amílcar Cabral, 11	1 035	61
- Rua José Duro, 25 - C/D	315	16
- Av. Liberdade - Garagem (C.C. LIBERSIL)	147	8
- Rua Tomás Ribeiro, 6 - C	397	25
- Rua Augusta, 206	11 270	726
- Av. da República, 60	590	53
- Av. Marques de Tomar, 5 - A	665	46
- Rua de Campolide, 55 B/C	396	27
- Rua Castilho, 5	36 417	652
- Rua Mariano Pina, 7 a 7-C (Fração A e B)	511	49
- Av Infante D. Henrique, 342 a 342 C	6 300	-13
LOULE - Av. 25 de Abril, Bloco A - R/C	396	31
LOURES - Rua da República 64 / 66	568	45
LOURINHÃ - Rua Actor António José Almeida, nº11-B - r/c	586	41
LOUSADA - Av. General Humberto Delgado, 146	222	18
MACEDO CAVALEIROS - Rua do Mercado, Loja 3 - Piso 1	600	54
MADALENA - Largo Jaime Ferreira, 1 - Pico (Antigo Lg. Matriz)	277	27
MAFRA - Av. 25 Abril, 13 - 13 D, r/c (Fracção B e C)	519	52
- Av. da Liberdade, 3-A - Loja 3	66	0
MAIA - Rua Augusto Simões, 1433 - R/C	650	51
- Rua Nova dos Altos, 13 - Parqueamento - Vermoim	29	3
MALVEIRA - Rua 25 de Abril, Loja 5 - r/c - Alagoa Pequena	505	50
MANGUALDE - Rua 1º de Maio, Bl 2, r/c	477	50
MARCO DE CANAVEZES - Ed.Triunfo, lote 6 - Lojas14 e 16	554	55
- Rua Amália Rodrigues, 242	276	25
MARINHA GRANDE - Av. Vítor Galo, 13 r/c e cave	420	46
MASSAMÁ - Pr. Francisco Martins, 6/6-D, Loja 45	125	-2
- Rua Direita Massama, 120-Lj 5	496	44
MEALHADA - Av. Dr. Manuel Lousada	177	16
MIRANDELA - Av. Amoreiras, 191/199, Loja K	421	46

(milhares de euros)

Designação	Valor de Avaliação	Rendimento Líquido
MOITA - Mercado Municipal, Loja 28	106	9
MONTEMOR-O-NOVO - Av ^a . Gago Coutinho, 10/12	342	29
MONTIJO - Av. Pedro Nunes, Afonsoeiro	10.341	776
MOSCAVIDE - Av. Moscavide, 30 / 48	453	26
MATOSINHOS - Rua Brito Capelo, 694	706	60
NAZARE - AV Manuel Remigio - Bloco A - Lj / R/C	604	48
NORDESTE - Praça da Republica	250	12
ODIVELAS - Av. Miguel Torga, Zona 2-Lt 12 - Loja	445	38
- Rua Francisco Relvas Marques, 3	198	17
OEIRAS - Rua Cândido dos Reis, 39 (Loja)	461	39
OLHÃO - Rua General Humberto Delgado, 28-A	575	52
- EN 125, 3	338	22
OLIVEIRA DO DOURO - Largo da Lavandeira, 36 r/c	315	31
- Rua Futebol Club Oliveira do Douro, 282 - r/c	14	0
OSSEIRA - Rua José Bento Pereira, 957 (Caldas da Rainha)	155	14
PALMELA - Av. da Liberdade, Lote 7 - Loja A	282	24
PAÇO DE ARCOS - Av. Marquês de Pombal, 5	848	68
PAREDE - Rua Machado Santos, Lote 540, Bloco B, nº2 - r/c	605	66
- Rua Latino Coelho, 4 Fracção BA e AZ	184	15
- Rua Marquês de Pombal, 6 e 6-A	8.986	617
PAREDES - Av. Dr. Francisco Sá Carneiro, S/N - r/c	560	55
PEDROSO - Av. Dr. Moreira de Sousa	152	15
PINHAL NOVO - Rua S. Francisco Xavier, Lote 2 - Loja 4	865	69
PONTA DELGADA - Largo do Poço Velho, 10	20	0
- Rua Pintor Domingos Rebelo, 4 - Armazém	110	0
- Av. Infante D. Henrique, 25	2.500	62
PONTE DE LIMA - Lugar Sobral, Edifício Novo Leblon, Loja	470	47
PORTALEGRE - Largo Antonio José Lourinho, 12	330	20
PORTIMÃO - Urbanização Horta de S. Pedro - Lote 21 - Lojas 1,2,3	574	51
- Rua da Hortinha, 38 / 48	479	42
- Rua Dom Carlos I, Lote H 4	255	20
PORTO - Av. dos Aliados, 90	3.657	252
- Rua do Almada, 411 / 413	172	13
- Av. Fernão Magalhães (Lojas)	327	26
- Rua Costa Cabral, 849 / 855	566	45
- Praça Exército Libertador, 23/25, Loja	387	46
- Rua do Breyner, 96-128-136-156	10.462	730
- Rua Campo Alegre, 1620 - Loja	383	29
- Rua de Ceuta, 38/44/48	933	-10
- Rua da Constituição, 1274/1238/1246/1268/1252	2.364	135
- Rua do Heroísmo, 342 / 360	527	42
- Rua Fernandes Tomás, 424/438	53	0
- Rua Júlio Dinis, 656	3.521	60
- Rua Júlio Dinis, 674/678	784	92
- Rua Magalhães Lemos, 111/113	1.548	133
- Rua Mártires da Liberdade, 136/138/140	95	0
- Rua Mártires da Liberdade, 142	35	0
- Travessa do Covelo, 99 cave	20	1
- Rua 1º de Janeiro, 332 - Bessa	511	56
- Rua das doze Casas, 235 a 237, 4º (bomfim) Fração I e H	55	0
PORTO DE MÓS-Av.Santo António-Bloco 5 r/c - Esq.	374	37
PÓVOA SANTA IRIA - Urb. Casal Serra, Torre 8 r/c, Lojas 3/4	911	82
POVOA VARZIM - Praça Almada, 59 / 60	459	36
POVOAÇÃO - AÇORES - Rua Barão Laranjeiras, 17	430	26
PRAIA DA VTORIA - Rua de Jesus	195	12
QUARTEIRA - Av. Dr. Francisco Sá Carneiro, Lote 10, 2 Ljs.	530	47
QUELUZ - Av. Luís de Camões, 38-B/C	673	58
- Rua Helidoro Salgado, 61 (Loja)	512	30
RAMALDE - Rua São João de Brito, 530	624	52
RIBEIRA GRANDE - AÇORES - Rua de S. Francisco	331	33
- Rua do Rosário, 13 (Maia)	101	8

(milhares de euros)

Designação	Valor de Avaliação	Rendimento Líquido
RIO MAIOR-Av. Paulo VI, Lote 82	567	57
RIO TINTO - Travessa Senhor do Calvário, 18 cv	334	33
SANDIM-Rua da Columbófila, 371 C/D	463	46
SANTA MARIA DE LAMAS - Rua Bairro da Mata, 34	119	10
SANTAREM - Av. Dom Afonso Henriques, 1	283	20
- Largo Padre Francisco Nunes Silva, 1	1 465	95
SANTIAGO CACÉM - Praça Mercado, 7 - Loja	278	25
SANTO TIRSO - R.D.Nuno A.Pereira / Pr.Camilo C.Branco, Lojas 8/9	372	37
SÃO JOÃO DA MADEIRA - Av. Dr Renato Araújo, 259 Fr B	358	30
SÃO MAMEDE INFESTA - Rua Godinho Faria, 332 - R/C	409	32
SÃO ROQUE - Lugar da Igreja, Bloco C	154	14
SEIA - Av. 1º Maio, 18 - Loja	560	56
SEIXAL - Rua Gil Vicente, 1/1-B - Loja - Torre da Marinha	689	55
SETÚBAL - Av. Luísa Todi, 294/308 / Praça do Bocage, 135/145	4 740	285
- Av. República Guiné Bissau, 11/11-B	61	3
- Praça de Portugal, Lote 2	350	29
- Vale do Cobro, Lote 34 r/c Dto.	0	0
SINTRA - Rua Helidoro Salgado, 42 / 42 A	741	42
SINES - Av.Gen.Humberto Delgado, 59/59A	100	0
SEVER DO VOUGA - Av. Comendador Martins Pereira	188	16
TAPADA DAS MERCÊS - Rua Três - Lote 1A, Lojas 1/2	225	0
TAVIRA - Rua Dr. Silvestre Falcão, Lote 4, Loja	427	41
TOMAR - Alameda 1 Março, Lote P	477	43
TORRES NOVAS - Largo Cor.António Maria Batista, 2 r/c	1 175	117
TORRES VEDRAS - Rua Santos Bernardes, 30-A Fr B	357	28
TROFA - Rua Abade Inácio Pimentel, 193	185	14
- Rua Abade Inácio Pimentel Fr G	526	39
VAGOS-Rua António Carlos Vidal, 92 r/c	132	-1
VALADARES-Rua José Monteiro Castro Portugal, nº 2553/2555	422	42
VALE DE CAMBRA - Av. Camilo Tavares de Matos, Ed. Mercado	365	24
VENDA DO PINHEIRO - Av. 9 de Julho, 96-A/B	539	54
VILA FRANCA DE XIRA - Av. 25 de Abril, 14/16	722	65
VILA NOVA DE FAMALICÃO - Av. 25 Abril, 94	382	34
VILA NOVA DE GAIA - Rua Marquês Sá da Bandeira, 455	839	75
- Av. da República, 728 / 732	889	53
- Av. da República, 2531	748	63
- Largo Eça Queiros e Rua de Trás, 157 - Lj 10 Fr BH	146	12
- Largo Eça Queiros e Rua de Trás, 157 - Lj 10 Fr CQ	106	8
- Av. da Republica, 1473	1 060	55
- Rua Fernando Lopes Vieira, 273	7 963	555
VILA REAL STO. ANTÓNIO - Av.Min.Duarte Pacheco, Lote 10 r/c	412	35
WISEU - Rua Direita, 88/94 / Rua Árvore, 52	3 140	265
- Rua Dr.Alvaro Monteiro, Lote 11 r/c -Marzovelos	543	54
- Av. D. António J. Almeida, S/N, Loja - S. Mateus	398	40
TOTAL (1)	409 340	24 016
2. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO EM CURSO		
Residências Assistidas		
PAREDE II - Centro Residência Assistida	4 628	0
LISBOA - Entrecampos Centro Residência Assistida	5 200	-1
Unidades de Cuidados Continuados		
Leiria - Unidade Cuidados Continuados	0	
Diversos Construições em Curso ⁽¹⁾	0	
TOTAL (2)	9 828	-1
TOTAIS	419 168	24 015

⁽¹⁾ Valores incorporados no Valor de Avaliação do Imóvel

14.7. CARTEIRA DE TÍTULOS DA ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA

(milhares de euros)							
Natureza e Espécie de Títulos	Valor Nominal /Quantidade ⁽¹⁾	Taxa de Cupão	Juros Corridos	Valor de Investimento	Valor de Mercado	Imparidade	Valor de Balanço
Ativos Financeiros Detidos Para Negociação			0	172	55		55
Ações				172	55		55
Jerónimo Martins, SGPS, S.A.	3.600			51	43		43
Portugal Telecom-SGPS - nom.	43.000			121	12		12
	38.944		93	37.774	34.202		34.295
Outros Ativos Financeiros ao Justo Valor Através de Resultados							
Obrigações Diversas	38.944		93	37.774	34.202		34.295
ACAFC 2,33 30/09/20	10.000	2,3300%	0	10.000	7.467		7.467
ACAFC 2,6 30/06/20	10.000	2,6000%	0	10.000	9.557		9.557
ACAFC 2,6 30/06/20	5.000	2,6000%	0	5.000	4.776		4.776
CXGD StrNt 08/12/19	5.000	4,5500%	87	4.618	4.871		4.958
DOURO 7,4 06/20/18	3.000	7,4000%	6	3.000	1.813		1.819
FINIBANCO DEZEMBRO 07/17	565	0,0000%	0	570	615		615
FINICRÉDITO SUBORDINADA 2007/17	2.227	0,0000%	0	1.695	1.958		1.958
FNB SUBORDINADA GRD EMPRESAS 1S	1.018	0,0000%	0	949	1.015		1.015
FNB SUBORDINADA GRD EMPRESAS 2S	1.615	0,0000%	0	1.447	1.612		1.612
FNB SUBORDINADA GRD EMPRESAS 3S	519	0,0000%	0	495	518		518
	976.660		19.813	976.663	976.663		996.476
Investimentos Detidos Até à Maturidade							
Obrigações Diversas	976.660		19.813	976.663	976.663		996.476
BOLSIIMO Var 2014 - 31/12/16	25.000	2,9590%	0	25.000	25.000		25.000
HTM-MONTEPIO CAPITAL CERTO 2012/16 12S	4.000	11,7140%	3	4.000	4.000		4.003
HTM-MONTEPIO CAPITAL CERTO 2012-16 11S	2.500	8,2800%	17	2.500	2.500		2.517
HTM-MONTEPIO CAPITAL CERTO 2012-17 2S	9.750	7,3333%	606	9.750	9.750		10.356
HTM-MONTEPIO CAPITAL CERTO 2012-17 3S	30.000	5,6122%	1.286	30.000	30.000		31.286
HTM-MONTEPIO CAPITAL CERTO 2012-17 4S	51.000	5,4000%	1.874	51.000	51.000		52.874
HTM-MONTEPIO CAPITAL CERTO 2012/17 10S	43.000	5,6000%	408	43.000	43.000		43.408
HTM-MONTEPIO CAPITAL CERTO 2012/17 11S	36.000	5,2500%	173	36.000	36.000		36.173
HTM-MONTEPIO CAPITAL CERTO 2012/17 12S	21.250	5,4000%	6	21.250	21.250		21.256
HTM-MONTEPIO CAPITAL CERTO 2012/17 1S	5.650	7,6860%	183	5.650	5.650		5.833
HTM-MONTEPIO CAPITAL CERTO 2012/2020 1S	3.300	6,0000%	151	3.300	3.300		3.451
HTM-MONTEPIO CAPITAL CERTO 2013/18 10S	30.950	4,0000%	210	30.950	30.950		31.160
HTM-MONTEPIO CAPITAL CERTO 2013/18 11S	27.000	3,7000%	89	27.000	27.000		27.089
HTM-MONTEPIO CAPITAL CERTO 2013/18 12S	20.600	3,7000%	2	20.600	20.600		20.602
HTM-MONTEPIO CAPITAL CERTO 2013/18 1S	44.000	5,1500%	2.102	44.000	44.000		46.102
HTM-MONTEPIO CAPITAL CERTO 2013/18 2S	33.300	5,0000%	1.415	33.300	33.300		34.715
HTM-MONTEPIO CAPITAL CERTO 2013/18 3S	23.500	4,7500%	862	23.500	23.500		24.362
HTM-MONTEPIO CAPITAL CERTO 2013/18 4S	31.200	4,7500%	1.009	31.200	31.200		32.209
HTM-MONTEPIO CAPITAL CERTO 2013/18 5S	34.650	4,7500%	978	34.650	34.650		35.628
HTM-MONTEPIO CAPITAL CERTO 2013/18 6S	30.100	4,6000%	715	30.100	30.100		30.815
HTM-MONTEPIO CAPITAL CERTO 2013/18 7S	33.800	4,3500%	625	33.800	33.800		34.425
HTM-MONTEPIO CAPITAL CERTO 2013/18 8S	30.000	4,3500%	446	30.000	30.000		30.446
HTM-MONTEPIO CAPITAL CERTO 2013/18 9S	35.900	4,0000%	367	35.900	35.900		36.267
HTM-MONTEPIO CAPITAL CERTO 2013/2021 1S	2.148	5,3000%	97	2.148	2.148		2.245
HTM-MONTEPIO CAPITAL CERTO 2013/2021 2S	812	5,1000%	21	812	812		833
HTM-MONTEPIO CAPITAL CERTO 2014/19 1S	27.400	3,4000%	864	27.400	27.400		28.264
HTM-MONTEPIO CAPITAL CERTO 2014/19 2S	33.050	3,4000%	955	33.050	33.050		34.005
HTM-MONTEPIO CAPITAL CERTO 2014/19 3S	33.400	3,4000%	877	33.400	33.400		34.277
HTM-MONTEPIO CAPITAL CERTO 2014/19 4S	35.450	3,4000%	820	35.450	35.450		36.270
HTM-MONTEPIO CAPITAL CERTO 2014/19 5S	33.100	3,4000%	672	33.100	33.100		33.772
HTM-MONTEPIO CAPITAL CERTO 2014/19 6S	31.450	3,4000%	547	31.450	31.450		31.997
HTM-MONTEPIO POUPANÇA FAMILIAR 2012/17 2S	1.700	5,6000%	1	1.700	1.700		1.701
HTM-MONTEPIO POUPANÇA FAMILIAR 2013/18 1S	1.550	4,7500%	50	1.550	1.550		1.600
MONTEPIO CAPITAL CERTO 2014/19 10S-HTM	25.050	2,9500%	125	25.050	25.050		25.175
MONTEPIO CAPITAL CERTO 2014/19 11S-HTM	26.650	2,9500%	72	26.650	26.650		26.722
MONTEPIO CAPITAL CERTO 2014/19 12S-HTM	15.000	2,9500%	1	15.000	15.000		15.001
MONTEPIO CAPITAL CERTO 2014/19 7S-HTM	50.600	3,1500%	677	50.601	50.601		51.278
MONTEPIO CAPITAL CERTO 2014/19 8S-HTM	34.950	3,1500%	379	34.951	34.951		35.330
MONTEPIO CAPITAL CERTO 2014/19 9S-HTM	17.900	2,8000%	128	17.901	17.901		18.029

(milhares de euros)

Natureza e Espécie de Títulos	Valor Nominal /Quantidade ⁽¹⁾	Taxa de Cupão	Juros Corridos	Valor de Investimento	Valor de Mercado	Imparidade	Valor de Balanço
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	527.745		11.979	574.191	563.533	-14.140	575.513
Obrigações Diversas	489.846		11.315	486.854	481.460	-4.960	492.776
APT PIPELINES 2% 22/03/27	1.000	2,0000%	16	996	909		925
ARCELIK 3.875% 16SET2021	3.500	3,8750%	39	3.474	3.443		3.482
ARCELMITTAL 3 09/04/21	2.400	3,0000%	52	2.389	1.896		1.948
ARCELMITTAL 3 1/8 01/22	2.000	3,1250%	60	1.999	1.530		1.590
BANCA SELLA LT2	1.500	0,9910%	1	1.499	1.425		1.426
BANCO POPULAR OBGS TITULARIZ	100	0,1670%	0	100	83		83
BESPL0 5 05/21/19	3.000	5,0000%	91	3.048	2.614		2.705
BRFSBZ 2.75% 03/06/22	200	2,7500%	3	199	185		188
CAIXA GERAL DE DEPOSITOS FLOAT 2017	1.000	1,4480%	1	896	916		917
CAJA AHORROS SEVILLA MONTE PIEDAD	3.000	2,4870%	6	3.000	2.790		2.796
CEIFP 3,125 03/20/23	1.500	3,1250%	37	1.492	1.365		1.402
CEMG-Cayman Island Float 18/04/16	6.450	0,8980%	12	5.964	5.886		5.898
DOURO 2 A1 (SAGRES)	15	0,0462%	0	15	13		13
DUFSCA 4.5% 15/07/22	1.500	4,5000%	31	1.600	1.568		1.599
EGLPL 5,5 04/22/19	2.000	5,5000%	21	2.000	2.005		2.026
ELEPOR 0 12/11/23	2.500	0,0000%	0	2.098	1.885		1.885
ELEPOR 2 22/04/25	1.500	2,0000%	21	1.499	1.365		1.386
ESL 3.625% 15/04/23	3.000	3,6250%	23	3.028	2.919		2.942
FINIBANCO SUBORDINADA 2008/18	2.033	1,7190%	2	1.792	1.821		1.823
IPRPL Float 11/12/18	850	3,9960%	5	850	843		848
Inflação 2008-2016 1ºS	3.770	3,0379%	63	3.770	3.819		3.882
JARDEN CORP 3.75% 01/10/21	2.900	3,7500%	27	3.109	3.053		3.080
JOSE MELLO SAUDE Float 17/05/21	1.800	2,9390%	6	1.800	1.738		1.744
LUSITANIA/2015 - Prazo Indeterminado	7.000	6,4610%	39	7.000	5.371		5.410
LUSITÂNIA VIDA SUBORDINADAS 2007	5.000	2,2610%	10	5.000	2.959		2.969
METROPOLITANO LISBOA 4,799 12/07/27	5.950	4,7990%	19	5.450	6.627		6.646
MEX 3% 06/03/45	1.500	3,0000%	37	1.473	1.313		1.350
MG RENDIMENTO TOP 1S 2008/18	8.894	1,5390%	48	7.987	7.515		7.563
MG RENDIMENTO TOP 2S 2008/18	6.113	1,5490%	43	5.479	5.044		5.087
MONTEPIO CAPITAL CERTO 2009/17 1S	1.050	3,7500%	13	1.050	1.120		1.133
MONTEPIO CAPITAL CERTO 2010/18 2S	600	3,6500%	10	600	641		651
MONTEPIO CAPITAL CERTO 2011/16 1S	16.800	5,2800%	821	16.800	16.854		17.675
MONTEPIO CAPITAL CERTO 2011/16 2S	15.800	5,6000%	752	15.800	15.919		16.671
MONTEPIO CAPITAL CERTO 2011/16 3S	15.600	5,5000%	644	15.600	15.793		16.437
MONTEPIO CAPITAL CERTO 2011/16 4S	10.850	5,5000%	401	10.850	11.026		11.427
MONTEPIO CAPITAL CERTO 2011/16 5S	11.350	5,7500%	388	11.350	11.590		11.978
MONTEPIO CAPITAL CERTO 2011/16 6S	8.800	5,7500%	253	8.800	9.029		9.282
MONTEPIO CAPITAL CERTO 2011/16 7S	6.450	5,7500%	156	6.450	6.644		6.800
MONTEPIO CAPITAL CERTO 2011/16 8S	4.500	5,7500%	86	4.500	4.656		4.742
MONTEPIO CAPITAL CERTO 2011/19 1S	1.800	5,0000%	68	1.800	1.991		2.059
MONTEPIO CAPITAL CERTO 2011/19 2S	2.450	5,5000%	80	2.450	2.756		2.836
MONTEPIO CAPITAL CERTO 2011/19 3S	1.100	5,5000%	20	1.100	1.243		1.263
MONTEPIO CAPITAL CERTO 2012/17 10S	12.650	5,6000%	120	12.740	13.478		13.598
MONTEPIO CAPITAL CERTO 2012/17 11S	10.750	5,2500%	52	10.823	11.541		11.593
MONTEPIO CAPITAL CERTO 2012/17 12S	6.500	5,4000%	2	6.528	7.004		7.006
MONTEPIO CAPITAL CERTO 2012/17 4S	11.150	5,4000%	410	11.419	11.866		12.276
MONTEPIO CAPITAL CERTO 2012/17 5S	8.700	9,6247%	498	8.714	10.062		10.560
MONTEPIO CAPITAL CERTO 2012/17 6S	5.000	9,2700%	237	5.000	5.761		5.998
MONTEPIO CAPITAL CERTO 2012/17 7S	6.000	10,4000%	265	6.000	6.936		7.201
MONTEPIO CAPITAL CERTO 2012/17 8S	9.000	12,1000%	369	9.000	10.459		10.828
MONTEPIO CAPITAL CERTO 2012/17 9S	14.000	13,3857%	489	14.000	16.729		17.218
MONTEPIO CAPITAL CERTO 2012/20 2S	600	9,7083%	35	600	775		810
MONTEPIO CAPITAL CERTO 2012/2020 1S	1.100	6,0000%	50	1.160	1.275		1.325
MONTEPIO CAPITAL CERTO 2013/18 10S	1.250	4,0000%	8	1.250	1.324		1.332
MONTEPIO CAPITAL CERTO 2013/18 11S	5.700	3,7000%	19	5.700	5.983		6.002
MONTEPIO CAPITAL CERTO 2013/18 12S	1.850	3,7000%	0	1.850	1.942		1.942
MONTEPIO CAPITAL CERTO 2013/18 1S	12.800	5,1500%	612	12.943	13.770		14.382
MONTEPIO CAPITAL CERTO 2013/18 2S	9.350	5,0000%	397	9.446	10.041		10.438
MONTEPIO CAPITAL CERTO 2013/18 3S	6.725	4,7500%	247	6.812	7.239		7.486
MONTEPIO CAPITAL CERTO 2013/18 4S	8.700	4,7500%	281	8.791	9.378		9.659
MONTEPIO CAPITAL CERTO 2013/18 5S	12.550	4,7500%	354	12.616	13.546		13.900
MONTEPIO CAPITAL CERTO 2013/18 6S	2.550	4,6000%	61	2.550	2.731		2.792
MONTEPIO CAPITAL CERTO 2013/18 7S	600	4,3500%	11	604	641		652
MONTEPIO CAPITAL CERTO 2013/18 8S	3.050	4,3500%	45	3.070	3.263		3.308
MONTEPIO CAPITAL CERTO 2013/18 9S	3.550	4,0000%	36	3.576	3.763		3.799
MONTEPIO CAPITAL CERTO 2014/19 10S	6.250	2,9500%	31	6.252	6.407		6.438
MONTEPIO CAPITAL CERTO 2014/19 11S	7.150	2,9500%	19	7.150	7.328		7.347
MONTEPIO CAPITAL CERTO 2014/19 12S	8.100	2,9500%	1	8.119	8.298		8.299
MONTEPIO CAPITAL CERTO 2014/19 1S	800	3,4000%	25	800	834		859
MONTEPIO CAPITAL CERTO 2014/19 2S	900	3,4000%	26	900	939		965
MONTEPIO CAPITAL CERTO 2014/19 3S	1.300	3,4000%	34	1.300	1.356		1.390
MONTEPIO CAPITAL CERTO 2014/19 4S	2.300	3,4000%	54	2.300	2.400		2.454
MONTEPIO CAPITAL CERTO 2014/19 5S	1.300	3,4000%	26	1.299	1.356		1.382
MONTEPIO CAPITAL CERTO 2014/19 6S	1.000	3,4000%	17	999	1.043		1.060
MONTEPIO CAPITAL CERTO 2014/19 7S	7.250	3,1500%	97	7.304	7.500		7.597
MONTEPIO CAPITAL CERTO 2014/19 8S	3.750	3,1500%	41	3.749	3.878		3.919

(milhares de euros)

Natureza e Espécie de Títulos	Valor Nominal /Quantidade ⁽¹⁾	Taxa de Cupão	Juros Corridos	Valor de Investimento	Valor de Mercado	Imparidade	Valor de Balanço
MONTEPIO CAPITAL CERTO 2014/19 9S	4.200	2,8000%	30	4.199	4.313		4.343
MONTEPIO CAPITAL CERTO 2015/20 1S	5.000	2,6500%	122	5.020	5.066		5.188
MONTEPIO POUPANÇA FAMILIAR 2012/17 1S	3.450	5,2500%	17	3.454	3.738		3.755
MONTEPIO POUPANÇA FAMILIAR 2013/17 2S	550	5,6000%	0	554	596		596
MONTEPIO POUPANÇA FAMILIAR 2013/18 1S	1.450	4,7500%	47	1.460	1.578		1.625
MONTEPIO TAXA FIXA ABRIL 2011/16	3.450	5,7500%	149	3.450	3.495		3.644
MONTEPIO TX CRESCENTE JUN11/ABR16	500	5,0000%	17	500	507		524
MONTEPIO TX CRESCENTE MAR11/FEV16	9.050	5,6000%	431	9.050	9.118		9.549
MONTPI StrNt 01/30/17	2.000	0,7290%	13	1.500	1.905		1.918
Montepio Capital Certo 2012/2020 3S	1.345	6,0000%	27	1.348	1.565		1.592
Montepio Capital Certo 2013/2021 1S	367	5,3000%	17	375	423		440
Montepio Capital Certo 2013/2021 2S	733	5,1000%	19	768	764		783
Montepio Taxa Fixa Setembro 2010/2020	50	4,0000%	1	50	53		54
OBRIGAÇÃO CAIXA SUBORDINADA 2008/18	13.808	1,6660%	128	13.812	13.643		13.771
OTPHB 5 7/8 11/29/49	1.000	2,9270%	4	1.002	993		997
PEMEX 1,875 21/04/22	2.000	1,8750%	26	1.986	1.690		1.716
PEMEX 2,75 21/04/27	500	2,7500%	10	495	370		380
PETROBRAS 4.25% 02/10/2023	1.500	4,2500%	16	1.509	960		976
PETROLEO BRASILEIRO 3,75 01/14/21	500	3,7500%	18	497	340		358
PETROLEO BRASILEIRO 4,75 01/14/25	3.000	4,7500%	137	2.971	1.875		2.012
PORTUGAL TELECOM 4,5 06/16/25	14.660	4,5000%	357	14.871	6.923		7.280
Prazo Indeterminado LUSITÂNIA 2014	9.000	6,5500%	0	9.000	6.906		6.906
REDEXS 1,875 27/04/27	2.000	1,8750%	25	1.978	1.735		1.760
REFER 4,047 11/16/26	8.200	4,0470%	41	7.675	8.768		8.809
Repsol Intl Fin 2.125% 16/12/20	1.000	2,1250%	1	999	994		995
SAPPI PAPIER 3,375% 01/04/22	3.100	3,3750%	26	3.121	2.984		3.010
SSABAS 3,875 04/10/19	3.000	3,8750%	84	2.983	2.689		2.773
Smurfit Kappa Acquisito 2.75% 02/01/25	2.000	2,7500%	23	2.024	1.935		1.958
TKAGR 2,5 02/25/25	2.200	2,5000%	47	2.185	2.090		2.137
TRAFIGURA FUNDING_Nov2018	2.000	5,2500%	9	2.000	1.790		1.799
UCGIM 6.95 10/31/22	1.000	6,9500%	12	999	1.176		1.188
VISABEIRA Out-2017	2.747	4,4690%	12	2.801	2.665		2.677
VOTORA 3,25 04/25/21	3.355	3,2500%	75	3.396	2.466		2.541
AYT DEUDA SUBORDINADA	1.500	0,0000%	0	1.500	1.245	-255	1.245
HEATM I-07 A 22/02/19	209	0,3790%	0	209	0	-209	0
BANCA DELLE MARCHE 2017	1.500	0,0000%	0	1.499	23	-1.475	23
BANIF FINANCE LTD 2016	1.000	0,0000%	0	1.000	0	-1.000	0
BESPL 4 01/21/19	1.000	0,0000%	0	999	110	-889	110
Landsbanki Islnd Float 21/21/09	500	0,0000%	0	494	0	-494	0
Somec/94-20/07/99	150	0,0000%	0	149	0	-149	0
FINIBANCO VAR 02/49	1.922	0,0000%	0	1.452	961	-489	961
Dívida Pública	21.599		688	22.809	23.260	0	23.948
Consolidado 3% 28/02/49	279	3,0000%	1	262	211		212
PGB 3.875% 15/02/30	9.820	3,8750%	333	9.840	10.605		10.938
PGB 4,1 02/15/45	2.000	4,1000%	77	2.467	2.146		2.223
PGB 4.1% 15/04/37	9.500	4,1000%	277	10.240	10.298		10.575
Papel Comercial	16.300		-24	16.300	16.300		16.276
PAPEL COMERCIAL BOLSIIMO 17ª Emissão	12.900	2,9590%	11	12.900	12.900		12.911
PAPEL COMERCIAL INAPA - 13ª EMISSÃO	3.400	5,5380%	-35	3.400	3.400		3.365
Ações				2.040	1.326	-1.055	1.326
B.Comercial Português-Nom.	75.688			51	4	-47	4
Banco BPI - SA	132.000			226	143	-175	143
CLÍNICA STA. MARIA DE BELÉM	66.240			493	533	-84	533
COMPANHIA SEGUROS MOÇAMBIQUE	199.633			721	587	-230	587
E.I.A.-Ensino, Investigação e Administração S.A	70.000			349	32	-345	32
NEBRA RENOVABLES SL	950			164	0	-164	0
SOFICATRA	1.500			36	27	-10	27
Fundos de Investimento				46.190	41.186	-8.125	41.186
FUNDO ARIS DEFENSIVE	28			4	6	0	6
FUNDO CAPITAL PVCI - Classe B	1.347.346			6.140	5.054	-2.075	5.054
VIP - Fundo Investimento Imobiliário	213.000			2.013	2.012	0	2.012
Explorer III - Fd. Invest. Cap. Risco (FIQ)	78			1.743	2.143	-672	2.143
FUNDO DE INVESTIMENTO BEM COMUM	100			232	167	-65	167
FUNDO DE INVESTIMENTO CRITICAL B2	80			368	818	-52	818
FUNDO DE INVESTIMENTO EURO ENERGY	18.000			900	678	-351	678
FUNDO FINIPREDIAL	2.868.092			27.500	24.809	-2.691	24.809
FUNDO INVESTIMENTO CRITICAL B1	70			271	217	-57	217
Logística e Distribuição - FIL	400.000			2.260	1.562	-722	1.562
Vision Escritórios - F.I.Imob.	1.000.000			4.759	3.720	-1.440	3.720
TOTAL	-	-	31.885	1.588.802	1.574.452	-14.140	1.606.338

⁽¹⁾ Valor Nominal (Obrigações e Papel Comercial) e Quantidade (Ações e Fundos de Investimento)

14.8. CONTAS DAS FUNDAÇÕES

FUNDAÇÃO MG - BALANÇO EM 31 DEZEMBRO DE 2015 E 2014

	(euros)	
	2015	2014
ATIVO		
Ativo não corrente		
Investimentos financeiros	448 886	424 132
	448 886	424 132
Ativo corrente		
Outras contas a receber	50 000	--
Caixa e depósitos bancários	912 681	1 091 592
	962 681	1 091 592
Total do Ativo	1 411 567	1 515 724
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO		
Fundos Patrimoniais		
Fundos	498 798	498 798
Reservas e Resultados Transitados	558 044	577 340
Resultado líquido do período	63 649	(19 296)
Total do fundo de capital	1 120 491	1 056 842
Passivo		
Outras contas a pagar	291 076	458 882
Total do passivo	291 076	458 882
Total dos fundos patrimoniais e do passivo	1 411 567	1 515 724

FUNDAÇÃO MG - DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 e 2014

	(euros)	
	2015	2014
RENDIMENTOS E GASTOS		
Subsídios, doações e legados à exploração	1 017 269	1 121 146
Fornecimentos e serviços externos	(17 261)	(11 089)
Outros rendimentos e ganhos	526 572	566 644
Outros gastos e perdas	(1 473 316)	(1 708 492)
Aumentos / Reduções de justo valor	3 841	6 978
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	57 105	(24 813)
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-	-
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	57 105	(24 813)
Juros e rendimentos similares obtidos	6 838	5 862
Juros e rendimentos similares pagos	(294)	(345)
Resultado líquido do período	63 649	(19 296)

OUTRAS FUNDAÇÕES - BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO 2015

	(euros)				
	Valle-Flor	Padre José Filipe Rodrigues	Moga	Rogério Cardoso	Francisco Fino
ATIVO					
ATIVO NÃO CORRENTE					
Ativos fixos tangíveis	-	11 830	-	-	-
Investimentos financeiros	35 921	440 976	9 550	6 832	25 875
ATIVO CORRENTE					
Estado e Outros Entes Públicos	-	-	-	-	73
Caixa e depósitos bancários	17 984	90 026	1 181	1 506	4 846
TOTAL DO ATIVO	53 905	542 832	10 731	8 338	30 794
PASSIVO					
Outras contas a pagar	-	-	-	-	-
TOTAL DO PASSIVO	-	-	-	-	-
FUNDOS PATRIMONIAIS					
Fundos	5 587	8 978	1 496	1 576	17 458
Reservas	43 689	534 301	6 929	5 463	8 116
Reservas de justo valor	4 420	(8 587)	2 251	1 236	4 638
Resultados transitados	-	-	-	-	-
Resultado líquido do período	209	8 140	55	63	582
TOTAL DOS FUNDOS PATRIMONIAIS	53 905	542 832	10 731	8 338	30 794
TOTAL DOS FUNDOS PATRIMONIAIS E DO PASSIVO	53 905	542 832	10 731	8 338	30 794

OUTRAS FUNDAÇÕES - DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

	(euros)				
	Valle-Flor	Padre José Filipe Rodrigues	Moga	Rogério Cardoso	Francisco Fino
RENDIMENTOS E GASTOS					
Fornecimentos e serviços externos	(13)	(67)	(12)	(13)	(13)
Outras Imparidades	-	-	-	-	-
Outros rendimentos e ganhos	-	275	-	-	-
Outros gastos e perdas	(1 001)	(10 503)	(94)	(82)	(33)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	(1 014)	(10 295)	(106)	(95)	(46)
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-	(255)	-	-	-
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	(1 014)	(10 550)	(106)	(95)	(46)
Juros e rendimentos similares obtidos	1 223	18 690	161	158	628
Resultado Líquido do Período	209	8 140	55	63	582

PRÉMIOS - BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO 2015

	(euros)							
	Santa Joana	Hermínia Tassara	Brito Subtil	José Cardoso	Álvaro Machado	D. Dinis	Alberto Jorge	Bailim Pissarra
ATIVO								
ATIVO NÃO CORRENTE								
Ativos fixos tangíveis	-	-	-	-	-	-	-	-
Investimentos financeiros	10 377	22 310	66 769	41 479	121 660	51 288	50 193	-
ATIVO CORRENTE								
Estado e Outros Entes Públicos	-	-	-	-	-	-	-	-
Caixa e depósitos bancários	914	4 836	14 317	16 017	19 197	18 506	35 909	3 906
TOTAL DO ATIVO	11 291	27 146	81 086	57 496	140 857	69 794	86 102	3 906
PASSIVO								
Outras contas a pagar	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DO PASSIVO	-	-	-	-	-	-	-	-
FUNDOS PATRIMONIAIS								
Fundos	1 995	12 470	14 964	24 940		38 308		7 482
Reservas	6 607	18 346	55 356	26 461		25 408		-
Reservas de justo valor	2 573	2 971	9 291	4 854		4 387		-
Resultados transitados	-	(7 164)	-	-	133 765	-	83 723	(3 225)
Resultado líquido do período	116	523	1 475	1 241	7 092	1 691	2 379	(351)
TOTAL DOS FUNDOS PATRIMONIAIS	11 291	27 146	81 086	57 496	140 857	69 794	86 102	3 906
TOTAL DOS FUNDOS PATRIMONIAIS E DO PASSIVO	11 291	27 146	81 086	57 496	140 857	69 794	86 102	3 906

PRÉMIOS - DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

	(euros)							
	Santa Joana	Hermínia Tassara	Brito Subtil	José Cardoso	Álvaro Machado	D. Dinis	Alberto Jorge	Bailim Pissarra
RENDIMENTOS E GASTOS								
Fornecimentos e serviços externos	(13)	(13)	(13)	(13)	(13)	(13)	(13)	-
Outras Imparidades	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros rendimentos e ganhos	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros gastos e perdas	(14)	(39)	(400)	(98)	(131)	(163)	(500)	(360)
Aumentos / Reduções justo valor					2 555		962	
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	(27)	(52)	(413)	(111)	2 411	(176)	449	(360)
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	(27)	(52)	(413)	(111)	2 411	(176)	449	(360)
Juros e rendimentos similares obtidos	143	575	1 888	1 352	4 681	1 867	1 930	9
Resultado Líquido do Período	116	523	1 475	1 241	7 092	1 691	2 379	(351)